

# DIÁLOGOS CIENTÍFICOS EM

## CIÊNCIAS CONTÁBEIS

### PRODUÇÕES ACADÊMICAS 2021.1



#### ORGANIZADORES:

Thyago Henriques de O. M. Freire  
Márcia de Albuquerque Alves  
Ricardo da Silva Pereira

**ISBN: 978-65-5825-066-1**

**DIÁLOGOS CIENTÍFICOS EM CIÊNCIAS  
CONTÁBEIS: PRODUÇÕES ACADÊMICAS  
2021.1**

**Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire  
Márcia de Albuquerque Alves  
Ricardo da Silva Pereira  
(Organizadores)**

**Centro Universitário UNIESP**

Cabedelo  
2021



## CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIESP

### **Reitora**

Érika Marques de Almeida Lima Cavalcanti

### **Pró-Reitora Acadêmica**

Iany Cavalcanti da Silva Barros

### **Editor-chefe**

Cícero de Sousa Lacerda

### **Editores assistentes**

Márcia de Albuquerque Alves  
Josemary Marcionila F. R. de C. Rocha

### **Editora-técnica**

Elaine Cristina de Brito Moreira

### **Corpo Editorial**

Ana Margareth Sarmento – Estética  
Anneliese Heyden Cabral de Lira – Arquitetura  
Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda  
Érika Lira de Oliveira – Odontologia  
Ivanildo Félix da Silva Júnior – Pedagogia  
Jancelice dos Santos Santana – Enfermagem  
José Carlos Ferreira da Luz – Direito  
Juliana da Nóbrega Carreiro – Farmácia  
Larissa Nascimento dos Santos – Design de Interiores  
Luciano de Santana Medeiros – Administração  
Marcelo Fernandes de Sousa – Computação  
Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante – Ciências Contábeis  
Maria da Penha de Lima Coutinho – Psicologia  
Paula Fernanda Barbosa de Araújo – Medicina Veterinária  
Rita de Cássia Alves Leal Cruz – Engenharia  
Rodrigo Wanderley de Sousa cruz – Educação Física  
Sandra Suely de Lima Costa Martins - Fisioterapia  
Zianne Farias Barros Barbosa – Nutrição

Copyright © 2021 – Editora UNIESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

**Design Gráfico:**  
Mariana Moraes de Oliveira Araújo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (UNIESP)**

D537 Diálogos científicos em ciências contábeis: produções acadêmicas – 2021.1 [recurso eletrônico] / Organizadores, Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire, Márcia de Albuquerque Alves, Ricardo da Silva Pereira. - Cabedelo, PB : Editora UNIESP, 2021.  
391 p.

Tipo de Suporte: E-book  
ISBN: 978-65-5825-066-1

1. Produção científica – Ciências contábeis. 2. Contabilidade - Interdisciplinaridade. 3. Diálogos – Conhecimento científico. 4. Produção acadêmica. I. Título. II. Freire, Thyago Henriques de Oliveira Madruga. III. Alves, Márcia de Albuquerque. IV. Pereira, Ricardo da Silva.

CDU : 001.891:657

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

**Editora UNIESP**

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,  
Bloco Central – 2 andar – COOPERE  
Morada Nova – Cabedelo – Paraíba  
CEP: 58109-303

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>06</b>
<b>1 CUSTO E FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA FÁBRICA DE BISCOITOS LOCALIZADA NA CIDADE DE JACARAÚ/PB - Agson Vinicius Silva Trajano; Ricardo da Silva Pereira</b>	<b>07</b>
<b>2 OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DE UMA FÁBRICA DE CONFECÇÕES EM JOÃO PESSOA – PB - Ananias Couto dos Santos; Ricardo da Silva Pereira</b>	<b>29</b>
<b>3 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS: ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE DO PROFISSIONAL CONTÁBIL - Danilo Márcio Gouveia Chaves; Gilmar Martins de Carvalho Santiago</b>	<b>54</b>
<b>4 A AUDITORIA NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS: a contribuição do auditor independente para as instituições financeiras brasileiras - Eliza Gabriela Carvalho Ferreira; Rafael Batista Pereira de Oliveira</b>	<b>75</b>
<b>5 INFORMAÇÃO CONTÁBIL EM UMA CÂMARA MUNICIPAL DO ESTADO DA PARAÍBA - Hérlon Cabral de Medeiros; Davi Jônatas Cunha Araújo</b>	<b>106</b>
<b>6 A PERCEPÇÃO DOS PERITOS CONTÁBEIS ACERCA DO ZELO PROFISSIONAL ESTABELECIDO PELA NORMA PROFISSIONAL DO PERITO CONTÁBIL - Jesse Cavalcanti de Carvalho Oliveira; Davi Jônatas Cunha Araújo</b>	<b>132</b>
<b>7 COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR: LEVANTAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS EMPREENDEDORAS DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS - Joseane Maria da Silva Costa; Cleber Soares de Brito</b>	<b>159</b>
<b>8 A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS EM RELAÇÃO A EDUCAÇÃO FISCAL NO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS - MA - Julianna Sousa Brito; Cleber Soares de Brito</b>	<b>186</b>
<b>9 Os desafios enfrentados pelos os escritórios de contabilidade da cidade de Mamanguape-PB em frente a pandemia do novo coronavírus (Covid-19) - Letícia Reis dos Santos; Mayra Cinara Oliveira Tabosa</b>	<b>208</b>
<b>10 CONTROLES INTERNOS E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA GESTÃO DE UMA EMPRESA DE PEQUENO PORTO LOCALIZADA EM JOÃO PESSOA – PB - Luan Carlos Carvalho da Silva; Ricardo Da Silva Pereira</b>	<b>233</b>
<b>12 O IMPACTO DA GESTÃO DE PESSOAS DENTRO DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS: um estudo sob a ótica do gestor - Mariah Herculano Martins; Mayra Cinara de Oliveira Tabosa</b>	<b>260</b>

<b>13 IMPORTÂNCIA DA ASSESSORIA CONTÁBIL PARA OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS</b> - Mateus de Andrade Calado; Ana Paula Ribeiro de Hollanda Leite	284
<b>14 A MULHER CONTABILISTA: OS DESAFIOS ENFRENTADOS NO TRABALHO REMOTO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19</b> - Mellyssa Carneiro de Souza; Rafael Batista Pereira de Oliveira	302
<b>15 UMA BREVE ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL ENTRE 1990 E 2020</b> - Pedro Henrique de Souza Silva; Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior	322
<b>16 GESTÃO DE VENDAS EM TEMPOS DE PANDEMIA – UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA PARAÍBA PLAST</b> - Pedro Vicente dos Santos Júnior; Cleber Soares de Brito	345
<b>17 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A CONTABILIDADE GERENCIAL UTILIZADAS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO PELAS PEQUENAS E MICROEMPRESAS EM UM AMBIENTE DE PANDEMIA PELO COVID-19</b> - Wellysson Menezes de Carvalho Dias; Ricardo da Silva Pereira	370

## **APRESENTAÇÃO**

Esta obra se constitui da produção científica do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNIESP. Sua elaboração contou com a colaboração dos(as) Professores(as) Orientadores(as, ou seja, a comissão responsável pela seleção dos artigos contemplados para compor esta obra referente aos Trabalhos de Conclusão de Curso do ano de 2021.1. Desta forma, o(a) leitor(a) pode encontrar nesta produção uma diversidade de temas e metodologias que justificam sua relevância tanto no campo social, quanto no acadêmico das Ciências Contábeis, o que pode vir a contribuir com as mais diversas e variadas pesquisas posteriores.

Uma excelente leitura a todos e todas!

## CUSTO E FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA FÁBRICA DE BISCOITOS LOCALIZADA NA CIDADE DE JACARAÚ/PB

Agson Vinicius Silva Trajano<sup>1</sup>  
Ricardo da Silva Pereira<sup>2</sup>

### RESUMO:

Em um mercado de livre concorrência e competitividade acirrada, onde as atuais empresas estão inseridas, é requisito fundamental para garantia do seu sustento, que estas conheçam sua estrutura de gastos e aprimorem as técnicas do cálculo do preço de venda dos seus produtos. Sendo assim, o objetivo principal desse estudo é demonstrar como é calculado o preço de venda com base nos custos de produção de uma fábrica de biscoitos localizada em Jacaraú – PB. Para isso foi efetuada uma pesquisa descritiva, e os procedimentos utilizados foram de uma pesquisa bibliográfica com suporte de um estudo de caso efetuado em uma indústria produtora de biscoitos, localizada em Jacaraú – PB. Foi aplicada uma entrevista semiestruturada com o principal gestor da empresa X, onde a coleta dos dados foi estruturada em três partes: a caracterização da empresa X, o cálculo do custo de produção e o cálculo do preço de venda do seu principal produto – biscoito palito. A partir daí foram elaboradas as planilhas de cálculo de custos e efetuado os cálculos do preço de venda do produto com base no custeio por absorção utilizando-se o método do mark-up, chegando-se ao preço praticado pela empresa X. Concluiu-se que é de suma importância para o processo de gestão do negócio, conhecer detalhadamente seus gastos para se ter um bom suporte à elaboração do preço de venda para que esse, uma vez praticado, possa atender aos objetivos empresariais cobrindo todos os gastos do empreendimento e garantido competitividade e o lucro esperado pelos investidores.

**PALAVRAS-CHAVES:** Contabilidade de Custos. Gastos. Mark-up. Preço de venda.

### ABSTRACT:

In a market of free competition and fierce competitiveness, where current companies are inserted, it is a fundamental requirement to guarantee their livelihood, that they know their spending structure and improve the techniques for calculating the sale price of their products. Thus, the main objective of this study is to demonstrate how the sale price is calculated based on the production costs of a biscuit factory located in Jacaraú – PB. For this, a descriptive research was carried out, and the procedures used were a bibliographical research supported by a case study carried out in a biscuit manufacturing industry, located in Jacaraú - PB. A semi-structured interview was applied with the main manager of the company, where data collection was

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Contábeis na Universidade UNIESP – PB E-mail: agsonvinicius@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduado em Administração e Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba UFPB, Especialização em Contabilidade pela Universidade federal da Paraíba UFPB Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis e Gestão Financeira da UNIESP das disciplinas de Contabilidade e Analises de custos I e II, Gestão Financeira e Orçamentaria e Controladoria Estratégica E-mail: Ricardo.pereira.jp4@gmail.com

structured in three parts: the characterization of the company, the calculation of the cost of production and the calculation of the sale price of its main product – biscuit sticks. From then on, cost calculation spreadsheets were prepared and the product sales price was calculated based on absorption costing using the mark-up method, arriving at the price charged by the company. It was concluded that it is of paramount importance for the business management process to know your expenses in detail in order to have good support for the preparation of the sales price so that, once practiced, it can meet the business objectives, covering all the expenses of the enterprise and guaranteed competitiveness and the profit expected by investors.

**KEY WORDS:** Cost Accounting. Spending. Mark-up. Sale price.

## 1 INTRODUÇÃO

O mercado de biscoitos no Brasil é um mercado bastante competitivo. Isso induz as empresas pertencentes a esse ramo de atividade a utilizar cada vez mais informações que possibilitem a tomada de decisão assertivas visando o aumento das vendas, a otimização dos seus custos e por fim aumentar o lucro dos seus negócios de forma a garantir vantagens para competir com a sua concorrência. Segundo Crepaldi, S. e Crepaldi, G. (2017, p.466):

O produtor precisa aprender a gerenciar com competência a contabilidade de custos de sua unidade e dominar sua demonstração financeira, pois é tendo o domínio dessas ferramentas que ele melhora a qualidade de suas decisões e torna sua atividade mais competitiva. Os números são meros detalhes, são sinais de vida da atividade. É importante acompanhá-los diária, semanal e mensalmente.

O fruto desse trabalho será o domínio do negócio e a confiança nas decisões a serem tomadas. Nesse contexto, o preço a ser formado com base no custo de produção deve prever a rentabilidade do produto a ser comercializado pela empresa, e a sua principal base de cálculo é o custo da produção da empresa, muito embora esse preço sirva como parâmetro inicial para compará-lo com o preço praticado pela concorrência.

Um aspecto importante a ser considerado nesse cenário são as falhas de gestão e nos controles por parte dos gestores de algumas empresas, o simples fato de priorizar o comportamento dos preços do mercado concorrente esquecendo dos detalhes da gestão interna, a exemplo da adequada gestão dos seus custos, pode levar ao comprometimento do desenvolvimento e resultado do seu negócio. Alguns

empresários ao especificar seus produtos se baseiam apenas na concorrência, deixando de dar ênfase aos seus custos reais de produção que podem ser considerados a base para formação dos seus preços e comparação com os praticados pelo mercado consumidor.

Segundo Crepaldi, S. e Crepaldi, G. (2017, p.466) “A formação do preço de venda de produtos é um trabalho técnico e também um fator determinante de sobrevivência e exploração da atividade”. Alguns especialistas afirmam que ter preços definidos exclusivamente pelo mercado é um risco, Ou seja, o mercado não é e não deve ser o único caminho para definição de preços, mas é importante ter os preços compatíveis com ele.

Diante do exposto, este estudo busca responder ao seguinte questionamento: **Como é calculado o preço de venda com base nos custos de produção de uma fábrica de biscoitos localizada em Jacaraú – PB?** Sabe-se que em um mercado extremamente competitivo, é muito salutar que as empresas conheçam com bastante propriedade como são formados os seus custos de produção para que possam assim calcular um preço de venda competitivo, compatível com seu negócio e com a necessidade dos seus consumidores. Esse trabalho será realizado na empresa que produz biscoitos, para atender ao mercado local de Jacaraú – PB e região.

Sendo assim, esse estudo tem como principal objetivo demonstrar como é **calculado o preço de venda** com base nos custos de produção de uma fábrica de biscoitos localizada em Jacaraú – PB. E como objetivos específicos: abordar as características do mercado de sua competitividade; elencar o conceito de contabilidade de custos, suas principais classificações, nomenclaturas e sistemas de custeio; demonstrar a composição do custo de produção; apresentar as técnicas de formação do preço de venda e demonstrar como é calculado o custo e o preço de venda da empresa objeto desse estudo.

O presente estudo justifica-se pelo seu grau de relevância para as fábricas de biscoitos, onde poderá ser utilizado como referência para cálculo dos custos de produção e do preço de venda dos produtos desse ramo de atividade, assim como pode contribuir com o meio acadêmico no sentido de embasar a discussão sobre a relação existente entre a formação do custo de produção através da contabilidade de custos e a formação do preço de venda. Essa relevância também se consolida,

porque a empresa em estudo é de grande importância para economia do município de Jacaraú-PB, e porque visa também chamar a atenção dos responsáveis pelo empreendimento sobre o uso e vantagens que as informações contábeis do custo de produção podem contribuir com o preço de venda dos seus produtos e como essa técnica pode ajudar nos resultados do seu negócio apresentando a eles a técnica utilizada nesse trabalho com os dados dos seus produtos.

Para elaboração deste estudo foi empregada a metodologia de uma pesquisa bibliográfica, onde será levantado dados através de pesquisas em livros, artigos, publicações, *sites* de *internet* e revistas do setor e para aprofundar a temática será efetuado um estudo de caso a ser realizado em uma fábrica de biscoitos localizada em Jacaraú – PB. Local em que será efetuado um levantamento dos dados dos seus custos de produção e formação do preço de venda dos seus produtos.

Já para fundamentação teórica, este estudo pretende dialogar com os autores Silvio e Guilherme Crepaldi (2017), Eliseu Martins (2003), Euselia Paveglio Vieira (2013), Raquel Brandão (2021), Virgilio Marques dos Santos (2017), entre outros, visando uma melhor compreensão e aprofundamento do problema e objetivos do estudo em questão, onde será levantado informações sobre as características do mercado de biscoitos, utilização dos conceitos de contabilidade de custos, sobre a formação dos custos de produção dos produtos e as técnicas utilizadas na formação do preço de venda.

O presente estudo está composto de cinco partes, onde a primeira parte refere-se a introdução onde foi contextualizado o problema, demonstrados os objetivos da pesquisa, bem como a justificativa do estudo, a segunda parte é composta pelo referencial teórico, onde é contextualizado sobre o mercado de biscoitos no Brasil, a contabilidade de custos, seu conceito, classificação dos custos e sistemas de custeio, assim como as principais técnicas de formação do preço de venda, a terceira parte é composta pelo procedimento metodológico empregado para elaboração do estudo, a quarta parte pela análise e discussão dos dados levantados na fábrica objeto do estudo de caso e a quinta parte composta pelas considerações finais seguida do referencial bibliográfico.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

## 2.1 MERCADO DE BISCOITOS NO BRASIL

Os biscoitos são alimentos tradicionais na casa da maioria dos brasileiros, existem diversos tipos, sabores e características como salgados e doces, sua fabricação não é necessariamente feita por uma indústria de grande porte, pequenas padarias e indústrias locais são competentes para sua produção. De acordo com o site Marilan Alimentos (2013):

A história do biscoito vem desde o tempo dos homens das cavernas. Nessa época, quando o homem já comia alguns grãos, triturando-os com os dentes, teve a ideia de moê-los com pedra. Depois passou a misturar com água e secá-los ao fogo. Biscoito foi o termo usado para descrever o pão cozido por duas vezes, com a finalidade de conservá-lo por mais tempo sem estragar. A origem está em duas palavras Francesas: "Bis" e "Coctus", que significa "cozido duas vezes".

A maioria das padarias produzem o biscoito, pois seu modo de preparo é parecido com os pães, então muitas seguem esse mercado para faturar mais aproveitando os maquinário e matérias prima utilizada, sem contar que os biscoitos é uns dos alimentos indispensável na mesa do brasileiro assim como é o pão, não há previsão para esse mercado se extinguir.

## 2.2 CONTABILIDADE DE CUSTOS

A contabilidade de custos é um conhecimento excepcional no gerenciamento de um empreendimento, a partir dela e de seu domínio os gestores terão uma visão mais ampla e detalhista das ações internas da empresa, auxiliando os controle, fornecendo os dados para ser estabelecidos padrões e dá um norte nas tomadas de decisões (MARTINS, 2003).

A rentabilidade de uma empresa advém do domínio dessa ferramenta que é a contabilidade de custo, pois ela auxilia na tomada de decisão pelo fato de estudar todos os gastos obtidos da mesma. “A Contabilidade de Custos é o ramo da Contabilidade que se destina a produzir informações para os diversos níveis gerenciais de uma entidade, como auxílio às funções de determinação de desempenho, de planejamento e controle das operações e de tomada de decisão”

(LEONE, 1997, p. 16 apud VIEIRA, 2013, p. 11). Seguindo o mesmo raciocínio segundo Martins (2003, p. 15):

No que tange à Decisão, seu papel reveste-se de suma importância, pois consiste na alimentação de informações sobre valores relevantes que dizem respeito às consequências de curto e longo prazo sobre medidas de introdução ou corte de produtos, administração de preços de venda, opção de compra ou produção etc.

Baseado nos conceitos citados neste artigo, podemos afirmar que a importância da contabilidade de custo não está apenas ligada ao fato de controle, mas também tem grande influência nas tomadas de decisões dos gestores de uma entidade, ela está **interligada** e complementa outras ferramentas de grandes importâncias para a gestão eficaz da empresa, como a contabilidade financeira, gerencial e o sistema orçamentário, como mostra a **figura 01**:

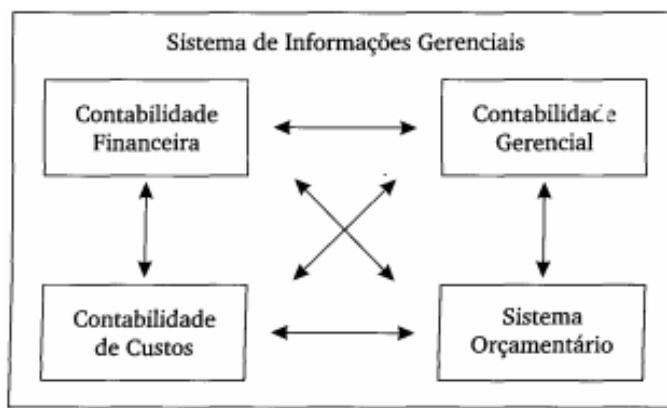


Figura 01: Sistema de Informações Gerenciais  
Fonte: (MARTINS, 2003, p. 15).

Com finalidade o controle interno de uma empresa para poder impactar o ambiente externo e com propósito de lucros satisfatórios, segundo Martins (2003, p. 15) “Resumindo, a Contabilidade de Custos acabou por passar, nessas últimas décadas, de mera auxiliar na avaliação de estoques e lucros globais para importante arma de controle e decisão gerenciais”. Então adotar medidas contábeis perante os custos é um dos meios eficazes para o crescimento e desenvolvimento da empresa.

## 2.2.1 Terminologia contábil

Antes de dar continuidade aos próximos tópicos onde serão abordadas as classificações dos custos, precisamos entender sobre a terminologia contábil, ou seja, saber os conceitos de gastos e seus tipos, os custos estão atrelados dentro desses conceitos. O conceito de gasto segundo Neves (2013, p. 13) “Renúncia de um ativo pela entidade com finalidade de obtenção de um bem ou serviço, representada pela entrega ou promessa de entrega de bens ou direitos (normalmente dinheiro)”, ou seja, a entidade desembolsar dinheiro para poder adquirir um bem ou serviço com expectativa de futuros retornos financeiros, esse desembolso pode ser no período de curto ou longo prazo.

Os gastos podem ser classificados em vários tipos, como **investimento, custo e despesa**. Investimento é um gasto com bem ou serviço em função de sua vida útil, buscando prováveis retornos financeiros. Custo é o gasto relativo a um bem ou serviço com finalidade na aplicação da produção de outros bens e serviços e a despesa são os gastos com os bens e serviços que não são utilizados na atividade produtiva, apenas com finalidade de consumo para obter receita (NEVES, 2013).

### 2.3 CLASSIFICAÇÕES DOS CUSTOS

Para dar início o tópico relacionado as classificações dos custos e seu sistema de custeio, nada mais justo do que reforçamos a terminologia da palavra custo, que são os gastos consequente de um processo de produção de um determinado produto e para execução de um determinado serviço, por tanto “Tratam-se dos gastos da empresa com o produto final e estão ligados à aquisição ou à produção de mercadorias” (PAULA, 2019). Muitos podem confundir os custos com as despesas, mas a diferença entre eles de forma objetiva respectivamente é que um está ligado ao setor produtivo de um produto (chão de fábrica) e o outro está relacionado a “sacrifícios financeiros” obtidos para execução da venda. Na **figura 02** nos mostra uns exemplos de custos e despesas:



Figura 02: Qual a diferença entre custos diretos e indiretos?

Fonte: (TIAGO, 2019).

Os custos por sua vez é um objeto de estudo de grande importância para obter maiores informações de rentabilidade sobre determinado produto ou serviço. Saber classificá-lo traz melhoria à eficiência para tomada de decisão como os cortes de gastos que não agregam com o desenvolvimento do produto/serviço. Suas principais classificações são:

- **Custos diretos**
- **Custos indiretos**
- **Custos fixos**
- **Custos Variáveis**

### 2.3.1 Custos diretos e indiretos

Os custos **diretos** como o próprio nome diz, é aquele que está ligado diretamente no produto, conforme relata Fernandes (2018) “O custo direto é aquele para o qual é mais fácil atribuir um valor, ou seja, que é mensurável sem dificuldades, sem necessidade de rateio e que é relacionado diretamente ao produto final”. Então todos os gastos que estão relacionados diretamente com o produto é considerado custo direto, como por exemplo, mão de obra envolvida na produção do mesmo, matéria-prima, materiais de embalagens, entre outros.

Os custos **indiretos** se relacionam com os gastos necessários para produção, mas que não podemos distinguir de forma objetiva, ao contrário dos diretos, os custos indiretos são aqueles em que é difícil atribuir um valor para cada



unidade produzida necessitando usar critérios de rateios para poder atribuir os custos ao produto (FERNANDES, 2018). De acordo com o site Prestex (2018) “O rateio de custos se refere às práticas de divisão proporcional de custos”, com isso para complementar o entendimento, são exemplos de custos indiretos, energia elétrica da fábrica, aluguel do espaço da fábrica, mão de obra indireta, seguros, entre outros relacionados a fábrica.

### 2.3.2 Custos fixos e variáveis

Os custos **fixos** são aqueles gastos que independentemente da quantidade produzida do produto não será alterado o valor, como diz Paula (2019) “Esses são os gastos que não variam com o volume produzido ou vendido. Isso significa que eles serão cobrados todos os meses, independentemente se a empresa teve ou não um bom desempenho comercial”. Os custos **variáveis** são aqueles que aumentam proporcionalmente de acordo com o volume da produção de uma fábrica, eles estão diretamente relacionados ao volume de produção. À medida que a produção aumenta, também aumentam os custos variáveis. Quando a produção cai, os custos variáveis vão para baixo em consequência desse fato (SANTOS, V. 2017). Na **figura 03** é apresentada uma maneira mais didática e simples para a compreensão sobre o que os conceitos sobre os custos fixos e variáveis quer nos dizer:



Figura 03: A arte de precificar.  
Fonte: (VICTOR, 2018).

### 2.3.3 Formação do custo de produção

Com os conceitos compreendidos sobre os tipos de custo existente para a elaboração de um determinado produto, podemos enfim chegar ao cálculo final do custo total para produzir um determinado produto ou serviço, ou seja, ao **custo de produção do período**. Os custos de produção são incorridos no processo produtivo em um determinado período de tempo, onde ele é composto da seguinte forma; Material Direto (MD) + Mão de Obra Direta (MOD) + Custo Indiretos de Fabricação (CIF) (NEVES, 2013) como mostra a **figura 04**. A partir desse resultado buscamos na sequência o custo unitário dos produtos, isso é feito por meio da divisão do valor total dos custos de produção pela quantidade produzida.



Figura 04: Organograma do custo de produção.  
Fonte própria do autor (2021).

### 2.4 SISTEMAS DE CUSTEIO

O sistema de custeio é a forma que vai ser custeado um determinado produto, de acordo com Piñon (2019) “Um método ou sistema de custeio está relacionado ao modo pelo qual os custos são apropriados à produção”. Com isso podemos destacar quatro tipos de sistema de custeio, que são:

- **Custeio por Absorção.**
- **Custeio Variável.**

- **Custeio Baseado em Atividade (ABC).**
- **Custeio Padrão.**

No **custeio por absorção** ele aborda todos os custos relacionados ao produto, seja ele fixo, variável, direto ou indireto, nesse método os custo diretos são apropriados diretamente ao produto e os custos indiretos são agregados aos produtos de acordo com os critérios de rateio (PIÑON, 2019). Para melhor enfatizar sobre o custeio por absorção é mostrada na **figura 05** a esquematização desse processo, onde os custo diretos e indiretos estão ligados ao produto e a despesa ao resultado para obter a receita:

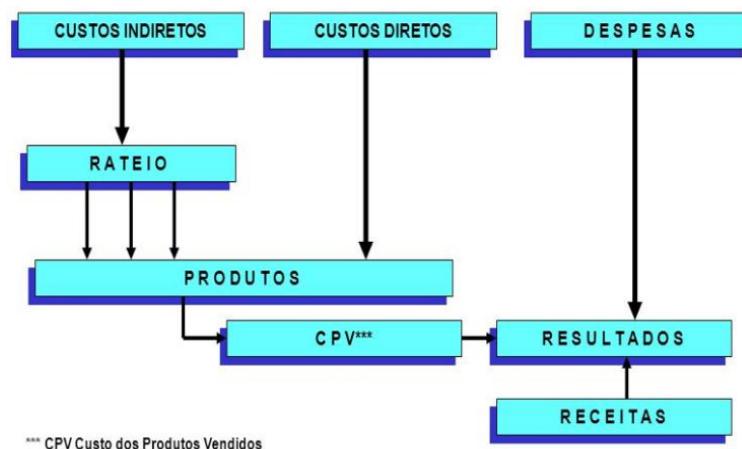


Figura 05: A importância do conhecimento dos sistemas de custeio para o trabalho do auditor-fiscal da Receita Federal.  
Fonte: (PIÑON, 2019).

O **custeio variável** são apropriados aos produtos, nele os custos fixos são lançados como despesas operacionais, enquanto que no custeio por absorção, esses custos foram lançados como sendo dos produtos vendidos, onde interfere no lucro bruto, ou seja, eles estão ligados ao produto diretamente no processo de produção sendo separados dos custos fixos que ficam no processo da venda junto com as despesas (PIÑON, 2019).

No **custeio baseado em atividade** conhecido como método ABC, ele serve para distribuir os custo de determinados produtos (quando há mais de um), de acordo com o que foi necessário para sua elaboração, ou seja, eles não são distribuído para os produtos acabados de forma igualitária, mas proporcionalmente ao que se teve de custo para o desenvolvimento de cada um, para complementar o

raciocínio diz Piñon (2019) “O ABC propõe o uso do Rastreamento por meio dos direcionadores de custos, sendo dois tipos de direcionadores: o de recursos para as atividades e o de atividades aos produtos”.

O **custeio padrão** é um método estabelecido antecipadamente, onde a empresa tem uma previsão do que será gasto. “O custo-padrão, além de ser **baseado em previsões e metas**, é **fundamentado em padrões técnicos**. É um sistema de custeamento de produtos que tem como **filosofia o controle das operações** indicando se estas foram realizadas acima ou abaixo dos **padrões de eficiência fixados**” (PIÑON, 2019, grifo do autor).

## 2.5 FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA

No cenário atual assim como era fundamental no passado para uma entidade, dar continuidade ao desenvolvimento do seu negócio é sinal de uma a boa gestão financeira, e dentro dessa gestão está um ponto crucial que é a determinação do preço de venda do seu produto ou serviço, segundo Vieira (2013, p. 108) “a correta formação de preços de venda é questão fundamental para a sobrevivência e crescimento das empresas, independentemente do porte e da área de atuação”.

A formação do preço de venda para muitos pode parecer simples, mas é de grande importância para o destino rentável da empresa, ele pode afetar tanto o ambiente externo que seria os clientes e o mercado no geral como também o ambiente interno nos lucros da mesma. Segundo Camargo (2017):

A formulação do Preço de Venda é um fator que influencia diretamente o cliente em suas decisões de compra, principalmente em mercados com um grande número de concorrentes. Com preços muito altos, sua empresa pode afugentar os clientes e perder mercado. Com preços muito baixos, a organização pode sofrer prejuízos pela venda de produtos, mercadorias e serviços abaixo do valor mínimo para cobrir custos e despesas.

Para formar o preço de venda não é tão simples como imaginamos, pois existem complexidades que devem ser observadas com cuidado na hora de dizer ao seu desenvolvimento, como por exemplo os impostos específicos, o regime tributário que a entidade esteja enquadrada e o método de custeio que ela está levando em consideração. Uma ferramenta importante para determinar o preço de

venda dos produtos ou serviços é o Mark-up. O Mark-up é um índice baseado no custo do produto/serviço, ele consiste em somar uma margem de lucro ao custo unitário do produto ou serviço para obter o preço de venda, esse índice tem finalidade cobrir todos os custos e trazer lucratividade para a empresa (CAMARGO, 2017). Ele é estabelecido da seguinte forma:

$$\text{Mark-up} = [100\% - (\% \text{ lucro} + \% \text{ despesas operacionais} + \% \text{ comissões} + \% \text{ impostos})] / 100\%.$$

Dentro do Mark-up os impostos podem interferir na hora de sua composição, então o gestor ou responsável pela elaboração desse índice terá que observar com cautela os percentuais dos impostos do negócio, como o regime tributário da mesma se é lucro presumido, lucro real ou simples nacional, que podem trazer variações e os impostos específicos que podem incorrer de acordo com o estado de execução das atividades, isso se aplica por exemplo ao ICMS (imposto sobre circulação sobre mercadorias e serviços), que pode variar de estado para estado. Com o índice do Mark-up determinado, seguimos para o próximo passo e mais importante que é a formação do preço de venda do produto/serviço. “O preço de venda é um fator que influencia o cliente em suas decisões de compra. Em mercados com um grande número de concorrentes, as empresas precisam ter certeza de que estão oferecendo a melhor oferta sem perder a lucratividade” (SEBRAE,2019). Com isso o preço de venda é baseado no índice do Markup e determinado da seguinte forma:

$$PV = \text{Custo unitário dos produtos} / \text{Markup}$$

Um ponto a se observar é em relação ao método utilizado para totalizar os custos dos produtos, como abordado anteriormente quatro tipos; custeio por absorção, custeio variável, custeio baseado em atividades e custeio padrão. O método identificado que a entidade esteja executando é o que vai determinar o custo dos produtos na fórmula para poder ser dividido pelo índice do Markup encontrado e formar o preço de venda do produto (PV).

Por tanto o Markup é um fundamental índice para a formação do preço de venda, como diz Camargo (2017) “ao ter o cálculo Markup de um produto ou serviço

definido, fica muito mais fácil estabelecer limites para descontos. Com isso, profissionais de vendas saberão até onde podem ir em uma negociação sem comprometer a lucratividade”.

### 3 METODOLOGIA

Os processos metodológicos é a maneira de conduzir o presente trabalho, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 14) “a metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”. Diante deste fato, este trabalho será de natureza qualitativa, objetivando a teoria e prática do estudo. Quanto aos objetivos propostos, o estudo realizado tem características exploratória que de acordo com Gil (2002, p. 41) “estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”, e também características descritiva onde segundo Gil (2002, p. 42) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. O procedimento utilizado no estudo é a pesquisa bibliográfica, onde é desenvolvida baseada em materiais já elaborados, como livros e artigos científicos, a partir dela será determinada a nossa posição para um problema específico (GIL, 2002). Já a outra ferramenta utilizada para elaboração desse artigo será o estudo de caso que segundo Gil (2002, p. 54) “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

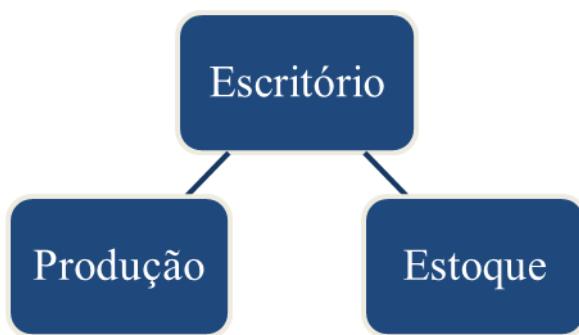
A presente pesquisa foi realizada em uma indústria localizada na cidade de Jacaraú – PB, cujo seu ramo de atividade é a fabricação de biscoitos. A empresa está no mercado de biscoitos há 21 anos. Com a finalidade de atingir os objetivos do presente estudo, foi utilizada a coleta de dados primários junto à empresa em análise através de uma entrevista semiestruturada com o gestor proprietário da empresa, abordando uma média de volume de produção, valor de faturamento e percentuais, pois o mesmo priorizou o sigilo de seus dados exatos financeiro, e para melhor entendimento e apresentação dos dados levantados, foram elaboradas planilhas de cálculos desses custos de produção e preço de venda relacionada ao

principal produto da empresa o biscoito palito, com objetivo de identificar o mecanismo utilizado pela a mesma para obter os seus dados.

## 4 ESTUDO DE CASO: RESULTADO E DISCUSSÃO

### 4.1 CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

A fábrica em analise é atuante no mercado de produção e vendas de biscoitos localizada na cidade de Jacaraú – PB, e se posiciona no mercado há mais de vinte e um anos, enquadrada como ME (micro empresa) de regime tributário pelo Simples Nacional e de contabilidade terceirizada a empresa X tem um faturamento bruto anual aproximadamente a R\$ 1.834.000,00 (um milhão e oitocentos e trinta e quatro mil reais). Os principais clientes são outras empresas que correspondem a 100% do seu faturamento de forma equilibrada em relação as cidades de entregas. Composta por um funcionário ligado ao setor administrativo junto ao gestor/proprietário, sete ligados ao setor produtivo e um funcionário/técnico responsável pela manutenção das maquinas do chão de fábrica. Possuindo apenas uma indústria, onde a mesma é dividida em escritório (área administrativa), chão de fábrica e o estoque dos produtos acabados, como mostra a **fluxograma 01**:



Fluxograma 01: Divisões da indústria.  
Fonte própria do autor (2021).

Como todo mercado competitivo a empresa X considera em maior dificuldade a concorrência relacionada aos preços de vendas ofertados pelos os demais, e assim consequentemente reduzir sua margem de lucro para se manter forte no mercado. A empresa X tem como principal produto os biscoitos, dividido em doce e palito (salgado), em específico os biscoitos palitos correspondente a 60% do seu

faturamento e o biscoito doce á 40%. Levaremos em consideração nesse estudo seu principal biscoito o palito, que é composto em sua mistura por água, farinha, sal, açúcar e amido. Após ser efetuada a mistura, é formada uma massa onde a mesma passa pelo cilindro para dí prosseguimento em uma esteira com destino ao corte (formar o biscoito), como mostra o **fluxograma 02**. Com as massas já cortadas no seus tamanhos ideais, são levadas ao forno, em sequência destinam para as câmaras de esfriamento em temperatura ambiente.



Fluxograma 02: Processo produtivo  
Fonte própria do autor (2021).

#### 4.2 CUSTOS DE PRODUÇÃO DO BISCOITO

Foi observado que o método de custeio utilizado pela empresa para calcular seus custos é o de Absorção, uma vez que os custos diretos e indiretos fazem parte do cálculo do custo de produção dos seus produtos.

Como já abordado anteriormente, saber analisar e identificar os custos é primordial para dar um norte à elaboração do preço de venda dos produtos. Através da entrevista semiestruturada com o gestor da empresa X objeto deste estudo recolhemos as seguintes informações relacionadas ao custo direto do produto baseado no biscoito palito que tem capacidade produtiva de 750 quilos ao mês totalizando 1.250 pacotes de 600 gramas, onde o mesmo se totalizou em R\$ 2,52 (dois reais e cinquenta e dois centavos) de custo unitário e R\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais) de custo total direto no mês, como mostra o **quadro 01**:

Custos diretos			
Componente	Custo unitário (biscoito de 600g)	Custo total (mês)	Percentual (%)
Água	R\$ 0,13	R\$ 157,50	2,00%
Farinha	R\$ 0,45	R\$ 567,00	10,00%
Sal	R\$ 0,18	R\$ 220,50	6,50%

<b>Açúcar</b>	R\$ 0,19	R\$ 236,25	5,25%
<b>Amido</b>	R\$ 0,14	R\$ 168,84	4,50%
<b>MOD</b>	R\$ 1,32	R\$ 1.650,00	68,75%
<b>Embalagem</b>	R\$ 0,12	R\$ 149,94	3,00%
<b>Total</b>	<b>R\$ 2,52</b>	<b>R\$ 3.150,00</b>	<b>100,00%</b>

Quadro 01: Custos diretos do produto.

Fonte própria do autor (2021).

Nesse quadro 01 os custos foram baseados em percentuais estimados pelo gestor entrevistado onde segundo ele são R\$ 1,20 (um real e vinte centavos) de materiais diretos e R\$ 1,32 (um real e trinta e dois centavos) referente a Mão de Obra Direta (MOD), totalizando R\$ 2,52 (dois reais e cinquenta e dois centavos), cujo a mesma é composta por três funcionários ligados a execução do processo diretamente com o produto, sendo que os mesmos fazem os dois tipos de biscoitos, com isso dividimos o total do salário para dois produtos, nesse caso foram três salários totalizando R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) dividido para dois temos, R\$ 1.650,00 (um mil e seiscentos e cinquenta reais) para cada tipo de biscoito. Já para os custos indiretos foi abordado na entrevista que para o processo produtivo ocorrer eles só terão desembolso com taxa de energia solar no valor de R\$ 100,00 (cem reais) ao mês e com manutenção das máquinas, onde é um funcionário contratado e pago mensalmente um salário mínimo considerando o valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) por haver dois tipos de biscoitos. Os rateios foram baseados em produção mensal do biscoito palito de 600g, onde dividimos o total de cada custo por quantidade produzida no mês equivalente a 1.250 unidades, como foi feito no custo direto, no quadro 02 apresentamos esse processo como também expomos o percentual que cada um representa em relação ao produto.

<b>Custos indiretos</b>			
<b>Tipo de custo indireto</b>	<b>Custo unitário (biscoito de 600g)</b>	<b>Custo total (mês)</b>	<b>Percentual (%)</b>
<b>Manutenção</b>	R\$ 0,44	R\$ 550,00	84,61%
<b>Energia solar</b>	R\$ 0,08	R\$ 100,00	15,39%
<b>Total</b>	<b>R\$ 0,52</b>	<b>R\$ 650,00</b>	<b>100,00%</b>

Quadro 02: Custos indiretos do produto.

Fonte própria do autor (2021).

Como podemos ver no quadro 02, a maior parte dos custos indiretos está na manutenção das máquinas, pois a indústria optou na economia da energia utilizando a energia solar. Com isso podemos afirmar que o custo total de produção do biscoito palito no mês é de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais) e o custo unitário do produto é **R\$ 3,04** (três reais e quatro centavos) onde temos R\$ 1,20 (um real e vinte centavos) de Material Direto (MD), R\$ 1,32 (um real e trinta e dois centavos) referente à Mão de Obra Direta (MOD) e R\$ 0,52 (cinquenta e dois centavos) de Custos Indiretos de Fabricação (CIF). Com isso o **quadro 03** e o gráfico 01 mostra como é distribuído o percentual de cada custo relacionado ao produto:

Custos	Valor unitário
<b>Material Direto (MD)</b>	R\$ 1,20
<b>Mão de Obra Direta (MOD)</b>	R\$ 1,32
<b>Custos Indiretos de Fabricação (CIF)</b>	R\$ 0,52
<b>Custo total de fabricação</b>	<b>R\$ 3,04</b>

Quadro 03: Custos totais de fabricação.  
Fonte própria do autor (2021).

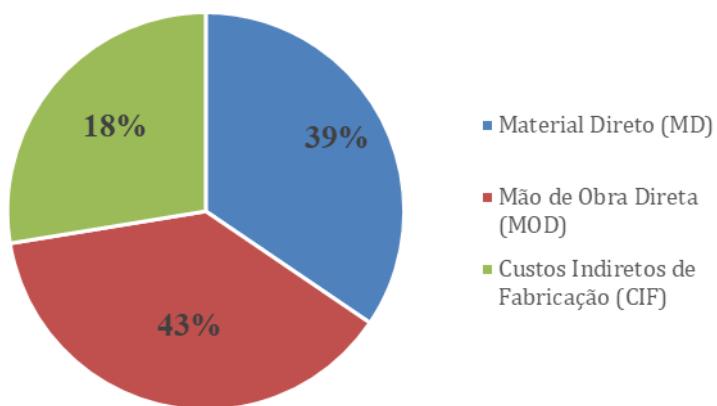


Gráfico 01: Composição do custo total de produção.  
Fonte própria do autor (2021).

Ao elaborar o gráfico 01 podemos afirmar que maior parte do custo do produto está concentrada na Mão de Obra Direta equivalente a 43%, seguido do Material Direto (MD) com 39% e o Custos Indiretos de Fabricação (CIF) com 18%, totalizando 100% e finalizando os dados relacionados aos custos de produção.

#### 4.3 CÁLCULO DO MARK-UP

A próxima etapa do presente estudo é identificar a composição do índice do Mark-up a ser utilizado posteriormente na fórmula de cálculo do preço de venda unitário do produto. Para chegarmos no índice Mark-up recolhemos informações relacionadas aos percentuais (%) de despesas operacionais, lucro estimado pelo gestor, as comissões pagas e aos impostos, os quais estão a seguir demonstradas no **quadro 04**:

Tipo	Percentual
<b>Despesas Operacionais</b>	4%
<b>Margem de lucro</b>	25%
<b>Comissões</b>	4%
<b>Impostos</b>	20%

Quadro 04: Percentuais das despesas.  
Fonte própria do autor (2021).

Como mostra o **quadro 04**, o maior percentual de despesa está representado pelos impostos. Para se chegar ao percentual das despesas operacionais foi levada em consideração a média de faturamento mensal da empresa X onde é composta por despesa com *marketing* no total de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais); salário do funcionário administrativo, motorista e responsável para descarregar o produto R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) e gasolina R\$ 2.500,00 que totalizam em R\$ 6.050,00 (seis mil e cinquenta reais) no mês. Na entrevista foi passado pelo gestor que a margem de lucro que estimam é de 25%, as comissões pagas é 4% e o produto obtém cerca de 20% referente a impostos. Com os dados levantados, podemos agora calcular o índice do mark-up a ser utilizado na formação do preço de venda do produto em estudo.

$$\text{Mark-up} = [100\% - (\% \text{ lucro} + \% \text{ despesas operacionais} + \% \text{ comissões} + \% \text{ impostos})] / 100\%.$$

$$\text{Mark-up} = [100\% - (25\% \text{ lucro} + 4\% \text{ despesas operacionais} + 4\% \text{ comissões} + 20\% \text{ impostos})] / 100\%.$$

$$\text{Mark-up} = [100\% - 53\%] / 100\%$$

$$\text{Mark-up} = 47\% / 100\%$$

$$\text{Mark-up} = 0,47$$

#### 4.4 CÁLCULO DO PREÇO DE VENDA

Com o índice do mark-up calculado podemos dar início ao cálculo do preço de venda, assim conforme demonstrado no referencial teórico desse estudo e através da utilização da seguinte fórmula:

$$PV = \text{Custo unitário dos produtos} / \text{Mark-up}$$

$$PV = 3,04 / 0,47$$

$$PV = R\$ 6,47$$

Com o preço de venda encontrado no valor de R\$ 6,47 (seis reais e quarenta e sete centavos) a empresa X é capaz de cobrir todos os seus gastos e garantir a margem de lucro de 25%. Esses procedimentos foram utilizados com os dados obtidos através do principal gestor da empresa X, onde foi também observado que o mesmo não utilizava essa metodologia para formar o seu preço de venda.

Para formação do seu preço de venda que atualmente é de R\$ 6,40 (seis reais e quarenta centavos) foi considerado o seguinte: foi calculado com base no que ele achou dos custos e despesas que tem para ter o produto a até sua venda. O gestor considerou os custos e despesas totais do biscoito como R\$ 5,12 (cinco reais e doze centavos), após ter uma estimativa dos custos e despesas no mês para em seguida aplicar o percentual de margem de lucro de 25%, chegando ao preço praticado de R\$ 6,40 (seis reais e quarenta centavos), preço este aproximado do preço encontrado utilizando os conceitos expostos neste trabalho no referencial teórico.

#### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo-se desta pesquisa, verificou-se a importância da formação do custo de produção, cálculo do mark-up e a formação do preço de venda do principal produto da empresa X objeto desse estudo e que estas variáveis são de fundamental importância para que a empresa consiga fazer um processo de gestão melhor do seu empreendimento de forma a garantir a sua sobrevivência no mercado em que atua. Calcular corretamente o custo e adotar uma política de preços adequada e justa ao mercado pode contribuir para que a empresa X seja competitiva e gere bons lucros.

O estudo pode evidenciar que indústria não possui tem uma base fundamentada para calcular os custos dos seus produtos e isto é decorrente da falta de informações ordenadas sobre os seus gastos e o desconhecimento sobre as formas de custeio definidos através da contabilidade de custos.

Para se atingir o objetivo geral deste estudo que consiste em demonstrar como é calculado o preço de venda com base nos custos de produção de uma fábrica de biscoitos localizada em Jacaraú – PB. Utilizou-se da metodologia de demonstrar em detalhes a formação do custo de produção da empresa X relacionados com o produto objeto de estudo, o biscoito, onde os custos foram classificados em custos diretos e indiretos para se chegar ao custo total e unitário de produção. Em seguida foi composto o cálculo do índice do mark-up com a finalidade de calcular o preço de venda com base no custo de produção.

Como resultado desse estudo, através da utilização de um método de custeio e um método de precificação estabelecido pelo referencial teórico desse estudo, pode-se calcular o preço de venda a ser praticado pelo biscoito, principal produto da empresa X em estudo e que este está bem próximo do preço praticado pela empresa X. Percebendo-se então que apesar da empresa X não manter uma base fundamentada no seu processo de cálculo de custo e formação de preços está conseguindo se manter no mercado apesar da grande concorrência.

Diante do exposto, Concluiu-se que é de suma importância para o processo de gestão do negócio, conhecer detalhadamente seus gastos para se ter um bom suporte à elaboração do preço de venda para que esse, uma vez praticado, possa atender aos objetivos empresariais cobrindo todos os gastos do empreendimento e garantido competitividade e o lucro esperado pelos investidores.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Raquel. **Venda de biscoitos, massas, pães e bolos cresce 9% em 2020.** Valor Investe, 2021. Disponível em:  
<https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/03/15/venda-de-biscoito-massas-paes-e-bolos-cresce-9percent-em-2020.ghhtml>. Acesso em 13 de abril de 2021.

CAMARGO, Renata Freitas de. **O que é Markup, por que é importante conhecer sobre precificação e como realizar a formação do preço de venda de produtos**

**e serviços?.** Treasy, 2017. Disponível em: <https://www.treasy.com.br/blog/markup/>. Acesso em 14 de abril de 2021.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade Gerencial**. 8ª edição. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

FERNANDES, Daniela Pereira. **Quanto custa para produzir o seu produto ou serviço? Entenda tudo sobre custos diretos, indiretos, fixos e variáveis.**

Treasy, 2018. Disponível em: <https://www.treasy.com.br/blog/custos-diretos-indiretos-fixos-e-variaveis/>. Acesso em 14 de abril de 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

MARILAN, Alimentos. **Origem do Biscoito**. Marilan Alimentos, 2013. Disponível em: <https://www.marilan.com/faq-items/7-qual-origem-biscoito/>. Acesso em 12 de abril de 2021.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9ª edição. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

PAULA, Gilles B. de. **Diferença entre custo e despesa: Conceitos, exemplos e importância de classificá-los corretamente**. Treasy, 2019. Disponível em: <https://www.treasy.com.br/blog/custos-e-despesas-saiba-a-diferenca/>. Acesso em 13 de abril de 2021.

PIÑON, Manuel. **A importância do conhecimento dos sistemas de custeio para o trabalho do auditor-fiscal da receita federal**. Gran Cursos online, 2019.

Disponível em: <https://blog.grancursosonline.com.br/a-importancia-conhecimento-sistemas-custeio-trabalho-auditor-fiscal-receita-federal/>. Acesso em 14 de abril de 2021.

PRESTEX. **Rateio de custos: o que é, qual a importância e como fazer**. Prestex, 2018. Disponível em: <https://www.prestex.com.br/blog/rateio-de-custos-o-que-e-qual-a-importancia-e-como-fazer/>. Acesso em 14 de abril de 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª edição. Novo Hamburgo, RS: Universidade Feevale, 2013.

SANTOS, Virgilio Marques dos. **O que são custos variáveis? E o que são custos fixos?**. Fm2s Educação e Consultoria, 2017. Disponível em: <https://www.fm2s.com.br/o-que-sao-custos-variaveis/>. Acesso em 14 de abril de 2021.

SEBRAE. **A importância da determinação do preço de venda**. SEBRAE Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://atendimento.sebraemg.com.br/biblioteca-digital/content/a-importancia-da-determinacao-do-preco-de-venda#:~:text=O%20pre%C3%A7o%20de%20venda%20%C3%A9,oferta%20sem%20perder%20a%20lucratividade>. Acesso em 14 de abril de 2021.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silveira. **Contabilidade de Custos.** 11<sup>a</sup> edição. São Paulo, SP: Saraiva, 2013.

VIEIRA, Euselia Pavaglio. **Custo e Formação de Preço de Venda.** 2<sup>a</sup> edição. Ijuí, RS: Unijuí, 2013.

## OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DE UMA FÁBRICA DE CONFECÇÕES EM JOÃO PESSOA – PB

Ananias Couto dos Santos<sup>1</sup>  
Ricardo da Silva Pereira<sup>2</sup>

### RESUMO:

O presente trabalho aborda os impactos causados pela pandemia do vírus COVID-19 nos custos da cadeia produtiva de uma fábrica de confecção localizada em João Pessoa – PB, traçando um comparativo entre antes e depois do seu início em meados de março de 2020, identificando e comentando as mudanças, pretendendo descrevê-los. Dessa maneira, serão trazidos ao relevo assuntos sobre o impacto da Pandemia do COVID-19 para o mercado da indústria têxtil e de confecção no âmbito nacional, descobrindo a situação em 2019 e sua perspectiva para 2020, assinalando as medidas governamentais, como forma de evitar o colapso do sistema de saúde pública, o desemprego em massa e, por conseguinte a sobrevivência das empresas, destacando aquelas medidas que repercutiram na produção e na gestão da fábrica em estudo. Pretende-se também abordar conceitos básicos da contabilidade de custos que constituem imprescindíveis para melhor compreensão dos fatos observados, demonstrando de forma comentada os impactos causados pela pandemia do COVID-19 nos custos diretos e indiretos na cadeia produtiva e suas mudanças dentro deste processo. Para atingir estes objetivos, o presente estudo usou como metodologia a observação *in loco*, relatórios gerenciais no sistema de informação da empresa, além de fazer entrevista semiestruturada com o principal gestor e funcionários do setor produção, levantando e analisando os dados. Por conseguinte, verificou-se que a empresa reduziu suas receitas e sua folha de pagamento, teve que lhe dar com a escassez de matéria-prima e, consequentemente, os aumentos dos principais insumos, obrigando o gestor a adotar medidas rápidas e adaptativas, pelas quais a empresa passou a produzir máscaras de tecido, intensificando sua produção através de serviço de terceiros, reposicionando-se no mercado em situação de crise.

**PALAVRAS-CHAVES:** Pandemia COVID-19. Custos de Produção. Indústria de Confecção.

### ABSTRACT:

This work addresses the impacts caused by the COVID-19 virus pandemic on the costs of the production chain of a garment factory located in João Pessoa - PB, drawing a comparison between before and after its beginning in March 2020,

---

<sup>1</sup>Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário UNIESP; E-mail: ananiascouto@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas, pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB - Campus I, Especialização em Contabilidade pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Campus I, Docente do Curso Superior de Ciências Contábeis e Gestão Financeira das disciplinas de Contabilidade e Análise de Custos I e II, Controladoria Estratégica, Gestão Financeira e Orçamentária e Contabilidade I do Centro Universitário UNIESP; e-mail: ricardo.pereira.jp4@gmail.com.

identifying and commenting on the changes, pretending to describe them. In this way, issues will be brought to the forefront about the impact of the COVID-19 Pandemic on the textile and apparel industry market at the national level, discovering the situation in 2019 and its perspective for 2020, pointing out as measures, as a way to avoid the collapse of the public health system, mass unemployment and, consequently, the promotion of companies, highlighting those measures that had repercussions on the production and management of the factory under study. It is also intended to address the basic concepts of cost accounting that are impressive and essential for a better understanding of the observed facts, demonstrating in a commented way the impacts caused by the COVID-19 pandemic on the direct and indirect costs in the production chain and its changes in it. To achieve these objectives, the present study is a methodology of observation in loco, management reports in the company's information system, in addition to conducting a semi-structured interview with the main manager and employees of the production sector, collecting and analyzing the data. Consequently, it was found that the company reduced its revenues and its payroll, had to deal with the shortage of raw materials and, consequently, the increases in the main inputs, forcing the manager to adopt quick and adaptive measures, by which the company started to produce fabric masks, intensifying its production through third-party services, repositioning itself in the market in a crisis situation.

**KEY WORDS:** Covid-19 Pandemic. Production costs. Clothing Industry.

## 1 INTRODUÇÃO

Já em 2020 o mercado de confecção no Brasil encontrava-se profundamente afetado com estoques reduzidos e baixas em seu quadro de funcionários, seja através de suspensão de contratos de trabalho, seja por meio de demissões. Com efeito, a pandemia causada pelo novo coronavírus fez com que as pessoas ficassem receosas em consumir no mesmo ritmo, o que provocou uma desaceleração abrupta das cadeias produtivas quanto ao que estavam acostumadas a produzir, com exceção dos setores relacionados aos produtos e serviços ligados a gêneros alimentícios, medicamentos e serviços essenciais à saúde.

Diante da situação atual de pandemia, esse mercado se viu obrigado a ter que repensar sua linha de produção, voltando seus esforços também para a saúde. Como medida de contenção do contágio, as autoridades sanitárias passaram a recomendar à população o uso de máscaras de tecido de algodão. Dessa maneira, adaptar o processo produtivo à confecção de máscaras, por exemplo, constituiu uma oportunidade de manter-se operante neste cenário de crise, ao mesmo tempo que passou a prestar um serviço essencial de saúde pública. Para tanto, foi necessário pensar em estratégias, desde aquisição de novas máquinas e canalização de seus

estoques residuais de matéria-prima para a confecção de produtos que se alinhavam aos novos desafios.

Para demonstrar esse impacto, o presente estudo analisará uma fábrica de **pequeno porte**<sup>3</sup> no ramo de confecção que tem como atividade econômica principal a fabricação de peças de vestuário em geral, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida. Como toda indústria, ela compra sua principal matéria-prima, neste caso, rolos de malhas, a fim de alimentar sua cadeia produtiva, passando pelas etapas de corte e de costura, sendo que a maior parte da atividade deste último departamento é terceirizada por facções, com a finalidade de atender sua demanda, sobretudo no atacado. Até o mês de fevereiro de 2020 suas atividades seguiam o curso normal numa situação que refletia a tendência de mercado. Não obstante, a partir de meados de março de 2020, esse cenário foi afetado com o início de uma pandemia, causada pelo vírus oriundo da China e nomeado de COVID-19. Sua chegada ao Brasil fez com que as autoridades públicas suspendessem muitas de suas operações. Com efeito, a partir do **Decreto Estadual Nº 40.128 de 17/03/2020**<sup>4</sup>, a empresa teve que suspender suas operações temporariamente, reinventando-se para garantir sua sobrevivência neste cenário completamente novo, inusitado e desafiador.

Diante do exposto, o presente estudo busca responder ao seguinte questionamento: **Quais os impactos causados pela pandemia do vírus COVID-19 nos custos da cadeia produtiva de uma fábrica do ramo de confecção localizada em João Pessoa – PB?** Sabe-se que em um ambiente de pandemia, as organizações devem operar da forma mais eficiente possível, buscando a redução dos seus custos para manter a sua competitividade e garantir o melhor resultado possível. Assim, o presente estudo tem como objetivo principal identificar quais os impactos causados pela pandemia do COVID-19 sobre uma fábrica de confecção em João Pessoa - PB. Para tanto serão abordados especificamente os seguintes objetivos: discorrer sobre o impacto da Pandemia do COVID-19 para o mercado da indústria de confecção; identificar as medidas governamentais, motivadas pela

---

<sup>3</sup> Empresa de pequeno porte é aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (Lei Complementar Nº123, de 14 de Dezembro de 2006, Art 3º, II)

<sup>4</sup> Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/janeiro/marco/diario-oficial-19-03-2020.pdf>. Acesso em 26 maio 2021.

pandemia, que podem impactar na produção e na gestão da empresa; abordar conceitos básicos da contabilidade de custos, bem como dos custos de produção e sua formação e sistema de custeio; demonstrar de forma comentada os impactos causados pela pandemia do COVID-19 na cadeia de custos da empresa em questão.

O presente estudo justifica-se pelo seu elevado grau de importância, visto abordar uma temática de cunho atual, mediante os acontecimentos de pandemia, e por servir de referência para gestão de custos em uma situação de crise, especificamente de saúde pública, uma vez que demonstra os cenários que antecederam o fato e a sua interferência nos custos da cadeia produtiva.

A metodologia empregada, portanto, parte inicialmente da pesquisa bibliográfica, aprofundando a temática, através de estudo de caso, a ser realizado em uma indústria de confecções localizada em João Pessoa – PB, onde será efetuado um levantamento de dados a partir das informações gerenciais no que se refere ao faturamento, quadro de funcionários e ao processo produtivo, procurando identificar e comentar as variações geradas no custo de produção fabril e as medidas adotadas por ela para sobreviver à crise sanitária.

Enquanto fundamentação teórica, este estudo pretende trazer para o debate autores como Eliseu Martins, Paulo Viceconti e Silvério das Neves, além de artigos de internet e medidas governamentais, visando lançar luzes para uma melhor compreensão e aprofundamento do problema apresentado e de seus objetivos, a partir de conceitos bem estabelecidos dentro da perspectiva da Contabilidade de Custos.

Desse modo, este estudo será estruturado nas seguintes partes: introdução, fundamentação teórica, metodologia, estudo de caso com uma descrição da situação da empresa antes e durante a situação de pandemia, dando destaque aos impactos sobre os custos de produção no contexto da pandemia do COVID-19, as considerações finais e referencial bibliográfico.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 ABORDAGEM SOBRE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES NO BRASIL NUM CONTEXTO DE PANDEMIA

Em meados de março do ano de 2020, o mercado brasileiro foi surpreendido com medidas de isolamento social adotadas pelas autoridades públicas. Embora o epicentro da pandemia do COVID-19 tenha origem ao final de 2019 na China, o mercado nacional não se preparou para o alastramento da infecção em escala global, de modo que o impacto causado nos negócios foi devastador. Afinal, a ordem de fechamento dos estabelecimentos comerciais já na última dezena de março de 2020, excetuando aquelas consideradas essenciais (saúde e alimentação), estabeleciais naquele momento a interrupção do atendimento presencial, causando redução drástica na receita das empresas, afetando negativamente seus fluxos de caixas e, consequentemente, comprometendo sua capacidade para pagamentos de obrigações já contraídas. Em contrapartida, em 2019, a situação era de certa estabilidade e princípios de retomada de crescimento, conforme a expectativa apontada pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, citada por DAVITIIS, 2019 e publicada na plataforma digital “FASHIONUNITED<sup>5</sup>”,

Em termos numéricos, de acordo com o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho - estamos ainda no vermelho tanto na produção têxtil (menos 2,5 por cento) e produção de vestuário (menos 0,5 por cento) no período de janeiro a outubro de 2019. Nesse mesmo período o varejo do vestuário subiu 0,3 percentuais e o número de empregos formais subiu para 15.010, embora tenha até outubro, perdido 10.690 postos de trabalho. Na exportação de têxtil e de confecção houve um aumento de 3,7 percentuais, de janeiro a novembro, em relação ao mesmo período do ano passado. "O preço do vestuário, na ponta varejista, está abaixo da inflação geral e o IPP - Índice de Preços ao Produtor - que é o preço das fábricas para os varejistas também está andando abaixo da inflação," diz Pimentel.

De fato, os negócios caminhavam com certa estabilidade e perspectiva de recuperação gradual para 2020, como se verifica logo abaixo, a partir da mesma publicação,

A projeção para o ano de 2020 aponta que a produção têxtil e de confecção poderá crescer em torno de 2 a 2,5 por cento, com exportações tendo um aumento de aproximadamente 2,5 percentuais e as importações, um incremento de 4,1 por cento. "Se esses números se formalizarem poderemos gerar mais de 6 mil novos postos de trabalho formal," avalia o presidente da Abit.

Entretanto, com a chegada do COVID-19, os efeitos sobre esta projeção de

---

<sup>5</sup>Disponível em: <https://fashionunited.com.br/news/business/balanco-da-industria-textil-e-de-confeccao-2019-1576877129/20191220112057> Acesso em 26 maio 2021.

crescimento econômico transfiguraram a realidade num quadro de crise de saúde em escala pandêmica, motivada pela tentativa de salvaguardar o sistema de saúde, sem o qual não havia como garantir o mínimo de atendimento à população. Com efeito, a partir do Decreto Estadual Nº 40.128 de 17/03/2020, a maioria das empresas tiveram que suspender suas operações ordinárias temporariamente. Assim, para garantir sua sobrevivência neste novo cenário inóspito e desafiador, os gestores das empresas tiveram que cortar custos e despesas, suspender e negociar obrigações com fornecedores e bancos, postergando-os, além de reduzir quadro de colaboradores, uma vez que não fazia sentido manter o ritmo de produção sem perspectiva de escoá-lo. Segundo a plataforma digital “Pequenas Empresas e Grandes Negócios<sup>6</sup>” (2020),

De acordo com a sondagem, a maioria das empresas (51,6%) sofreu os efeitos da pandemia no fechamento da produção. Para outras (24,2%), o maior impacto foi observado no fornecimento de produtos a clientes, enquanto 6,5% foram afetadas no abastecimento de materiais e insumos. Do total de entrevistados, 49,2% tiveram seus pedidos reduzidos; para 47,5%, as datas de entrega foram postergadas.

Em um cenário como este, tem-se início uma reação em cadeia nas relações comerciais entre produtores, atacadistas, varejistas e consumidores finais, uma vez que a falta de vendas na ponta da linha termina por afetar todo o sistema, interrompendo seu escoamento na forma de vendas, levando à inibição da produção, que provoca escassez, uma vez que as fábricas deixam de produzir ou reduzem drasticamente sua produção, e, consequentemente, causam inflação, isto é, o aumento de preço. Para efeito de ilustração, foi publicado na plataforma digital “FASHION NETWORK<sup>7</sup>”, por DORIELLA 2020, citando a Abit,

Segundo pesquisa realizada pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) com 225 empresários, para avaliar o impacto do coronavírus no setor, 97% deles já estão sentindo nos processos produtivos os impactos negativos da paralisação da economia provocada pela pandemia de coronavírus. Dentre esses 97%, 88% deles tiveram cancelamento ou adiamento de pedidos por parte dos clientes por receio de queda em suas vendas; 66% estão experimentando problemas para o escoamento da produção e entrega

---

<sup>6</sup>Disponível em: <https://revistapeqn.globo.com/Noticias/noticia/2020/04/setor-textil-tenta-se-reinventar-para-enfrentar-pandemia-do-coronavirus.html> Acesso em 26 maio 2021.

<sup>7</sup>Disponível em: [https://br.fashionnetwork.com/news/97-dos-empresarios-da-industria-textil-e-de-confeccao-brasileira-ja-sentem-os-impactos-da-pandemia-de-coronavirus\\_1203827.html](https://br.fashionnetwork.com/news/97-dos-empresarios-da-industria-textil-e-de-confeccao-brasileira-ja-sentem-os-impactos-da-pandemia-de-coronavirus_1203827.html) Acesso em 26 maio 2021.

dos produtos; e 41% estão com dificuldades para conseguir insumos. Além disso, entre os outros problemas indicados, 28% dos entrevistados já estão tendo que alterar os preços dos insumos de produção. Dos 3% que ainda não sentiram os efeitos da pandemia, 96% deles estimam que haverá algum impacto nos próximos meses.

Com efeito, o impacto negativo sobre os pedidos de compra, assim como no capital humano das empresas, foi também identificado por este mesmo levantamento, conforme se observa a seguir:

O estudo também indicou que 98% das empresas tiveram alterações no número de pedidos como efeito da pandemia, com 23% delas observando uma redução de mais de 50%, e 15% observando uma redução entre 10% e 25%. A Abit também identificou que 93% das empresas já tomaram medidas preventivas em relação aos seus colaboradores, sendo que 62% destas colocaram os colaboradores em férias coletivas, 34% recorreram ao banco de horas, e 30% ao teletrabalho sem anuência do sindicato da categoria. Já para 22% das empresas, foi necessário fazer demissões, e 5% reduziram a jornada de trabalho e os salários.

Neste ponto, foi essencial tomar medidas que pudessem alinhar a produção com a nova realidade tendo foco na saúde. Dessa maneira, passar a produzir máscaras, capotes, além de adicionar novas atividades econômicas, através de um processo de alteração contratual junto aos órgãos fiscalizadores, para passar a revender materiais hospitalares e de limpeza, constituíram formas de atravessar a crise. Além disso, como será abordado a seguir, adentrar-se-á nas ações públicas para socorrer as empresas e preservar ao máximo os empregos.

## 2.2 MEDIDAS ECONÔMICAS VOLTADAS PARA REDUÇÃO DOS IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19 PARA INDÚSTRIA DE PEQUENO PORTE

O governo não poderia ficar indiferente diante das ameaças dos efeitos da Pandemia do COVID-19, sem correr o risco de um colapso generalizado, tendo em vista um movimento que mobilizou as instâncias públicas de todos os países, não somente aquelas voltadas para a saúde, mas também aquelas ligadas às questões econômicas. Dessa maneira, o Ministério da Economia do Estado brasileiro promoveu um pacote de medidas, como se pode verificar em seu portal oficial<sup>8</sup>, visando dar suporte às empresas para que possam manter seu caixa com

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/covid-19/paginas/2-industria-de-pequeno-ponte>. Acesso em 26 maio 2021.

capacidade de pagamento, garantir empregos e facilitar o crédito. Assim foi proposto o adiamento do pagamento de contribuições previdenciárias, recolhimento do FGTS e impostos federais; redução ou suspensão da jornada do trabalho, antecipação de férias, dentre outras.

Além disso, como pode ser verificado no portal, através da Medida Provisória 972<sup>9</sup>, concedeu crédito às empresas de pequeno porte, lançando o **PRONAMPE**<sup>10</sup>, com o propósito de socorrer as empresas numa situação de crise econômica:

Os recursos recebidos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Microempresa e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), conforme Lei 13.999/2020, poderão ser usados para qualquer atividade empresarial, como investimentos e capital de giro isolado ou associado. A Medida Provisória 975 permite que o Fundo Garantidor de Operações (FGO) avalize até 100% do valor de cada operação de crédito garantida. Até então, o FGO cobria até 85% do valor emprestado. O programa define a taxa cobrada igual à 1,25% + Selic, ou 4,25% ao ano conforme valor em maio de 2020, ou o equivalente a 0,35% ao mês. Prevê uma linha de crédito até o limite de 30% da receita bruta obtida pelas empresas em 2019 e o parcelamento em até 36 meses. Para empresas novas, com menos de um ano de funcionamento, o limite será de 50% do seu capital social ou de até 30% do faturamento médio mensal, valendo a opção mais vantajosa.

Tais medidas foram fundamentais para criar as condições para que as fábricas pudessem tomar medidas apropriadas, lançando mão de todos os benefícios que poderiam usufruir, a fim de atravessar a crise da melhor forma, isto é, manter-se operacionalizando e se reinventando num contexto hostil como da Pandemia do COVID-19, aproveitando o ensejo para enxugar gastos que, mesmo antes da pandemia, já eram desnecessárias. Afinal, um quadro de crise pode constituir em um excelente cenário para que a empresa possa se reposicionar no mercado, explorando novas possibilidades que poderão revelar-se como oportunidades mais geradoras de resultado.

## 2.3 A CONTABILIDADE DE CUSTOS

### 2.3.1 Conceito

A contabilidade de custos é um ramo das ciências contábeis que tem como

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/medida-provisoria-n-972-de-26-de-maio-de-2020-258706544> Acesso em 26 maio 2021.

<sup>10</sup>Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

finalidade principal contribuir substancialmente com o controle dos custos e aprimoramento da tomada de decisão tanto dos usuários externos como, principalmente, dos usuários internos, sendo uma poderosa ferramenta que, alinhada à contabilidade gerencial, trazem efeitos significativos sobre o resultado econômico da entidade.

No que diz respeito ao Controle, sua mais importante missão é fornecer dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e outras formas de previsão e, num estágio imediatamente seguinte, acompanhar o efetivamente acontecido para comparação com os valores anteriormente definidos. No que tange à Decisão, seu papel reveste-se de suma importância, pois consiste na alimentação de informações sobre valores relevantes que dizem respeito às consequências de curto e longo prazo sobre medidas de introdução ou corte de produtos, administração de preços de venda, opção de compra ou produção etc. (MARTINS, 2003, p.15)

Dessa maneira, este ramo da contabilidade visa alimentar um sistema de informação através do qual os gestores poderão controlar e tomar decisões baseando-se na análise dos custos de produção, visando uma melhor relação com a qualidade do produto gerado e sua consequente lucratividade na demonstração de resultado. De fato, existem duas formas de aumentar o resultado econômico da entidade: uma é incrementando a receita através do aumento das vendas; outra é reduzindo os gastos, que visam tornar a máquina organizacional operando de forma saudável e eficiente. Segundo o CPC 00, “receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.” Já as despesas, segundo o mesmo CPC, “são reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.” Portanto, tratar da questão dos custos de produção, que se inserem dentro do contexto dos gastos da empresa, significa tratar de assunto vital, pois ela tem o papel de potencializar o seu resultado econômico. Realmente, assim como um bom planejamento tributário é fundamental na área fiscal para reduzir os impactos dos impostos, taxas e contribuições sobre as vendas e, consequentemente, seu lucro, assim também a busca pela excelência no planejamento de custos dentro do processo produtivo empresarial tem relevante impacto positivo sobre ele.

### 2.3.2 Terminologia Contábil

Para se avançar no entendimento desta matéria, é necessário diferenciar, conceituando **custos, despesas, gastos, investimentos e perdas**. Assim, qualquer tipo de desembolso efetuado pela organização será considerado um gasto de forma geral. De acordo com Martins (2003, p.17), **Gasto** é a “compra de um produto ou serviço qualquer, que gera sacrifício financeiro para entidade (desembolso), sacrificio esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro)”. Vale salientar que o desembolso não se confunde com gasto, que é definido pelo mesmo autor como pagamento resultante da aquisição de bem ou serviço.

Não obstante, dependendo da área onde este gasto se manifesta, ele será classificado como investimento, custo, despesa ou perda. Com efeito, **investimento** refere-se aos gastos com ativos em geral, visando benefícios econômicos futuros. Conforme Martins (2003, p.17), trata-se de “gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s).” É neste momento que podemos entender o que seria **custo**, pois consiste em todo gasto que ocorre dentro da cadeia produtiva e tão somente naquele momento, a partir do consumo de bens e serviços, isto é, dos fatores de produção empregados. Por exemplo, a aquisição de matéria-prima constitui um investimento enquanto estocado. A partir do momento que é encaminhado para a produção, passa a ser um custo até seu término que volta a ser um investimento por retornar aos estoques como produto acabado.

A matéria prima foi um gasto em sua aquisição que imediatamente se tornou investimento, e assim ficou durante o tempo de sua Estocagem; no momento de sua utilização na fabricação de um bem, surge o custo da matéria-prima como parte integrante do bem elaborado. Este, por sua vez, é de novo um investimento, já que fica ativado até a sua venda. (MARTINS, 2003, p.17)

Por sua vez, a **Despesa** constitui “o bem ou serviço consumido direta e indiretamente para obtenção de receita”, segundo o referido autor (2003, p.17). Assim, ela ocorre dentro do âmbito de vendas, e constitui todo esforço para fazer com que aquele produto seja vendido. Como exemplo, tem-se o frete com vendas, a publicidade, as comissões de vendas e até mesmo o custo de produto/mercadoria vendida, uma vez que esta ocorre no momento da venda para

depois ser alocada na demonstração do resultado. Por último, a **Perda**, conforme a abordagem de Viceconti e Neves (2013, p.15), “é um gasto não intencional decorrente de fatores externos fortuitos ou da atividade produtiva da empresa”. Percebe-se, dessa maneira, que uma perda pode ser tratada como uma despesa ou um custo, dependendo onde ela ocorre.

A distinção mais difícil e mais importante é entre custos e despesas. Se um gasto é considerado despesa, ela afeta diretamente a apuração do resultado do exercício. Se considerado custo, só afetará o resultado a parcela dos gastos que corresponder aos produtos vendidos. A parcela correspondente aos produtos em estoque (produtos acabados e semi-acabados) ficará ativada. (VICECONTI e NEVES, 2013, p.15)

### 2.3.3 Classificação Dos Custos

#### 2.3.3.1 Com Relação a Unidade Produzida

**Custos diretos:** “são aqueles que podem ser apropriados diretamente aos produtos fabricados, porque há uma medida objetiva de seu consumo nesta fabricação.” (VICECONTI e NEVES 2013, p.19). Dessa maneira, a mão de obra utilizada na produção é um exemplo de custo direto de fabricação.

**Custos indiretos:** “são os que dependem de cálculos, rateios ou estimativas para serem apropriados aos diferentes produtos, portanto, são custos apropriados indiretamente aos produtos.” (VICECONTI e NEVES 2013, p.19) São exemplos de custos indiretos a depreciação de máquinas de mais de um produto, salários de supervisores, aluguel da fábrica, limpeza da fábrica e etc.

#### 2.3.3.2 Com Relação ao Volume Produzido

**Custos Variáveis:** “são aqueles cujos valores se alteram em função do volume de produção da empresa.” (VICECONTI e NEVES 2013, p.20) De fato, a matéria-prima utilizada irá variar com a quantidade produzida numa relação de proporcionalidade, mas não necessariamente direta, uma vez que em determinado momento a adição de mais fatores de produção, como, por exemplo, mão de obra, não implicará num aumento de produção correspondente, elevando-se assim o custo por unidade produzida. De qualquer forma, para efeito de regra geral, quanto maior a produção, mais recursos tenderão a ser utilizados e consumidos no

processo.

**Custos fixos:** “são aqueles cujos valores são os mesmos qualquer que seja o volume da produção da empresa.” (VICECONTI e NEVES 2013, p.20) O aluguel da fábrica constitui um exemplo de custo fixo, pois independente do quanto é produzido, o valor dele não se altera. Dessa maneira, constata-se que quanto maior o volume produzido, menor será o valor que comporá o custo, tornando-o mais competitivo e com maior margem de lucratividade.

### 2.3.4 Formação dos Custos De Produção

O custo de produção é formado pelos aspectos diretos e indiretos. Assim, o custo de fabricação (CF) será o resultado da soma entre a matéria-prima direta (MD) com a mão de obra direta (MOD) e todos os elementos que compõem os custos indiretos de fabricação (CIF). Este, por sua vez, é igual a soma de todos custos indiretos de produção. Dessa maneira, podemos resumir o custo de fabricação através da expressão matemática: **CF = MD+MOD+CIF**.

O processo de composição de custo de determinado item produzido é de capital importância, a fim de determinar sua viabilidade diante do preço de mercado praticado pela venda deste mesmo item. Afinal, os custos não determinarão o preço de venda do produto, mas o mercado, constituindo um parâmetro de possíveis correções e ajustes que incidem nos custos e sua consequente margem de lucratividade, fazendo a empresa muitas vezes reavaliar determinadas ações para se recolocar dentro do mercado de forma mais competitiva e geradora de melhores resultados.

### 2.3.5 Tipos de custeio e suas finalidades

#### 2.3.5.1 Custeio por Absorção

“É um processo de apuração de custos, cujo objetivo é ratear todos os seus elementos (fixos ou variáveis) em cada fase da produção.” VICECONTI e NEVES (2013, p.33) Assim, uma vez identificados todos os elementos que compõem o custo do processo produtivo, cada unidade produzida receberá sua parcela deste

custo considerando o seu valor total dividido pelo volume produzido. De fato, constitui uma forma mais simplificada de compor os custos de produção, dando assim uma ideia geral do seu impacto. Destaca-se aqui a importância de identificar corretamente o que seria custos e despesas, pois estes elementos tem implicações significativas nas demonstrações de resultado.

### 2.3.5.2 CUSTEIO VARIÁVEL OU DIRETO

Como o nome mesmo sugere, trata-se de focar nos custos variáveis, ou seja, aqueles que estão intimamente ligados ao volume produzido numa relação direta até certo ponto, pois em algum momento seu aumento perderá rendimento.

O custeio variável (também conhecido como custeio direto) é um tipo de custeamento que consiste em considerar como custo de produção do período apenas os custos variáveis incorridos. Os custos fixos, pelo fato de existirem mesmo que não haja produção, não são considerados como custos de produção e sim como despesas, sendo encerrados diretamente contra o resultado do período. (VICECONTI e NEVES 2013, p.19)

### 2.3.5.3 Custeio Padrão

Como o mesmo nome sugere, trata-se de considerar como referência para apropriação dos custos o que foi definido como padrão pela empresa, ou seja, o modelo pelo qual a organização terá que se pautar, buscando reproduzi-la na realidade, quiçá superá-la, numa relação dialética entre o custo efetivo ou real e o custo estimado ou padrão.

Custo padrão é um custo estabelecido pela empresa como meta para os produtos de sua linha de fabricação, levando-se em consideração as características tecnológicas do processo produtivo de cada um, a quantidade e os preços dos insumos necessários para a produção e o respectivo volume desta. (VICECONTI e NEVES 2013, p.159)

O custo padrão pode ser subdividido em ideal, estimado e corrente. O primeiro é estabelecido através de condições ideais, a partir de um profundo processo de avaliação científica para se obter tal resultado. O segundo toma por base períodos anteriores, estabelecendo uma média entre eles, projetando assim uma estimativa, sem se preocupar com as razões que levaram aos resultados nas

quais se basearam. Já o terceiro leva em conta as razões dos custos reais de períodos anteriores, investigando e identificando falhas no processo de produção do passado, numa perspectiva de se atingir o custo padrão ideal. Cabe destacar que custo real é, de acordo com VICECONTI e NEVES (2013, p.160), “o custo efetivo incorrido pela empresa em determinado período de produção”.

### **2.3.6 Sistema de Acumulação dos Custos**

#### **2.3.6.1 Produção Contínua ou por Processo**

Este é um tipo de produção que visa alimentar o estoque de uma fábrica em grandes quantidades. Conforme Viceconti e Neves (2013, p.96), “a produção contínua ocorre quando a empresa faz produção em série (ou em massa) de um produto ou linha de produtos. A empresa produz para estoque e não para atender encomendas específicas para clientes”.

De fato, ao produzir nesta perspectiva, fica patente a necessidade de ser precedido de um planejamento estratégico por parte dos gestores em função da identificação ou perspectiva real de alta demanda no mercado por estes produtos, uma vez que desembocam em grande investimento.

#### **2.3.6.2 Produção por Ordem ou Encomenda**

Ao contrário do tópico anterior, a produção por encomenda tem uma relação íntima e direta com a demanda, de tal forma que o pedido vem primeiro, muitas vezes até acompanhado de seu pagamento parcial ou total para que possa ser colocado na linha de produção. De acordo com Viceconti e Neves (2013, p.96), “a produção por ordem ocorre quando a empresa programa a sua atividade produtiva a partir de encomendas específicas de cada cliente.”

Com efeito, a produção por ordem ou encomenda estão associados a itens com características peculiares ou de elevado custo e valor de mercado, e que não tem altas taxas de demanda, procurando muitas vezes atender nichos específicos de clientes. Como exemplo, podemos citar produção de aviões, carros

sofisticados, embarcações.

### 3 METODOLOGIA

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 83), “método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. De fato, ao aplicar o método científico, o pesquisador tem condições de alcançar seus objetivos, contribuindo assim com o conhecimento no âmbito científico. Assim, pretende-se neste estudo apresentar o quadro metodológico que permeia os procedimentos no que se refere a coleta de dados e sua análise.

O presente estudo tem caráter descrito, pois, considerando o que diz Neuman (1997) apud Silva (p. 22), “visa efetuar a descrição de processos, mecanismos e relacionamentos existentes na realidade do fenômeno estudado, utilizando, para tanto, um conjunto de categorias ou tipos variados de classificações.” Neste sentido, procura-se descrever a realidade da empresa, trançando um comparativo entre os períodos de 2019 e 2020, com o objetivo de identificar os impactos da pandemia do COVID-19 nos indicadores da empresa, principalmente no que se refere ao seu setor produtivo.

Quanto à natureza, o estudo caracteriza-se como qualitativa, uma vez que, de acordo com Silva (pag. 20), “são implementadas técnicas de coleta, codificação e análise de dados, que tem como meta gerar resultados a partir dos significados dos fenômenos estudados, sem a manifestação de preocupações com a frequência com que os fenômenos se repetem no contexto do estudo”. Dessa forma, pretende-se levantar informações relevantes dentro dos limites possíveis impostos pela realidade da empresa a fim de demonstrar os impactos da pandemia nos custos de produção.

Quanto às fontes, elas são de caráter primário e secundário, uma vez que se tratam de dados brutos e de dados já copilados por terceiros. De acordo Gil, 1999 e Cervo e Bervian (2002) apud Silva (pág. 23), fontes primárias constituem “dados que ainda não foram coletados, tabulados e analisados.” Por outro lado, fontes secundárias correspondem aos “dados que já foram coletados e sintetizados por terceiros, ou seja, informações disponíveis para consulta.” Assim, no presente

estudo, os dados primários tratam-se da observação direta no ambiente da empresa por meio de entrevista semiestruturada com agentes de produção e com o principal gestor da empresa. Já em relação às fontes secundárias, os dados foram obtidos a partir de planilhas produzidas pela empresa e de seu sistema de automação.

Com relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa se caracteriza como estudo de caso.

É caracterizado pelo estudo exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado. Para a realização de um estudo de caso podem ser utilizadas diferentes fontes de investigações, como: entrevistas, questionários e observação. (GIL, 1999 e YIN, 2001 apud SILVA pg. 25).

De fato, o presente estudo é marcado pela observação da experiência vivenciada pela empresa durante sua busca de encontrar saídas viáveis diante da crise de saúde pública, que causou uma retração brusca na economia global e nacional. Para efeito de informação, a empresa em estudo, além de atuar como indústria, fabricando determinados produtos, também revende mercadorias, atuando como comércio. O período que se pretende estudar refere-se aos anos de 2019 e 2020, para efeito comparativo, dentro de uma situação que passa a permeiar o colapso de saúde provocado pela pandemia do COVID-19, a fim de descrever e analisar os fatores diversos que provocaram determinadas reações por parte dos gestores, visando a subsistência do negócio. Dessa maneira, serão abordados os indicadores de faturamento e do quadro de funcionários, como também os impactos sobre os custos de produção de seu principal produto, a saber, camisa básicas, e a maneira como o sistema de produção encontrou para continuar produzindo com um quadro de colaboradores reduzidos, diante dos custos crescentes dos insumos e da necessidade de passar a produzir máscaras de tecido, tendo em vista que o mercado passou a demandar mais este tipo de produto.

## 4 ESTUDO DE CASO: RESULTADO E DISCUSSÃO

### 4.1 SOBRE A EMPRESA

A empresa Anônima Indústria e Comércio de Confecções Ltda<sup>11</sup> está localizada na cidade de João Pessoa, Paraíba. Atua no mercado há 15 anos, fundada em 02/06/2006, tendo como atividade principal a confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida. Dessa maneira, fabrica camisas a partir de matéria prima de caráter têxtil, de sorte que seu produto principal é a camisa básica de cores diversas. Além disso, disponibiliza um setor gráfico para dispor ao cliente a possibilidade de personalização, conforme seus próprios interesses, principalmente relacionados a eventos e fardamentos. Estruturalmente, a empresa é dividida em oito setores: venda, embalagem, gráfica, produção, estamparia, logística, licitação e administração, sendo esta última composta pelo um gestor, um gerente e dois auxiliares administrativos. Quanto a sua contabilidade, ela é realizada externamente, através de um escritório de contabilidade prestadora de serviço. E seu regime de tributação é o Simples Nacional, já que seu faturamento não ultrapassa o valor de 4,8 milhões, sendo enquadrada como Empresa de Pequeno Porte.

Diante do exposto acima, o estudo tem sua relevância por abordar uma temática de cunho atual, mediante acontecimentos de pandemia, e por servir de referência para a gestão de custos em uma situação de pandemia, além de outras medidas gerenciais que impactaram a estrutura da empresa em seu quadro de funcionários, faturamento e cadeia produtiva.

#### 4.2 FLUXOS DO PROCESSO PRODUTIVO

As etapas do processo produtivo são constituídas basicamente por 2 setores. A primeira delas, por onde tudo começa, é a etapa de corte, pela qual a malha é colocada em uma grande bancada, conforme imagem da Figura 01 a seguir:

---

<sup>11</sup> Por questões de sigilo, a empresa em estudo preferiu se manter no anonimato.



Figura 01: Etapa de Corte  
Fonte própria, 2021

Nela (Figura 01) a malha é posta em longas tiras dobradas para serem cortadas a partir de moldes das partes da camisa e das máscaras, a fim de, posteriormente, serem encaminhadas para a costura (Figura 02), como segue:



Figura 02: etapa da Costura.  
Fonte própria, 2021

Em função da situação de pandemia, a empresa passou a direcionar mais esta etapa da produção para o ambiente externo da empresa, por meio de sua terceirização com as facções de empresas parceiras.

#### 4.3 IMPACTOS SOBRE O PROCESSO PRODUTIVO E OS CUSTOS DE PRODUÇÃO

Como foi abordado na fundamentação teórica, o custo de fabricação é constituído por materiais diretos, mão de obra direta e custos indiretos de fabricação. Além disso a empresa adota como forma de apuração dos custos, o método de custeio por absorção dos custos diretos e indiretos que entram em sua linha de produção. No caso da confecção de camisas, são utilizadas malha de algodão,

poliéster e ribana como principais insumos. Segundo a **tabela 01** abaixo, percebe-se um aumento considerável destes elementos:

Material Direto	Valor unit. 2019	Valor unit. 2020	Percentual
Malha de algodão branca	R\$ 23,98	R\$ 34,09	41,16%
Malha de algodão de cor	R\$ 27,99	R\$ 34,00	21,47%
Malha de poliéster branca	R\$ 17,49	R\$ 24,00	37,22%
Malha de poliéster cor	R\$ 22,00	R\$ 23,00	4,55%
Ribana branca	R\$ 30,39	R\$ 42,62	40,24%
Ribana de cor	R\$ 25,00	R\$ 47,15	88,60%

Tabela 01: Comparativo dos custos de Material Direto

Fonte própria, 2021

Do ponto de vista dos preços de aquisição de insumos para a produção, por conta da pandemia do COVID-19, um dos efeitos significativos foi a redução da oferta da matéria prima no mercado nacional. Afinal, os produtores de malhas e tecidos estavam receosos diante do novo estado de coisas que assolavam o mercado, fazendo com que a oferta destes insumos reduzisse significativamente, provocando uma média de 40% de aumento em relação aos preços praticados anteriormente no ano de 2019.

Cabe destacar neste momento o impasse provocado na relação da empresa com seus fornecedores de matéria prima, pois, desde o momento que foi iniciada as medidas restritivas, que causou uma redução fortuita das receitas, a empresa suspendeu os pagamentos de suas obrigações com fornecedores, colocando em prática uma política de renegociação, buscando um acordo a partir mecanismos como adiamentos, parcelamentos e até devoluções. Assim, entrando em contato com cada um deles, expondo os motivos e valendo-se do seu histórico positivo de relacionamento e parceria, a empresa conseguiu contornar a situação, renegociando seus passivos com seus principais fornecedores.

Já em relação a mão de obra direta, formada pelos custos que envolvem os colaboradores ligados diretamente com a produção, segundo os dados coletados na folha de pagamento dos anos de 2019 e 2020, percebe-se que houve uma redução de 40% em relação a situação antes da pandemia, conforme é constatado na **tabela 02**.

ANO	2019	2020	Percentual.
Nº de colaboradores	10	6	-40%
Custos ao mês	R\$ 16.164,20	R\$ 10.105,70	-62,52%

Tabela 02: Comparativo dos de mão de obra

Fonte própria, 2021

Tal situação reflete uma redução dos custos de produção, como consequência da redução abrupta das vendas e do clima de incerteza provocada pela pandemia. Afinal, trata-se de custos diretos, uma vez que ela varia de acordo com o volume produzido. Como a produção deve trabalhar em consonância com as vendas, é natural que ela sofra redução.

Já quanto aos custos indiretos de fabricação(CIF) ao mês, os quais se referem neste caso específico as contas de água (R\$ 128,00), energia (R\$500,00), telefone (R\$ 100,00) e aluguel (R\$ 1.800,00), tem-se uma redução considerável, pois a gestão, por ocasião da pandemia, desativou a unidade de produção, que contava com um ambiente próprio e externo, alocando seus ativos e sua mão de obra para a matriz, o que representou uma redução de pelo menos o valor correspondente ao aluguel e telefone, totalizando uma economia mensal de R\$ 1.900,00, o que ao ano tem um impacto de R\$ 22.800,00, correspondente a 75,16% de economia, conforme pode ser observado na **tabela 03**, já que os valores correspondentes a água e energia são transferidos para a matriz.

CIF	2019	2020	Percentual
Água	R\$ 1.536,00	R\$ 1.536,00	
Energia	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	
Telefone	R\$ 1.200,00	R\$ 0,00	
Aluguel	R\$ 21.600,00	R\$ 0,00	
Totais	R\$ 30.336,00	R\$ 7.536,00	75,16%

Tabela 03: Comparativo dos Custos Indiretos de Fabricação  
Fonte própria, 2021

Quanto ao volume produzido, de acordo com informação obtida diretamente do gestor de produção, em 2019 eram produzidas 60.000 unidades de camisas mensais, enquanto que em 2020 este volume foi reduzido em 15%, correspondendo a 9.000,00 unidades mensais.

Dessa maneira, houve uma redução considerável na produção de camisas, devido uma diminuição drástica das receitas, uma vez que a maior parte era escoada nas vendas de fardamentos escolares e camisas de eventos e festas tradicionais, que, normalmente, provocam aglomeração, e foram alvos das medidas restritivas. Assim, como forma de preencher esta lacuna na cadeia produtiva, a empresa passou a produzir máscaras de tecido de algodão, que, segundo o gestor



da empresa, chegou a produzir em 2020 o volume de 1 milhão de unidades, trazendo reflexos positivos no seu faturamento, já que muitas empresas e órgãos públicos passaram a adquirir este tipo de produto, além da população em geral, como medida de contenção da infecção da COVID-19.

#### 4.4 OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS IMPACTOS DA COVID-19 NA EMPRESA

Em 2019, a empresa Anônima Indústria e Comércio de Confecções Ltda atingiu um faturamento de R\$ 4.610.446,98, contando com um quadro de 40 colaboradores devidamente registrados. De fato, o setor têxtil estava em gradual recuperação, conforme já abordado anteriormente, de sorte que a projeção para 2020 era de um caminho ascendente. Entretanto, com a chegada do vírus ao Brasil e seus primeiros casos, as autoridades públicas tiveram que impor medidas de restrições para reduzir a circulação de pessoas e, portanto, conter a disseminação da infecção. Assim a maioria das empresas teve que trabalhar sem atendimento presencial já ao final de março de 2020, com o **Decreto Estadual Nº 40.128 de 17/03/2020**, seguido por outros decretos. Ora, a consequência óbvia decorrente destas medidas governamentais foi um impacto severo e ameaçador sobre as empresas, principalmente aquelas que não pertenciam ao ramo de alimentação e saúde. Dessa maneira, como pode ser verificado, já em abril, a empresa observada sofreu uma redução drástica subtração do seu quadro de pessoal, numa tentativa de reduzir custos e despesas, obrigando-o a repensar novas saídas diante do novo cenário, que criou um ambiente impregnado de incertezas para o futuro. Realmente, em abril o faturamento caiu em 56,10% a menos em relação a abril do ano passado, como pode ser constatado na **tabela 04**.

Abril/2019	Abril/2020	PERCENTUAL
337.320,69	148.077,55	56,10%

Tabela 04: Comparativo de faturamento  
Fonte própria, 2021

Já quanto ao seu quadro de funcionários, sofreu uma queda de 40 até março de 2020 para 6 colaboradores em abril do mesmo ano. Para se somar a estes remanescentes, a empresa passou a convocar alguns dos que foram demitidos para

trabalhar como diaristas em um esquema de revezamento de até o limite de duas diárias semanais, a fim de não caracterizar vínculo empregatício. Afinal, o clima de incertezas fez com que a empresa preferisse evitar um quadro de funcionários maior por conta das obrigações decorrentes dele.

Foi neste contexto que a administração da empresa teve que mudar sua estratégia, buscando adicionar outras atividades econômicas, a fim de se reposicionar no mercado diante da nova situação de quadro de calamidade pública motivada pela pandemia do COVID-19, na tentativa de se manter economicamente viável. Assim, produzir máscaras de tecido de algodão constituiu uma forma de sobreviver à crise, principalmente produzindo para grandes empresas e também para atender as demandas governamentais, que passaram, em função do decreto que considerou a situação como de calamidade pública, a fazer também compra direta, ou seja, sem necessariamente o concurso normal do processo licitatório. Além disso, a empresa também passou a revender produtos médicos hospitalares, tais como teste rápido do COVID-19, máscaras cirúrgicas, medidores de temperatura, capotes, entre outros. Até que tais medidas gerassem resultado, em face da queda brusca das receitas, a empresa buscou renegociar suas obrigações pendentes com seus principais fornecedores de malhas e tecidos, reprogramando seus pagamentos para uma data mais adiante, objetivando conseguir tempo necessário para receber os pagamentos das vendas de seus novos produtos e mercadorias. Além disso, incentivados por medidas governamentais, a partir do Ministério da Economia, a empresa conseguiu captar recursos com o PRONAMPE, já citado anteriormente, que dava um prazo bastante elástico de carência. Além disso, suspendeu contrato de trabalho e adiou impostos federais e contribuições previdenciárias e trabalhistas.

Por fim, a empresa conseguiu atingir um faturamento surpreendente de R\$ 4.371.593,86, conforme pode ser constatado na **tabela 05**, correspondente aos seus esforços de diversificar sua atuação no mercado, ofertando mercadorias ligadas à saúde pública, seja por meio de mercadorias para revenda, seja por ter passado a fabricar máscaras de tecido, chegando em alguns momentos a produzir em larga escala numa linha de produção.

Mês/Ano	2019	2020	Percentual
---------	------	------	------------

Janeiro	R\$ 291.546,38	R\$ 254.382,77	-12,75%
Fevereiro	R\$ 281.039,52	R\$ 254.723,53	-9,36%
Março	R\$ 224.873,74	R\$ 143.593,29	-36,14%
Abril	R\$ 337.320,69	R\$ 148.077,55	-56,10%
Maio	R\$ 420.274,56	R\$ 398.692,85	-5,14%
Junho	R\$ 297.036,41	R\$ 807.662,39	171,91%
Julho	R\$ 283.351,50	R\$ 347.751,97	22,73%
Agosto	R\$ 675.374,05	R\$ 207.320,88	-69,30%
Setembro	R\$ 588.773,52	R\$ 411.011,69	-30,19%
Outubro	R\$ 432.748,19	R\$ 344.370,28	-20,42%
Novembro	R\$ 378.017,40	R\$ 578.024,90	52,91%
Dezembro	R\$ 400.091,01	R\$ 475.981,76	18,97%
Total	R\$ 4.610.446,98	R\$ 4.371.593,86	<b>-5,18%</b>

Tabela 05: Comparativo de faturamento

Fonte própria, 2021

Apesar de representar uma redução do faturamento, diante do quadro de crise global, uma redução de 5,18% constitui um resultado bastante positivo, tendo em vista que muitas empresas chegaram mesmo a fechar as portas ou ter reduções bastante expressivas de seu resultado econômico e financeiro.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou satisfazer o objetivo principal, que consistiu em identificar quais os impactos causados pela pandemia do COVID-19 sobre os custos de uma fábrica de confecção em João Pessoa – PB. Para tanto foi desenvolvido um referencial teórico que serviu de fundamento a fim de conferir substância e coerência a abordagem.

Como método para atingir o objetivo o presente estudo descreveu a situação da empresa num contexto de pandemia, traçando um comparativo entre o antes, ou seja, descrevendo a situação da empresa em 2019, período que antecede o início do colapso de saúde, e o ano de 2020, período em que a empresa passou por modificações profundas, a partir do mês de março, em decorrência das medidas adotadas pelas autoridades públicas diante da situação de enfrentamento do COVID-19. Dessa maneira, foi feita uma observação *in loco* da situação da empresa, a partir da qual foram coletados dados através de entrevistas semiestruturadas com o principal gestor da empresa e colaboradores do setor produtivo, planilhas de excel e dados do sistema de gerenciamento, pelos quais foi constatado que a empresa

sofreu profundos impactos em sua cadeia produtiva, devido uma retração do escoamento de seus produtos, o que provocou demissões e mudanças de estratégia gerencial, por ocasião da pandemia, obtendo êxito.

Dessa maneira, foi compilado os seguintes resultados do presente trabalho, comparando os anos de 2019 e 2020: redução do faturamento em 5,18%; redução do quadro de colaboradores em 40%; aumento dos preços dos insumos em 40%; renegociação das obrigações com fornecedores de matéria-prima; alocação do setor produtivo para a matriz, levando uma redução do CIF em 75%; intensificação do processo produtivo em facções e a criação de um novo produto na sua linha de produção, a saber, máscara de tecido.

A partir do que foi observado no presente trabalho, sugere-se uma busca pela identificação mais precisa dos elementos que compõem os custos de produção por unidade produzida, uma vez que não foi possível fazer este levantamento diante da falta de dados disponíveis na empresa. Com efeito, o levantamento e controle destes dados contribuem significativamente para que a empresa possa melhor tomar decisões, principalmente numa situação de crise provocada pela Pandemia do Covid-19, apesar de que ainda assim as medidas tomadas pelo gestor da empresa obtiveram excelentes resultados.

## REFERÊNCIAS

Da SILVA, Antônio João Hoyayen. **Método de Pesquisa: Conceitos Gerais.** Paraná: Gráfica UNICENTRO, Versão Digital.

DAVITIIS, Marta, de. **Balanço da Indústria Têxtil e de Confecção 2019.** Disponível em: <<https://fashionunited.com.br/news/business/balanco-da-industria-textil-e-de-confeccao-2019-1576877129/20191220112057>>. Acesso em: 26maio 2021.

DORIELA, Novello, **97% dos empresários da indústria têxtil e de confecção brasileira já sentem os impactos da pandemia de coronavírus**, Revista Fashion Network, 02 abr. 2020. Disponível em: <[https://br.fashionnetwork.com/news/97-dos-empresarios-da-industria-textil-e-de-confeccao-brasileira-ja-sentem-os-impactos-da-pandemia-de-coronavirus\\_1203827.html](https://br.fashionnetwork.com/news/97-dos-empresarios-da-industria-textil-e-de-confeccao-brasileira-ja-sentem-os-impactos-da-pandemia-de-coronavirus_1203827.html)>. Acessado em: 26maio 2021.

**Diário Oficial da União**, Brasília, 26 mai 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/medida-provisoria-n-972-de-26-de-maio-de-2020-258706544>>. Acesso em: 26 maio 2021.

**Diário Oficial**, João Pessoa, 19 março 2020. Disponível em:  
<https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/janeiro/marco/diario-oficial-19-03-2020.pdf/>. Acesso em: 26maio 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

**Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006**, Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm) Acesso em 26 maio 2021

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas SA, 2003, Versão Digital.

**Ministério da Economia**, 01 abr, 2020, Disponível em:  
<https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/covid-19/paginas/2-industria-de-pequeno-ponte>.> Acessado em: 26maio 2021.

PEQUENAS EMPRESAS E GRANDES NEGÓCIOS. Setor têxtil tenta se reinventar para enfrentar a pandemia do coronavírus. 2020. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Noticias/noticia/2020/04/setor-textil-tenta-se-reinventar-para-enfrentar-pandemia-do-coronavirus.html> Acesso em: 26 maio 2021.

VICECONTI, Paulo; DAS NEVES, Silvério. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Saraiva, 11ª Edição. 2013.

## **PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS: ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE DO PROFISSIONAL CONTÁBIL**

Danilo Márcio Gouveia Chaves<sup>1</sup>  
Gilmar Martins de Carvalho Santiago<sup>2</sup>

### **RESUMO:**

O ramo da contabilidade eleitoral, em especial a de prestação de contas eleitorais, vem a cada eleição evoluindo, surgindo novas mudanças nos conceitos e exigindo adequações na forma como os fenômenos contábeis são registrados, face as resoluções e normas disciplinares, e para esse acompanhamento se faz necessário a atuação do profissional contábil de forma responsável. Este estudo objetiva analisar a responsabilidade do profissional contábil diante de todo o processo eleitoral. A metodologia utilizada é de cunho bibliográfico com análise e resultados do conteúdo. O presente trabalho envolve a importância da presença do profissional contábil desde a fase de pré-campanha oficial, onde serão feitas as primeiras orientações para um controle mais rígido e eficiente dos lançamentos e registros contábeis, atendendo assim o que determina a legislação em vigor de maneira adequada, evitando preocupações futuras através de eventuais diligências. Ao término deste estudo pode-se concluir que a presença e a participação efetiva do profissional contábil no processo eleitoral representa importante mudança no cenário político e a certeza de uma maior transparência e zelo na utilização do dinheiro público.

**PALAVRAS-CHAVES:** Contabilidade Eleitoral, Prestação de contas eleitorais, profissional contábil, eleições, candidatos e partidos políticos, processo eleitoral.

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Contábeis pela Uniesp, Técnico Contábil pela Academia de Comércio Epitácio Pessoa - PB em 2012 com CRC Ativo, E-mail: danchaves1982@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado em Ciências Contábeis pelo IPÊ - Institutos Paraibanos de Educação (1993). Pós-graduado em Contabilidade de Custos para Efeito Gerencial - UFPB (1996), Contabilidade e Auditoria Pública - UFPB (1998), Auditoria Fiscal Contábil - UFPB (2000) e Direito Constitucional e Financeiro - UFPB (2002). Professor de Graduação e Pós-Graduação (desde 2001). Auditor Fiscal do Governo do Estado da Paraíba (desde 1997). Secretário de Estado da Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão da Paraíba (desde 2019). Membro do Conselho de Administração da Companhia Docas da Paraíba (desde 2019). Membro do Conselho de Administração do Consórcio Nordeste (desde 2019). Secretário-Chefe da Controladoria Geral do Estado da Paraíba (2015 a 2019). Presidente da Comissão de Transição do Governo da Paraíba (2018/2019). Membro da Academia Paraibana de Ciências Contábeis (desde 2015). Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba (2016 a 2019). Secretário Executivo da Controladoria Geral do Estado da Paraíba (2015 a 2016). Consultor Técnico do Governo da Paraíba para implementação do Sistema Integrado de Governança do Estado - SIGE (2011 a 2014). Contador Geral do Estado da Paraíba (2003 a 2011). Auditor de Contas Pública do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (1995 a 1997). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade e Finanças Públicas, atuando principalmente no seguinte tema: inclusão social. E-mail: gilmartins1601@gmail.com

## ABSTRACT:

The branch of electoral accounting, in particular that of electoral account, comes with each election evolving, new changes in the concepts appearing and demanding adjustments in the way the accounting phenomena are recorded in the face of disciplinary rules and resolutions, and for this monitoring it is necessary the performance of the accounting professional in a responsible way. This study aims to analyze the responsibility of the accounting professional in the face of the entire electoral process. The methodology used is of bibliographic nature with analysis and results of the content. The present work involves the importance of the presence of the accounting professional since the official pre-campaign phase, where the first guidelines will be made for a more rigid and efficient control of the accounting entries and records, thus complying with the provisions of the legislation in force in an appropriate manner, avoiding future concerns through possible due diligence. At the end of this study, it can be conclude that the presence and participation effective performance of the accounting professional in the electoral process represents an important change in the political scenario and the certainty of greater transparency and zeal in the use of public money.

**KEY WORDS:** Electoral accounting, Electoral accountability, accounting professional, elections, candidates and political parties, electoral process.

## 1 INTRODUÇÃO

A contabilidade eleitoral é um ramo da ciência contábil relativamente novo, pouco comentado e explorado, por isso através do presente tema se faz necessário a busca por mais conhecimentos em tal área tão relevante para nossa sociedade, como também o compartilhamento dessas informações com os profissionais da contabilidade, viabilizando dessa forma a absorção e o acompanhamento de novos saberes para a correta utilização e aplicação destes, conforme preceitua a legislação em vigor.

Este artigo poderá contribuir com o processo de conhecimento dos alunos de instituições de ensino superior da área contábil, uma vez que trata da importância da responsabilidade do profissional contábil no processo eleitoral, contemplando também a fase inicial chamada de período de pré-eleição e/ou pré-campanha, e posteriormente este conteúdo pode chegar a sociedade, e contribuir também para o conhecimento dos dirigentes partidários, candidatos, políticos em exercício do mandato e consultores políticos em geral, sobre a importância da responsabilidade do profissional contábil no processo eleitoral.

Faria (2018, p. 5) diz:

Ainda que não seja de conhecimento da sociedade, a prestação de contas assume papel definidor no processo eleitoral. É com o surgimento da Lei 9.504/1997, que estabelece normas e sanções aos candidatos que não realizarem essa prestação junto a Justiça Eleitoral, que se atinge o objetivo de maior transparência dos gastos nas campanhas eleitorais e garante a legitimidade dos recursos arrecadados durante a campanha. É nesse contexto que se inicia o que podemos chamar de Contabilidade Eleitoral, pois, o contador se torna peça fundamental no auxílio aos partidos que buscam alcançar a lisura de seus recursos financeiros, bem como, de seus candidatos.

É de fundamental importância que o profissional contábil que deseja atuar nesta área, esteja atento às mudanças que ocorrem a cada período eleitoral, pois a justiça eleitoral sempre emite resoluções específicas para cada ano eleitoral, respeitando as leis originárias e emendas constitucionais.

Enquanto fundamentação teórica além da legislação pertinente dialoga-se com Zovatto (2005), Barbosa (2009), Faria (2018), Cunha (2018), entre outros autores para a construção deste tema.

A metodologia utilizada neste artigo, inicialmente é de cunho bibliográfico e documental, com análise da legislação vigente, relativa ao assunto, revistas, publicações na rede mundial de computadores (*internet*), a visão ideológica de pesquisadores e estudiosos, como também o pronunciamento da Justiça Eleitoral face à adoção de novos métodos de trabalho.

Diante desse contexto surge a seguinte questão: Qual a responsabilidade do profissional contábil no processo de prestação de contas eleitorais de partidos e candidatos políticos? Para responder a essa questão objetiva-se analisar a responsabilidade dos profissionais contábeis no processo de prestação de contas eleitorais de partidos e candidatos. Para tanto, se faz necessário analisar a atuação dos principais órgãos competentes (Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Tribunal Regional Eleitoral - TRE-PB, Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba - CRC/PB, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB nacional e OAB da Paraíba, entre outros).

Este estudo se estrutura em uma pesquisa documental de fontes primárias e secundárias, contemplando seis partes: Introdução, fundamentação teórica, método de pesquisa, análise e resultados do tema abordado, considerações finais e referências bibliográficas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 O SURGIMENTO DA CONTABILIDADE ELEITORAL E O SEU AVANÇO

A contabilidade eleitoral advém da expansão da contabilidade pública, uma vez que a contabilidade pública tem seu princípio através da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, que inseriu normas para o controle dos orçamentos do Estado. A contabilidade publica passou a ter um destaque muito maior dentro do Estado com a chegada da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, (Lei complementar nº 101/2000 de 04 de maio de 2000) que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal de todas as esferas: Nacional, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

A contabilidade Pública segundo o site Portal da Contabilidade, é o ramo da contabilidade que registra, controla e demonstra a execução dos orçamentos, dos atos e fatos da fazenda pública, o patrimônio público e suas variações.

Considerando que a contabilidade pública tem a função de registrar a previsão de receitas e a fixação das despesas dentro do Exercício, estabelecida pelo Orçamento Público conforme o que determina a Lei 4.320/64. Nota-se que a contabilidade eleitoral surge com o mesmo princípio de controle dos gastos nas campanhas eleitorais, com o propósito de regulamentar o uso de recursos (públicos e de doações de pessoas físicas) nas campanhas eleitorais.

Dentro desse contexto iniciava na contabilidade eleitoral uma discussão sobre a importância e a necessidade da participação do profissional da contabilidade no âmbito das prestações de contas das campanhas eleitorais. Vejamos o que diz Santos Filho (2020, p.7):

De um lado, estavam os partidos políticos – regidos pela Lei n.º 9.504/1996, que traz em seu bojo a necessidade de uma organização patrimonial – e, como toda entidade no Brasil, seja ela com ou sem fins lucrativos, a obrigatoriedade de manter atualizada a sua contabilidade centrada nos princípios e nas normas contábeis, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. De outro lado, surgia, no cenário eleitoral, a figura da prestação de contas de recursos que movimentavam uma campanha eleitoral, ainda de forma híbrida, sem muita definição ou separação do que era o partido político, do que era o comitê financeiro ou o próprio candidato.

A contabilidade eleitoral ganhou notável importância e tratamento específico, e foi a partir de 2002 (dois anos após a chegada de LRF - LC 101/2000) que segundo Santos Filho (2020, p.7) ocorreu:

A primeira informatização das prestações de contas pelo TSE, por meio do SPCE; e em 2004, mais um avanço – os candidatos passavam a ter CNPJ, facilitando assim o maior controle da movimentação de seus recursos financeiros; e foi, em 2006, com a minirreforma eleitoral nº 11.300/2006, que ocorreu a obrigatoriedade das prestações de contas parciais, permitindo maior controle e transparência no processo de financiamento das campanhas. A contextualização histórica nos mostra uma grande evolução e, como todo processo evolutivo, mais regras e mais exigências são implementadas.

Considerando-se que há eleição a cada 02 (dois) anos, percebe-se que a cada período temos novidades, tanto no aspecto de sistema quanto de leis e resoluções disciplinares, trazidos pelos órgãos competentes, e de forma paralela a esses acontecimentos, a atuação do profissional contábil é de extrema relevância, uma vez que o mesmo deverá orientar seus clientes de como proceder na prática dentro dos preceitos legais.

Além das mudanças que ocorrem a cada pleito eleitoral, podemos registrar neste estudo, importantes vertentes que contribuíram para o progresso da contabilidade eleitoral como, por exemplo, as reformas políticas, as minirreformas eleitorais (Lei nº 11.300 de 10/05/2006; Lei nº 12.034 de 29/09/2009; Lei nº 12.891 de 11/12/2013; Lei nº 13.165 de 29/09/2015; Lei nº 13.488 de 06/10/2017), a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135 de 04/06/2010), a Emenda Constitucional nº 97 de 04/10/2017, que em resumo tratam de mudanças com novas regras, relativas as leis originárias anteriores.

## 2.2 OBRIGAÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL NO PROCESSO ELEITORAL

Tendo em vista o último pleito eleitoral, ocorrido em outubro de 2020, onde houve eleição para mandatos de Prefeitos e Vereadores, mas que ao mesmo tempo envolveu a participação de Governadores, Deputados Estaduais e Senadores, Suplentes, lideranças políticas locais, estaduais, nacionais, dirigentes partidários e toda a classe política compreendida no processo, pode-se observar que é de suma importância que esta classe esteja devidamente orientados por profissionais

competentes e qualificados, os quais assessoram seus clientes para o devido atendimento às normas e resoluções vigentes, sob pena de não poder continuar participando do pleito eleitoral em decorrência de atos que estejam em desacordo com dispositivos legais emanados pelos órgãos fiscalizadores e reguladores.

Vale ressaltar que em ano eleitoral, os candidatos e os partidos políticos estão obrigados a prestar contas de suas campanhas, estando sujeitos a exames cada vez mais rigorosos e detalhados, primando pela lisura e clareza dos fatos. As regras da prestação de contas são determinadas pela **Lei nº 9.504 de 30 de Setembro 1997** e a mesma não cita a exigência de **contratação de contador** e advogado para acompanhar o processo, mas algumas resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sim. O TSE publica resoluções antes de cada pleito para disciplinar e fortalecer as interpretações. A mais recente, a Resolução n.º **23.607**, de dezembro de 2019, traz a seguinte definição no **parágrafo 4º do artigo 45**:

A arrecadação de recursos e a realização de gastos eleitorais **devem ser acompanhadas por profissional habilitado em contabilidade** desde o início da campanha, o qual realizará os registros contábeis pertinentes e auxiliará o candidato e o partido na elaboração da prestação de contas, observando as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e as regras estabelecidas nesta resolução.(grifo nosso)

Observe-se ainda o que diz os **parágrafos 1º e 2º do Art. 45 da Resolução nº 23.607/2019**:

O candidato fará, diretamente ou por intermédio de pessoa por ele designada, a administração financeira de sua campanha usando recursos repassados pelo partido, inclusive os relativos à quota do Fundo Partidário ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), recursos próprios ou doações de pessoas físicas (**Lei nº 9.504 de 30 de Setembro 1997**, art. 20).; O candidato é solidariamente responsável com a pessoa indicada no § 1º e com o profissional de contabilidade de que trata o § 4º citado anteriormente deste artigo, pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha, observado o disposto na **Lei nº 9.613 de 03 de Março de 1998** e na **Resolução nº 1.530/2017**, do Conselho Federal de Contabilidade.(grifo nosso)

Nota-se que durante o processo eleitoral, o candidato tem a faculdade de indicar mais um participante de distinta relevância: o administrador financeiro, função na qual, o mesmo deverá ter harmonia com o contador, para a utilização dos recursos recebidos, seja através do Fundo Partidário (FP), do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), recursos próprios ou doações de terceiros, resultando assim numa responsabilidade solidária em conjunto.

## 2.3 OBRIGATORIEDADE CONTÁBIL DOS PARTIDOS POLÍTICOS COM A PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

A contabilidade não deve ser utilizada apenas como atendente das necessidades fiscais, mas como um valioso instrumento para a gestão e tomada de decisão. A contabilidade Eleitoral é apresentada como sendo um dispositivo essencial, pois dela fornece as informações de valor agregado para colaborar nas decisões dos partidos políticos viabilizando melhores desempenhos, tornando-se assim uma ferramenta de suma importância para a execução dos recursos dos partidos políticos, pois é através dela que é realizado o controle, acompanhamento e demonstradas todas as informações, além da prestação de contas.

De acordo com Neto (2010, p.12):

Sendo os partidos políticos mantidos pela doação de seus filiados e por cotas de fundo partidário, a contabilidade, por meio de suas funções pode ser utilizada para melhor gerir os partidos, possibilitando, através das informações contábeis, um melhor acompanhamento da saúde econômico/financeiro da entidade pelos gestores partidários e através da prestação de contas proporcionar ao governo acompanhar como estão sendo investidos os repasses do fundo partidário e as doações recebidas.

A Lei Nº 13.165, de 29 de Setembro de 2015 determina algumas obrigatoriedades contábeis para os partidos políticos conforme observa-se nos artigos abaixo:

Art. 18. Os limites de gastos de campanha, em cada eleição, são os definidos pelo Tribunal Superior Eleitoral com base nos parâmetros definidos em lei.

Art. 18-A. Serão contabilizadas nos limites de gastos de cada campanha as despesas efetuadas pelos candidatos e as efetuadas pelos partidos que puderem ser individualizadas.

Art. 18-B. O descumprimento dos limites de gastos fixados para cada campanha acarretará o pagamento de multa em valor equivalente a 100% (cem por cento) da quantia que ultrapassar o limite estabelecido, sem prejuízo da apuração da ocorrência de abuso do poder econômico.

Art. 20. O candidato a cargo eletivo fará, diretamente ou por intermédio de pessoa por ele designada, a administração financeira de sua campanha usando recursos repassados pelo partido, inclusive os relativos à cota do Fundo Partidário, recursos próprios ou doações de pessoas físicas, na forma estabelecida nesta Lei. (NR)

Art. 28 § 4º Os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a divulgar em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim na rede mundial de computadores (internet):  
I - os recursos em dinheiro recebidos para financiamento de sua campanha eleitoral, em até 72 (setenta e duas) horas de seu recebimento;

II - no dia 15 de setembro, relatório discriminando as transferências do Fundo Partidário, os recursos em dinheiro e os estimáveis em dinheiro recebidos, bem como os gastos realizados.

A lei determina que seja o candidato, ou pessoa por ele designada, o responsável pela administração financeira de sua campanha (art. 20). Neste último caso, o candidato será solidariamente responsável com as informações financeiras e contábeis de sua campanha (art. 21). De forma geral o objetivo da Lei Nº 13.165, de 29 de Setembro de 2015 é reduzir os custos das campanhas eleitorais, facilitar a administração dos Partidos Políticos e instigar a participação feminina nas eleições.

Os partidos políticos classificam como entidades de Terceiro Setor que recebem doações de seus filiados. O fato de receberem dinheiro público e doações exige uma transparência contábil, pois é necessário comprovar a forma como está sendo utilizado o dinheiro e prestar contas aos doadores e aos órgãos fiscalizadores por parte do governo.

## 2.4 O FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS E A CORRUPÇÃO

Ao analisar a responsabilidade do profissional contábil no processo de prestação de contas eleitoral, devemos listar vários problemas que podem surgir durante a execução deste ofício, como por exemplo, ao tratar sobre financiamento de campanhas e a corrupção, Zovatto (2005, p.290) elenca os principais problemas vinculados à relação entre financiamento e à corrupção na América Latina, conforme segue:

- recebimento de contribuições que infringem as regulamentações existentes;
- o uso para fins partidários ou eleitorais de dinheiro derivado de atividades corruptas;
- o uso indevido de recursos do Estado com fins político-partidários ou proselitismo, inclusive o desvio de serviços e tempo dos funcionários públicos;
- suborno antecipado: a aceitação de dinheiro de pessoas ou empresas em troca de promessas ou favores ilícitos em caso de ascensão a postos públicos;
- suborno: pagamentos a funcionários por parte de fornecedores do Estado em retribuição por favores recebidos;
- a aceitação de contribuições de fontes questionáveis;
- participação e favorecimento de negócios ilícitos (tóxicos, armas, jogo, prostituição, etc.);
- utilização de dinheiro com fins proibidos, como, por exemplo, a "compra de votos".

Conforme o autor, essa relação não é resultado somente de escândalos de corrupção revelados e comprovados, mas também da aparência de corrupção que deriva das imputações que fazem entre si os partidos e candidatos. Nesse sentido, é necessário que o financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais conte com um regramento jurídico bastante eficaz.

Segundo Nassmacher apud Zovatto (2005, p. 294)

Existem três problemas fundamentais que as regulamentações sobre financiamento devem tratar: a autonomia dos partidos, a transparência de todos os recursos financeiros partidários e a aplicação das normas correspondentes. A partir desses três aspectos, o autor identifica na prática comparada mundial quatro opções para a regulamentação do financiamento partidário. Três delas tratam em particular de cada um dos problemas, enquanto que a quarta opção, mais ampla em seu alcance, mas mais modesta em suas expectativas, combina, simultaneamente, os três problemas. Essas opções são:

1. Autonomia, que enfatiza a liberdade e o caráter privado dos partidos e minimiza a necessidade de regulamentação, confiando em grande medida nos mecanismos de autor-regulação e autocorreção da competição partidária. 2. Transparência, que enfatiza a importância do acesso público à informação relacionada com as finanças partidárias, de forma que os eleitores assumam suas responsabilidades e liberdades e façam uma escolha informada no dia das eleições. 3. Vigilância, que prevê um conjunto de regulamentações detalhadas sobre o financiamento partidário, cuja verificação e implementação está a cargo de uma instituição pública independente. 4. Regulamentação diversificada, que corresponde ao modelo praticado no Canadá, que combina "a supervisão flexível, a regulação precisa, os incentivos públicos e as sanções ocasionais".

De acordo com Barbosa (2009, p.64,65):

Apesar das mudanças ocorridas, ainda existe no processo eleitoral brasileiro uma forte influência dos interesses privados no financiamento das campanhas eleitorais com o objetivo de obter vantagens futuras junto ao poder público. Sendo assim, os recursos injetados pelos particulares nos partidos políticos muitas vezes não são declarados à Justiça Eleitoral, formando então o chamado "Caixa dois", que movimenta valores quase sempre provenientes de atividades ilícitas. Os debates mostram que não basta apenas alterar as regras para os financiamentos eleitorais, é preciso uma reforma mais ampla que atinja todo sistema político brasileiro, ou seja, a tão discutida reforma política torna-se essencial como principal meio de alcançarmos um processo eleitoral mais transparente e igualitário.

Diante do exposto comprehende-se que tais problemas são apenas alguns diante de vários outros que o profissional contábil pode enfrentar, por este motivo é de imprescindível relevância estar sempre atento, levantando indagações e objetivando sempre a transparência, tendo em vista que o profissional contábil

responde solidariamente pelas ações cometidas no processo de prestação de contas, seja de candidatos ou partidos em épocas de eleição ou não.

Conforme FolhaPress, Portal o Tempo (2019):

Os atuais 33 partidos políticos e os candidatos que disputam as eleições são financiados, em sua maioria, por dinheiro público. São duas fontes principais, o fundo eleitoral, distribuído de dois em dois anos, e o fundo partidário, que é anual. O maior deles, o eleitoral, destinou R\$ 1,7 bilhão nas eleições de 2018 e que pode crescer para o pleito municipal de outubro do ano que vem. Há movimentação no Congresso para elevar essa quantia a até R\$ 3,7 bilhões. O partidário tem dotação estimada em R\$ 928 milhões para este ano. Até 2015 a principal fonte de recursos de partidos e das campanhas políticas vinha de grandes empresas, como bancos e empreiteiras. Só a JBS, a campeã de doações a políticos em 2014, destinou quase R\$ 400 milhões naquele ano. Essas doações entraram no olho do furacão por causa da operação Lava Jato. A JBS, por exemplo, foi o pivô da pior crise política do governo de Michel Temer (2016-2018). Executivos da gigante das carnes afirmaram, em delação a investigadores, que pagaram propina travestidas como doações eleitorais, registradas ou não, a quase 2.000 políticos. Em 2015, o Supremo Tribunal Federal decidiu proibir o financiamento empresarial, sob o argumento de que o poder econômico afeta o desejado equilíbrio de armas entre os candidatos. Em reação a isso, o Congresso aprovou em 2017 a criação do fundo eleitoral (até então só existia o partidário). Além dos dois fundos, outra fonte pública de financiamento dos candidatos é a renúncia fiscal dada a rádios e TVs para a veiculação da propaganda eleitoral. Fora dos cofres públicos, partidos e candidatos podem receber dinheiro de pessoas físicas, limitado a 10% da renda da pessoa no ano anterior. Por fim, candidatos podem financiar as próprias campanhas até o limite permitido para o cargo disputado – R\$ 2,5 milhões no caso de deputado federal, por exemplo.

Este cenário contribuiu para o surgimento da Lei nº 13.165, de 29 de Setembro de 2015 que estabelece a proibição da doação de recursos financeiros de Pessoa Jurídica para as campanhas eleitorais e posteriormente veio a Emenda Constitucional nº 97 de 04 de Outubro de 2017, para vedar as coligações partidárias entre outras alterações e a Lei nº 13.488, de 06 de Outubro de 2017, com o objetivo de promover reforma no ordenamento político-eleitoral.

## 2.5 O PAPEL DO CONTADOR NO PROCESSO ELEITORAL

Faria (2018, p. 1) afirma que:

A contabilidade sempre foi tratada de forma relevante no âmbito de tomada de decisões, com base em apresentações de demonstrações contábeis em diversos ramos, tanto nas instituições públicas, como em privadas. A necessidade de transparência e confiabilidade dos dados e movimentações financeiras, por exemplo, é fundamental para um bom funcionamento da sociedade no geral, para que condutas corruptivas e danosas sejam

evitadas ou punidas. A contabilidade, nesse prisma, é um instrumento fundamental. Porém, no que se refere à esfera eleitoral, ou seja, nas instituições que controlam e asseguram esse processo democrático, essa relevância só foi conseguida a partir de 2015 e vem se aperfeiçoando no controle dos gastos públicos e privados com as campanhas eleitorais. Nesse sentido, pôde-se observar a criação da Lei da Ficha Limpa, de iniciativa popular, levada ao Congresso Nacional em 2009 para votação. Ela trouxe uma discussão acerca das práticas de corrupção no setor político na gestão do dinheiro público e, por consequência, a falta de transparência dessas contas públicas. A partir disso, essa lei pode ser considerada um divisor de águas na política brasileira e no momento político que atravessava o país, pois marcou e mostrou uma preocupação maior da sociedade em relação aos seus representantes nos poderes Legislativo e Executivo. Dessa forma, foi possível perceber que houve uma continuidade dessas demandas com a discussão e aparecimentos de movimentos anticorrupção. Com isso, houve a criação das "dez medidas anticorrupção" pelo Ministério Público Federal (MPF) que está atrelada a uma onda de manifestações no país no que se refere à impunidade de políticos e a escândalos com o dinheiro público.

Com isso, surge a necessidade de se ter maior transparência nas contas públicas relacionadas ao processo eleitoral, o que obrigou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aumentar a fiscalização em relação às prestações de contas eleitorais (ou seja, controle de gastos e origem dos recursos arrecadados pelos candidatos nas campanhas) e instituiu a presença obrigatória do profissional da contabilidade neste processo. Na tentativa de aumentar, assim, a transparência do uso de dinheiro público nas campanhas eleitorais e de diminuir a quantidade de escândalos de corrupção que assolam a política desde a constituição da democracia e do voto popular. Então, o objetivo do presente trabalho é o de contribuir no campo da contabilidade eleitoral com um estudo específico quanto à importância do contador no processo eleitoral e o que vem mudando desde a elaboração do "Manual de Arrecadação", pelo TSE, em 2002, que marcou o primeiro ano de prestação de contas dos candidatos e afiliações. Torna-se evidente, portanto, a modificação do papel do profissional de contabilidade dentro do sistema eleitoral que, a partir de 2015 com a Lei 13.165, passa a ser fundamental no processo de transparência da prestação de contas eleitoral. (grifo nosso)

Percebe-se que a presença do profissional de contabilidade ganhou notável relevância e robustez no que se refere a sua participação e acompanhamento de todo o processo eleitoral, pois o mesmo terá que, além de possuir os conhecimentos técnicos contábeis, ter também conhecimentos prévios sobre a legislação eleitoral para auxiliar e orientar os seus clientes, objetivando sempre de forma correta a aplicação das normas e resoluções vigentes, ocorrendo assim a licitude dos procedimentos e tornando o processo cada vez mais transparente.

O profissional contábil não se limita a ser o detentor de conhecimentos técnicos contábeis, mas, tal qual o Advogado em processo eleitoral, o Contador também precisa conhecer a doutrina, as resoluções, as leis que normatizam e disciplinam o processo eleitoral, isso representa um fator determinante na escolha

deste profissional, pois muitos não se identificam com a área e outros aceitam prestar os serviços apenas visando a questão da remuneração, esquecendo e infringindo assim o seu código de ética. Entende-se que no caso do profissional não possuir os conhecimentos necessários, este por sua vez, exercendo o seu papel de profissional competente e obedecendo aos seus princípios éticos, deverá sinalizar oficialmente, que não está apto para atuar como responsável técnico contábil de tal serviço, zelando assim a classe que representa.

O Processo Eleitoral envolve todas as esferas: Federal, Estadual, Municipal e Distrito Federal e que compreende a participação direta e indireta de várias instituições e órgãos, reguladores e fiscalizadores, mas exige também o fortalecimento do controle social. Assim, de acordo com Brasil (2017, p. 30):

A participação do contador no processo eleitoral reforça o papel do profissional como agente de proteção da sociedade contribuindo para maior controle e transparência da prestação de contas do processo eleitoral.

## 2.6 O PROFISSIONAL CONTÁBIL E A PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS

É importante destacar o que diz o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal - CF (1988):

Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Com base nessa premissa e também o que determina a **Lei nº 13.165, de 29 de Setembro de 2015 (minirreforma eleitoral) e a resolução TSE nº 23.607 de 17 de Dezembro de 2019 que disciplinou as eleições de 2020 (pleito do ano passado)**, entende-se que a prestação de contas eleitoral além de ser obrigatória, tem que atender vários outros pré-requisitos de fundamental importância, os quais requer conhecimentos para sua execução de forma tempestiva, como por exemplo, vejamos que os candidatos e dirigentes partidários deverão cumprir e ter o acompanhamento do profissional da contabilidade, a saber:

1. Solicitação dos respectivos registros de candidaturas;
2. Inscrição do CNPJ junto à Receita Federal;

3. Abertura de conta bancária específica para movimentação financeira dos candidatos e partidos;
4. Observar o limite de gastos para a correta arrecadação de recursos e o período estabelecido;
5. Deverá ser emitido recibo eleitoral para cada arrecadação de recursos, seja financeiro ou estimáveis em dinheiro;
6. Identificar as fontes permitidas e vedadas de arrecadação de recursos, bem como entender os recursos de origem não identificada – RONI;
7. Vigiar e orientar quanto às formas de Doações;
8. Período e aplicação dos recursos;
9. Gastos eleitorais e sua documentação comprobatória vinculada;
10. Prestação de Contas: Envio de relatórios financeiros até o limite de 72 horas de cada movimentação financeira/estimável em dinheiro, e envio da prestação de contas parcial e final;
11. Destinação das sobras de campanha conforme legislação em vigor;
12. Acompanhamento do exame e julgamento da prestação de contas;
13. Prestação de contas retificadora e Notas Explicativas, ambas quando necessário.

Nota-se diante do exposto, que existe uma série de etapas a serem cumpridas e a presença do profissional contábil é determinante, para que haja zelo, diligência e tempestividade adequada na classificação das receitas arrecadadas e despesas realizadas durante o pleito eleitoral, aspirando sempre à transparência, bem como a explanação aos candidatos sobre os riscos e impedimentos do uso de recursos de fontes não identificadas e de fontes vedadas.

É de suma importância frisar que toda a operação de prestação de contas eleitorais é feita através de programas e sistemas fornecidos pela justiça eleitoral, como por exemplo, podemos citar o Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE), cuja plataforma deve ser estudada previamente pelo profissional contábil por intermédio de tutoriais disponíveis, almejando a correta utilização dos recursos digitais.

É imperioso saber também que a partir do preenchimento das informações no sistema e envio a justiça eleitoral de forma digital, é feito um cruzamento de informações entre todas as operações realizadas e informadas no SPCE, com diversos órgãos e sistemas, por exemplo: Receita Federal (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF; Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF), Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED; Relação Anual de Informações Sociais - RAIS) e tantos outros no tocante a vários aspectos, como por exemplo a verificação da capacidade econômica dos doadores de campanha, obedecendo os limites vigentes na resolução, bem como notas fiscais emitidas em nome do candidato que constam na

base de dados da Receita Federal, mas não foi informada na prestação de contas, por isso todo o processo exige muita atenção e cuidado.

## 2.7 A FINALIDADE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS

Faria (2018, p. 18) destaca que:

A prestação de contas tem a finalidade principal de controlar os gastos nas campanhas eleitorais e, com isso, preservar uma transparência em relação ao uso de dinheiro público de forma responsável. A prestação de contas pode ser entendida como aprovada, aprovada com ressalvas, desaprovação ou não prestação. Em caso de prestação de contas aprovada ou aprovadas com ressalvas, o entendimento do Tribunal Eleitoral é que não houve nenhuma atitude relevante do candidato durante o período eleitoral e que todos os gastos e receitas foram feitos dentro da legislação vigente, com toda documentação entregue para fins de julgamento. A prestação de contas não prestada gera sanção ao candidato de perda da quitação eleitoral, que é o documento de regularidade com a Justiça Eleitoral, tornando-o inelegível por até 8 anos, dependendo do entendimento do Tribunal. Porém, no caso de desaprovação das contas, existe uma discussão sobre quais sanções devem ser impostas ao candidato.

No que se refere ao contexto geral sobre prestações de contas, o Tribunal de Contas da União - TCU define o seguinte:

O propósito da prestação de contas é assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos, que são os usuários dos bens e serviços produzidos pela administração pública e principais provedores dos recursos para o seu funcionamento.

Nessa perspectiva, identificamos que o sistema de prestação de contas eleitorais juntamente com o(s) seu(s) operador(es), que podem ser o candidato, administrador financeiro e profissional contábil habilitado, representam um grande instrumento de controle, cujas ações e registros serão fidedignamente examinados e posteriormente julgados após vista dos técnicos e juízes competentes.

## 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

De acordo com a Plataforma digital Metodologia<sup>3</sup>, podemos destacar:

A palavra metodologia deriva da palavra "método" (do Latim "methodus"), cujo significado, que tem origem latina é "caminho ou via para realização de

---

<sup>3</sup> Disponível em: [fm2s.com.br/metodologia](http://fm2s.com.br/metodologia) Acesso em: 26 maio 2021.

algo". Já a palavra "metodologia", consiste no campo que estuda os melhores métodos praticados.

Para entender melhor o significado da palavra método, vejamos o que Marconi (2021, p. 93) diz:

Método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo de produzir conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

### 3.1 TIPOS DE PESQUISA

Este trabalho norteia-se em uma pesquisa documental de natureza qualitativa, oriunda de fontes primárias e secundárias, cujo objetivo é teórico e sua forma de estudo exploratória com procedimento bibliográfico, de forma que o consultente pesquisador possa expor o conteúdo abordado, sem interferir neles, possibilitando uma leitura em conjunto com estudiosos e órgãos governamentais responsáveis por elaborar, acompanhar e fiscalizar tal tema enfocado.

Para auxiliar o entendimento do pesquisador no tocante ao presente tema, se faz necessário além dos tradicionais existentes meios de pesquisa (livros, revistas, jornais, documentários, leis, decretos, etc) o uso de consultas a diversos outros meios, que atualmente é mais praticado para fins de consulta imediata em tempo real: a mídia eletrônica, contemplando sites de pesquisa, jornais e revistas eletrônicas, sites documentais, artigos e trabalhos acadêmicos, contribuindo assim de forma favorável para uma pesquisa enriquecedora de conteúdo, trazendo mais interesse para o leitor dar continuidade ao conteúdo.

Como objetiva-se analisar a responsabilidade do profissional contábil no âmbito das prestações de contas eleitorais, foi levantando inicialmente toda legislação disponível pertinente ao assunto, incluindo as alterações realizadas para fins de adequações e atualizações de melhoria, sempre com o fito de trazer mais segurança e transparência para todos os envolvidos, principalmente para a sociedade, bem como também foi coletado material de cunho bibliográfico elaborado por pesquisadores e fontes de mídia eletrônica, buscando identificar resultados sobre a participação responsável do profissional contábil.

Baseado em experiências de pleitos anteriores, os tribunais e legisladores por sua vez veem sempre trazendo inovações, determinando novas doutrinas a serem

seguidas e em meio a essa situação, de um lado estão os principais órgãos de classe (CRC's/OAB's) e do outro os seus profissionais com uma "elevada responsabilidade".

### 3.2 TÉCNICA DE PESQUISA

Este trabalho adota a técnica do tipo documentação indireta (pesquisa documental e revisão bibliográfica), bem como a análise de texto ou conteúdo.

## 4 ANÁLISE E RESULTADOS

Sobre análise de texto, Marconi (2021, p.31) relata que:

Analizar significa estudar, decompor, dissecar, dividir, interpretar. A análise de um texto refere-se ao processo de conhecimento de determinada realidade e implica o exame sistemático dos elementos. Portanto, implica separar as partes de um todo, a fim de: (a) poder efetuar um estudo mais completo, encontrando o elemento-chave do autor; (b) determinar as relações que prevalecem nas partes constitutivas, compreendendo a maneira pela qual estão organizadas; (c) hierarquizar as ideias. É a análise que permite observar os componentes de um conjunto, perceber suas possíveis relações, ou seja, passar de uma ideia-chave para um conjunto de idéias mais específicas, passar à generalização e, finalmente, à crítica. Portanto, a primeira parte de uma análise compreende a separação dos elementos essenciais e sua classificação, isto é, verificação dos componentes de um conjunto e suas possíveis relações. Dito de outra forma, passa-se de uma ideia-chave geral para um conjunto de idéias mais precisas.

Observa-se que diante dessa contextualização, existe um processo de fases, para facilitar a busca do entendimento entre causas, efeitos e soluções, onde dessa forma o pesquisador irá usufruir mais elementos a seu favor, e consequentemente a obtenção de conclusões mais satisfatórias e realistas.

No que diz respeito a análise de conteúdo, Lakatos (2017, p.307) opina que:

Análise de conteúdo é considerada por alguns autores uma técnica de tratamento e análise de informações colhidas de um documento escrito. Aqui, vamos considerar seu delineamento qualitativo. Trata-se de um procedimento cuja ênfase recai na quantificação dos ingredientes do texto, ou seja, na frequência da aparição de certas palavras, expressões, frases, temas etc. Nesse sentido, é uma abordagem que se vale de uma técnica de

análise de comunicação, cujo objetivo é compreender criticamente o sentido de uma comunicação, observando quer seu conteúdo manifesto, quer seu conteúdo latente, significações explícitas ou ocultas.

Pode-se interpretar que a análise de conteúdo busca decifrar ou decodificar símbolos, sinais e mensagens contidas em um trecho de documento, realizado através de avaliação minuciosa.

A eleição inicia-se após o partido político ou coligação (atualmente a legislação só permite na majoritária conforme a Emenda Constitucional nº 97, de 4 de Outubro de 2017), realizar a convenção partidária, em que na oportunidade são escolhidos quais serão os candidatos que irão concorrer ao pleito no ano corrente. Após o registro da Ata, os candidatos registram seus nomes e números de eleição no sistema apropriado e fornecido pela justiça eleitoral e na sequência aguardam a liberação do seu CNPJ de campanha, levando em consideração que para concorrer aos cargos é necessária a constituição de pessoa jurídica assim como a abertura da conta bancária ou das contas referente a esta pessoa jurídica, com a finalidade de receber recursos que deverão ser alocados nas contas conforme o tipo (Recursos oriundo de doações de pessoas físicas, recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC, e Fundo Partidário) e para as mulheres além destas já citadas, ainda existe mais duas contas: a do Fundo Partidário das mulheres (30%) e a do FEFC da mulheres (30%) conforme Resolução TSE 23.607/19.

É importante ressaltar que a legislação eleitoral prevê duas etapas para apresentação de prestação de contas: a primeira é relativa às prestações de contas de campanha dos candidatos eleitos ou não, bem como também pelos partidos que participam do pleito, e o prazo é até o trigésimo dias após o dia das eleições referente a todo recurso arrecadado e aplicado na campanha eleitoral de acordo com o que disciplina a lei nº 9.504 de 30/09/97 e se houver segundo turno, o limite será de vinte dias após o término do pleito em curso.

A segunda etapa refere-se a prestação de contas anual dos partidos, regido pela Lei nº 9.096/95 de 19/09/95 que abordará os valores de receitas arrecadadas para custeio e manutenção das atividades da agremiação partidária, cujo limite de prazo é 30 de junho do ano posterior ao do exercício em questão, previsto na Lei 13.877/2019 de 27/09/19 que alterou o art. 32 da Lei 9.096/95 de 19/09/95.

A legislação também prevê, através da Resolução do TSE 23.607/19 que a cada movimentação financeira na conta de campanha deverá ser informado à justiça eleitoral a cada 72 horas através do sistema indicado (SPCE), sob pena de indagações e possíveis diligências, bem como temos também a prestação de contas parcial (que antecede a prestação de contas final) que deverá ser registrada toda a movimentação até a data do seu envio.

Considerando que a cada pleito eleitoral o TSE define e emite novas resoluções específicas à época, é obrigação do profissional contábil acompanhar estas mudanças e atualizações, para abraçar a causa com responsabilidade, dedicação e competência, do contrário acarretará sérios danos a sua imagem, conduta moral, ética e profissional, bem como toda a sociedade em geral, já que o mesmo por sua vez, deve atuar como um tipo de agente protetor da sociedade e não o responsável direto ou solidário da causa de problemas que irão afetar a sociedade que nela se insere.

É de suma importância frisar que a participação e a responsabilidade do profissional contábil não se limita apenas a época da eleição, ou seja daquele pleito eleitoral que lhe foi contratado, pois os órgãos responsáveis pelos exames e julgamentos das prestações de contas, podem por algum motivo de força maior, demorar mais tempo que o previsto para a finalização dos processos, sendo assim é dever do profissional contábil acompanhar todo o processo até sua real finalização, configurando dessa forma sua responsabilidade laborativa com o seu ofício e sua classe representativa.

Com este estudo pode-se concluir que é totalmente essencial e indispensável a participação do profissional contábil no processo de prestação de contas eleitoral, pois sem a atuação do mesmo é impossível a execução dos trabalhos de forma legal, podendo acarretar complicações, contratemplos e situações irreversíveis, para a cidade (município), estado (região) ou país (nação).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo observa-se que os autores sempre enfatizam as mudanças que ocorrem periodicamente a cada eleição, trazendo novas informações, novas obrigações, onde os órgãos responsáveis que por sua vez e via de regra geral

repassam através de livros e apostilas digitais, plenárias, seminários, cursos, e treinamentos específicos, logo, surge a necessidade da efetiva participação dos envolvidos, e o profissional contábil habilitado tem a obrigação de participar para assim estar devidamente preparado face as atualizações que diz respeito ao campo das prestações de contas eleitorais.

Sendo assim, registra-se que o objetivo do trabalho foi alcançado, realçando a elevada responsabilidade e importância do profissional contábil no sentido de orientar de forma correta o registro e lançamento das contas de seus clientes, a título de receitas e despesas, bem como também protegendo o estado e a sociedade, combatendo possíveis intenções de corrupção e coibindo o abuso do poder econômico, conforme determina a legislação em vigor.

Ao longo dos últimos anos, o mercado de trabalho contábil vem crescendo em vários setores, principalmente no setor público que está cada vez mais exigente e competitivo para os profissionais, e por isso ao final deste estudo recomenda-se optar pela continuidade do aprendizado, agregando valor a carreira com realizações próprias e consequentemente podendo ser referência e destaque, além de proporcionar o bem comum agindo como defensor e protetor da sociedade.

## REFERÊNCIAS

**BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN - Comunicado nº 32.228 de 25 de Junho de 2018.** Divulga orientações sobre a abertura, a movimentação e o encerramento de contas de depósitos à vista de partidos políticos e de candidatos, bem como sobre os extratos eletrônicos dessas contas.

**BARBOSA, Andréa Alessandra de Arruda.** **Arrecadação, aplicação de recursos e prestações de contas nas campanhas eleitorais.** João Pessoa - PB, 07. Jan. 2009

**BRASIL. Constituição Federal do Brasil (CF) de 1988.**

**BRASIL. Lei nº 4.737, de 15 de Julho de 1965.** Institui o Código Eleitoral.

**BRASIL. Lei nº 9.096, de 19 de Setembro de 1995.** Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

**BRASIL. Lei nº 9.504 de 30 de Setembro de 1997.** Estabelece normas para as eleições, conhecida como Lei das Eleições.

**BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

**BRASIL. Lei nº 11.300, de 10 de Maio de 2006.** Dispõe sobre propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, alterando a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

**BRASIL. Lei nº 12.034, de 29 de Setembro de 2009.** Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.

**BRASIL. Lei nº 12.891, de 11 de Dezembro de 2013.** Altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para diminuir o custo das campanhas eleitorais, e revoga dispositivos das Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, e 9.504, de 30 de setembro de 1997.

**BRASIL. Lei nº 13.165, de 29 de Setembro de 2015.** Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina.

**BRASIL. Resolução TSE nº 23.463, de 15 de Dezembro de 2015.** Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições de 2016.

**BRASIL. Resolução TSE nº 23.470, de 1º de Março de 2016.** Altera a Resolução nº 23.463/2015, que dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições de 2016.

**BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade – Apostila Contabilidade Eleitoral: Aspectos Contábeis e Jurídicos das Prestações de Contas das Eleições de 2016.** Orientações aos Profissionais da contabilidade e candidatos para Eleição de 2016, com explanação prática da Lei 9.504/97 e Lei 13.165/2015 e suas resoluções para que não tenham as contas desaprovadas.

**BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade - Resolução CFC nº 1.530, de 22 de Setembro de 2017.** Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos profissionais e organizações contábeis para cumprimento das obrigações previstas na Lei n.º 9.613/1998 e alterações posteriores.

**BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade - Norma Brasileira de Contabilidade, NBC PG 01, de 7 de Fevereiro de 2019.** Aprova a NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador.

**BRASIL. Emenda Constitucional nº 97, de 4 de Outubro de 2017.** Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos

do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição.

**BRASIL. Lei nº 13.488, de 06 de Outubro de 2017.** Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral.

**BRASIL. Resolução TSE nº 23.604, de 17 de Dezembro de 2019.** Regulamenta o disposto no Título III - Das Finanças e Contabilidade dos Partidos - da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

**BRASIL. Resolução TSE nº 23.607, de 17 de Dezembro de 2019.** Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições de 2020.

CUNHA, Joice. **Contabilidade Eleitoral uma oportunidade para empresas contábeis.** 2018. Disponível em <https://contadores.contaazul.com/blog/contabilidade-eleitoral-uma-oportunidade-para-empresas-contabeis>. Acesso em: 23 mar. 2020.

**EDUCAÇÃO E CONSULTORIA. Metodologia.**

<https://www.fm2s.com.br/metodologia/> Acesso em: 26 maio 2021.

FARIA, Guilherme Soares. **O papel do contador no processo eleitoral: Protagonista ou coadjuvante?** Rio de Janeiro - RJ, 2018.

(FOLHAPRESS, 2019). **Portal O tempo**, Belo Horizonte, 23 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/como-funcionam-o-fundo-eleitoral-e-o-partidario-1.2238378>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica /** Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi - 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica /** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos; atualização da edição João Bosco Medeiros - 9. ed. - São Paulo: Atlas, 2021.

NETO, Nilton José Coelho. **A Contabilidade Como Ferramenta De Gestão: Análise De Sua Utilização Pelos Diretórios Dos Partidos Políticos do Município De São José Em Santa Catarina** - Universidade Federal De Santa Catarina Centro Socioeconômico Departamento De Ciências Contábeis - Florianópolis 2010

**REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - RBC Nº 199. Aspectos Legais e contábeis da prestação de contas eleitorais para as eleições de 2012: uma análise empírica à luz da legislação vigente.** Página 63 a 75. Bimestral - Janeiro e Fevereiro de 2013.

SANTOS FILHO, Haroldo. **Contabilidade Eleitoral: aspectos contábeis e jurídicos: 2020** - Brasília - Conselho Federal de Contabilidade, 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. **Contas e relatórios de gestão.** Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contexto-geral-das-prestacoes-de-contas.htm> Acesso em: 27 maio 2021.

ZOVATTO, Daniel, **Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada.** Set. 2005. In: revista **Opinião Pública**, Campinas, Vol. XI, nº 2, Outubro, 2005, p. 287-336.

## A AUDITORIA NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS: a contribuição do auditor independente para as instituições financeiras brasileiras.

Eliza Gabriela Carvalho Ferreira<sup>1</sup>  
Rafael Batista Pereira de Oliveira<sup>2</sup>

### RESUMO:

O objetivo do estudo é verificar a contribuição do auditor independente para as instituições financeiras brasileiras, para isso, foi estudado a estrutura e o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN) que é regulado pelo Banco Central do Brasil (BCB), Conselho Monetário Nacional (CMN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que são os órgãos responsáveis por coordenar, fiscalizar e orientar quanto ao funcionamento e aplicação dos recursos das instituições financeiras (IF's). Assim a auditoria independente surge como mais um componente desse sistema, que por meio do processo de auditoria busca evidenciar as informações contidas nas demonstrações contábeis das IF's, através da emissão do relatório expondo sua opinião e destacando os principais assuntos de auditoria PAA's. Foram selecionadas para o estudo os bancos Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Banco do Nordeste, e analisados os relatórios extraídos do site da Bolsa de Valores (B3) nos períodos de 2016 a 2020 emitidos por auditores independentes. Onde foi possível identificar em todos os relatórios estudos a opinião não modificada e os PAA's mais utilizados foram: ambiente de tecnologia da informação, provisão para crédito de liquidações duvidosas, provisões e passivos contingentes, trabalhistas, cíveis e fiscais, valor justo de instrumentos financeiros e derivativos, planos de benefício pós emprego e realização dos ativos relativos a créditos tributários. Demonstrando que é através do processo de auditoria, na emissão do relatório, dando sua opinião e destacando os principais assuntos de auditoria que o auditor dá sua contribuição quanto a confirmação dos dados contidos nas demonstrações contábeis das IF's.

**PALAVRAS-CHAVES:** Auditoria. Instituições Financeiras. Principais Assuntos de Auditoria.

### ABSTRACT:

The objective of the study is to verify the contribution of the independent audit to Brazilian financial institutions. For this, the structure and functioning of the National Financial System (SFN) which is regulated by the Central Bank of Brazil (BCB), National Monetary Council ( CMN) and the Brazilian Securities Commission (CVM), which are the bodies responsible for coordinating, supervising and guiding the operation and application of the resources of financial institutions (IF's). Thus, the independent audit appears as another component of this system, which, through the

---

<sup>1</sup>Graduada em Ciências Contábeis, Eliza Gabriela Carvalho Ferreira E-mail: gabielaccontabil25@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado em Ciências Contábeis pelo UNIESP, MBA em Auditoria, Perícia e Arbitragem pela ENP, MBA em Finanças pelo IBMEC (cursando), docente do curso de Ciências Contábeis pelo UNIESP. E-mail: rafaelbpoliveira@hotmail.com.

audit process, seeks to evidence the information contained in the financial statements of the IF's, through the issuance of a report exposing its opinion and highlighting the main PAA's audit matters. The banks Itaú, Bradesco, Santander, bank do Brasil and bank do Nordeste were selected for the study, and the reports extracted from the Stock Exchange website (B3) for the periods from 2016 to 2020, issued by independent auditors, were analyzed. Where it was possible to identify in all study reports the unmodified opinion and the most used PAA's were, information technology environment, allowance for doubtful accounts, provisions and contingent liabilities, labor, civil and tax, fair value of financial instruments and derivatives, post-employment benefit plans and realization of assets related to tax credits. Demonstrating that it is through the audit process in the issuance of reports giving their opinion and highlighting the main audit matters that the audit makes his contribution regarding the confirmation of the data contained in the financial statements of the IF's.

**KEY WORDS:** Audit. Financial Institution. Main Audit Matters.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca expor aos leitores, como funciona o trabalho de auditoria nas instituições financeiras brasileiras, para isso foi realizado a pesquisa para entender como funciona o Sistema Financeiro Nacional e os fatos relevantes que levaram a estruturação desse modelo do atual de sistema, para assim, entender como se é realizado o processo de auditoria nas instituições financeiras brasileiras. Assim o SFN é formado por um conjunto de entidades e instituições que promovem a intermediação financeira entre pessoas, empresas e o governo, sendo organizado por agentes normativos como o BCB, CMN e CVM que determinam as regras, e fiscalizam os integrantes do SFN, e os operadores que são as instituições que ofertam serviços financeiros.

Mas, para se chegar nesse modelo atual, o SFN brasileiro passou por uma série de reformas que possibilitaram melhorias na estrutura do sistema, essas mudanças ocorreram após 1964 com a criação de normas que possibilitaram a melhoria do funcionamento do SFN, destacando-se a lei de correção monetária, lei de reforma do SFN, lei da Comissão de Valores Imobiliários. Assim, após a reestruturação do sistema bancário, houve várias fusões entre bancos estrangeiros e nacionais, acarretando um crescimento de instituições financeiras, proporcionando maior qualidade e diversificação de produtos, serviços e modernização tecnológica do sistema bancário.

Esse novo modelo do SFN é consequência de grandes reformas e acontecimentos no mercado financeiro mundial principalmente dos Estados Unidos da América (EUA) de onde nosso modelo de sistema é espelhado, e foi lá, que ocorreu um dos grandes acontecimentos que impactaram em todo o sistema financeiro global. Como a crise imobiliária de 2008, causando a falência de vários bancos como o *Lehman Brothers* e vários outros, assim, um fator a ser levado em conta com essa crise foi a falta de controle dos órgãos reguladores em fiscalizar e regulamentar de forma adequada, as operações dessas instituições financeiras.

Neste cenário de mudanças a auditoria independente surge como uma ferramenta de proteção desse mercado, através das atribuições e responsabilidades inerentes ao trabalho de auditoria. As funções atribuídas aos auditores independentes estão descritas nas normas de contabilidade e dos órgãos responsáveis que são a de, analisar e examinar se as demonstrações contábeis, se as mesmas estão de acordo com os princípios da contabilidade, usando ferramentas contábeis para uma interpretação técnica no tocante à conformidade das normas, analisando minuciosamente os dados apresentados nas demonstrações, para assim apresentando o relatório com sua opinião sobre as demonstrações auditadas.

O presente trabalho buscou compreender a contribuição do auditor independente nas instituições financeiras, através da análise dos relatórios de auditoria de cinco bancos brasileiros, Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Banco do Nordeste. Deste modo, o estudo contemplará a opinião emitida para cada banco, como também a análise dos principais assuntos contido nos respectivos relatórios emitidos para às cinco IF's acima mencionadas.

Já com relação ao tipo de pesquisa, o presente estudo se caracteriza como pesquisa bibliográfica, pois, procura entender o problema a partir de referências teóricas publicadas. Aliado a isso, pode-se afirmar também que é uma pesquisa documental e descritiva, com abordagem do tipo qualitativo-quantitativa, havendo a necessidade de fazer uma análise descrevendo e mensurando os dados contidos nos relatórios do auditor das instituições financeiras estudadas.

Por fim, identificou-se a relevância do trabalho da auditoria independente para o SFN, através da análise dos relatórios emitidos por auditores independentes, resultando na identificação dos principais assuntos de auditoria destacando-se, o ambiente de tecnologia da informação, provisão para crédito de liquidações

duvidosas, provisões e passivos contingentes, trabalhistas, cíveis, fiscais, valor justo de instrumentos financeiros e derivativos, planos de benefício pós emprego e realização dos ativos relativos a créditos tributários, como também a constatação de todos os relatórios emitidos sem modificação de opinião.

Diante disso foi possível constatar a contribuição dos auditores independentes com base nos relatórios de auditoria emitidos. Pois com a formação da opinião não modificada em todos os relatórios, os auditores demonstraram a solidez com relação à adequação das normas e procedimentos contábeis utilizadas pelas instituições financeiras auditadas, como também, foi possível identificar os principais assuntos de risco, dentro do trabalho da auditoria independente, o que contribui com a transparência do sistema financeiro, para os usuários dessas informações contábeis, e para a segurança e atividade do SFN.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL – SFN**

Toda evolução e amadurecimento de normas, práticas e estruturação do sistema financeiro brasileiro é consequência de vários fatos históricos que impulsionaram medidas e métodos para que pudéssemos ter o sistema que possuímos hoje.

Para Nayama, Gomes (2012), o SFN brasileiro antes de 1964 funcionava com muitos problemas, como crescimento inflacionário a inflação brasileira superando os 12% ao ano, seu funcionamento era com base no direito canônico, a lei de usura limitava os juros e restringia a capacidade do poder público de financiar-se mediante a emissão de títulos próprios, impondo a emissão primária de moeda para satisfazer suas necessidades financeiras. Diante de tantos problemas políticos e econômicos existentes, havia uma necessidade de uma reestruturação do SFN.

Segundo Nayama, Gomes (2012), foi com a lei de reforma do sistema financeiro nacional Nº 4.595/64, sendo criado o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil, bem como estabelecidas as normas operacionais, rotinas de funcionamento e procedimentos de qualificação aos quais as entidades do

sistema financeiro deveriam subordinar-se, lei que acarretou uma série de reformas e estruturação do SFN.

Segundo Edgar, Lucas (2017), o atual SFN foi estruturado e dividido de acordo com que cada ramo de atividade de mercado possuísse seu órgão normativo e um supervisor como mostra o quadro 1. Cada mercado possui características distintas, mas complementares, passando a ter uma estrutura mais complexa a desempenhar um papel mais preciso em cada setor do SFN.

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL -SFN				
Mercados	Moeda, Crédito e Câmbio	Capitais	Seguro, Previdência Aberta, Capitalização e Resseguro	Previdência Fechada (Fundo de Pensão)
Normativos	Conselho Monetário Nacional (CMN)	Conselho Monetário Nacional (CMN)	Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)	Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC)
Supervisores	Banco Central do Brasil (BCB)	Banco Central do Brasil (BCB) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	Superintendência de Seguros Privados (Susep)	Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc)

Quadro 1: Sistema Financeiro Nacional – SFN

Fonte: Edgar, Lucas, 2017, p.5

Portanto, para Edgar, Lucas (2017), os órgãos normativos são responsáveis pela organização e fiscalização de cada mercado do SFN e cada órgão normativo possui um respectivo supervisor, que além da função de supervisão, também executa a função normativa de acordo com suas diretrizes, sendo o caso do BCB, através do §1º do artigo 3º da Lei nº 6.385/76 que disciplina que a fiscalização do mercado financeiro e de capitais continuará a ser exercida, nos termos da legislação em vigor, pelo Banco Central do Brasil.

## 2.2 ÓRGÃOS NORMATIVOS

O SFN é composto por órgãos normativos onde são responsáveis por determinar as regras e diretrizes para o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. São eles: Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BCB) e Comissão de valores Mobiliários (CVM).

### **2.2.1 Conselho Monetário Nacional (CMN)**

Para Nayama, Gomes (2012), o Conselho Monetário Nacional foi criado pela lei nº4.595/64, é o órgão máximo do Sistema Financeiro nacional sendo composto pelo Ministro da Fazenda, Ministério do Planejamento e Presidente do Banco Central, seus objetivos estão descritos no artigo 3º da mesma lei que dispõe sobre: adaptar meios de pagamentos, regular valor interno da moeda, orientação na aplicação dos recursos das IFs públicas ou privadas, proporcionar o aperfeiçoamento das IFs e dos instrumentos financeiros, zelar pela liquidez e solvência das IFs e coordenar as políticas monetárias.

Já suas competências estão fixadas no artigo 4º da mesma lei, sendo destacadas como sendo as principais:

Autorizar as emissões de papel-moeda  
Fixar as diretrizes e normas da política cambial  
Disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas  
Regular a constituição, funcionamento e fiscalização das Instituições Financeiras  
Limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos e comissões, e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, inclusive os prestados pelo Banco Central  
Determinar a percentagem máxima dos recursos que as instituições financeiras poderão emprestar a um mesmo cliente ou grupo de empresas.  
Expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras" (EDGAR, LUCAS, 2017, p.19).

Segundo Edgar, Lucas (2017), quanto as responsabilidades o Conselho Monetário Nacional (CMN) é o responsável por coordenar as políticas e orientar quanto a aplicação dos recursos das instituições financeiras, quanto as normas de organização do SF, do Mercado de Valores Mobiliários (CVM), de crédito rural, crédito industrial, crédito habitacional, endividamento público, e política monetária e cambial e o BCB o responsável por executá-las.

### **2.2.2 Banco Central do Brasil (BCB)**

Segundo Edgar, Lucas (2017), o Banco Central do Brasil, foi criado pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, é uma autarquia federal, vinculado ao Ministério

da Fazenda e com atuação em todo território nacional. O BCB é o principal executor das orientações do CMN, além de fiscalizar o SFN o BCB é responsável também por fiscalizar o mercado de capitais junto com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Tendo o objetivo de manter as reservas internacionais ao nível adequado, estimular a formação de poupança, zelar pela estabilidade e promover o permanente aperfeiçoamento do sistema financeiro, zelar pela adequada liquidez da economia.

Conforme o regimento interno do BCB, as suas finalidades são:

Formulação, execução, acompanhamento e controle das políticas monetária, cambial, de crédito e de relações financeiras com o exterior. Fazer a gestão do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e dos serviços do meio circulante. Organizar, disciplinar e fiscalizar o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e do Sistema de Consórcio. (EDGAR, LUCAS, 2017, p.32).

Segundo Edgar, Lucas (2017), dentre as suas atribuições estão a de emitir papel-moeda e moeda metálica, executar os serviços do meio circulante, realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras, efetuar operações de compra e venda de títulos públicos federais, exercer o controle de crédito, estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras, vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais e controlar o fluxo de capitais estrangeiros no país, receber recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras e bancárias, autorizar o funcionamento das instituições financeiras, exceto quando essa for uma instituição estrangeira. Nesse caso, a autorização é dada através de decreto do Poder Executivo, conforme artigo 18 da Lei nº 4.595/64, exercer a fiscalização das instituições financeiras.

### **2.2.3 Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**

Segundo Edgar, Lucas (2017), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi criada pela Lei nº 6.385/76 sua criação se deu para fiscalização e desenvolvimento do mercado de valores imobiliários, anteriormente atribuídos ao CMN e BCB a fiscalização do setor, sua criação se deu com o crescimento do mercado necessitando de um órgão fiscalizador, a Comissão de Valores Mobiliários exerce a função de autoridade monetária nos mercados de créditos e de valores mobiliários.

Atualmente o mercado de capitais, mercado que envolve a negociação de títulos e valores mobiliários, é fiscalizado pela CVM e pelo BCB de forma compartilhada.

São valores mobiliários de responsabilidades da CVM: ações, debêntures, notas promissórias, cotas de fundos de investimentos, derivativos, opções, mercado a termo, mercado futuro, *swap*.

Diferentemente do BCB, a CVM possui uma autonomia em seu poder fiscalizador, desde a publicação da medida provisória nº 8 (convertida na Lei nº 10.411, de 26.02.02) pela qual a CVM passou a ser uma “entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, e autonomia financeira e orçamentária”, como consta no artigo 5º da lei de sua criação. (EDGAR, LUCAS, 2017, p.46).

É importante mencionar que mesmo com a ausência de subordinação hierárquica, suas decisões devem obedecer às diretrizes da CMN, seus objetivos estão fixados no artigo 3º da Lei nº 6.385/76, de estimular a formação de poupanças e a sua aplicação em valores mobiliários, promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações, assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados da bolsa e de balcão, proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra emissões irregulares de valores mobiliários, evitar ou coibir modalidades de fraude, assegurar o acesso do público as informações sobre os valores mobiliários negociados.

### 2.3 PLANO CONTÁBIL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (COSIF)

Para Nayama, Gomes (2012), o COSIF é um manual de normas e procedimentos contábeis a serem observadas e seguidas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, é um plano que unifica diversos planos contábeis e organiza os procedimentos de registros e elaboração das demonstrações financeiras.

Segundo Nayama, Gomes (2012), a estrutura do COSIF está descrita de forma a facilitar a consulta pelos usuários, sendo dividido em quatro capítulos conforme figura 1. No primeiro capítulo, se encontram as normas básicas, os princípios, critérios e procedimentos contábeis, no segundo capítulo, são

apresentadas as contas integrantes do plano contábil e respectivas funções, no terceiro capítulo, são apresentados os modelos de documentos de natureza contábil, e no quarto capítulo os anexos, onde são apresentadas as normas editadas por outros órgãos como, Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (IBRACON).

Figura 1: Manual de Normas do Sistema Financeiro – COSIF

Fonte: <https://www3.bcb.gov.br/aplica/cosif>

O objetivo do COSIF, é permitir que todas as regras contidas em seu manual seja utilizada pelas instituições financeiras, possibilitando um acompanhamento dos SFN pelo Banco Central, permitindo uma análise e avaliação das demonstrações financeiras emitidas pelas IFs, e que as mesmas expressem com clareza a verdadeira situação econômica e financeira das instituições financeiras.

## 2.4 MATURIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO MUNDIAL E BRASILEIRO

Para Ribeiro (2015), toda evolução e amadurecimento de normas, práticas e estruturação do sistema financeiro brasileiro é consequência de vários fatos históricos que impulsionaram medidas e métodos para que pudéssemos chegar ao sistema financeiro atual.

### 2.4.1 Crise imobiliária 2008

Um dos fatos marcantes foi a crise imobiliária, com a concessão de crédito hipotecário de alto risco chamado de *subprime*, concedido com a hipoteca do imóvel do credor ou até sem qualquer garantia adequada, se tornando um dos principais catalisadores para a crise de 2008, causando a falência de vários bancos como o *Lehman Brothers* e vários outros, assim, outro fator que levou a essa crise foi a falta de controle dos

órgãos reguladores em fiscalizar e regulamentar de forma adequada, as operações dessas instituições.

#### **2.4.2 Controle internacional**

Em suma, Ribeiro (2015), relata que após esse acontecimento houve uma preocupação em fiscalizar as instituições em seus procedimentos e forma de atuação foi discutido em vários países, causando uma série de medidas relacionadas a antitruste, fusões de bancos, negociações e crescimento exorbitante de grandes bancos, possibilitando um equilíbrio o setor, evitando um desordenamento do sistema. Assim aconteceu na Inglaterra na compra do HBOS5 pelo Lloyds TSB6, a fusão levantou várias discussões, até sua conclusão em 2009, sendo limitada a sua atuação e quanto de seu de capital seria aplicado.

O mesmo aconteceu nos Estados Unidos da América, na compra da *National City Corporation* pelo PNC *Financial Services Group*, formando o quinto maior do país, só foi possível com o acordo de desinvestimento, o banco venderia 61 agências, reduzindo os depósitos à vista de 4,1 bilhões. Tendo uma adoção mais ampla das doutrinas de *Failing Firm Defense* e de controle concorrencial, podendo destacar dois pontos, a evolução da regulação financeira e do regime de concorrência.

#### **2.4.3 Basileia**

Segundo Nyama, Gomes (2012), com a globalização, o sistema financeiro mundial ficou cada vez mais interligado, e com a adesão dos bancos centrais dos países do G-10, foi criado em 1988 o comitê de Basileia foi criado, com a finalidade de determinar padrões de capital e de avaliação de risco de créditos para as operações financeiras. O principal documento foi denominado de, *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standard*, os objetivos básicos eram minimizar os riscos de insucesso bancário que pudessem afetar o cenário internacional e, em consequência, manter níveis razoáveis de solvência e liquidez de sistema financeiro internacional.

Após a sua criação foram realizadas ainda duas alterações uma em 2004 com a finalidade de determinar padrões de capital, passando aos bancos centrais de

cada país, incluindo o Brasil, e com a crise em 2008, o terceiro encontro veio para ampliar as regras dos acordos anteriores, aumentando a regulação do sistema financeiro levando a imposição de limites mais rígidos na atuação dos bancos.

#### **2.4.4 Evolução Sistema financeiro brasileiro**

Segundo Ribeiro (2015) o Brasil encontra-se em uma fase inicial no desenvolvimento do sistema financeiro, sua relação entre o crédito privado e o PIB é baixa, e quando esta evolui, o faz de maneira pouco saudável, através da cobrança de juros extorsivos e da assunção de riscos excessivos, o sistema encontra-se com um regime enrijecido comparado a outros regimes como do EUA onde basicamente o nosso é espelhado, necessitando de uma inovação no setor e de desenvolvimento e financiamentos.

Após a crise de 2008, houve um grande crescimento de fusões e aquisição de bancos e aumento de diversos mercados de atividades bancárias em um ritmo muito grande, e em curto período de tempo. Por sua vez havendo grande discussão sobre controle do mercado financeiro e de atribuições, envolvendo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Banco Central do Brasil, a discussão só foi finalizada em 2010, consolidando que o BCB tem competência exclusiva para apreciar atos de concentração de aquisições e fusões envolvendo instituições integrantes do SFN passando a ter um consenso entre o setor de regulação e fiscalização do SFN brasileiro.

Por sua vez, Ribeiro (2015), relata que o resultado de um sistema moderno pronto para financiar desenvolvimento, inovações tecnológicas e especializado em gestão de risco, é resultado de uma estrutura enxuta, possibilitando operar em diversos ramos de mercado sendo uma nova fase da industrialização dos países desenvolvidos. Não sendo o caso do Brasil, que se encontra em uma fase anterior ao desenvolvimento comparado a outros países, onde as operações de financiamentos estão concentradas nas mãos de poucas instituições.

Mesmo que o Brasil esteja iniciado o processo de desenvolvimento do sistema financeiro, há necessidade de desenvolvimento tanto em inovações quanto em desenvolvimento das operações, e uma estrutura de órgãos reguladores que possibilitem um bom desempenho do sistema atual e de novas regras a serem adequadas às novas fases do cenário econômico e financeiro brasileiro. Neste sentido a uma ferramenta

importante neste processo de fiscalização das IFs, o auditor que será demostrado no tópico a seguir.

## 2.5 AUDITORIA

Segundo Crepaldi, Crepaldi (2019), a auditoria pode ser definida como o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade. Sendo também um processo de verificação documental como explica Attie (2018), que o exame da auditoria engloba a verificação documental, os livros e registros com características controladoras, a obtenção de evidências de informações de caráter interno ou externo, esse processo de verificação dos dados é feito de acordo com os princípios contábeis servindo de norte para que o auditor possa realizar a verificação precisa dos registros.

Que para Attie (2018), após o processo de verificação o auditor passa para a última etapa, que seria a formação da opinião sobre as demonstrações contábeis com base na avaliação das conclusões atingidas pelas evidências da auditoria obtida e expressando claramente e precisa essa opinião por meio do relatório de auditoria.

### 2.5.1 Auditoria Independente

Para Attie (2018) o auditor independente pode ser pessoa física ou jurídica registrado devidamente no Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e na CVM para atuar no mercado de valores mobiliários segundo a Instrução da CVM nº 308/99, seu trabalho deve obediência aos propícios éticos e profissionais, e da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC PG 100, a independência é condição primordial do trabalho de auditoria, para a obtenção dos elementos de prova e exercício de seu julgamento, requisitos esses que o auditor independente precisa para a realização do processo de auditoria.

Segundo Attie (2018) objetivo geral do auditor independente é examinar as demonstrações contábeis e dar sua opinião sobre as mesmas e assegurar que elas representem em seu conjunto adequadamente a posição patrimonial e financeira,

dentre os seus objetivos o auditor independente tem um papel muito importante que é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis, para isso o auditor independente deve elaborar um plano de trabalho para a realização da formação da sua opinião, por meio do processo de auditoria.

Segundo Attie (2018) os procedimentos de auditoria utilizados pelos auditores independentes devem ser aplicados em conformidade com as normas de auditoria que exigem que o exame de auditoria seja executado com o devido cuidado profissional, nesse processo o auditor deve realizar seus passos em acordo com as normas e procedimentos contábeis expressadas pelos órgãos competentes, como a CVM, CFC, IBRACON, e normas relacionados as entidades auditadas, sendo por meio dessas normas que o auditor baseia-se para a realização do seu trabalho com a emissão do relatório.

Por fim, para a emissão do relatório do auditor é preciso que antes seja realizado o processo de auditoria, assim para entender melhor como funciona o trabalho do auditor independente no tópico a seguir será descrito como inicia o trabalho de elaboração do relatório do auditor.

## 2.6 O PROCESSO DE AUDITORIA

Segundo Attie (2018), o trabalho se inicia em analisar a informação buscando o conhecimento, a interpretação e o planejamento do percurso a ser percorrido, avaliando as afirmações, determinando métodos e medidas a serem obedecidos, a pesquisa e obtenção dos elementos comprobatórios, avaliando todas as informações obtidas quanto à suficiência e ao conjunto para se poder emitir uma opinião.

### 2.6.1 Análise da Afirmação

Sendo assim segundo Attie (2018), a análise consiste na leitura e visualização de cada fator, buscar a origem dos dados, a análise permite identificar várias afirmações descritas nas demonstrações financeiras e balanços patrimoniais, como valores existentes em caixa próprio, valores depositados em bancos, valores investidos em aplicações financeiras, imóveis, estoques. Uma vez identificada a

origem e natureza das afirmações, podem-se determinar os itens cuja comprovação seja necessária.

### **2.6.2 Revisão Analítica**

Para Attie (2018), revisão analítica é usada para estabelecer a abrangência da auditoria, inicialmente, pode mostrar, ao auditor, a existência de um risco de maior importância que mereça atenção e profundidade em seu exame.

### **2.6.3 Planejamento**

Segundo Attie (2018), é a primeira coisa a ser feita antes de iniciar o trabalho, o planejamento funciona como um mapa estrategicamente montado, necessita de um adequado nível de conhecimento sobre as atividades, os fatores econômicos, a legislação aplicável e as práticas operacionais da entidade e o nível geral de competência de sua administração.

Dentro dos principais objetivos estão, o de obter conhecimento das atividades da entidade, propiciar o cumprimento dos serviços contratados e prazos estabelecidos, identificar os problemas potenciais da entidade, definir a forma de divisão das tarefas entre os membros da equipe, facilitar a supervisão dos serviços executados, propiciar a coordenação do trabalho a ser efetuado por outros auditores, buscar a coordenação do trabalho a ser efetuado por auditores internos e identificar os prazos para entrega de relatórios.

#### **2.6.3.1 Conteúdo do Planejamento**

Dentre os assuntos inerentes ao conteúdo do auditor estão destacados por Attie (2018), os assuntos que devem conter no planejamento, conteúdos que irão nortear todo o trabalho do auditor sendo destacado a seguir:

- Cronograma - que consiste em evidenciar as etapas e as épocas em que serão executados os trabalhos;

- Procedimentos de auditoria - serve para documentar todos os procedimentos de auditoria programados, como sua extensão e oportunidade de aplicação.
- Relevância e planejamento - Considera a ocorrência de fatos relevantes que possam afetar a entidade e a sua opinião.
- Riscos de auditoria - servem para efetuar a avaliação dos riscos de auditoria para que os trabalhos sejam programados adequadamente, evitando informações errôneas nas demonstrações contábeis.
- Pessoal designado - a inclusão da equipe designada prevendo a orientação e supervisão do auditor.
- Épocas oportunas dos trabalhos - devem expressar os prazos para a emissão de pareceres e relatórios dos trabalhos realizados.
- Horas estimadas para a execução dos trabalhos - devem apresentar uma estimativa de honorários e horas ao cliente, conforme determinam as Normas Profissionais de Auditoria Independente.
- Supervisão e revisão - Devem ser planejadas para cobrirem desde a etapa inicial dos trabalhos, abrangendo o próprio planejamento, até o término do trabalho contratado com a entidade.
- O planejamento da primeira auditoria - deve conter a identificação de relevantes eventos subsequentes ao exercício anterior e revisão dos papéis de trabalho do auditor anterior.
- Saldos de abertura - deve examinar e confrontar os saldos de abertura com os registros contábeis, proceder à revisão dos procedimentos contábeis adotados pela entidade no exercício anterior.
- A uniformidade dos procedimentos contábeis, o comparativo com os procedimentos contábeis adotados no exercício anterior, é fator relevante para a formação de uma opinião.
- Eventos relevantes subsequentes ao exercício anterior - quando o auditor encontrar uma situação que se caracterize relevante ao exercício anterior deve contatar a administração sobre tais fatos.
- Revisão dos papéis de trabalho do auditor anterior - no planejamento da primeira auditoria, o auditor independente deve avaliar a necessidade de revisão dos papéis de trabalho e dos relatórios emitidos pelo seu antecessor.

#### **2.6.4 Avaliação da Afirmação**

Segundo Attie (2018) Essa é a segunda etapa do processo da auditoria, consiste na avaliação da afirmação onde estão considerados os fatores que influenciam na avaliação da afirmação, como o nível de controle interno, se o auditor considerar o sistema de controle interno aceitável passará para próximo fator, que é a subjetividade dos fatos, quanto menos elementos subjetivos a serem julgados, menor será o risco de auditoria, passando para a integridade da administração, que cabe ao auditor considerar possíveis irregularidades por parte da administração, devendo analisar minuciosamente os dados apresentados, fato que influenciará na determinação do risco.

Outro fator a ser observado seria a ponderação da relevância, o auditor deve iniciar formulando o que na sua concepção é relevante do ponto de vista contábil, e possíveis sucessões de erros. Passando assim para a relevância na auditoria, que seria o risco da sua própria opinião inadequada quanto a uma demonstração que tiver uma distorção relevante. Sendo assim uma informação é relevante se sua omissão ou distorção puder influenciar a decisão do auditor.

#### **2.6.5 Obtenção de Elementos Comprobatórios**

Segundo Attie (2018) esta etapa consiste na escolha e aplicações dos procedimentos de auditoria, considerando os elementos a serem examinados, levando em consideração os aspectos de cada elemento, essa é a fase de concretização de trabalho que transforma o programa detalhado de auditoria, indicado por uma série de procedimentos específicos, na colheita de provas que serão evidenciadas nos papéis de trabalho.

Nesse sentido o problema central é determinar até onde investigar, quais as variáveis e os testes a serem aplicados, podendo ser, teste de procedimentos, que destina-se a provar a credibilidade dos procedimentos de controle adotados pela empresa diferentemente do teste de saldo, que têm a finalidade de obter provas suficientes e convincentes sobre as transações, saldos e divulgações aplicáveis, sendo assim enquanto o teste de procedimento se obtém de determinar a validade

dos procedimentos o teste de saldos objetiva validar a representatividade do valor acumulado nos dados contábeis.

### **2.6.6 Formação da Opinião**

Segundo Crepaldi, Crepaldi (2019) é o último passo para se cumprir o processo de auditoria, nessa fase o auditor deve avaliar os elementos colhidos ao longo do processo, considerando a origem e credibilidade dos dados obtidos ao longo do processo, o auditor deverá avaliar criticamente o sistema contábil, incluindo o controle interno, tanto em termos de concepção quanto de funcionamento efetivo, concedendo especial atenção às condições ou eventos que representem aumento de risco de fraude, ou erro.

Para Attie (2018) Essa etapa implica no estabelecimento de conclusões sobre cada um dos itens examinados sendo essa a função da auditoria analisar os dados obtidos nas demonstrações formulando a sua opinião sobre cada elemento das demonstrações auditadas. Assim as técnicas e procedimentos contábeis adotados ao longo do processo, é que farão com que o auditor possa formular sua opinião acerca das demonstrações auditadas.

Segundo Crepaldi, Crepaldi (2019) é responsabilidade do auditor, a formação da opinião sobre as demonstrações contábeis, para a conclusão se foi obtida segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorções relevantes. A formação da opinião do auditor, depende dos fatores encontrados na elaboração do processo e de exame dos elementos das demonstrações financeiras, e se teve segurança razoável para a formação de uma opinião limpa sobre os elementos apresentados, essa opinião estará contida no relatório do auditor que é o processo final do trabalho de auditoria, sendo seus tipos e formatos descritos no próximo tópico.

### **2.6.7 Formato e Tipos de Opinião**

Segundo Attie (2018) o parecer de auditoria é o instrumento pelo qual o auditor expressa sua opinião, em obediência às normas de auditoria a emissão desse relatório se baseia no exame dos dados, e a opinião deve ser de uma forma

padrão, aspectos contidos na Norma Brasileira de contabilidade NBC TA 700, sendo resumida e relatando de uma forma clara e exata o trabalho realizado e o que concluiu, tendo como exemplo o relatório com opinião não modificada.

Segundo Crepaldi, Crepaldi (2019) existem quatro opiniões que podem ser utilizadas pelos auditores, a opinião não modificada, opinião com ressalva, opinião adversa e abstenção de opinião, sendo cada uma dessas, uma característica aplicada à sua utilização.

Opinião não modificada é a opinião expressa pelo auditor quando ele conclui que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável consoante ao descrito no item 7 da NBC TA 700. (ATTIE, 2018, p.122).

Essa opinião indica que o auditor está convencido de que as demonstrações financeiras foram elaboradas em acordo com os princípios e práticas de contabilidade, para Longo (2015) o auditor deve concluir se obteve segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não apresentam distorções relevantes assim relatando no relatório a opinião sobre a demonstração auditada sendo a opinião não modificada.

Segundo Crepaldi, Crepaldi (2019) a opinião com ressalva é quando, as circunstâncias impedem, ou a parte responsável, ou o contratante impõem restrição que não permitem ao auditor independente obter evidências necessárias para reduzir o risco do trabalho de asseguração a um nível adequado, fazendo com que o auditor relate sua opinião com ressalva aos elementos propostos.

Segundo Crepaldi, Crepaldi (2019) a opinião adversa é quando obtém evidência de auditoria suficiente, para concluir que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis, sendo os aspectos generalizados que fazem com que o auditor emita uma opinião adversa podendo usar um parágrafo a mais exemplificando os motivos e a natureza das divergências.

Segundo Almeida (2019) a abstenção de opinião é utilizada quando não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião e ele concluir que os possíveis efeitos de distorções detectadas sobre as demonstrações contábeis ficando impossibilitado de realizar uma opinião devido às circunstâncias evidenciadas a abstenção da opinião é apropriada.

## 2.6.8 Principais Assuntos de Auditoria - PAA

Os principais assuntos de auditoria, estão descritos pela norma NBC AT 701, a norma trata da responsabilidade do auditor independente de comunicar os principais assuntos de auditoria em seu relatório, a comunicação dos principais assuntos visa tornar o relatório de auditoria mais informativo, a auditoria fornece informações adicionais aos usuários, para auxiliá-los a entender os assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os de maior importância na auditoria.

Segundo a norma NBC AT 701, o auditor deve determinar quais assuntos exigiram atenção significativa na realização da auditoria, como a área avaliada como de maior risco de distorção relevante, os julgamentos significativos do auditor relativos às áreas das demonstrações contábeis e o efeito sobre a auditoria de fatos ou transações significativas ocorridos durante o período. O auditor deve também descrever o motivo pelo qual o assunto foi considerado como um dos mais significativos na auditoria e como o assunto foi tratado na auditoria.

Segundo Attie (2018), a norma NBC AT 705, proíbe o auditor de comunicar os principais assuntos de auditoria quando ele se abstém de expressar opinião sobre as demonstrações contábeis, a menos que a apresentação dessas informações seja exigida por lei ou regulamento. Assim quando em conformidade com a NBC TA 705, ele deveria emitir opinião modificada em decorrência desse assunto e não comunicar um assunto na seção principais assuntos de auditoria.

Quanto à documentação de auditoria segundo a NBC TA 230, o auditor deve incluir na documentação da auditoria, à descrição dos assuntos que exigiram atenção significativa do auditor, e a justificativa da sua conclusão quanto ao fato de esses assuntos serem, ou não, considerados como principal assunto de auditoria.

## 2.6.9 Estrutura do relatório de auditoria

A estrutura do relatório de auditoria está descrita nas normas da NBC – 700, onde relata todo conteúdo que deve conter no relatório do auditor, onde devem

conter informações claras sobre todo o processo que levou a finalização do seu trabalho, o relatório se inicia com o:

- Título e o destinatário.
- A opinião do auditor, onde o mesmo irá relatar a sua opinião sobre as demonstrações auditadas.
- A base para a opinião, onde será relatada se houve distorções relevantes nas demonstrações e a explicação sobre como as divulgações estão distorcidas.
- O parágrafo de ênfase, é adicionado de acordo com a NBC – 706, e deve se limitar a chamar a atenção do usuário para possíveis incertezas ou distorções apresentadas nas demonstrações contábeis.
- Principais assuntos de auditoria, a exposição dos principais assuntos devem ser realizadas de acordo com a NBC – 701, onde o auditor vai relatar quais os principais assuntos os auditores acharam de mais relevância dentro do processo de auditoria.
- Outras informações, o uso desse parágrafo se dá na inclusão de uma informação adicional no parecer do auditor para destacar um aspecto relacionado com o trabalho.
- Responsabilidade da administração, o auditor deve expor neste parágrafo a responsabilidade da administração junto ao seu controle interno para a elaboração das demonstrações contábeis que foram auditadas.
- Responsabilidade do auditor independente, relata a sua responsabilidade sobre o processo de realização da auditoria, e que foram realizadas de acordo com a normas e a responsabilidade de apresentar a sua opinião sobre as demonstrações.

### **3 METODOLOGIA**

O processo de elaboração do trabalho iniciou com a pesquisa bibliográficas, sendo pesquisados livros relacionados a auditoria e o Sistema Financeiro Nacional.

De acordo com Henriques (2017), qualquer que seja a pesquisa, ela sempre tem como um de seus fundamentos a pesquisa bibliográfica, sendo frequente a utilização teórica de conteúdo relacionado a área, com o propósito de a

fundamentação teórica da pesquisa é identificar o estado atual do conhecimento, nesse ponto a revisão bibliográfica tem o propósito de expor a fundamentação teórica da pesquisa.

Realizando ainda uma pesquisa descritiva, visando descrever a rotina de trabalho do auditor independente, descrevendo as características e fenômenos e estabelecendo relações entre variáveis através da coleta de dados obtidos, descrevendo os fatos que servem como base para a explicação dos fenômenos, comparações de dados e de informações que levariam a tomada de decisão para a emissão da sua opinião. Sendo assim a pesquisa descritiva também se apropria deste trabalho. (MATIAS, 2019).

Torna-se uma pesquisa documental, utilizando-se de livros, leis, artigos, e outras fontes de pesquisa, como as normas da IBRACON e CFC, para expor a realidade do trabalho dos auditores independentes e demonstrar sua contribuição junto às instituições financeiras. Utilizando de uma abordagem do tipo qualitativa e quantitativa envolvendo amplas técnicas de qualificação de informações, diferentes fontes de catalogação para compreensão dos dados e diferentes estratégias de pesquisa. Assim, o trabalho de pesquisa envolve, dentre outras atividades, a leitura e interpretação das normas, métodos e procedimentos de auditoria, que regem a estrutura e norteiam as instituições financeiras no Brasil. (SORDI, 2017).

## **4 ESTUDO DE CASO: RESULTADO E DISCUSSÃO**

### **4.1 RELATÓRIOS DO AUDITOR**

Os relatórios dos auditores independentes foram extraídos do site da B3 nos períodos de 2016 a 2020 das cinco instituição financeira pesquisadas sendo elas, Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Banco do Nordeste, totalizando 25 relatórios coletados. Os tópicos a seguir irão expor quais as opiniões contidas nos relatórios e os principais assuntos mais utilizados pelos auditores nos respectivos períodos.

### **4.2 OPINIÃO DO AUDITOR**

Neste tópico será demonstrado, qual o tipo de opinião os auditores independentes mais emitiram nos seus relatórios de auditoria nos respectivos períodos estudados. Como demonstrado no quadro 2 estão divididos quais os tipos de opiniões que os auditores podem se apropriar para a emissão de seu relatório de auditoria, a opinião não modificada, opinião com ressalva, opinião adversa e abstenção da opinião, e as cinco instituições financeiras brasileiras estudadas, Itaú, Santander, Banco do Brasil, Bradesco, e Banco do Nordeste.

BANCOS	OPINIÃO NÃO MODIFICADA	OPINIÃO COM RESSALVA	OPINIÃO ADVERSA	ABSTENÇÃO DA OPINIÃO
ITAÚ	X			
SANTANDER	X			
B. DO BRASIL	X			
BRADESCO	X			
B. DO NORDESTE	X			

Quadro 2: Opinião do auditor

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos relatórios de auditoria de 2016 a 2020

Analizando os dados apresentados, nos períodos de 2016 a 2020, foram emitidos 25 relatórios para as instituições financeiras estudadas, assim em todos os relatórios analisados o tipo de relatório mais utilizado foi, o relatório com “opinião não modificada”, como mostra o quadro 2, desse modo dos vinte cinco relatórios analisados 100% foram do mesmo tipo.

Diante desses dados foi possível concluir a maturidade do sistema financeiro nacional, visto que, de 2016 a 2020 não foram emitidos relatórios com ressalva, opinião adversa ou com abstenção da opinião. Assim esses dados mostram que estão as instituições financeiras seguem as normas e regras estabelecidas pelos órgãos competentes que regem o sistema financeiro e as normas de contabilidade.

Vendo que o relatório com opinião não modificada é emitido quando o auditor conclui que, as demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com os princípios da contabilidade e das normas brasileiras de contabilidade, o relatório com opinião não modificada afirma que mesmo havendo alterações em procedimentos contábeis, os efeitos delas foram adequadamente determinados e revelados nas demonstrações contábeis, sendo divulgação de todos os assuntos relevantes apresentados nos relatórios de auditoria.

#### 4.3 PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA (PAA)

Neste tópico serão relatados os principais assuntos utilizados pelos auditores independentes das cinco instituições financeiras pesquisadas, Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Banco do Nordeste, nos períodos de 2016 a 2020. Desse modo nos dados pesquisados dos 25 relatórios analisados, foram mencionados um total de 74 assuntos variados, sendo 7 assuntos mais utilizados pelos auditores totalizando 9% dos assuntos mais utilizados e 67 assuntos diversos contido nos relatórios emitidos totalizando 91% dos temas diversos, como mostra o gráfico 1.

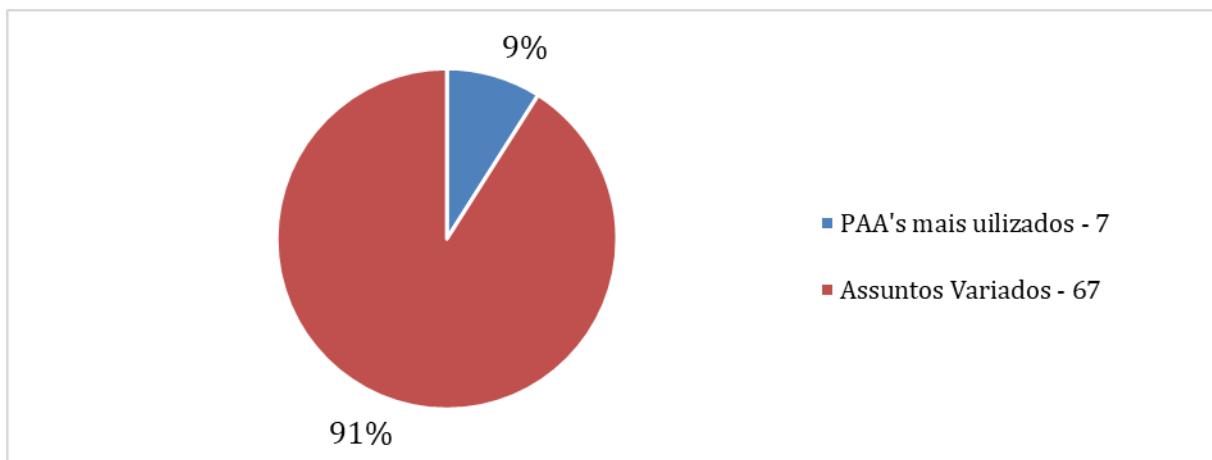


Gráfico 1: Total de PAA's: 2016 a 2020  
Fonte: Elaborada pelo autor, conforme dados da pesquisa 2021

Assim, será detalhado nos tópicos a baixo os assuntos mais utilizados pelos auditores nos relatórios de auditoria das demonstrações contábeis.

##### 4.3.1 PAA'S – 2016

De acordo com o gráfico 2, em 2016 dos assuntos mencionados nos relatórios por auditores foram catalogados um total de 22 PAA's, iniciando com o “Ambiente de tecnologia da informação” correspondente a 17,6% essa porcentagem implica no grande número de transações realizadas pelas instituições financeiras, desse modo a tecnologia está sempre presente nessas transações, chamando à atenção do auditor para esse assunto. Sendo destacado também o “Plano de benefício pós emprego” que corresponde 17,6% dos assuntos, cujos valores são relevantes de questões como taxas de desconto, de inflação e mortalidade, podem

resultar um impacto nos planos de benefícios, sendo de grande relevância, mostrado nos relatórios analisados.

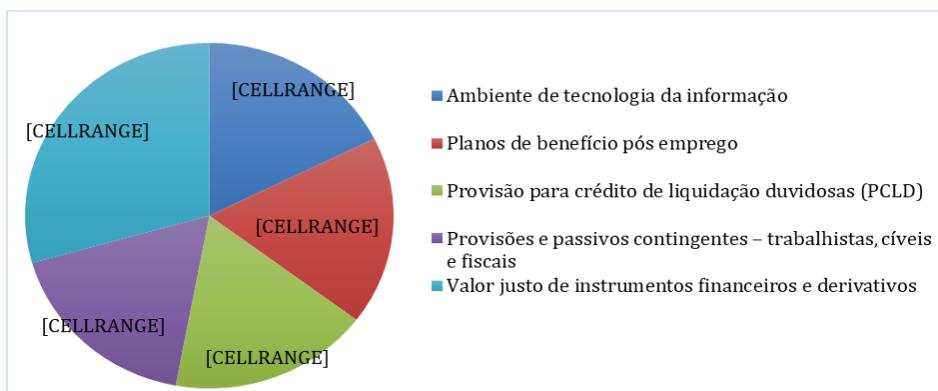


Gráfico 2: Principais assuntos de auditoria: 2016  
Fonte: Elaborada pelo autor (2021), conforme dados da pesquisa

Temos também a “Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)” correspondendo em 17,6% relacionados a concessões de créditos e o nível de incerteza de empréstimos concedidos, havendo necessidade de atenção maior segundo auditores. O próximo assunto “Provisões e passivos contingentes, trabalhistas, cíveis e fiscais” com 17,6% dos assunto, tendo relevância relativo a processos de cadastro avaliação de riscos processuais, provisões e encerramentos contratuais. E por último “Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos” correspondente a 29,4% dos assuntos utilizados visto que tendo saldos relevantes de instrumentos financeiros, títulos e valores mobiliários disponíveis a venda e negociação, traz esses os assuntos mais utilizados nos relatórios de auditoria no período de 2016.

#### 4.3.2 PAA's – 2017

Em 2017 o “Ambiente de tecnologia da informação” encontra-se com 20% dos assuntos mais utilizados, a justificativa está, nas operações financeiras serem extremamente dependentes do funcionamento e estrutura do sistema tecnológico, por sua vez, temos a “Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)” que totaliza 15% da utilização, sendo classificada com nível de risco grande das operações de crédito e histórico de atrasos de períodos passados, necessita de análise dos auditores. “Provisões e passivos contingentes, trabalhistas, cíveis e fiscais”, isso devido à complexidade e julgamentos envolvendo processos judiciais

de natureza fiscal gerando montantes significativos, teve 25% de utilização como mostrado no gráfico 3.

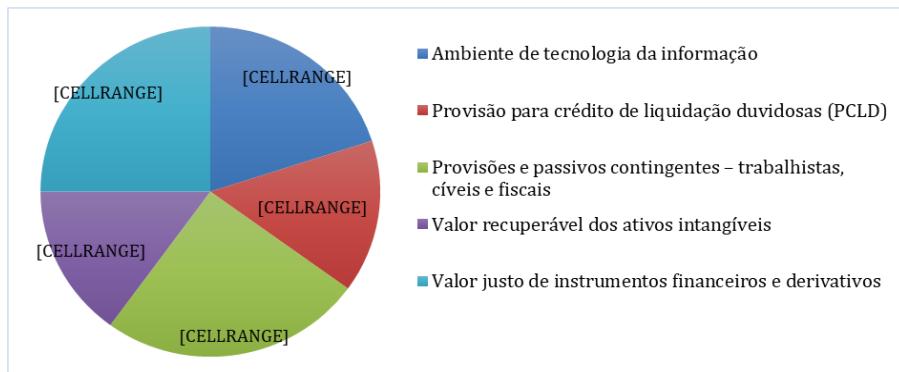


Gráfico 3: Principais assuntos de auditoria: 2017  
Fonte: Elaborada pelo autor, conforme dados da pesquisa 2021

O próximo assunto utilizado é “Valor recuperável dos ativos intangíveis” com 15% e isso se dá segundo auditores, na relevância das estimativas de rentabilidade futura efetuadas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas teriam nas demonstrações contábeis consolidadas, o próximo assunto foi “Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos” e teve 25% de utilização, isso se deu por auditores encontrarem estimativas contábeis críticas nas demonstrações, e grande discussão sobre os riscos de auditoria identificados nos respectivos períodos, totalizando cinco assuntos mais utilizados.

#### 4.3.3 PAA's – 2018

Em 2018 dentre os assuntos contidos nos relatórios, 12 assuntos foram mencionados sendo quatro assuntos mais utilizados, primeiro “Ambiente tecnológico da informação” nesse período foi utilizado com uma peculiaridade de associado às deficiências no processamento incorreto de informações críticas, sendo 21,1% dos assuntos, o próximo foi a “Provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)” por essas operações de créditos serem classificadas pelos bancos como de risco, e devido à relevância e complexidade o assunto teve 26,3% de menção nos relatórios de auditoria, conforme gráfico 4.

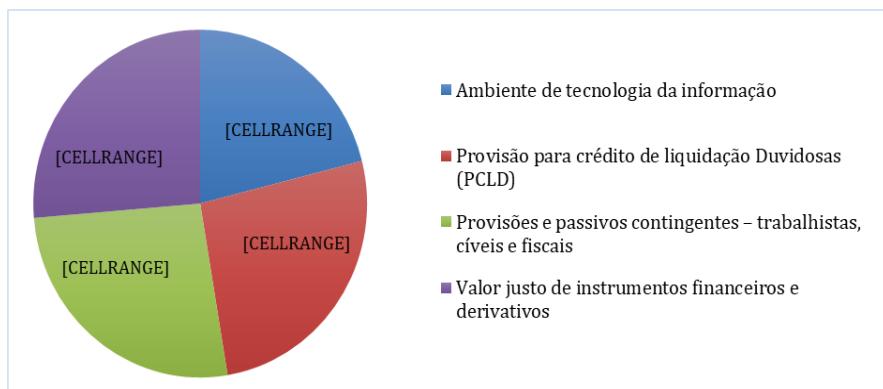


Gráfico 4: Principais assuntos de auditoria: 2018

Fonte: Elaborada pelo autor, conforme dados da pesquisa 2021

Temos também as “Provisões e passivos contingentes, trabalhistas, cíveis e fiscais”, devido às estimativas complexas e relevantes para a mensuração das provisões e determinação das demandas judiciais trabalhistas, teve 26,3% de utilização, por último “Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos” com 26,3% teve destaque neste período, pois, a determinação do valor justo está sujeita a julgamentos significativos do banco para estimar esses valores, necessitando de uma análise minuciosa dos dados apresentados nas demonstrações, findando em quatro os assuntos mais utilizados em 2018.

#### 4.3.4 PAA's – 2019

Nesse período tiveram 14 assuntos mencionados nos relatórios de auditoria, sendo cinco mais utilizados, “Ambiente de tecnologia da informação” havendo a mesma preocupação dos períodos anteriores dos processos de TI, associados aos seus controles, podendo conter riscos no processamento e na geração de informações críticas, inclusive nas demonstrações contábeis, sendo 21,1% dos assuntos, por sua vez as “Provisões para créditos de liquidação duvidosas (PCLD)” possuindo 15,8% dos assuntos, pode-se dizer, também, que os 21,1% de utilização de “Provisões e passivos contingentes, trabalhistas, cíveis e fiscais” se dá, com base no montante de processos e custos decorrentes de ações neste período, conforme o gráfico 5.

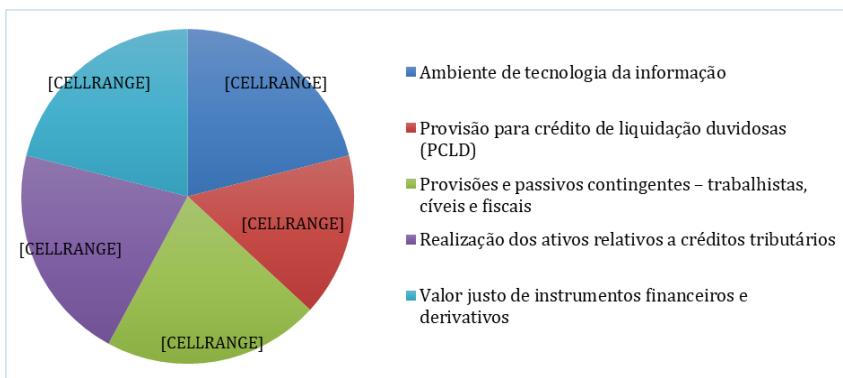


Gráfico 5: Principais assuntos de auditoria: 2019  
Fonte: Elaborada pelo autor, conforme dados da pesquisa 2021

Destaca-se a abordagem do auditor no caso dos assuntos “Realização dos ativos relativos a créditos tributários” mencionado, 21,1% neste período, sendo um assunto que trata de diferentes períodos, de prejuízos fiscais baseados em projeção de resultados futuros, que requer um julgamento preciso dos critérios utilizados pelas administrações dos bancos. Já a menção do “Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos”, presentes em 21,1% dos assuntos deve-se ao fato, à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras e o envolvimento de elevado nível de julgamento por parte da administração, textos esses destacados na maioria dos relatórios de auditoria deste período.

#### **4.3.5 PAA's – 2020**

Conforme presente no gráfico 6, quatro assuntos foram mais utilizados, sendo que, neste período foram catalogados 25 assuntos diversos, considerando que neste período os assuntos “Ambiente de tecnologia da informação”, “Provisão para crédito de liquidação duvidosa” e “Provisões e passivos contingentes, trabalhistas, cíveis e fiscais”, tiveram percentual de 31,3% dos assuntos utilizados, a abordagem desses assuntos segue o viés dos assuntos dos períodos anteriores, que de acordo com a complexidade e quantidade de recursos envolvidos tem uma atenção maior dos auditores, e em relação ao “Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos”, aparecendo com 25% da utilização.

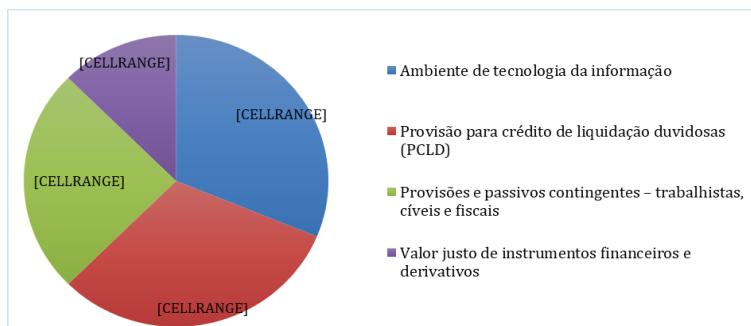


Gráfico 6: Principais assuntos de auditoria: 2020  
Fonte: Elaborada pelo autor, conforme dados da pesquisa 2021

Assim, os dados abordados no presente período foram os de, mas significância para os auditores, os mesmos destacam que os processos de auditoria executadas nos bancos e conciliações, não apresentam modificações significativas em relação aos exercícios anteriores, assim, os PAA's e a abordagem dos auditores estão alinhados àqueles dos exercícios anteriores.

PAA's	2016	2017	2018	2019	2020
Ambiente de tecnologia da informação	X	X	X	X	X
Planos de benefício pós emprego	X				
Provisão para crédito de liquidação duvidosas (PCLD)	X	X	X	X	X
Provisões e passivos contingentes, trabalhistas, cíveis e fiscais	X	X	X	X	X
Realização dos ativos relativos a créditos tributários				X	
Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos	X	X	X	X	X
Valor recuperável dos ativos intangíveis		X			

Quadro 3: PAA's de 2016 a 2020  
Fonte: Elaborada pelo autor, conforme dados da pesquisa 2021

Sendo assim como mostra o quadro 3, destaca-se a relação dos principais assuntos utilizados nos relatórios de auditoria em cada período pelos auditores. Desse modo temos quatro assuntos utilizados em todos os períodos, ambiente de tecnologia da informação, provisão para crédito de liquidações duvidosas, provisões e passivos contingentes, trabalhistas, cíveis, fiscais e valor justo de instrumentos financeiros e derivativos. Por sua vez o assunto, planos de benefício pós emprego teve destaque no período de 2016, tanto quanto o valor recuperável dos ativos intangíveis, que teve menção em 2017, e em 2019 a realização dos ativos relativos a créditos tributários, totalizando 7 os principais assuntos contidos nos relatórios de auditoria nos períodos de 2016 a 2020.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi realizado utilizando-se de busca e análise dos relatórios de auditoria, emitidos por auditores independentes para as instituições financeiras brasileiras listadas no site da B3, onde foram selecionadas 5 instituições financeiras, Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Banco do Nordeste, e analisados 25 relatórios nos períodos de 2016 a 2020. Foram estudados os tipos de opiniões dos auditores nos respectivos relatórios e os principais assuntos de auditoria contido nos mesmos, assim, tanto a opinião do auditor quanto os PAA's foram selecionados e analisados separadamente nos diferentes anos. Com isso, o objetivo foi de qualificá-los e analisá-los, bem como de identificar qual o tipo de opinião mais utilizada e os PAA's mais divulgados nos relatórios, enfatizando a importância do trabalho da auditoria independente nas instituições financeiras brasileiras.

Conforme exposto nos relatórios de auditoria constatou-se que 100% dos relatórios apresentam-se “opinião não modificada”, esse tipo de opinião indica que o auditor está convencido de que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios, normas e as práticas usuais de contabilidade. Esse resultado retrata o amadurecimento do SFN mediante a verificação dos relatórios e o tipo de opinião, que demonstrou a solidez com relação à adequação das normas, regras e procedimentos, seguidos pelas instituições financeiras selecionadas na elaboração e apresentação dos dados contidos as demonstrações contábeis, uma vez que de 2016 a 2020 não ouve emissão de relatório com outras opiniões se não com opinião não modificada.

Conforme apresentado nos PAA's, foram verificados os assuntos que os auditores aplicaram maiores esforços e onde os procedimentos foram mais utilizados, e destacados nos relatórios como os principais assuntos mais utilizados. A provisão para crédito de liquidações duvidosas (PCLD), provisões e passivos contingentes, trabalhistas, cíveis e fiscais, valor justo de instrumentos financeiros e derivativos, realização dos ativos relativos a créditos tributários e valor recuperável dos ativos intangíveis. Esses assuntos tiveram grande atenção dos auditores, dada as transações com valores elevados, pela complexidade de cada tema e os riscos

de créditos e níveis de incertezas em operações, sendo valores que trazem grandes impactos nas demonstrações contábeis das instituições financeiras.

Além disso, destaca-se o ambiente de tecnologia da informação e planos de benefício pós emprego, a utilização desses temas se dá, visto os grandes investimentos em tecnologias para a utilização de novas ferramentas de operações, que dependem de tecnologias e infraestruturas capazes de suportar os elevados números de transações processadas, que alimentam os registros contábeis, tendo grande atenção dos auditores para este assunto visto a preocupação de possíveis divergências de dados ocasionando a não atualização dessas ferramentas tecnológicas, assunto encontrado em todos os relatórios de auditoria analisadas. Por sua vez, o plano de benefício pós emprego destaca-se, por ser um plano de benefícios a funcionários, envolvendo taxas, desconto e outros benefícios que causam efeitos relevantes nas demonstrações contábeis, menção que justifica a utilização pelos auditores.

Portanto, o presente trabalho buscou avaliar a contribuição do auditor independente mediante a verificação dos relatórios de auditoria emitidos nos períodos estudados, analisando os critérios e procedimentos adotados que levaram a utilização da sua opinião e a utilização dos assuntos contidos nos relatórios. Diante disso, foi possível constatar que a contribuição dos auditores independentes para as IF's, está atrelada a função que os mesmos desempenham, visto que, com a formação da sua opinião não modificada os auditores demonstraram a solidez com relação à adequação das normas e procedimentos contábeis utilizadas pelas IF's auditadas, diante disso, o auditor independente encontra-se como ferramenta necessária para a transparência, segurança e atividade do SFN.

É justo acrescentar a possibilidade de realizar uma pesquisa mais aprofundada para obtenção de dados mais completos acerca dos principais assuntos abordados pelos auditores, os métodos e avaliações utilizadas, visto que, a utilização desse tema é recente no relatório de auditoria, possibilitando um estudo mais específico de normas e legislações sobre o assunto. Nesse sentido, é importante ressaltar aspectos relacionados ao tema e que foram abordados de formas mais simplistas, como a responsabilidade da administração, e critérios de elaboração das demonstrações contábeis. Tais temas podem ser abordados em trabalhos posteriores, processos de grande importância para os trabalhos dos

profissionais de contabilidade, que se aplicam no processo de elaboração do presente trabalho junto as instituições financeiras.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Edgar Gomes de: **Sistema financeiro nacional** / Edgar Abreu, Lucas Silva. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo, MÉTODO, 2017.
- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti, Auditoria: **abordagem moderna e completa** / Marcelo Cavalcanti Almeida. – 9. ed. – [2. Reimpr.] – São Paulo: Atlas, 2019.
- ATTIE, William, **Auditoria: conceitos e aplicações** / William Attie. – 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2018.
- BRASIL. NBC TA 700, de 17 DE junho de 2016 – **Dispõe sobre a formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**. Disponível em:  
<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA700.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.
- BRASIL. NBC TA 705, de 17 de junho de 2016 – **dispõe sobre modificações na opinião do auditor independente**. Disponível em:  
<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA705.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- BRASIL. Lei Nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. **Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências**. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4595.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm). Acesso em: 12 abr. 2021.
- BRASIL. Lei Nº 6.385, de 7 de dezembro DE 1976. **Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários**. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6385.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6385.htm). Acesso em: 13 abr. 2021.
- BRASIL. Lei Nº 6.385, de 7 de dezembro DE 1976. **Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários**. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6385.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6385.htm). Acesso em: 13 abr. 2021.
- B3. **Empresas listadas na B3**. Disponível em: [http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm). Acesso em: 30 de mar. 2021.
- CREPALDI, Silvio Aparecido: **Auditoria contábil: teoria e prática** / Silvio Aparecido Crepaldi; Guilherme Simões Crepaldi – 10. ed. – [3a Reimpr.]. -São Paulo: Atlas, 2019.
- HENRIQUES, Antonio, **Metodologia científica na pesquisa jurídica** / Antonio Henriques, João Bosco Medeiros. – 9. ed., rev. e reform. – São Paulo: Atlas, 2017.
- LONGO, Claudio Gonçalo, **Manual de auditoria e revisão de demonstrações financeiras** / Claudio Gonçalo Longo. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

MATIAS-Pereira, José, **Manual de metodologia da pesquisa científica** / José Matias-Pereira. – 4. ed. - [3. Rempr.]. – São Paulo: Atlas, 2019.

RIBEIRO, Ivan César, **Os Megabancos e as crises Financeiras: Uma análise teórica e jurimétrica da regulação e do direito concorrencial** / Ivan Ribeiro. – 1. ed - São Paulo : Almedina, 2015.

SORDI, José Osvaldo, **Desenvolvimento de projeto de pesquisa** / José Osvaldo De Sordi. – 1.ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. Resolução CFC Nº. 1.206/09. NBC TA 230 – **Documentação de Auditoria**. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES\\_1206.pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1206.pdf). Acesso em: 14 abr. 2021.

## INFORMAÇÃO CONTÁBIL EM UMA CÂMARA MUNICIPAL DO ESTADO DA PARAÍBA

Hérlon Cabral de Medeiros<sup>1</sup>  
Davi Jônatas Cunha Araújo<sup>2</sup>

### RESUMO:

O tema pesquisado neste artigo trata das informações contábeis encontradas nas peças orçamentárias do Poder Legislativo Municipal. A delimitação do tema procurou atender o questionamento de como tem sido evidenciada a informação contábil nas peças orçamentária no âmbito das Câmaras de Vereadores. O objetivo geral deste artigo buscou verificar como as informações contábeis contribuem para na administração dos recursos repassados a uma Câmara Municipal localizada no estado da Paraíba. A metodologia empregada teve uma abordagem qualitativa e caráter descritivo, complementada com uma análise de informações registradas em demonstrativos de repasses do duodécimo e de despesas mensais da Câmara Municipal de Cabedelo-PB, através do recorte temporal de onze anos (2010/2020), publicados no TCE-PB. A conclusão da pesquisa indicou que a Câmara pesquisada teve uma evolução crescente nos repasses no período estudado, acompanhado do crescimento dos valores pagos em Folha, que dobraram no mesmo decênio, comprometendo o limite de gastos com Pessoal previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e que entre os procedimentos mensais foram registrados excessos nas informações de Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, além de Serviços de Consultoria, cuja ausência de discriminação mais detalhada desses serviços indica um descumprimento de mais transparência para atender os princípios da Contabilidade do Setor Público.

**PALAVRAS-CHAVES:** Informação Contábil. Peças Orçamentárias. Câmara de Vereadores.

### ABSTRACT:

The theme researched in this article deals with the accounting information found in the budget pieces of the Municipal Legislative Power. The delimitation of the theme sought to answer the question of how the accounting information has been evidenced in the budget pieces within the scope of the City Councils. The general objective of this article sought to verify how the accounting information contributes to the administration of the funds transferred to a City Council located in the state of Paraíba. The methodology used had a qualitative and descriptive approach, complemented with an analysis of information recorded in statements of transfers of the twelfth and monthly expenses of the Municipality of Cabedelo-PB, through the ten-year period (2010/2020), published in the TCE-PB. The conclusion of the survey indicated that the researched Chamber had an increasing evolution in transfers in the period studied, accompanied by the growth of amounts paid in Folha, which doubled in the same decade, compromising the personnel spending limit provided for by the

---

<sup>1</sup>Graduado em Ciências Contábeis. E-mail: herloncabral@hotmail.com

<sup>2</sup> Docente do Centro Universitário UNIESP. E-mail: davijonatasss@gmail.com

Fiscal Responsibility Law - LRF, and that among the monthly procedures there were excesses in the information from Third Party Services - Legal Entities, in addition to Consulting Services, whose absence of discrimination of these services indicates a non-compliance with more transparency in order to meet the principles of Public Sector Accounting.

**KEYWORDS:** Accounting Information Budgetary Parts. City Council.

## 1 INTRODUÇÃO

As instituições públicas federais, estaduais e municipais no Brasil devem, por força de lei (BRASIL, 2018), administrar seus recursos com responsabilidades estabelecidas por normas que visem o funcionamento pleno e equilibrado de suas ações ao determinar metas, busca de objetivos, organização, delegação de atividades, controle, avaliação, execução de serviços e respeito às leis.

A responsabilidade fiscal que guia as ações dos poderes republicanos foi estabelecida através de lei complementar de N° 101, promulgada em 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (PSZEBISZESKI, 2016), que estabelece as normas das finanças públicas, prevenindo os riscos e corrigindo desvios que possam prejudicar o equilíbrio das contas públicas.

A LRF provocou uma revolução cultural e institucional das verbas pública (LYRIO, 2015), tornando-se a guardiã do dinheiro da sociedade, pois o governo não produz dinheiro. Mas desde sua implantação a obediência à responsabilidade fiscal tem sido um desafio para os gestores públicos que insistem em cometer erros primários, ocasionando pareceres de reprovações e penalizações por órgãos de fiscalização, acarretando processos por improbidade administrativa, perda de mandato ou até prisão

Na administração pública municipal os recursos públicos são fiscalizados pela Câmara de Vereadores, que pode recorrer a diversas instituições para acompanhar os gastos da Prefeitura como o Ministério Público Estadual ou da União, GAECO, Polícia Federal ou Tribunal de Contas Estadual ou da União (BRASIL, 2018). Esses mesmos órgãos podem ser acionados na fiscalização dos gastos das Câmaras, especialmente com a Folha de Pessoal.

Como os vereadores são os representantes mais acessíveis nos municípios, a preocupação com seus gastos tem sido cada vez mais cobrada pelo cidadão

comum. Essa preocupação motivou a delimitação do tema do presente artigo, cujo embasamento é a informação contábil pública de um Legislativo Municipal.

O interesse pelo tema se justifica pelo aumento do interesse dos cidadãos pelo destino dos recursos públicos. A responsabilidade fiscal precisa de transparência e atualização da ordenação jurídica para dificultar os casos de má gestão dos nossos representantes. Sua importância atende uma necessidade de gestores públicos que buscam conhecer experiências contábeis das Câmaras de Vereadores.

A escolha do tema elegeu o problema de procurar entender o processo de registro dos repasses e despesas no âmbito das câmaras municipais. Esse entendimento passa pelo seguinte questionamento: Como tem sido evidenciada a informação contábil através das peças orçamentária do legislativo municipal?

O objetivo geral deste artigo foi verificar como as informações contábeis são evidenciadas na administração dos recursos repassados a uma Câmara Municipal localizada no estado da Paraíba. Para atender essa premissa foram definidos os seguintes objetivos específicos: identificar bases legais da Contabilidade Pública, identificar o tipo de informação que embasa a contabilidade na Câmara Municipal; e analisar o papel de cada informação contida em peças orçamentárias anuais e mensais.

A metodologia selecionada para este estudo foi do tipo qualitativa com caráter descritivo, sobre informações contábeis do setor público, complementado com uma análise de informações registradas em demonstrativos de repasse do duodécimo e despesas com Folha Pessoal.

O universo estabelecido para análise foi a informação contábil da Câmara de Vereadores de Cabedelo, na Paraíba, com recorte temporal de 11 (onze) anos, utilizando-se os dados dos repasses anuais para o legislativo municipal. As informações contábeis foram retiradas do demonstrativo dos repasses do duodécimo para Câmara no Período 2010/2020, publicado no TCE-PB. Como também dos balanços gerais dos gastos com pessoal em Folha no mesmo período. Complementado pelo detalhamento de um balancete mensal do mês de dezembro de 2020.

O presente artigo está estruturado em um tópico estabelecendo conceitos sobre gestão e contabilidade pública, origem da Lei de Responsabilidade Fiscal –

LRF, e gestão contábil no Poder Legislativo Municipal. Essa parte teórica serve de base para outro tópico com a análise da prática contábil na Câmara de Vereadores do município de Cabedelo – PB.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O entendimento sobre os fundamentos da gestão contábil pública passa pelo estudo das mais recentes definições sobre o que seria uma gestão dentro do contexto público, quanto ao tipo de contabilidade direcionada para administrar os recursos destinados à gerência da União, Estados e Municípios.

### 2.1 A GESTÃO PÚBLICA CONTÁBIL CONCEITOS

A origem da palavra ‘gestão’ vem das expressões latinas *gestios* e *gestiōnis*, que podemos associar a um gesto, do latim *gestus*, quando se realiza algo, indo além de expressar uma emoção (ETIMOLOGIA, 2019). Na área contábil a palavra ‘gestão’ é usada com mais frequência para designar a ação de como proceder na administração de recursos financeiros destinados a fins específicos, através de estratégias coordenadas, cujo processo envolve uma meta, conhecimentos específicos, materiais, tomadas de decisões e alcance de resultados.

O conceito de Gestão Pública atualmente é aplicado às atividades baseadas na Administração e das Ciências Gerenciais voltadas ou que interagem com o setor público. O atendimento dos interesses da coletividade pelo Estado é o que caracteriza a gestão pública nos níveis federal, estadual e municipal.

Portanto, a gestão pública pode ser definida como a ação de administrar ou área de conhecimento relacionada às instituições estatais que realizam atendimento direto dos cidadãos (EDUCAMUNDO, 2018). Essa gerência segue normas jurídicas que regem as ações desenvolvidas pelos agentes que trabalham no atendimento dessas necessidades públicas.

Pode-se afirmar ainda que o termo ‘Gestão Pública’ seria a evolução do modelo de administração adotado a partir da substituição de um Modelo Burocrático de administração por um Modelo Gerencial (BRASIL, 2018). Esse novo modelo de gerência modificou o controle dos procedimentos e atos administrativos das

instituições públicas, focando numa melhor prestação de serviços e uma redução dos custos.

As mudanças advindas da adoção de um novo modelo público de gestão forçaram mudanças em toda estrutura estatal, descentralizando serviços e reduzindo a hierarquia (BRASIL, 2018). A nova administração passou a ser gerenciada com base na eficácia, eficiência, transparéncia, planejamento e participação popular.

Contabilizar os recursos destinados para a administração e gerência da coisa pública é uma missão da Contabilidade Pública (HADDAD, 2010), que pode ser definida como um ramo da Ciência Contábil relacionada com a administração pública baseada em normas, princípios gerais de finanças e contabilidade.

Esse entendimento define a Contabilidade Pública como aquela que faz o registro da receita e despesas fixadas nos orçamentos públicos (MOTA, 2009). Tais como as execuções orçamentárias, compara as previsões e realizações das receitas e despesas, apresenta a evolução do patrimônio, além de exercer o controle das operações de créditos, dívidas ativas e demais obrigações.

De acordo com a definição estabelecida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (BRASIL, 2011):

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da Ciência Contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial das entidades do setor público. Tem como objetivo fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público, em apoio ao processo de tomada de posição, à adequada prestação de contas e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Observa-se nessa definição o entendimento sistêmico de todo o processo voltado para informar os atos de seleção, registro, resumo, interpretação e divulgação de fatos contábeis que influenciam os orçamentos, finanças e patrimônios das instituições públicas.

No Brasil a Contabilidade Pública é administrada com base na Lei 4.320, de 17 de março de 1964 (BRASIL, 1964), que deve ser observada pela União, Estados, Municípios e o Distrito Federal, obrigando o seguimento de diretrizes relacionadas ao direito financeiro na elaboração e controle de seus respectivos orçamentos e balanços. Enquanto a prática contábil tradicional se debruça sobre o patrimônio, a Contabilidade Pública quer ir além, ampliando seu interesse pelos atos dos administradores públicos relativos aos orçamentos ou de natureza administrativa.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (BRASIL, 2000), ficou definido legalmente que a Contabilidade Pública é o ramo que faz o registro, controle e demonstração das execuções orçamentárias, como também dos atos e fatos relacionados à Fazenda e o patrimônio do Estado, e de suas variações. Essa normatização foi criada para garantir que a Contabilidade Pública possa dotar os gestores de subsídios que irão orientar as tomadas de decisões estatais, o devido cumprimento da legislação no setor público e o fornecimento adequado de informações para instituições governamentais e privadas.

A compreensão da necessidade de se adotar uma lei que garantisse nova abordagem da gestão contábil pública passa pelo conhecimento dos estudos que culminaram com o surgimento da LRF.

## 2.2 ORIGENS DA LEI DA RESPONSABILIDADE FISCAL

O modelo de gestão orçamentária na administração pública no Brasil por muitos anos foi caracterizado pelo desequilíbrio fiscal entre os gastos e o devido suprimento de receitas (BRASIL, 2018). Esse descontrole se tornou fonte permanente de crises geradoras de inflação, taxas de juros escorchantes, aumento da dívida pública e da carga tributária.

Dentro desse contexto, setor público sempre esteve impossibilitado de atender o que se espera do Estado no atendimento das expectativas da população brasileira. Para solucionar essa limitação histórica surgiu um novo pacto federativo baseado na responsabilidade fiscal.

A produção de um novo modelo de administração fiscal pública no Brasil foi baseada em iniciativas oriundas de propostas do Fundo Monetário Internacional – FMI: do *Fiscal Responsibility Act* da Nova Zelândia; nos princípios do Tratado de Maastricht, que definiu disposições constitutivas da União Europeia – EU; e no documento que adotou normas para disciplinar e controlar os gastos da União nos Estados Unidos da América – EUA, o *Budget Enforcement Act* (NASCIMENTO; DELBUS, 2002).

A base do FMI veio de um documento intitulado *Fiscal Transparency* (NASCIMENTO; DELBUS, 2002), onde eram apresentadas orientações para o setor

público adotar a transparência dos seus atos na divulgação de suas atividades fiscais no passado, no presente e a programação futura; o devido planejamento especificando objetivos da política fiscal adotada, estruturação macroeconômica, políticas orçamentárias e possíveis risco fiscais; além de facilitar a análise das informações através da apresentação periódica, diante do poder Legislativo e da sociedade, publicando e prestando contas através de relatórios fiscais.

As referências tomadas como modelo do *Fiscal Responsibility Act*, da Nova Zelândia, colaboraram para o entendimento de que a LRF conteria características como (NASCIMENTO; DELBUS, 2002): abrangência sobre um Estado unitário e possuidor de um parlamento que estabelece princípios de transparência do Executivo, que tem o poder de decidir como orçar e gastar os recursos públicos; adoção de princípios de gestão fiscal com objetivo de reduzir a dívida pública a níveis aceitáveis; garantir um nível de patrimônio a que possa proteger imprevistos; e gerência prudente dos riscos fiscais.

No Tratado de Maastricht foram apresentadas propostas definindo critérios que serviriam para verificar a sustentabilidade de um Estado no modelo de federação (NASCIMENTO; DELBUS, 2002), evitando-se déficits excessivos; uma comissão faria o monitoramento do orçamento e o tamanho da dívida com o objetivo de identificar os desvios, prevendo-se metas e punições; e a previsão de um pacto pela estabilidade e crescimento do Estado.

O *Budget Enforcement Act*, dos EUA, fixou metas de superávits e de controle de gastos para o setor público federal (NASCIMENTO; DELBUS, 2002); o tamanho de empenho relacionado à garantia dos limites e metas do orçamento (*Sequestration*; e um sistema compensatório diante do aumento de despesas (*Pay as you go*). O aumento da despesa num setor só poderia acontecer se houvesse uma redução das despesas em outro, ou através do aumento de receitas.

Os estudos desses documentos levaram a formulação de uma Lei que atendesse o que estava disposto no Capítulo II do Título VI da Constituição Federal de 1988, que trata de assegurar o equilíbrio das finanças públicas, e a prevenção dos possíveis riscos e desvios (BRASIL, 1988). Essa Lei Complementar foi denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal – LFR (BRASIL, 2000), estabelecendo ações de planejamento, controle, transparência e responsabilidade em toda administração nacional.

Em 4 de maio de 2000, a LRF, ou Lei Complementar N° 101, é promulgada em substituição a Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999 (BRASIL, 2000), dando um novo entendimento sobre a limitação de despesas com pessoal, além de redefinir despesas e receitas de governo. Oriunda do Ministério do Planejamento, a Lei foi concebida inicialmente com 110 artigos, sofrendo em sua tramitação no Congresso Nacional um processo de enxugamento que resultou num texto final de 75 artigos.

A LRF permite alterar o Código Penal Brasileiro, contribuindo para a consolidação de uma nova prática na gestão pública, definindo as possibilidades de responsabilizar civilmente os gestores públicos, prevendo-se o ressarcimento e prisão caso seja descumprida conduta prevista no trato do déficit nas contas públicas (BRASIL, 2000). A partir da LRF todas as ações futuras da gestão pública no Brasil foram obrigadas a seguir uma disciplina permanente com relação ao setor fiscal, objetivando fortalecer a saúde financeira de todos os níveis governamentais da federação.

A prática contábil pública requer evidenciar de forma concreta o que é receita e o que é despesa nos orçamentos governamentais. Dessa preocupação básica nasce o equilíbrio fiscal que garante o melhor funcionamento das atividades de natureza estatal.

### **2.2.1 Evidenciação de Receitas e Despesas Públicas**

A Lei nº 4.320, de 1964, em seu artigo nº 57, define receita orçamentária na administração pública como todas as receitas arrecadadas, incluindo-se as que não foram previstas no orçamento (BRASIL, 1964). Esse entendimento foi atualizado no Item 3.1 do Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (BRASIL, 2014), definindo receita orçamentária como os recursos financeiros que passam a fazer parte do orçamento dentro da vigência do seu exercício, constituindo-se em um novo elemento patrimonial do Estado.

As receitas orçamentárias viabilizam a execução das políticas públicas garantindo os recursos que o poder público emprega em programas e ações que irão atender as necessidades dos cidadãos. É importante observar que as receitas tipicamente orçamentárias são oriundas dos recursos que irão ser empregados nos

programas de governos de acordo com o que estabelece a Lei Orçamentária Anual – LOA (BEZERRA FILHO, 2012). O processo de evidenciação do que representa uma receita nos orçamentos pode ser realizado através da sua classificação por natureza da receita, pelas fontes e destinação dos recursos ou por indicador de resultado primário (BRASIL, 2014).

A classificação da receita por natureza é utilizada para identificar de onde veio o recurso de acordo com o fator que gerou o ingresso na receita (BRASIL 2017). A Lei nº 4.320, de 1964, estabelece duas categorias para essa classificação.

A primeira categoria é a das Receitas Correntes, cuja arrecadação acontece dentro do exercício orçamentário, permitindo o aumento da disponibilidade financeira do Estado, constituindo-se em instrumento financiador dos objetivos e das ações das políticas públicas .São receitas correntes os tributos, contribuições, exploração do patrimônio do Estado, exploração de atividades econômicas, recursos financeiros de pessoas de direito público ou privado, e receitas que não se enquadram nos itens descritos anteriormente (BRASIL, 1964).

A segunda categoria da receita por natureza é denominada Receitas de Capital, que se diferencia das Receitas Correntes por não terem efeito na liquidez patrimonial. De acordo com o Decreto-Lei nº 1.939, de 20 de maio de 1982, as Receitas de Capital são originárias de recursos vindos de endividamentos, conversão monetária de bens e direitos, recebimentos de recursos advindos de pessoas de direito público ou privado, no caso de atendimento das Despesas de Capital, e no caso do Orçamento Corrente for superavitário (BRASIL, 1982).

De acordo com a classificação das receitas pelas fontes/destinação de recursos, a legislação estabelece que determinada receita seja destinada apenas para determinada finalidade. De acordo com o Anexo IV, da Portaria do Sistema Orçamentário de Finanças -SOF nº 1, de 19 de janeiro de 2001, as receitas devem ser agrupadas em fontes com as seguintes especificações (BRASIL, 2017): Recursos do Tesouro/Exercício Corrente; Recursos de Outras Fontes/Exercício Corrente; Recurso do Tesouro/Exercícios Anteriores;Recursos de Outras Fontes/Exercício Anteriores; e Recursos Condicionados.

Por último temos a classificação de receita orçamentária por indicador de resultado primário. Seu caráter legal não é obrigatório, mas sua instituição ajuda a

União identificar o resultado primário da diferença das Receitas Primárias (correntes) e as Despesas Primárias (BRASIL, 2010).

No que se refere à despesa orçamentária, o MCASP apresenta a definição de que é “*conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade*” (BRASIL, 2014). Da mesma maneira que trata das receitas, as despesas são aquelas relacionadas ao exercício financeiro específico. Os artigos nº 12 e 13, da Lei nº 4.320 de 1964, classificam as despesas orçamentárias segundo sua Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa e Elemento de Despesa (BRASIL, 1964).

A despesa na Categoria Econômica também é classificada em dois tipos: Correntes e de Capital. O primeiro não contribui de forma direta para formar ou adquirir um bem de capital. Enquanto o segundo tipo participa diretamente do processo de formação ou aquisição desse tipo de bem (BRASIL 2014).

Na categoria Grupo de Natureza são agrupados os elementos que tenham características iguais ao objeto de gasto, abrangendo as seguintes áreas (BRASIL 2014): Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Outras Despesas Correntes, Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

A classificação da despesa orçamentária como Elemento de Despesa está relacionada com a identificação dos objetos de gastos (BRASIL, 2014), tais como elementos relacionados aos vencimentos e vantagens fixos, juros, diárias, materiais de consumo, serviços de terceiros, subvenções sociais, obras sociais e instalações, equipamentos e materiais permanentes, auxílios, amortização entre outros.

## 2.3 RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS NAS CÂMARAS LEGISLATIVAS

As Câmaras Legislativas Municipais brasileiras dependem de um repasse do Poder Executivo Municipal no valor correspondente a 4,5% sobre a receita tributária ampliada do município, menos a despesa com inativos. Esse percentual está previsto na Constituição Federal, mais conhecido como o sistema duodécimo, onde 1/12 avos das receitas tributárias nos orçamentos das prefeituras são destinados aos legislativos municipais (BRASIL, 1988). Segundo a Constituição, em seu artigo 168, os recursos deverão ser repassados até o dia 20 do mês em exercício.

Os parâmetros definidos pela Constituição com relação ao repasse às Câmaras Municipais, e o devido controle, foram alterados com a Emenda Constitucional nº 58/2009, de 23 de setembro de 2009 (BRASIL, 2009), dando nova redação do inciso IV, do caput do art. 29 e do art. 29-A da Constituição Federal. Em 2010, as questões que não foram disciplinadas na emenda, adotaram de forma subsidiária as normas contidas na LRF. Integram a base de cálculo do repasse para o Legislativo Municipal as Receitas Tributárias, impostos, contribuições e transferências constitucionais.

O cálculo do repasse dos recursos da Prefeitura para Câmara é o resultado do seguimento de etapas que se inicia com definição do tamanho da população, realização de um levantamento das Receitas Tributárias e Transferências Constitucionais efetivas no exercício anterior, multiplicação do percentual que corresponde à faixa populacional que o município se enquadra, pelo soma das Receitas Tributárias e Transferências Constitucionais, adicionando o resultado os gastos com os inativos do quadro funcional da Câmara, obtendo-se a totalização da despesa anual do Poder Legislativo Municipal (BRASIL, 2000).

As etapas continuam com obtenção do valor máximo anual, aplicando o percentual de 70% com Folha de Pagamento, incluindo a remuneração dos servidores e os subsídios concedidos aos vereadores e ao presidente da Câmara. Para obtenção do valor mensal da Despesa Total da Folha, divide-se o valor anual por doze (BRASIL 2009).

Entre os gastos contabilizados pelas Câmaras Municipais podemos encontrar o pagamento do salário-família, vencimentos e vantagens fixas, obrigações patronais, indenizações e restituições trabalhistas, diárias, material de consumo, pagamento de serviços de terceiros, compra de equipamentos e material permanente (RAUPP 2008).

O Poder Legislativo tem a característica de concentrar suas despesas especialmente com o pagamento de pessoal. Essa particularidade se deve ao tipo de atividade desenvolvida e sua competência prevista na Constituição Federal, onde os atos e ações acontecem via servidores (INTERLEGIS, 2021). Por força da LRF, se os gastos com Folha de Pagamento não respeitarem o limite máximo de 70% (setenta por cento), incidirá em crime de Responsabilidade o vereador que estiver na presidência da Câmara (BRASIL, 2000).

### 3 METODOLOGIA

A metodologia selecionada para este estudo foi do tipo qualitativa com caráter descritivo, sobre informações contábeis do setor público, complementado com uma análise de informações registradas em demonstrativos de repasse do duodécimo e despesas com Folha Pessoal.

O caráter qualitativo busca entender os motivos e comportamentos dos fenômenos (BEATRIZ, 2017), relacionando os aspectos objetivos e subjetivos relacionados ao tema analisado. A necessidade do levantamento bibliográfico é fundamental para reunir o material teórico que possibilite um estudo baseado em referências publicadas e reconhecidas (FAMA 2021). E na abordagem descritiva é possível identificar uma realidade através da confrontação de hipóteses e correlação das variáveis das respostas (TUMELERO 2018).

O universo estabelecido para análise foi a informação contábil da Câmara Municipal de Cabedelo, na Paraíba, com recorte temporal de 11 (onze) anos, utilizando-se os dados dos repasses anuais para o legislativo cabedelense. Tal escolha foi baseada na necessidade de se demonstrar na prática como o legislativo registra suas receitas e despesas, e quais são as informações mais relevantes para o cumprimento da legislação relacionada com a Contabilidade Pública.

As informações contábeis foram retiradas do demonstrativo dos repasses do duodécimo para Câmara no Período 2010/2020, publicado no TCE-PB. Como também dos balanços gerais dos gastos com pessoal em Folha no mesmo período. Para efeito de detalhamento de um balancete mensal foi utilizado o demonstrativo de despesas do mês de dezembro de 2020.

A análise das informações descreveu o processo de registro dos balancetes legislativos, priorizando o conhecimento da evolução dos repasses, o gasto com Folha de Pessoal e identificando as informações mais utilizadas em um balancete mensal.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a análise do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores, os serviços contábeis são realizados através de uma estrutura que prevê a atuação de um servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ou na

modalidade de comissão, podendo ter mais de um servidor quando houver uma carga maior de trabalho.

O cargo criado para esse tipo de serviço acontece através de Resolução (BRASIL, 2017), definindo-se a forma de provimento, as atribuições e as condições para o exercício do cargo, e a carga horária, dependendo da demanda, a contabilidade poderá ser realizada por servidor da própria Câmara, do quadro efetivo do Executivo Municipal, ou por contratação de pessoa física habilitada em serviços contábeis, empregando-se uma licitação.

No caso específico do objeto de estudo do presente artigo, os serviços contábeis foram analisados a partir das informações contábeis da Câmara Municipal de Cabedelo – CMC, no Estado da Paraíba. O legislativo cabedelense possui uma bancada de 15 (quinze) vereadores (CMC, 2020)., obedecendo o que dispõe os limites constitucionais e a Lei Orgânica Municipal, com sede localizada na Rua João Machado, 29, Centro, Cabedelo-PB. Além dos vereadores, a Câmara Municipal registra o pagamento de 11 (onze) efetivos e 109 (cento e nove ) cargos comissionados, totalizando 135 (cento e trinta e cinco) funcionários.

De acordo com o atual regimento da Casa (CMC, 2020), a administração contábil é coordenada e executada por um órgão próprio, sendo parte integrante da estrutura interna da Câmara de Vereadores. As contas que demandam serviços contábeis estão inclusas na gestão patrimonial e orçamentária da Casa Legislativa, compondo-se de balancetes mensais e balanço geral anual dos recursos recebidos e das despesas realizadas.

Para efeito de análise metodológica temos a seguir os resultados e discussão sobre as informações contábeis oriundas do principal dispêndio realizado pelo Poder Legislativo Municipal: a Folha Pessoal. Sua importância é medida pela observância do limite imposto a partir da promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), que estabelece um teto de 70% dos gastos com pagamentos de funcionários. O período analisado corresponde a 11 (Onze) anos de registro de recebimentos dos duodécimos (Quadro 01) e pagamentos em Folhas (Quadro. 02):

<b>DETALHAMENTO ( DUODÉCIMO )</b>		
2010 A 2020		
ANO	VALOR	MÉDIA MENSAL
2010	R\$ 6.011.543,26	R\$ 500.961,94
2011	R\$ 7.090.368,04	R\$ 590.864,00
2012	R\$ 7.822.460,11	R\$ 651.871,68
2013	R\$ 8.419.861,54	R\$ 701.655,13
2014	R\$ 9.862.643,25	R\$ 821.886,94
2015	R\$ 10.313.410,94	R\$ 859.450,91
2016	R\$ 11.342.874,47	R\$ 945.239,54
2017	R\$ 12.300.000,00	R\$ 1.025.000,00
2018	R\$ 13.515.000,00	R\$ 1.126.250,00
2019	R\$ 15.199.221,00	R\$ 1.266.601,75
2020	R\$ 16.168.919,28	R\$ 1.347.409,94
Total dos Anos	R\$ 118.046.301,89	R\$ 9.837.191,82
<b>Média 11 anos</b>	<b>R\$ 11.804.630,19</b>	<b>R\$ 983.719,18</b>

Quadro 01 – Quadro de recebimento do duodécimo 2010/2020.

Fonte: dados do autor, 2021.

O município de Cabedelo, com uma população atual de 68.767 habitantes, vem se destacado na última década do século XXI com a terceira posição entre os maiores PIBs do Estado da Paraíba (BRASIL, 2018). Um PIB maior significa mais arrecadação municipal, o que acaba se refletindo numa evolução crescente do repasse do duodécimo no período 2010/2020.

De acordo com os registros contábeis da Câmara, o recebimento do duodécimo pelo Legislativo Municipal praticamente dobrou nos últimos anos. Destaque para os registros na casa dos dois dígitos a partir de 2015, mas mantendo média mensal no decênio de R\$ 983.719,18 reais.

No detalhamento da Folha Pessoal realizado no período 2010/2020, as informações da despesas tiveram uma evolução crescente, acompanhando o aumento do repasse do duodécimo. (Quadro 02):

<b>DETALHAMENTO (FOLHA PESSOAL)</b>		
2010 A 2020		
ANOS	VALOR	MÉDIA MENSAL
2010	R\$ 4.250.720,95	R\$ 354.226,75
2011	R\$ 5.075.838,27	R\$ 422.986,52
2012	R\$ 5.671.484,76	R\$ 472.623,73
2013	R\$ 5.915.134,28	R\$ 492.927,86
2014	R\$ 6.669.382,87	R\$ 555.781,91
2015	R\$ 7.652.681,92	R\$ 637.723,49
2016	R\$ 7.345.219,31	R\$ 612.101,61

2017	R\$ 8.110.194,81	R\$ 675.849,57
2018	R\$ 8.261.061,41	R\$ 688.421,78
2019	R\$ 9.074.729,40	R\$ 756.227,45
2020	R\$ 10.517.068,68	R\$ 876.422,39
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 78.543.516,66</b>	<b>R\$ 6.545.293,06</b>
<b>Média 11 anos</b>	<b>R\$ 7.854.351,67</b>	<b>R\$ 654.529,31</b>

Quadro 02 – Quadro de gasto com Folha Pessoal, 2010/2020.

Fonte: dados do autor, 2021.

De acordo com o quadro demonstrativo acima, os valores pago aos funcionários em Folha mais do que duplicaram entre 2010/2020, atingindo uma média anual de R\$ 7.854.351,67 reais. Destacando-se que essa tendência de aumento dos gastos com Pessoal ganhou força a partir de 2014, totalizando R\$ R\$ 78.543.516,66 reais nos onze anos.

Embora exista toda uma complexidade na rotina contábil pública, as informações relacionadas ao Legislativo Municipal contam atualmente com recursos tecnológicos que disponibilizam softwares voltados para o Setor Público. A informatização dos procedimentos e rotinas contábeis trouxeram mais rapidez e segurança na realização dos procedimentos que farão parte das peças contábeis exigidas nas apresentações dos balancetes Mensais, como na apresentação da Prestação de Contas Anual ou Balanço Geral.

Através de espaços digitais como o SAGRES, utilizados pelos Tribunais de Contas Estaduais, as informações contábeis das Câmaras de Vereadores podem ser checadas por qualquer cidadão que deseje conhecer a prestação de contas de determinada casa legislativa municipal. No quadro abaixo são apresentadas algumas informações contábeis relacionadas a um balancete mensal do município de Cabedelo (Tabela 01):

Elemento de Despesa			Período: Dezembro / 2020		
Código	Descrição	Empenho (R\$)	Pagamento (R\$)	Estorno (R\$)	
11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.804.061,87	1.804.061,87	0,00	
13	Obrigações Patronais	284.413,27	284.413,27	0,00	
14	Diárias – Civil	796,25	796,25	0,00	
30	Material de Consumo	7.484,00	7.484,00	0,00	
33	Passagens e Despesas de	0,00	0,00	0,00	

Locomoção				
35	Serviços de Consultoria	41.000,00	41.000,00	0,00
36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.560,00	3.560,00	0,00
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	266.299,63	266.299,63	0,00
47	Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	0,00
52	Equipamentos e Material Permanente	387.778,00	11.538,00	0,00
71	Principal da Dívida Contratual Resgatado	58.542,77	58.542,77	0,00
92	Despesas de Exercícios Anteriores	7.000,00	7.000,00	0,00
93	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>2.860.935,79</b>	<b>2.484.695,79</b>	<b>0,00</b>

Tabela 01 – Despesa Orçamentária Mensal da Câmara de Cabedelo – Dezembro de 2020.

Fonte: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, 2020.

Os elementos de despesas nos balancetes mensais são identificados por uma numeração, seguindo normas da Contabilidade Pública. No quadro acima temos o exemplo dos principais gastos informados em um balancete mensal dentro do exercício orçamentário anual de 2020, referente ao mês de dezembro.

As definições dos elementos de despesas públicas, segundo o CFC (BRASIL, 2018), estão contidas nas discussões e análises abaixo:

Na descrição dos elementos de despesas se destaca o empenho e pagamento de Vencimentos e Vantagens Fixas, cujo valores comprometem mais da metade do dispêndio mensal orçamentário. Os valores correspondem ao pagamento com amparo constitucional dos serviços prestados por servidores eletivos (vereadores), efetivos (estatutários) ou comissionados (BRASIL, 2006). A quantidade de funcionários geralmente compromete o cumprimento do limite imposto pela LRF, que é de 70% dos gastos com pessoal. (BRASIL, 2000), levando-se em conta que o mês analisado inclui o pagamento do décimo terceiro salário.

Ao empenhar e pagar os Vencimentos e Vantagens Fixas, a Câmara é obrigada por Lei a realizar pagamentos de Obrigações Patronais, segundo normas trabalhistas nacionais. Essa informação é fundamental para garantir os direitos de seus servidores, cujo repasse vai permitir a proteção através de fundos estatais.

O pagamento de Diárias aos servidores legislativos é uma possibilidade frequente diante da necessidade de deslocamento para fora da sede do município a

serviço da Câmara. Os valores das diárias são utilizados nas despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbano do servidor. O montante gasto nessas diárias, no balancete analisado, indica uma atividade legislativa intensa durante o referido mês. Ou houve o pagamento de diárias acumuladas.

O Material de Consumo é um elemento de despesa permanente para qualquer órgão público. É comum no funcionamento de toda Câmara o gasto com material de expediente; material de copa e cozinha; produto de higienização; material de construção utilizados em reparos do imóvel onde funciona; gêneros alimentícios como café e água mineral; material gráfico e de processamento de dados; material para instalação elétrica e eletrônica; material para fotografia e filmagens; material para telecomunicações; bandeiras, flâmulas e insígnias; e materiais não permanentes; além de combustíveis veiculares.

No caso da Câmara de Cabedelo, os valores gastos com material de consumo são destinados aos serviços prestados por seus quinze (15) vereadores, onze (11) servidores efetivos e cento e nove (109) cargos comissionados.

O item Passagens e Despesas de Locomoção revela os gastos com compra de passagens, taxas de embarque, seguro, fretamento e pedágios realizados pela própria Câmara para seus servidores. Como no mês analisado não houve registro desse tipo de despesa, embora houvesse o empenho e pagamento de Diárias, a informação indica o pagamento de diárias acumuladas em meses anteriores.

Embora esteja previsto a realização dos serviços da Câmara por servidores legislativos, as demandas atuais permitem que sejam pagos Serviços de Consultoria para pessoas físicas ou jurídicas, geralmente realizados através de consultoria técnica, auditorias financeiras e jurídicas ou que tenham correlação com a prática legislativa. Essa despesa costuma apresentar valores consideráveis nos balancetes por ser um serviço considerado altamente especializado. O valor em questão foi pago em cota única, demonstrando um atendimento específico.

Quando um serviço pago não é enquadrado como despesa específica, o registro no balancete mensal é informado como Outros Serviços de Terceiros. As despesas são realizadas para serviços prestados como Pessoa Física ou como Pessoa Jurídica. No segundo caso o serviço está relacionado aos órgãos públicos, com exceção do serviços de tecnologia da informação e comunicação, tarifas de serviços públicos, serviços de comunicação, fretamentos, aluguel de imóveis,

locação de equipamentos e materiais permanentes, serviços de asseio e higiene, divulgação, impressão, encadernação, funerais, despesas com eventos relativos a congressos e congêneres, pagamento de vale-refeição, auxílio-creche, além de encargos atrasados de obrigações não tributárias.

No demonstrativo analisado aparece uma grande discrepância entre os pagamentos da Pessoa Física e a Jurídica, ficado claro que o primeiro prestador tem dificuldade de fornecer à Câmara documentos fiscais que atendam a legislação em vigor. E que o legislativo municipal depende muito mais dos serviços prestados com segurança jurídica.

O item orçamentário das Obrigações Tributárias e Contributivas está relacionado ao pagamento de tributos e contribuições de cunho social ou econômico, excetuando-se aquelas que incidem sobre a Folha de Pessoal, que é uma obrigação patronal. A falta de registro no balancete analisado indica que não havia a necessidade de pagamento desse tipo de obrigação. Mas se houve um não pagamento intencional, a Câmara poderá ter suas contas não aprovadas no Balanço Geral.

Ao informar o valor da despesa com Equipamentos e Material Permanente, a Câmara Municipal revela a sua intenção de adquirir equipamentos e materiais que tenham um caráter duradouro, e que garantam um melhor atendimento de seus serviços legislativo internos e externos.

Os valores envolvidos nas compras desses equipamentos e materiais costumam ser pagos em parcelas, pois o empenho total poderá comprometer o orçamento previsto para o mês vigente. No balancete exemplificado temos um empenho de R\$ 387.778,00 reais, com pagamento de R\$ 11.538,00 reais, sendo o segundo maior valor pago entre os elementos de despesas, ficando abaixo apenas do pagamento de Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil, que foi de R\$ 1.804.061,87 reais.

A despesa com o Principal da Dívida Contratual Resgatado acontece sempre que se fizer necessário o pagamento de sentenças judiciais em atraso, e no pagamento e recolhimento das obrigações patronais sobre os valores pagos ao interessado nas ações de reclamação trabalhista.

Pelo valor registrado no balancete fica claro que não houve pagamentos de sentenças judiciais e ausência de recolhimentos de obrigações patronais anteriores.

O pagamento até o mês que encerra o exercício orçamentário anual é uma maneira de evitar que as contas legislativas não sejam aprovadas. Outra possibilidade é que o valor faça parte de um acordo para parcelar os valores devidos.

O enquadramento em Despesas de Exercícios Anteriores é registrado como as dívidas que foram reconhecidas e que não possuem empenho registrados em Restos a Pagar. A presença desse elemento de despesa mostra que exercícios orçamentários anteriores não conseguiram atender o equilíbrio contábil entre os repasses e despesas, adiando o pagamento através do reconhecimento da dívida e deixando para os próximos gestores legislativos a responsabilidade de saldar os débitos.

A gestão contábil pública, por sua complexidade e abrangência, poderá se ver obrigada a incluir em suas peças orçamentárias despesas com Indenizações e Restituições, que são gastos específicos com pagamentos à órgãos e entidades, incluindo a possibilidade da devolução de receita.

A ausência de empenho e pagamento desses elementos de despesas no último mês do orçamento vigente não significa que a Câmara esteja isenta dessas obrigações. Os pagamentos e restituições podem ter acontecido em meses anteriores, ou postergados por decisões judiciais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O repasse da Prefeitura para Câmara é o resultado da definição do tamanho da população, um levantamento das Receitas Tributárias e Transferências Constitucionais efetivas no exercício anterior, multiplicação do percentual que corresponde à faixa populacional que o município se enquadra, pelo soma das Receitas Tributárias e Transferências Constitucionais, adicionando o resultado os gastos com os inativos do quadro funcional da Câmara, obtendo-se a totalização da despesa anual do Poder Legislativo Municipal. Aplica-se então um percentual de 70% com Folha de Pagamento, obtendo-se o valor mensal da Despesa Total da Folha, dividindo esse valor por doze – o duodécimo.

A contabilidade pública no legislativo municipal registra o que acontece com o dinheiro que é repassado pela Prefeitura, como também informa os elementos de despesa devidamente normatizados, publicando balancetes mensais e um balanço

geral da peça orçamentária vigente. Os recursos oriundos do duodécimo são empregados no custeio das Câmaras Municipais, que realizam determinadas despesas, observando os limites determinados na legislação nacional. No caso da Câmara de Cabedelo tem havido superávits dos repasses mensais em relação às despesas.

De acordo com as informações obtidas nas peças orçamentárias da Câmara Municipal de Cabedelo, na Paraíba, conclui-se que os repasses anuais do duodécimo evoluíram de forma crescente no período 2010/2020, com média anual de R\$ 11.804.630,19 reais. No mesmo período as despesas com Folha Pessoal acompanharam a evolução dos repasses, dobrando de valor no decênio e atingindo uma média anual de R\$ 7.854.351,67 reais, comprometendo o cumprimento dos limites de gastos com pessoal previsto na LRF.

Entre os procedimentos que apontam gastos excessivos no balancete mensal, além da Folha Pessoal, se destacam o emprego de Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e Serviços de Consultoria, cujo detalhamento do tipo de serviço não é discriminado, indicando um descumprimento de mais transparência, segundo os princípios estabelecidos pela Contabilidade do Setor Público.

## REFERÊNCIAS.

BEATRIZ, Coelho. **Pesquisa qualitativa: entenda como utilizar essa abordagem de pesquisa.** Artigo publicado em 3 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/pesquisa-qualitativa/>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BEZERRA FILHO, J. E.. **Orçamento Aplicado ao Setor Público: Abordagem Simples e Objetiva.** São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm). Acesso em 25 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei de Responsabilidade Fiscal. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em 29 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc58.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2058%2C%20DE%202023%20DE%](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc58.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2058%2C%20DE%202023%20DE%)

20SETEMBRO%20DE%202009&text=Altera%20a%20reda%C3%A7%C3%A3o%20do%20inciso,%C3%A0%20recomposi%C3%A7%C3%A3o%20das%20C%C3%A2m aras%20Municipais. Acesso em: 2 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários. Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido para o exercício de 2011. Portaria Conjunta STN/SOF nº 4, de 30 de novembro de 2010.** 3<sup>a</sup> edição. Brasília, 2010. Disponível em: [https://uab.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/ManualContabilidadeAplicadaSetorPubl\\_2011\\_Software.pdf](https://uab.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/ManualContabilidadeAplicadaSetorPubl_2011_Software.pdf). Acesso em: 01 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. **Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público: aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: válido para o exercício de 2012: portaria conjunta STN/SOF Nº 1, de 20 de junho de 2011 e Portaria STN Nº 406, de 20 de junho de 2011.** Disponível em: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/leg\\_contabilidade.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/leg_contabilidade.asp). Acesso em: 30 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **Portaria Conjunta STN/SOF nº. 1, de 10 de dezembro de 2014.** Aprova a Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 6<sup>a</sup> edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU\\_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o\\_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773)>. Acesso em 30 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. CFC. **Classificação quanto à natureza da despesa.** Disponível em: <https://proplan.ufms.br/files/2018/04/CFC-Classifica%C3%A7%C3%A3o-Despesa-2018.pdf>. Acesso em: 13 maio 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Manual Técnico de Orçamento – MTO.** Edição 2017 (1a versão). Brasília, 2017. Disponível em: [http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/mto\\_2017-1a-edicao-versao-de-06-07-16.pdf](http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/mto_2017-1a-edicao-versao-de-06-07-16.pdf). Acesso em 30 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. TCE SC. **Processo 07/00413693. Relatório nº GCMB/2007/00362.** Disponível em: <https://consulta.tce.sc.gov.br/RelatoriosDecisao/Voto/2895552.HTM>. Acesso em 13 maio 2021.

\_\_\_\_\_. Governo do Paraná. Secretaria da Educação. **Gestão em Foco: introdução à Gestão Pública.** Unidade 1 - Gestão Pública: Princípios e Fundamentos. Atualizado em 2018. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gestao\\_em\\_foco/gestao\\_publica\\_unidade1](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gestao_em_foco/gestao_publica_unidade1). Acesso em: 29 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **Classificação quanto à natureza da despesa.** Disponível em: <https://proplan.ufms.br/files/2018/04/CFC-Classifica%C3%A7%C3%A3o-Despesa-2018.pdf>. Acesso em: 13 maio 2021.

\_\_\_\_\_. **IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios.** Brasil. Paraíba. Cabedelo.  
Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cabedelo/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>.  
Acesso em 12 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal de Cabedelo. **Resolução N° 158, de 15 de março de 2006 (Publicado no Quinzenário Oficial de Cabedelo/PB de 1 a 15 de abril de 2006) (Alterada pelas Resoluções nºs 165/2007; 176/2009; 181/2009; 183/2009; 184/2009; 186/2009; 189/2010; 193/2011; 197/2012; 198/2013; 199/2013; 202/2013; 205/2013; 207/2013; 208/2013, 209/2013, 210/2014, 211/2015 e 219/2018) (Edição Atualizada-2020).** Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Cabedelo - PB, e dá outras providências.. Disponível em: file:///C:/Users/PC/Downloads/02.-Regimento-Interno-Edi%C3%A7%C3%A3o-2020.pdf. Acesso em 10 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.** Disponível em:  
<https://tce.pb.gov.br/sagres-online>. Acesso em 10 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal de Cabedelo. **Lei Orgânica Município de Cabedelo.** Disponível em: <https://cmcabedelo.pb.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/CMC-Lei-Orgnica-Municipal-Cabedelo-1990-Emenda-n-024-2020-revisado.pdf>. Acesso em 13 maio 2021.

**EDUCAMUNDO. Desvende o que é gestão pública com esse guia completo sobre o assunto.** Estudo. Publicado em 19/03/2018. Disponível em:  
[https://www.educamundo.com.br/blog/gestao-publica-curso-online#:~:text=A%20gest%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20%C3%A9%20a,\)%2C%20ONGs%2C%20entre%20outras](https://www.educamundo.com.br/blog/gestao-publica-curso-online#:~:text=A%20gest%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20%C3%A9%20a,)%2C%20ONGs%2C%20entre%20outras). Acesso em: 29 mar. 2021.

**ETIMOLOGIA: ORIGEM DO CONCEITO. Etimologia de gestão.** Publicado em 2019. Disponível em: <https://etimologia.com.br/gestao/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

**FAMA. 6 passos para uma pesquisa bibliográfica eficiente.** Publicado em 6 de julho de 2020 e atualizado em 8 de julho de 2020. Disponível em:  
<https://blog.faculdadedemacapa.com.br/pesquisa-bibliografica/>. Acesso em: 22/ abr. 2021.

**HADDAD, Rosaura Conceição et. al. Contabilidade.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010. 152p.

**INTERLEGIS. A Folha de pagamento da Câmara de Vereadores à luz da Emenda Constitucional nº 25 de 2000.** Artigo do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.interlegis.leg.br/institucional/arquivo-morto/acervo-historico-do-portal/vereadores/20031121145340/20040114122557>. Acessso em: 4 abr. 2021.

**NASCIMENTO, Edson Ronaldo; DEBUS, Ilvo. Lei Complementar 101/2000: entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal.** 2ª Ed. Atualizada. Brasília: ESAF, 2002.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** Brasília: autor-editor, 2009.

LYRIO, Eduardo Felicissimo et al. **Gestão Contábil: aspectos introdutórios.** Coleção: Planejamento e Finanças. 1<sup>a</sup> Ed. NPG/UERJ. Rio de Janeiro, 2015.

PSZEBISZESKI, Rafaela Fernanda Fontoura. **Lei de Responsabilidade Fiscal frente aos municípios.** Artigo publicado em 29 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/47122/a-lei-de-responsabilidade-fiscal-frente-aos-municípios>. Acesso em: 21 mar. 2021.

RAUPP, Fabiano Maury. **Gestão de custos no legislativo municipal por meio do custeio por absorção: um estudo de caso.** XV Congresso Brasileiro de Custos – Curitiba - PR, Brasil, 12 a 14 de novembro de 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/PC/Downloads/1233-1233-1-PB.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2021.

TUMELERO, Naína. **Pesquisa descritiva: conceito, características e aplicação.** Artigo publicado em 19 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/pesquisa-descritiva/>. Acesso em: 10 maio 2021.

## A PERCEPÇÃO DOS PERITOS CONTÁBEIS ACERCA DO ZELO PROFISSIONAL ESTABELECIDO PELA NORMA PROFISSIONAL DO PERITO CONTÁBIL

Jesse Cavalcanti de Carvalho Oliveira<sup>1</sup>  
Davi Jônatas Cunha Araújo<sup>2</sup>

### RESUMO

A perícia contábil usa de procedimentos técnicos e científicos com a finalidade de apresentar à instância decisiva provas verdadeiras para solução do litígio, de forma justa, mediante laudo pericial contábil, e ou parecer pericial contábil. O zelo profissional dessa classe é estabelecido por sua norma. O objetivo principal deste trabalho é identificar a percepção de peritos contábeis acerca do zelo profissional estabelecidos pela Norma Profissional do Perito Contábil - Revisão 1. Para alcançar o objetivo deste estudo, foi realizado um levantamento de cunho qualitativo através de um questionário com os peritos-contadores residentes no município de João Pessoa com contato disponível no portal eletrônico do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), tendo a sua percepção analisada pela escala tipo *likert*. Os resultados obtidos mostram o sentido dos participantes aos quesitos apresentados acerca do zelo profissional que a norma estabelece, e foi observado que grande parte dos especialistas apresentam concordância com a norma, seja de forma parcial, total ou apenas deve ser cumprido/feito. Por fim conclui-se que o zelo estabelecido pela norma é bem compreendido pela classe de peritos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Zelo profissional. Perito contador. Perícia

### ABSTRACT:

The accounting expert uses technical and scientific procedures with a specialist to present to the decisive instance true evidence for resolving the dispute, in a fair manner, by means of an accounting expert's report, and or an accounting expert's opinion. The professional zeal of this class is established by its norm. The main objective of this work is to identify the perception of accounting experts about the professional zeal sought by the Professional Standard of the Accounting Expert - Review 1. To achieve the objective of this study, a qualitative survey was carried out through a questionnaire with the experts-accountant's residents in the city of João Pessoa with contact available on the electronic portal of the Court of Justice of Paraíba (TJPB), having their perception analyzed by the likert type scale. The results found show the participants' sense of the relative requirements of professional zeal as the normal norm, and it was observed that a large part of the specialists agree with a norm, either partially, totally or should only be fulfilled / done. Finally, it is concluded that the zeal established by the standard is well understood by the class of expertise's.

**KEY WORDS:** Professional zeal. Expert accountant. Expertise.

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Educação Superior da Paraíba - UNIESP. E-mail: jesse.cavalcanti@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Contábeis pelo PPGCC - UFPB (2021), Mestre em Ciências Contábeis pelo PPGCC- UFPE (2015) e Graduado em Ciências Contábeis pela UFPB (2013). E-mail: prof2042@iesp.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo Marion (2005), contabilidade é um instrumento necessário para todas as entidades, qualquer que seja, grande, médio e pequeno porte. Ressalta também a importância dessa ciência para pessoas físicas no processo de tomada de decisões.

Segundo Moura (2007), contabilidade é a investigação realizada por especialistas, que possuem a competência do objeto de tratar, determinar, esclarecer e evidenciar fatos, por meio de pesquisa, exame e verificação para apurar a verdade. Esse profissional vem se tornando fundamental devido à forte demanda por resolução de conflitos que crescem a cada ano na esfera judicial.

Na última investigação, realizada em 2019, a justiça brasileira comprovou a baixa do quantitativo de processos inconclusos em todo o território nacional. Assim, o contador tem contribuído gradativamente para a solução de demandas questionáveis para a justiça, se transformando em uma peça importante na resolução de conflitos.

Segundo (Sá 2009, p. 6) “são vários os fins para os quais pode ser exigida uma perícia, mas, como prova de que o será, deve basear-se em elementos verdadeiros e competentes”. Muitos são os litígios que requerem perícia contábil, inclusive ações judiciais envolvendo questões trabalhistas, e estas ocorrem no âmbito da Justiça do Trabalho.

A execução das funções relativas à perícia contábil é de responsabilidade exclusiva de contador qualificado do Comitê Regional de Contabilidade - CRC. Devido à crescente complexidade das atividades especializadas, é necessário aprimorar continuamente os habilitados da área.

Os especialistas em contabilidade devem possuir e/ou adquirir, para o correto exercício das atividades inerentes à especialização contábil, conhecimentos relacionados à economia, finanças, tributação e relações trabalhistas.

A atividade pericial é uma função que necessita de aprimoramento contínuo, e pode-se perceber que tem atraído cada vez mais a atenção dos profissionais da contabilidade. Os peritos contábeis contratados pelas partes ou indicados pelos juízes para relatar casos específicos são essenciais para a solução de controvérsias judiciais.

O zelo profissional compreende a boa conduta em tudo que o se dispõe a fazer. O valor do zelo engloba o trabalho desde o início até a sua finalização. No que se refere a todo cuidado que esse especialista deve ter no andamento da sua jornada profissional, a pesquisa traz o seguinte questionamento: Qual a percepção de peritos contábeis acerca do zelo profissional estabelecido pela norma do perito contábil?

O objetivo principal deste trabalho de estudo é identificar a percepção de peritos contábeis acerca do zelo profissional estabelecidos pela Norma Profissional do Perito Contábil - Revisão 1, ou seja, o sentido desses profissionais acerca de todo o cuidado e atenção diariamente aplicada no seu trabalho, desde a aceitação de uma diligência, até a sua conclusão.

A importância da pesquisa se dá ao fato de existir uma lacuna acerca do tema, mostrando que é de grande relevância para a classe contábil que tem interesse em se especializar na área e investigar a percepção do perito contador acerca do zelo apresentado pela norma na sua efetiva aplicação. Este trabalho mostra também a cautela, o cuidado, a capacidade e a segurança dos serviços prestados desses especialistas.

O trabalho fundamenta-se em grande parte com o diálogo dos trabalhos de Anjos (2013) e Alberto (2012) e com relatos pontuais de Schiaffino (1999) e Sá (2011), de igual importância, bem como a apresentação da Norma Brasileira de Contabilidade do Perito Contábil (NBC PP 01 (R1)).

A metodologia tem uma finalidade exploratória e descritiva, baseada em uma abordagem qualitativa. Este estudo utiliza a aplicação de um questionário, com a técnica de análise de conteúdo e a percepção comparada pela escala tipo *likert*.

Na delimitação do tema são trazidos os aspectos históricos, a perícia, a norma profissional do perito contábil e zelo profissional desses especialistas, com foco na sua percepção, trazendo então a figura do profissional perito contador, que é conhecido por solucionar conflitos. Segundo Alberto (2010), um dos objetivos do perito é formar uma opinião verdadeira sobre o objeto estudado sobre o qual o perito foi convidado a falar.

Posteriormente ao tópico introdutório, o trabalho vem estruturado da seguinte forma: fundamentação teórica, com foco na perícia contábil e no zelo profissional estabelecido pela norma, metodologia, de cunho qualitativo, análise de resultado,

com a percepção dos peritos entrevistados e por fim as considerações finais.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na sequência, são apresentados as concepções da contabilidade, com maior referência na perícia contábil e no zelo profissional conforme estabelecido pela sua norma. A contabilidade pública em matéria social, as diretrizes a serem seguidas para elaborar o laudo pericial, o valor da contabilidade, os requisitos e atribuições do perito forense, entre outras temáticas relevantes para a construção deste projeto de pesquisa.

### 2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA PERÍCIA CONTÁBIL

Evidências de *expertise* são observadas desde o início das civilizações, e seu processo evolutivo está condicionado à ferramenta de apoio aos processos de tomada de decisão. No entanto, é importante destacar que o surgimento do papel de líder foi inicialmente confiado a um árbitro. (ALBERTO, 2012).

Na Índia antiga a figura do árbitro aparece, com a função de perito e de juiz simultaneamente, pois ele fazia a verificação, o exame e tomava a decisão. Após a Idade Média, com o desenvolvimento jurídico, a figura do especialista foi realmente reconhecida. (ALBERTO, 2012).

Segundo a concepção de Almeida (1990 apud ANJOS, 2013, p. 29), a origem da *expertise* é muito antiga e tem evidências até na antiguidade.

Encontramos vestígios de *expertise* registrados e documentados na civilização do antigo Egito e, da mesma forma, na Grécia antiga, com o início da sistematização do conhecimento jurídico, observando-se, na época, a utilização de especialistas em determinadas áreas para verificar e revisar certos assuntos.

Schiaffino (1999, p. 36, tradução nossa), destaca da seguinte maneira “tanto nos processos cíveis quanto nos criminais a confissão foi usada como condenação”. Percebe-se a semelhança das atividades desenvolvidas pelo forense atualmente.

Percebe-se que nessa época o Forense tornou-se representativo na base da figura do direito, pois, mesmo nos tempos mais remotos, sempre houve a

necessidade de evidências apoiadas em procedimentos técnicos e científicos. Com o passar do tempo e com a evolução da humanidade, as obrigações aumentaram e com isso foi necessário descentralizar o poder dos antigos governantes. Assim, a *expertise* construiu sua independência até os dias atuais. (ALBERTO, 2012)

No Brasil, a *expertise* contábil foi debatida em 1924 durante o 1º congresso brasileiro de contabilidade. A figura do perito ganhou notoriedade com a promulgação da Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil (CPC). Consequentemente, o perito é reconhecido como um profissional dotado de conhecimentos técnicos, especializado e qualificado para o exercício de determinadas atividades judiciais. Nesse sentido, a contabilidade é considerada uma ciência essencial no campo jurídico e, além disso, torna-se um elemento construtivo de natureza técnica.

Segundo a concepção de Magalhães, Souza, Favero e Lonardoni (2001, p. 11), com os decretos e leis as regras ficaram mais evidentes.

Com o Decreto-lei nº 8.579, de 08/01/1946, significativas alterações foram introduzidas nas normas periciais. Também, a Legislação Falimentar – Decreto-lei nº 7.661/45, com as alterações da Lei nº 4.983/66, em seus arts. 3, inciso VI; 93, parágrafo único; 169, inciso VI; 211 e 212, incisos I e II – estabeleceu regras de Perícia Contábil, que são claras ao definirem esta atribuição ao Contador.

Na Argentina, a história da contabilidade está ligada aos tempos coloniais, no passado todas as questões eram resolvidas com grande autoritarismo, mas mesmo com a criação do Consulado de Buenos Aires (1794), sempre houve disputas judiciais que exigiam perícia, daí a necessidade de uma área específica de conhecimento para resolução de conflitos. A profissão de contador ligada à perícia foi criada pela Lei 20 488 de 23 de maio de 1973, sendo então a notoriedade mais importante pela Lei 17 454 de 1981, ou seja, o Código de Processo Civil Federal e Comercial. Por fim, a *expertise* contábil tem se mostrado uma necessidade em todo o processo histórico das empresas em geral. Está totalmente vinculado ao processo judicial para auxiliar na composição dos julgamentos a fim de promover o equilíbrio social. (ALBERTO, 2012)

Tendo em vista o aspecto conceitual, é importante destacar os objetivos fundamentais desta área. A perícia visa dar suporte às informações solicitadas, evidenciando a veracidade dos fatos. Segundo Almeida (2012, p. 37) “o objetivo

principal é a transparência da verdade contábil para o comando - o processo ou outra forma - do órgão decisório". Existe uma referência que chama atenção na investigação pericial: A conexão do assunto com o fato gerador do conflito. Usa-se as técnicas específicas da perícia para identificar a melhor resolução dos fatos. (ANJOS, 2013)

No entanto, é imprescindível esclarecer o fato da responsabilidade do trabalho pericial profissional. Num primeiro momento, devem ter como objetivo a ética profissional, ou seja, devem estar atentos aos aspectos legais no exercício das suas atividades, desenvolvendo-as com o máximo de empenho e responsabilidade possível.

## 2.2 PERÍCIA CONTÁBIL

A perícia contábil usa de procedimentos técnicos e científicos com a finalidade de apresentar à instância decisiva provas verdadeiras para solução do litígio, de forma justa, mediante laudo pericial contábil, e ou parecer pericial contábil, de acordo com as normas profissionais, jurídicas, e a sua legislação. (NBC PP 01, 2020)

Ao notar uma indispensabilidade de organizar a sociedade em que vivemos, a fim de favorecer o bom convívio com grupos sociais, a contabilidade aparece como uma importante aliada diante de determinados aspectos conflitantes, atuando assim como mediadora na solução de fatos contraditórios.

O especialista em perícia contábil ganha destaque no âmbito judicial. Magalhães (1998, p. 12) destaca que "a contabilidade é um meio necessário, que visa extrair provas ou uma opinião para orientar uma autoridade (juiz), em julgamento ou para resolver conflitos, controvérsias e dúvidas entre pessoas". Por tanto, através do perito podem ser sanadas as dúvidas pertinentes, que geram conflitos na esfera judicial.

D'Auria (1962, p. 55), analisando a questão da *expertise*, define-a da seguinte forma:

*Expertise* é conhecimento e experiência das coisas. A função pericial é, portanto, aquela pela qual uma pessoa que tem conhecimento e experiência em determinados campos e assuntos examina coisas e fatos, dá conta de sua autenticidade e dá uma opinião sobre as causas, a essência e os efeitos do assunto em consideração.

Para um melhor entendimento é importante considerar que a perícia possui diversas áreas de atuação, pelo qual se dividem em dois grandes grupos, o judicial e o extrajudicial. Estes subdividem-se em inúmeros outros de maneira que, para obtermos um conceito válido em relação a todas espécies de perícia, será necessário basear-se em seu objeto, pois a perícia é um recurso para se dar clareza e certeza à verdade dos fatos sobre os quais recai.

Teram (2005, p.4) define as perícias contábeis como “Perícias judiciais e extrajudiciais contábeis, entre as quais se dividem em: Fiscal, administrativa, cível, comercial, trabalhista, criminal, econômica e avaliação”.

As primeiras abordagens no Brasil surgiram pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27/05/1946, criado pelo Conselho Federal de Contabilidade, definindo as atribuições do contador.

Já o Decreto Legislativo nº 9.295 de 27/05/1946, criou a Resolução nº 731 de 22/10/1992, Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 13 - Da Perícia Contábil, que logo foi revogada pela Resolução nº 858, que conceitua a contabilidade como sendo:

A perícia contábil é o conjunto de procedimentos técnico-científicos que visam fornecer ao órgão decisório as evidências necessárias para fundamentar uma solução justa para a controvérsia, por meio de relatório contábil e / ou parecer contábil, nos termos legais e normas profissionais, e legislação específica no que for pertinente (NBC T 13 - *EXPERTISE CONTÁBIL*).

A emissão do parecer expressa por escrito a opinião do especialista, que se debruça nos fatos, visando apresentar o seu relatório com fundamentos e veracidade no que lhe foi proposto. Porém, para isso, o profissional habilitado necessita de experiência e conhecimento apropriado conforme as técnicas que o caso em discussão necessita.

Sá (2011, p. 3) afirma que “quando precisamos de uma opinião válida, competente de um entendedor, buscamos o perito”.

Sendo assim, é imprescindível apresentar a realidade dos fatos por meio de todas as evidências que foram encontradas durante a revisão contábil, tendo em vista da real relevância apontar a verdade sobre o que está sendo investigado.

Em juízo é determinada a necessidade de um perito ser convocado, com seus conhecimentos técnicos, e devida qualificação de especialista na área que dispõe a necessidade, apreciar e apresentar por escrito a resolução das questões inerentes

ao pleito proposto. Desta maneira podem ser:

- a) Funcionários: definido em juízo, sem solicitação das partes.
- b) Requerido: definido em juízo, a pedido das partes.
- c) Necessário: quando a lei ou a natureza do fato exigir sua realização.
- d) Opcional: em juízo define se há conveniência.
- e) Revisões de presentes: efetuada durante o processo.
- f) Habilidades do futuro: fazer durar os fatos que podem se extinguir com o tempo.

A contabilidade forense é aquela exercida no âmbito do judiciário, com a finalidade de o órgão adjudicante dispor de instrumentos confiáveis para manifestar-se sobre um determinado assunto para o qual não estava tecnicamente apto. Sendo assim, recorrer então, a análises e descobertas de outro especialista. Por outro lado, a perícia extrajudicial não está no âmbito da atuação do judicial. Quanto às demais perícias: fiscais, administrativas, cíveis, comerciais, trabalhistas, criminais, econômicas e periciais, Teram (2005, p. 5) relaciona conforme o Quadro 1.

Perícia Tributária	Questões tributárias ou fiscais litígios, tem origem nos órgãos fazendários.
Perícia Administrativa	Auxiliar nos litígios originados nos órgãos fazendários, exceto os referentes a questões tributárias, envolvendo fatos contábeis relacionados com autarquias ou fundações e o pessoal da administração direta ou indireta.
Perícia Civil	Questões de ordem civil.
Perícia Comercial	Questões relacionadas ao mundo empresarial.
Perícia Trabalhista	Questões entre empregado e empregador.
Perícia Criminal	Questões Criminais.
Perícia Econômica	No âmbito do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).
Perícia Avaliatória	Questões aduaneiras e de comércio exterior.

Quadro 1.

Fonte: TERAM, 2005, p. 5.

Os *expertise* são identificados conforme suas áreas de atuação, desta forma são definidos para o ambiente que desenvolvem. No entanto, há diversidade nos relatos dos autores no método para se referir a diferentes tipos de contabilidade pública. Portanto, adotaremos como base de estudo as modalidades descritas na NBC TP 01 - Norma técnica de perícia contábil: judicial, extrajudicial e arbitral.

Esta norma estabelece normas e procedimentos técnicos e científicos a serem observados pelo perito, durante a elaboração da prestação de contas, no âmbito judicial ou extrajudicial, esclarecendo os aspectos e fatos da controvérsia por meio do exame, do inquérito, da investigação, da arbitragem, da avaliação e certificação. (PADRÃO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, NBC TP 01).

A seguir, são apresentados tipos de contabilidade pública reportados na Norma Profissional de Contabilidade: judicial, extrajudicial e arbitral, através dos conceitos e características.

a) Perícia Judicial: aquela realizada nos processos do Judiciário, que pode ser por necessidade, determinação ou demanda. A perícia geralmente ocorre porque não há provas suficientes, por isso o juiz busca conhecer a questão por meio do parecer do perito, que reúne a prova expondo um parecer a fim de auxiliar o juiz em sua decisão final.

b) Perícia Extrajudicial: é identificada por ocorrer fora da esfera judicial e por vontade das partes envolvidas no processo. Nesse caso, não há indicação de perito, mas o profissional é escolhido por uma das partes em desacordo.

c) Perícia Arbitrária: é realizada de forma voluntária quando as partes interessadas buscam resolver suas discussões. Este tipo de perícia não se coaduna com perícia forense ou perícia extrajudicial, pois tem seus atributos particulares e atua como se fossem as duas coisas.

Segundo Scavone Junior (2010, p. 15) a arbitragem pode ser definida da seguinte forma “o meio privado e alternativo de solução de conflitos referentes aos direitos patrimoniais disponíveis através do árbitro, normalmente um especialista na matéria controvertida, que apresentará uma sentença arbitral”. Ela tem como principais características a celeridade, o sigilo, a confiabilidade, a especialidade e a informalidade do procedimento.

O Conselho Federal de Contabilidade define de forma clara que "O perito é o

Contador [...]", descartando assim a execução de outro profissional atuante na contabilidade.

### 2.3 NORMA PROFISSIONAL DO PERITO CONTÁBIL (NBC PP 01 (R1))

O objetivo desta norma é estabelecer os procedimentos pertinentes na atuação do contador como perito.

SÁ (2002, p. 14) define objetivo da perícia como:

A verificação de fatos ligados ao patrimônio individualizado visando oferecer opinião, mediante questão proposta. Para tal opinião realizam-se exames, vistorias, indagações, investigações, avaliações, arbitramento, em suma todo e qualquer procedimento necessário à opinião.

A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) PP 01 - Revisor Oficial de Contas fala que o especialista em perícia realiza sua atividade de forma pessoal, com amplo conhecimento na área, através da sua experiência adquirida (CFC, 2020).

O profissional deve apresentar o registro no Conselho Regional de Contabilidade (CFC), bem como a sua Declaração de Habilitação Profissional (DHP).

A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) PP 01, dispõe sobre o Exame de Qualificação Técnica para Perito Contábil (EQT), que tem como objetivo avaliar o nível de conhecimentos e competências técnicas exigidas pelo contabilista que pretende exercer a atividade. Esta norma começou a vigorar no dia 1º de janeiro de 2017.

O Conselho Federal de Contabilidade (2020) conceitua as normas contábeis sobre contabilidade conforme o Quadro 2.

NBC TP – 01 (R1)	PERÍCIA CONTÁBIL
NBC TP -	Objetivo
NBC TP -	Conceito
NBC TP -	Planejamento
NBC TP -	Termos e Atas
NBC TP -	Execução
NBC TP -	Procedimentos
NBC TP -	Laudo Pericial Contábil e Parecer Pericial Contábil
NBC PP – 01 (R1)	PERITO CONTÁBIL

NBC PP -	Habilitação Profissional
NBC PP -	Impedimentos Profissionais
NBC PP -	Suspeição e Impedimento Legal
NBC PP -	Responsabilidade
NBC PP -	Zelo Profissional
NBC PP -	Utilização de Trabalho de Especialista
NBC PP -	Plano de Trabalho e Honorários
NBC PP -	Esclarecimentos
NBC PP -	Termos ofensivos

Quadro 2.

Fonte: Adaptado de CFC, 2020.

O foco deste trabalho é voltado para a Norma Profissional do Perito Contábil (NBC PP 01), mas é relevante apresentar a Norma Técnica de Perícia Contábil (NBC TP 01) que se complementa na sua finalidade.

Então a Comissão de Declarações Contábeis, e o Revisor Oficial de Contas (ROC) define que.

É dever do revisor oficial de contas responsabilizar-se no que lhe é confiada; comparecer à audiência para prestar esclarecimentos se necessário; fornecer informações verdadeiras a tempo; manter um alto nível de competência profissional, além de estar ciente das normas brasileiras de contabilidade, técnicas contábeis, em especial as aplicáveis à perícia, a legislação relativa à profissão contábil e as normas legais, devendo seguir continuamente a atualização por meio de programas de treinamento, qualificação, e especialização.

A prova pericial deve demonstrar a veracidade dos fatos em questão no âmbito judicial. Sua função é indicar meios de forma convicta para apoiar a verdade, para tão somente ser aceito como verdadeiro.

O laudo pericial apresenta de forma clara e objetiva os resultados obtidos no trabalho para o qual foi avaliado, devendo constar as conclusões, os estudos, as principais observações realizadas, os critérios utilizados com suas conclusões.

O laudo do contador e a opinião do contador são documentos escritos, nos quais os peritos devem registrar, de forma exaustiva, o conteúdo do laudo do perito e detalhar os aspectos e detalhes que envolvem o seu objeto e a pesquisa. As evidências necessárias à produção do laudo pericial do seu trabalho (NBC PP 01, 2015).

No entanto, podem ocorrer situações que impossibilitem a atuação do especialista contador quanto a sua idoneidade que possa caracterizar imparcialidade

ao pleito em questão.

O Código de Processo Civil (CPC), no Art. 138 inciso III, afirma a suspeição a que se referem os Art. 134 a 136 da referida Lei, aplicáveis ao juiz, se aplicam de igual forma aos peritos, uma vez que deve estar isento de quaisquer situações que possam prejudicar o bom andamento do seu trabalho.

Sendo assim, a seguir são apresentadas as condições que impedem tanto o juiz quanto o perito de atuar em determinada situação, conforme estabelece a Norma Brasileira de Contabilidade do Perito Contador.

- I - For parte do processo;
- II - Intervieio como mandatário da parte, oficiou como perito ou prestou depoimento com testemunha;
- III - Que em primeiro grau de jurisdição, tenha proferido sentença ou decisão;
- IV - Quando seu cônjuge ou qualquer parente seu, estiver atuando com advogado da parte;
- V - Quando cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, de alguma das partes,
- VI - em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau;
- VII - Quando for órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte na causa.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.244 de 10 de dezembro de 2009, acrescenta outras situações em que o especialista contábil designado é impedido legalmente de exercer suas funções, conforme a seguir.

- I - Se o perito tiver mantido nos últimos dois anos, ou mantenha com algumas das partes relação de trabalho;
- II - Se houver interesse direto ou indireto, mediato ou imediato no resultado do trabalho pericial, isso também atribuído a cônjuge, ou parente até terceiro grau;
- III - Exercer cargo ou função incompatível com a atividade do perito contador;
- IV - Receber dádivas de interessados no processo;
- V - Subministrar meios para atender às despesas do litígio;
- VI - Receber valores e benefícios, sem conhecimento do juiz ou árbitro.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.050 de 07 de outubro de 2005, define que haverá suspeição quando:

- I - Ele for amigo ou inimigo capital das partes;
- II - Quando for devedor ou credor de qualquer das partes;
- III - Se herdeiro presuntivo ou donatário de alguma das partes;
- IV - For parceiro, empregador ou empregado de alguma das partes;
- V - Aconselhar de alguma forma, quaisquer das partes, acerca do objeto da discussão;

VI - Houve qualquer interesse no julgamento da causa e pode ainda escusar-se do processo declarando-se suspeito por motivo íntimo.

## 2.4 ZELO PROFISSIONAL

Estabelece a Resolução CFC nº. 733/92 de 22/10/92 – NBC – PP 01 – Normas Profissionais de Perito Contábil, item 2.7 – Responsabilidade e Zelo:

2.7.1. “O perito contábil deve cumprir os prazos e zelar por suas prerrogativas profissionais nos limites de sua função, fazendo-se respeitar e agindo sempre com seriedade e discrição”.

2.7.2. “Os peritos contábeis, no exercício de suas atribuições, respeitar-se-ão mutuamente, defesos elogios e críticas de cunho pessoal.”.

Ao realizar esta atividade, os especialistas em contabilidade e especialistas assistentes devem ter uma atitude ética, leal, adequada e honesta para com os juízes e litigantes.

Se o perito contador cometer alguma irregularidade, principalmente a prática incorreta que possa causar danos às partes, ele responderá a elas, e ainda assim será sancionado pelo comitê regional de contabilidade sobre sua jurisdição e direito penal.

Ao perseguir qualquer objetivo da ética, existem muitas definições de ética, que estão relacionadas à moralidade e ao comportamento irrepreensível do ser humano, que só pode ser felicidade pessoal ou sucesso intelectual, profissional ou econômico. A ética, como princípio contábil, envolve alguns aspectos objetivos, sua aplicação não depende da escolha ou distinção de profissionais, mas é o resultado da natureza da contabilidade contida nos princípios contábeis, que deve ser respeitada.

A Resolução CFC nº 1.244 / 09, NBC PP 01 - Normas Profissionais para Especialistas, no item 28, define as responsabilidades dos especialistas:

Os especialistas devem compreender as responsabilidades sociais, éticas, profissionais e legais que atualmente aceitam para serem responsáveis pela aplicação da perícia em justiça e contabilidade extrajudicial, incluindo arbitragem.

Também afirma nos itens 29 e 36 que a responsabilidade é desenvolver as atividades com honestidade e lealdade, respeitando e obedecendo aos princípios

éticos e legais, sendo sempre responsável por seus atos. Em caso de descumprimento das normas, serão aplicadas multas, prisão e detenção.

No caso de punição, o parágrafo único do Código de Processo Civil (CPC) 424, Lei Federal nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, estipula que, caso não sejam cumpridos os requisitos da denúncia assinada, a identidade do perito pode ser apurada por correspondência entre o juiz e a empresa profissional. Considera-se o valor do dano causado e a causa aplicável.

Portanto, uma vez que uma pessoa não pode alegar desconhecer a lei, ela não pode ignorar os requisitos técnicos e culturais da profissão para não a cumprir. Quanto menos conhecimento houver, menos os profissionais saberão onde está o erro. Essa ignorância também mostra falta de moralidade, embora por falta de conhecimento os indivíduos possam ser considerados errados.

A Resolução CFC nº 1.244 / 09 NBC PP 01 - Normas Profissionais dos Peritos claramente estabelece em seus itens 25, 26 e 27 que os peritos contadores e auxiliares de contabilidade devem manter em sigilo o conteúdo apurado no trabalho e respeitar o Código de Ética Profissional, que define.

Só é permitida a divulgação de determinado conteúdo se houver uma obrigação legal. A regra estipula continuamente que se um trabalho for encerrado antes da conclusão, ele deve permanecer confidencial até que seja solicitado em juízo.

Os funcionários que forem designados pelo Conselho Federal e pelo Comitê Regional de Contabilidade para fiscalizar as práticas profissionais também devem assumir obrigações de confidencialidade e ter capacidades semelhantes às exigidas por especialistas.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 TIPO DE PESQUISA**

Um estudo de natureza exploratória, descritiva, de cunho qualitativo com uso da técnica da análise de conteúdo buscando a percepção do perito contábil acerca do zelo profissional estabelecido pela Norma Profissional do Perito Contábil (NBC PP 01 (R1)).

Na metodologia é definido como será realizado o estudo e os procedimentos utilizados para alcançar os resultados almejados em relação à pesquisa. A metodologia tem como característica apresentar o desenvolvimento da análise de resultado em questão. Segundo Andrade (2010, p.117), a metodologia é “o conjunto de métodos ou caminhos percorridos na busca do conhecimento”.

A natureza exploratória foi escolhida pela pesquisa ter observado, de maneira aprofundada, em campo, como o perito comprehende o zelo estabelecido pela Norma Profissional do Perito Contábil (NBC PP 01 (R1)).

Na pesquisa exploratória percebe-se uma quantidade pequena de estudos acadêmicos sobre esse mesmo tema. Segundo Gil (2007, p.12) a pesquisa exploratória é “utilizada para realizar um estudo preliminar do principal objetivo da pesquisa que será realizada”.

A forma que o estudo foi realizado, no seu objetivo, é classificada como descritiva, mostrando o que foi encontrado em campo junto às respostas dos peritos ao que lhe foi questionado.

A abordagem qualitativa foi escolhida por ter permitido entender as intenções de sentido dos peritos através de respostas ao questionamento proposto com relação ao zelo profissional que a norma traz a essa classe (ARAÚJO, 2021).

Segundo Gerhardt e Silveira (2009), os métodos qualitativos utilizados para uma pesquisa de campo procura expor o porquê das coisas, com o intuito de mostrar como pode ser realizado, sem a necessidade de se sujeitar à prova dos fatos nem calcular valores.

A técnica de pesquisa utilizada neste estudo teve como característica a documentação direta (pesquisa de campo) e observação direta e extensiva (questionário) com análise de conteúdo.

### 3.2 INSTRUMENTO DE PESQUISA

No que se refere ao instrumento de pesquisa aplicado neste trabalho, a escolha se fez pela aplicação de um questionário. Segundo Guth e Pinto (2007) esse tipo de método é realizado por perguntas destinadas ao público-alvo, respondida ao pesquisador por escrito, quando se utiliza perguntas de forma subjetiva, ou assinalando alternativas já predefinidas quando de forma objetiva

Segundo Gil (2010, p.11) “ao formular perguntas sobre o tema, passa a problematizá-lo, gerando então, um ou mais problemas”. Sendo assim, para que uma pesquisa obtenha um resultado desejado, a qualidade na formulação das perguntas propostas em questionário é de suma importância.

A grande maioria dos autores consideram que os dados obtidos devem ser mostrados de diferentes formas, podendo utilizar quadros, tabelas e gráficos. Entretanto é oportuno destacar a relevância sobre a clareza com as quais os dados serão demonstrados para facilitar a compreensão do leitor e torná-la interessante.

A escolha do questionário se deu toda de forma remota, sendo assim a plataforma escolhida por meio da internet para aplicação deste trabalho de pesquisa foi da *Google Forms*.

Foi realizado um levantamento no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB) dos peritos residentes no município de João Pessoa, no qual foi encontrado o número de 54 profissionais com atuação em perícia contábil.

Após essa etapa de seleção dos participantes, foi elaborado um questionário com base no que estabelece a Norma Profissional do Perito Contábil (NBC PP 01 (R1)), no que diz respeito ao zelo profissional do perito-contador e do perito-contador assistente, mencionado no quesito 38 da norma.

A forma da aplicação das perguntas se deu através de *e-mails* coletados no próprio endereço eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB), e enviados posteriormente a todos os 54 peritos.

Por fim, o questionário, que se encontra de forma completa no Apêndice A, foi composto por 7 perguntas de natureza objetiva, com 4 alternativas para cada uma delas. Todas essas questões foram de caráter obrigatório com o intuito de obter o sentido de cada perito-contador a respeito do zelo profissional da sua classe.

### 3.3 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS.

O procedimento utilizado neste trabalho de pesquisa foi o de questionário. Esse é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, a fim de atender o objetivo da pesquisa em questão (MARCONI E LAKATOS, 2003).

As respostas foram todas de forma objetiva, ou seja, de múltipla escolha, com as alternativas já definidas para os participantes selecionados.

Ao realizar a coleta de dados de um questionário é possível ter um contato mais próximo com o participante, de maneira a levantar, de forma mais precisa suas percepções acerca de um determinado assunto.

O questionário (Apêndice A) foi enviado para 54 peritos-contador residente no município de João Pessoa, com contato disponível no portal do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB), no qual foram obtidas respostas de 6 desses profissionais.

Na análise das respostas será feito o comparativo entre o resultado obtido dos 6 peritos-contadores, acerca da percepção do zelo profissional através do questionário que foi elaborado da seguinte forma: A questão nº 1 traz a fixação dos prazos estabelecidos pelo juiz. Nesse mesmo sentido a questão nº 2, fala sobre o respeito que esses profissionais devem ter com esses prazos que foram estabelecidos.

Além desses aspectos, a questão nº 3 teve como pauta a responsabilização, os procedimentos, as diligências e as suas conclusões apresentadas no laudo pericial. Já o questionamento apontado no nº 4 foi acerca da prestação de esclarecimentos do perito-contador respeitando os prazos determinados pelo juiz.

A questão nº 5, fala sobre a luta que a classe de peritos costuma enfrentar para dar celeridade aos processos de forma eficiente e segura. E na pergunta de nº 6, a prudência aparece como destaque, mostrando que a sua atuação se dá de forma cautelosa aos seus atos.

Por fim, o questionário traz na pergunta de nº 7 a compreensão aos argumentos propostos, podendo esses ratificar ou retificá-los após um posicionamento anterior.

A percepção será analisada pela escala tipo *likert*. Sendo assim, apresentamos as alternativas para os peritos com o intuito de analisar o sentido acerca do que deve ser feito, o que deve ser cumprido e o que deve acontecer, seja de forma total ou parcial ou até mesmo o que não deve ser realizado nos casos apontados em relação aos quesitos acerca do zelo profissional dessa classe.

#### 4 ANÁLISE DE RESULTADO

Nesta etapa serão apresentados os resultados obtidos desta pesquisa realizada através de um questionário aplicado junto aos peritos-contadores residentes na cidade de João Pessoa disponível no portal do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) com o objetivo de obter a percepção dessa classe acerca do zelo profissional estabelecido pela Norma Profissional do Perito Contábil (NBC PP 01 (R1)).

O primeiro questionamento foi acerca da fixação de prazos estabelecidos pelo juiz em perícia judicial, extrajudicial e arbitral. Dos 6 peritos-contadores que responderam, 3 disseram que deve ser cumprido, contemplando 50% dos participantes. Já os outros 3 se dividiram em: deve ser cumprido totalmente, deve ser cumprido parcialmente e não deve ser cumprido.

Com isso, tivemos respostas assinaladas em todas as alternativas, inclusive, durante toda a pesquisa, esse foi o único questionamento que obteve 1 perito não concordando com algum quesito do zelo apresentado, e entendesse que a fixação dos prazos gera uma percepção dividida, conforme ilustrado no Quadro 3.

<b>1º) Fixação de prazos pelo juiz em perícia judicial e nos termos contratados em perícia extrajudicial e inclusive arbitral. Sobre esse aspecto, qual a sua opinião?</b>		
<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Deve ser cumprido	3	50%
Deve ser cumprido parcialmente	1	16,7%
Deve ser cumprido totalmente	1	16,7%
Não deve ser cumprido	1	16,7%
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>100%</b>

Quadro 3 – Resultado do Questionário.

Fonte: Dados da pesquisa.

O segundo questionamento foi sobre o respeito que o perito-contador assistente tem ao prazo estipulado pelo juiz, ou contrato quando se tratar de perícia extrajudicial e as normas do juízo arbitral. Dos 6 peritos-contadores que responderam, 4 disseram que deve ser cumprido, contemplando 66,7% dos entrevistados. Já os outros 2 responderam que deve ser cumprido de forma parcial.

Compreende-se que o sentido dos peritos nesse questionamento é quase que completamente favorável à norma, mas vale ressaltar que a forma parcial tende a ter uma certa discordância com algum elemento proposto acerca do respeito aos prazos atribuídos ao perito-contador assistente. Sendo assim, entende-se que é um quesito bem compreendido, mas com alguma ressalva. Resultado esse, ilustrado no Quadro 4.

**2º) O respeito pelo perito-contador assistente ao prazo determinado pelo juiz, ou contrato quando se tratar de perícia extrajudicial, bem como as normas do juízo arbitral. Sobre esse aspecto, qual a sua opinião?**

ALTERNATIVAS	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Deve ser cumprido	4	66,7%
Deve ser cumprido parcialmente	2	33,3%
Deve ser cumprido totalmente	0	0%
Não deve ser cumprido	0	0%
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>100%</b>

Quadro 4 – Resultado do Questionário.

Fonte: Dados da pesquisa.

Já a questão de nº 3 abordou a responsabilização pessoal assumida pelas informações prestadas, abordando os quesitos respondidos, levando em consideração os seus procedimentos adotados, as diligências realizadas, os valores apurados e as conclusões apresentadas no Laudo Pericial Contábil e no Parecer Pericial Contábil. Dos 6 peritos-contadores que responderam, 3 disseram que deve assumir, contemplando 50% dos entrevistados. Já outros 2 peritos responderam que deve assumir parcialmente, ou seja 33,3% e 1 respondeu que deve assumir totalmente.

Entende-se que a percepção dos peritos acerca dessa responsabilização, é bem compreendida, tendo resposta até na sua totalidade, e sabendo que aceitar parcialmente também é uma forma de concordar, com alguma ressalva, temos um quesito sob a concepção dessa classe com boa aceitação, conforme ilustrado no Quadro 5.

<b>3º) A responsabilização pessoal assumida pelas informações prestadas, os quesitos respondidos, os procedimentos adotados, as diligências realizadas, os valores apurados e as conclusões apresentadas no Laudo Pericial Contábil e no Parecer Pericial Contábil. Sobre esse aspecto, qual a sua opinião?</b>		
<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Deve assumir	3	50%
Deve assumir parcialmente	2	33,3%
Deve assumir totalmente	1	16,7%
Não deve assumir	0	0%
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>100%</b>

Quadro 5 – Resultado do Questionário.

Fonte: Dados da pesquisa.

A questão de nº 4 foi sobre a prestação de esclarecimento pelo perito-contador em juízo, respeitando os prazos legais ou contratuais. Dos 6 peritos-contadores, 4 disseram que deve ser feito, totalizando 66,7% dos participantes entrevistados. Já os outros 2 peritos responderam que deve ser feito totalmente, contemplando os 33,3% restantes.

Entende-se que neste quesito do zelo profissional há total concordância com a o que a norma estabelece, mas um questionamento bem compreendido na percepção dos peritos acerca da prestação de esclarecimento, de forma ainda mais completa, conforme ilustrado o resultado da análise no Quadro 6.

<b>4º) A prestação de esclarecimento pelo perito-contador determinado pelo juiz ou pelo árbitro, respeitando os prazos legais ou contratuais. Sobre esse aspecto, qual a sua opinião?</b>		
<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Deve ser feito	4	66,7%
Deve ser feito parcialmente	0	0%
Deve ser feito totalmente	2	33,3%
Não deve ser feito	0	0%
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>100%</b>

Quadro 6 – Resultado do Questionário.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na questão de nº 5 foi apresentada a luta pela celeridade processual, valendo-se dos meios que garantam eficiência, segurança, publicidade dos atos

periciais, economicidade, o contraditório e a ampla defesa. Acerca desse questionamento, dos 6 peritos-contadores, 3 disseram que deve ser feito, totalizando 50% dos participantes entrevistados. Já outros 2 peritos responderam que deve ser feito parcialmente, contemplando 33,3%, e 1 perito respondeu que deve ser feito totalmente.

Percebe-se que neste quesito do zelo profissional há um percentual considerável no entendimento parcial. Mas entende-se como boa a concordância com a o que a norma estabelece, sendo um questionamento bem compreendido na percepção dos peritos acerca da luta pela celeridade processual, conforme ilustrado o resultado no Quadro 7.

<b>5º) A luta pela celeridade processual, valendo-se dos meios que garantam eficiência, segurança, publicidade dos atos periciais, economicidade, o contraditório e a ampla defesa. Sobre esse aspecto, qual a sua opinião?</b>		
<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Deve ser feito	3	50%
Deve ser feito parcialmente	2	33,3%
Deve ser feito totalmente	1	16,7%
Não deve ser feito	0	0%
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>100%</b>

Quadro 7 – Resultado do Questionário.

Fonte: Dados da pesquisa.

Já no questionamento de nº 6 foi apresentado para os peritos-contadores a prudência na formação de suas conclusões, atuando de forma cautelosa, no limite dos aspectos técnicos, e, atento às consequências advindas dos seus atos. Acerca desse assunto, dos 6 peritos-contadores, 4 disseram que deve acontecer, totalizando 66,7% dos participantes entrevistados. Já os outros 2 peritos responderam que deve acontecer totalmente, ou seja 33,3%.

Compreende-se que este quesito mostra excelente concordância com a o que a norma estabelece, sendo mais um questionamento bem compreendido na percepção dos peritos acerca da prudência e cautela na formação de suas conclusões, conforme ilustrado o resultado da análise no Quadro 8.

<b>6º) Prudência na formação de suas conclusões, atuando de forma cautelosa, no limite dos aspectos técnicos, e, atento às consequências advindas dos seus atos. Sobre esse aspecto, qual a sua opinião?</b>		
<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Deve acontecer	4	66,7%
Deve acontecer parcialmente	0	0%
Deve acontecer totalmente	2	33,3%
Não deve acontecer	0	0%
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>100%</b>

Quadro 8 – Resultado do Questionário.

Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, a questão de nº 7 traz a compreensão aos argumentos e críticas, podendo ratificar ou retificar o posicionamento anterior. Acerca desse questionamento, dos 6 peritos-contadores, 4 disseram que deve acontecer, totalizando 66,7% dos participantes entrevistados. Já os outros 2 peritos responderam que deve acontecer totalmente, contemplando os 33,3% restantes.

O sentido dos peritos acerca do direito de modificar ou reforçar um posicionamento anterior, é bem compreendido. Entende-se que nesse quesito não há discordância entre os peritos e a sua percepção a norma tem excelente aceitação, conforme ilustrado no Quadro 9.

<b>7º) A compreensão aos argumentos e críticas, podendo ratificar ou retificar o posicionamento anterior. Sobre esse aspecto, qual a sua opinião?</b>		
<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Deve acontecer	4	66,7%
Deve acontecer parcialmente	0	0%
Deve acontecer totalmente	2	33,3%
Não deve acontecer	0	0%
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>100%</b>

Quadro 9 – Resultado do Questionário.

Fonte: Dados da pesquisa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa, teve como objetivo apresentar a percepção do perito contador e perito contador assistente no que se refere ao zelo profissional que a norma estabelece para esses especialistas.

Quanto ao que está contido na Norma do Profissional do Perito Contábil (NBC PP 01 (R1)) no que tange o zelo profissional, foi observado que os respondentes, em grande maioria, concordam com o que é estabelecido.

O objetivo desse estudo foi alcançado na medida em que foi analisado o sentido desses especialistas aos quesitos do zelo profissional que a norma estabelece no que se refere à: fixação dos prazos, o respeito do perito contador-assistente acerca dos prazos, a responsabilização desses especialistas, a prestação de esclarecimentos dos peritos, a luta pela celeridade processual, a prudência e cautela na formação de conclusões, e o direito de ratificar ou retificar um posicionamento anterior.

Com isto, conclui-se que houve boa compreensão dos peritos a todo questionamento apresentado, com apenas uma ressalva para a fixação dos prazos em que existiu discordância ao que a norma estabelece por um dos participantes desta pesquisa.

Foi analisada a percepção dos peritos contadores, ou seja, a visão desses profissionais acerca do cuidado e atenção no seu trabalho diariamente, desde a aceitação de uma diligência, até a sua finalização.

Mesmo atingindo a meta do objetivo deste trabalho de pesquisa, destaca-se a relevância que o estudo apresenta, não pretendendo findar o assunto, mas ser fonte de inspiração para futuras pesquisas na área.

Como pesquisas futuras, sugere-se a ampliação do número de peritos a título de outros estados do Brasil, e a comparação entre suas percepções. Além disso, o resultado dessas percepções extraídas de laudos periciais.

Em relação à dificuldade apresentada neste estudo de conclusão de curso, destaca-se o esforço em obter contato com os peritos participantes selecionados, a fim de atingir uma amostra satisfatória na análise das respostas sob a percepção do zelo profissional dessa classe.

## REFERÊNCIAS

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia Contábil**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ALMEIDA, Amador Paes de. **Manual das sociedades comerciais**: Direito de Empresa. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ANDRADE, M. de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANJOS, Amanda Moitinho dos. **Cálculos periciais contábeis nos contratos habitacionais financiados com subsídios do programa minha casa minha vida em vitória da conquista no ano de 2012. 2013**. 112 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2013. Acesso em: 05 de maio de 2021.

ARAÚJO, D. J. C. **Um estudo acerca da relação entre as práticas de governança e o desempenho sustentável corporativo em empresas estatais federais de controle direto da União**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba, 2021. Disponível em: <<http://www.ccsa.ufpb.br/ppgcc/contents/documentos/teses/djc-araujo-tese-vf-fc-fa.pdf/view>>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.869, de 11 de Janeiro de 1973**. Livro I do processo de conhecimento: Seção II do perito. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869impressao.htm)>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

CFC. **Resolução CFC nº 1.244, de 10 de dezembro de 2009**: Aprova a NBC PP 01 - Perito Contábil. Disponível em: <[http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1244\\_2009.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1244_2009.htm)>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

CFC. **Resolução CFC nº 1.050, de 07 de outubro de 2005**: Impedimento e Suspeição. Publicada no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2005. Disponível em <[http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/nbcpc2\\_3.htm](http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/nbcpc2_3.htm)>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

D'AUREA, Francisco. **Revisão e Perícia Contábil - Parte Teórica**. 3 ed. São Paulo: Nacional, 1962.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1<sup>a</sup> edição. UFRGS Editora, 2009.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas S/A. 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed São Paulo: Atlas, 2010.

GUTH, Sergio Cavagnoli; PINTO, Marcos Moreira. **Desmistificando a produção de textos científicos com os fundamentos da metodologia científica.** [s.l.: s.n.]. São Paulo: Scortecci, 2007.

**JUSTIÇA EM NÚMEROS. Transparência e eficiência a serviço do cidadão.**  
Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-ago-30/justica-numeros-transparencia-eficiencia-servico-cidadao>>. Acesso em: 01 de maio de 2021.

MAGALHÃES, A. D. D. F. **Perícia contábil.** São Paulo: Atlas, 1998.

MAGALHÃES, A. D. F; SOUZA, C; FAVERO, H.L; LONARDONI, M. **Perícia contábil:** Uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional: Casos praticados. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2001. 168 p.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 502p.

MOURA, Ril. **Perícia contábil judicial e extrajudicial.** 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2007.

**NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE (NBC) PP 01 - Revisor Oficial De Contas, de 19 de março de 2020:** Dá nova redação à NBC PP 01, que dispõe sobre perito contábil. Disponível em: <[https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC\\_PP\\_01.pdf](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_PP_01.pdf)>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

**NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE NBC TP 01 – Norma Técnica de Perícia Contábil, de 19 de março de 2020:** Dá nova redação à NBC PP 01, que dispõe sobre perito contábil. Disponível em: <[https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC\\_TP\\_01.pdf](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_TP_01.pdf)>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

SÁ, Antônio Lopes de. **Perícia Contábil.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SÁ, Antônio Lopes de. **Perícia Contábil.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SÁ, Antônio Lopes de. **Perícia Contábil.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SCAVONE JUNIOR, L. A. **Manual da Arbitragem.** 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

SCHIAFFINO, Machado. **Vademécum Pericial.** Buenos Aires: *Ediciones La Rocca*, 1999. 603 p.

TERAM, V. D. G. **Perícia contábil.** São Paulo, 2005.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

O presente instrumento foi elaborado com o objetivo de contribuir com o Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis, com o tema: A Percepção dos Peritos Contábeis Acerca do Zelo Profissional Estabelecido Pela Norma Profissional do Perito Contábil.

1º - Fixação de prazos pelo juiz em perícia judicial e nos termos contratados em perícia extrajudicial e inclusive arbitral. Sobre esse aspecto, qual a sua opinião?

Deve ser cumprido

Deve ser cumprido parcialmente

Deve ser cumprido totalmente

Não deve ser cumprido

2º - O respeito pelo perito-contador assistente ao prazo determinado pelo juiz, ou contrato quando se tratar de perícia extrajudicial, bem como as normas do juízo arbitral. Sobre esse aspecto, qual a sua opinião?

Deve ser cumprido

Deve ser cumprido parcialmente

Deve ser cumprido totalmente

Não deve ser cumprido

3º - A responsabilização pessoal assumida pelas informações prestadas, os quesitos respondidos, os procedimentos adotados, as diligências realizadas, os valores apurados e as conclusões apresentadas no Laudo Pericial Contábil e no Parecer Pericial Contábil. Sobre esse aspecto, qual a sua opinião?

Deve assumir

Deve assumir parcialmente

Deve assumir totalmente

Não deve assumir

4º - A prestação de esclarecimento pelo perito-contador determinado pelo juiz ou pelo árbitro, respeitando os prazos legais ou contratuais. Sobre esse aspecto, qual a sua opinião?

Deve ser feito

Deve ser feito parcialmente

Deve ser feito totalmente

Não deve ser feito

5º - A luta pela celeridade processual, valendo-se dos meios que garantam eficiência, segurança, publicidade dos atos periciais, economicidade, o contraditório e a ampla defesa. Sobre esse aspecto, qual a sua opinião?

Deve ser feito  
Deve ser feito parcialmente  
Deve ser feito totalmente  
Não deve ser feito

6º - Prudência na formação de suas conclusões, atuando de forma cautelosa, no limite dos aspectos técnicos, e, atento às consequências advindas dos seus atos. Sobre esse aspecto, qual a sua opinião?

Deve acontecer  
Deve acontecer parcialmente  
Deve acontecer totalmente  
Não deve acontecer

7º - A compreensão aos argumentos e críticas, podendo ratificar ou retificar o posicionamento anterior. Sobre esse aspecto, qual a sua opinião?

Deve acontecer  
Deve acontecer parcialmente  
Deve acontecer totalmente  
Não deve acontecer

## **COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR: LEVANTAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS EMPREENDEDORAS DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS**

Joseane Maria da Silva Costa<sup>1</sup>  
Cleber Soares de Brito<sup>2</sup>

### **RESUMO:**

O empreendedorismo no Brasil vem apresentando uma evolução nas últimas décadas, as pesquisas atuais abordam o tema sobre perspectivas diversas. Este estudo objetiva fazer um levantamento das características empreendedoras dos estudantes universitários. Para tal, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, com estudo de campo, a partir de levantamento de dados, obtidos por meio de um questionário composto de duas partes, sendo a primeira parte focada no perfil dos respondentes e a segunda parte, focada na parte específica das características empreendedoras, buscando levantar o perfil dos respondentes. O questionário foi composto de 19 questões no total, cujos respondentes são alunos universitários da UNIESP. Não houve qualquer contato presencial, sendo toda a abordagem realizada via plataforma *google forms*. Como resultado percebe-se que por eles ainda não serem empreendedores, observa-se a dificuldade na captação de recursos, pois relatam não ter dinheiro para empreender. Relatam a ausência de alguns comportamentos fundamentais a serem desenvolvidos para fortalecer o perfil empreendedor desses entrevistados, como por exemplo, a falta de capacitação, o baixo índice de iniciativa, liderança, capacidade de avaliar dificuldades e incertezas, principalmente se observarmos sua importância na utilização das informações para realizar uma gestão mais lucrativa tanto da própria empresa, como nos negócios dos clientes. O objetivo da pesquisa foi alcançado, identificando na opinião dos alunos elementos importantes a construção do perfil comportamental empreendedor. Como sugestão futura, seria oportuno estender a pesquisa para alunos de uma graduação em Ciências Contábeis de outros Centros Universitários, Faculdades e Universidades, ampliando a amostra a ser estudada.

**PALAVRAS-CHAVES:** Empreendedorismo. Comportamento empreendedor. Ciências contábeis.

### **ABSTRACT:**

Entrepreneurship in Brazil has evolved in recent decades, current research approaches the topic from different perspectives. This study aims to survey the entrepreneurial characteristics of university students. To this end, a descriptive research was developed, with a field study, based on data collection, obtained through a questionnaire composed of two parts, the first part focused on the profile of the respondents and the second part focused on the specific of entrepreneurial characteristics, seeking to raise the profile of respondents. The questionnaire

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Contábeis - Instituto Superior da Paraíba (IESP) E-mail: joseanecosssta87@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado em Matemática e Administração, pela Universidade Estadual da Paraíba, Mestrado em Gestão das Organizações Aprendentes pela Universidade Federal da Paraíba. Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis. E-mail: clebersoaresde Brito@gmail.com

consisted of 19 questions in total, whose respondents are university students at UNIESP. There was no face-to-face contact, and the entire approach was carried out via the google forms platform. As a result, it is clear that because they are not entrepreneurs yet, there is a difficulty in raising funds, as they report not having money to undertake. They report the absence of some fundamental behaviors to be developed to strengthen the entrepreneurial profile of these respondents, such as the lack of training, the low rate of initiative, leadership, ability to assess difficulties and uncertainties, especially if we observe their importance in the use of information to carry out a more profitable management of both the company itself and clients' businesses. The objective of the research was achieved, identifying in the students' opinion important elements in the construction of the entrepreneurial behavioral profile. As a future suggestion, it would be opportune to extend the research to undergraduate students in Accounting from other University Centers, Colleges and Universities, expanding the sample to be studied.

**KEYWORDS:** Entrepreneurship. Entrepreneurial behavior. Accounting sciences.

## 1 INTRODUÇÃO

O termo empreendedorismo surgiu no ano de 1725, o nome empreendedorismo vem da palavra “entrepreneur” que significa aquele que assume riscos e começa algo novo. O conceito evoluiu muito com o passar dos anos, mas continua com sua originalidade, tendo em sua essência a inovação, na criação de novas empresas e produtos, tendo uma nova versão de uma empresa já existente no mercado (CHIAVENATO, 2004).

Para Hisrich e Peter (2004, p. 29) empreendedorismo pode ser definido como:

O processo de criar algo novo com valor, dedicando o tempo e os esforços necessários, assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação e independência econômica social.

No século XVII, a definição formal começou a avançar por conta de acordos entre a burguesia e o governo para a produção. O empreendedorismo teve seus primeiros indícios no século XVII, quando estava iniciando a industrialização, fenômeno que ocorria no mundo todo, a Primeira Revolução Industrial que acontecia na Grã Bretanha, tornando-se pioneira com o desenvolvimento de novos produtos, com a produção em série e máquinas produtivas, que transformaram o mercado e por consequência a economia, História do Empreendedorismo (2013). Devido às mudanças no sistema econômico, os empreendedores são diferenciados dos

fornecedores de capital, os capitalistas, no século XVII, os empreendedores eram comparados com o administrador, comparado pelo lado econômico, no final do século XIX e início do século XX, (História do empreendedorismo,2013).

No Brasil no início dos anos 90, com a entrada\_de capital, junto com os fornecedores estrangeiros houve um grande aumento da competitividade, resultado da abertura econômica, e assim, começou a crescer a cultura empreendedora no Brasil.

O empreendedor apresenta uma diversidade de habilidades e competências: para criar, iniciar e administrar um negócio, sempre buscando gerar resultados positivos. E, tendo, um comportamento empreendedor como: estratégias, busca por oportunidades e iniciativas, busca por informações, capacidade de planejar e tomar decisões, metas bem estabelecidas, persistência, independência, disposição para correr riscos, busca sempre ter uma rede de contato, (História do Empreendedorismo, 2013).

Os novos tempos requerem novas atitudes, principalmente, novas estratégias para o bom funcionamento das empresas. O comportamento empreendedor precisa andar lado a lado, por exemplo, com o contador. A contabilidade tem como principal finalidade gerar informações seguras, para que os empreendedores possam tomar decisões com o máximo de assertividade. Os empreendedores vêm desempenhando um papel fundamental na sociedade, à medida que movimentam a economia, gerando novas oportunidades de empregos.

O empreendedorismo encontra-se num cenário de crescente competitividade, o que exige dos empreendedores a busca por estratégias que permitam a sobrevivência e continuidade das empresas. Sendo crescente a busca por competência e profissionalismo dos empreendedores.

O empreendedorismo desempenha um papel fundamental no incentivo ao desenvolvimento, possibilitando identificar oportunidades, e também, na viabilidade e desejos pessoais de empreender, que antes não era vista. Isso tem influenciado os empreendedores a adotarem comportamentos que levam a criação ou inovação de novas empresas.

Diante de tal fato, identifica-se que o comportamento empreendedor pode se tornar o resultado da interação entre pessoa e ambiente (KYNDT e BAERT, 2015). As escolhas e custos de oportunidades enfrentados pelos empreendedores têm

influência do contexto, o qual pode regular quem decide iniciar uma nova empresa e qual tipo os empreendedores criaram. O contexto também influencia em quão agressivamente a empresa vai buscar a expansão e quais resultados serão alcançados (ACS et al., 2016). As competências comportamentais, em muitos casos, têm sido mais relevantes que as competências técnicas.

Diante disso, esta pesquisa apresenta a seguinte questão: **Qual a opinião dos estudantes universitários a respeito das características inerentes ao comportamento empreendedor?**

O objetivo geral é fazer um levantamento das características empreendedoras na opinião dos universitários, a partir da aplicação de um questionário de pesquisa online, com intuito de melhor perceber as características empreendedoras desses jovens universitários, mais especificamente, dos graduandos do Curso de Ciências Contábeis da UNIESP.

Com as mudanças no mercado de trabalho, abertura de novas empresas, com o avanço das tecnologias, vem transformando a realidade do perfil empreendedor universitário, novas maneiras de desenvolver sua capacidade e experiências são cada vez mais importante e necessária, com competências mais abrangentes conseguem se adaptar à realidade das empresas, principalmente em situações mais complexas. Assim, as competências comportamentais individuais e as estratégias organizacionais estão cada vez mais ligadas, agregando valor social e econômico para as empresas, como também para a sociedade. (CHIAVENATO, 2004)

Este estudo se justifica por buscar perceber através de um levantamento de informações, quais são as características empreendedoras na visão dos discentes entrevistados, fundamentado em um estudo de campo, com graduandos do curso de Ciências Contábeis.

Nesta perspectiva, como procedimento metodológico, realizar-se-á uma pesquisa de campo de cunho qualitativo, baseada na literatura pertinente e aplicação de questionário online estruturado, para melhor percepção do comportamento empreendedor desse público alvo.

A estrutura deste artigo se dará da seguinte forma: introdução, seguindo pela fundamentação teórica onde mostraremos com mais clareza o comportamento

empreendedor de estudantes do ensino superior, metodologia, coleta e análise dos dados, considerações finais e referências.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Um dos primeiros escritores a pensar sobre as práticas empresariais foi Schumpeter (1997) na obra “A Teoria do Desenvolvimento Econômico”. Para o autor, o empreendedor tem uma visão inovadora, com habilidade para desenvolver e inovar em novos produtos para as organizações, sendo capaz de identificar oportunidades no mercado, gerando um crescimento econômico.

Indivíduo que tem um sonho ou ideia e a coloca em prática, enxergando uma possibilidade de criar ou transformar em uma empresa, mesmo sem ter nenhuma experiência, sendo capaz de prever alguns dos desafios que serão enfrentados, porém a visão de que vai dar certo é muito maior.

Para o termo “empreendedor” existem muitas definições, mas uma das mais antigas e que talvez melhor reflita o espírito empreendedor seja a de Joseph Schumpeter (1946 apud DORNELAS, 2008, p. 22): “O empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais”.

Para Filion (1991, p. 64):

Os empreendedores aprendem com a experiência passada e atual, tendo postura proativa, pois devem “[...] identificar coisas novas que deverão aprender, tendo em vista as coisas novas que desejam realizar”. Vale salientar, também, a importância da aprendizagem informal, que às vezes parece ser mais importante que o ensino formal (FILION, 1999a). Por vezes, a aprendizagem de empreendedores ocorre muito mais pelo “ver” do que pelo “ler”, mais pela intuição do que pela escolarização.

De acordo com Chiavenato (2004, p. 4):

Os empreendedores são heróis populares do mundo dos negócios. Fornecendo empregos, introduzem inovações e incentivam o crescimento econômico da região ou do país. Por isso, a atividade do empreendedor é muitas vezes associada a incerteza, principalmente quando o seu negócio envolve algo realmente novo ou quando o mercado para o seu produto sequer existe.

## 2.1 TIPOLOGIAS DO COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR

As características comportamentais dos empreendedores podem ser alteradas dependendo do ambiente em que ele está inserido e com alguns aspectos: psicológicos, fisiológicos, econômicos, políticas, realização pessoal e habilidades desenvolvidas no decorrer de sua existência. Podendo ser observada alguma complexidade desse comportamento, deve ser examinado observando com meio e a situação vivida. As atitudes aliadas à dinâmica, a alegria do empreendedor desde o nascer e desenvolver de uma ideia até ao resultado final, segundo Leite (2017).

A teoria hierárquica de Abraham Maslow (1954), as necessidades do indivíduo são divididas em níveis de necessidades, começando pelo nível mais baixo que devem ser satisfeitas antes das necessidades de nível mais alto. Primeiro nível: fisiológica ou básica, por exemplo, alimentação, descanso. Segundo nível: as necessidades de segurança, por exemplo, proteção, estabilidade. Terceiro nível: as necessidades sociais, por exemplo, de relacionamento com outras pessoas, amizades.

No topo da pirâmide estão, quarto nível: as necessidades de estima e ego, por exemplo, amor próprio, atenção, liberdade, reconhecimento. No quinto nível: as necessidades de autor realização, por exemplo, desenvolvimento, prestígio, criatividade.



Figura 1: Pirâmide de Maslow  
Fonte: Google imagens (2021)

Para Jair Strack (2011) um dos maiores desafios atuais é tornar a inovação uma competência das empresas. Baseado na pirâmide das necessidades de Maslow (1954), ele criou a pirâmide das necessidades do empreendedorismo,

estabelecendo hierarquias que estão distribuídas desde a base, até o topo. Onde são elencadas as necessidades fundamentais, para a existência do empreendedorismo, chegando ao topo, com as necessidades de auto realização.

No primeiro nível - características empreendedoras pessoais: indica a necessidade principal do empreendedorismo, essas características que levam os indivíduos a desenvolver atividade empreendedora, por exemplo, iniciativa, habilidade, foco.

No segundo nível - atitude e postura de execução (produção): necessário ao empreendedor essa postura, para colocar em ação e deixando em funcionamento, o foco é na execução do projeto.

No terceiro nível - gestão básica -sobrevivência: são as necessidades que o empreendedor vai ter na gestão, como, liderança, administrar equipes, resolver conflitos, colocar a empresa funcionar através da equipe.

No quarto nível - gestão inovadora, crescimento e lucro sustentável: busca o desenvolvimento, crescimento, inovando e fortalecendo a gestão. Tendo alguns fatores relacionados como, autoconfiança, prestígio, lucro e consideração por parte dos outros.

No quinto nível - desenvolvimento da grandeza e influência: e no topo da pirâmide estão as necessidades de auto realização, onde a busca é melhorar o potencial do empreendedor, na busca do seu desenvolvimento, com necessidade de pertencer a grupos sociais, ambientes.

Essas são as necessidades principais descritas por Maslow (1954) e por Jair Strack (2011), porém, ainda poderão ser consideradas outras necessidades, e ser colocadas de forma particular, nessas já mencionadas.

As características comportamentais do empreendedor podem começar com uma necessidade, onde ele vai colocando em prática com habilidade ou não, porém, no decorrer do tempo ele desenvolve meios, busca novos conhecimentos para facilitar sua ação empreendedora. Podemos observar alguns tipos de empreendedores:

- Empreendedor Digital: Aquele que disponibiliza seus serviços ou produtos por meio da internet, visando o lucro. Podendo qualquer pessoa se tornar empreendedor individual, desde que tenha algum tipo de serviço ou

produto e que o mesmo seja ofertado pelas plataformas digitais, e acessados através de um site construído para a venda dos serviços ou por links patrocinados, redes sociais, e-mail, etc. Sem a obrigação de ter uma loja física. Exemplo: um e-commerce.

- Empreendedor Social: Indivíduo que busca soluções inovadoras para resolver dificuldades que surgem na sociedade. Podendo ou não ser organizado com fins lucrativos. Sempre em busca por novas ideias, sua principal missão é o benefício social. Exemplo: uma empresa farmacêutica popular.
- Empreendedor e Empresário: São palavras relacionadas, porém, na prática diferentes. Ser empreendedor é ser inovador, é ter uma visão própria, acreditar nas suas ideias e colocá-las em prática, observar oportunidades para um novo negócio. É possível ser empreendedor no seu próprio campo de atuação. Ser empresário é administrar recursos buscando resultados positivos, sempre visando o crescimento da empresa.

Para Dornelas (2008) apud Maria e Neuenfeld (2018), pode-se observar os tipos de empreendedores:

- Empreendedor que aprende ou inesperado: aquela pessoa que não estava planejando empreender, porém, e de repente se deparou com uma oportunidade de ter um negócio.
- Empreendedor nato ou mitológico: tiveram início desde jovens e foram adquirindo habilidades para negociação e venda.
- Empreendedor social ou cria novos negócios: aquele que realmente gosta do ato de empreender.
- Empreendedor por necessidade: aquele que cria seu próprio negócio, por ter sido demitido, ou por não ter outra opção. Geralmente trabalha de maneira informal ou por conta própria, prestando algum serviço, desenvolvendo tarefas simples, para obtendo algum retorno financeiro.
- Empreendedor corporativo: tem se tornado em evidência, com a demanda das organizações de se inovar, renovar.

Os comportamentos dos empreendedores podem ser aprimorados e as universidades são os principais meios que influenciarão no desenvolvimento desses indivíduos.

## 2.2 COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR

O empreendedor observa alguém em quem ele se espelha, modela e que geralmente influencia seu comportamento para determinada ação, se adaptando ao ambiente.

Para Dornelas (2008, p.12):

A liderança pode e deve estar presente em todos os níveis de organizações, pois esta é uma forte característica empreendedora que leva as pessoas a buscarem novas formas de fazer as coisas.

Para McClelland (1961) é crescente os estudos que vêm sendo pesquisados e realizados para entender as forças psicológicas e sociológicas do comportamento empreendedor, suas ações, o que o diferenciam de pessoas normais, com características de sucesso, com aquelas que desejam ter seu próprio negócio.

Dentre os pesquisadores que estudaram o comportamento do empreendedor, destacam-se: McClelland (1961). Com algumas características comportamentais.

Conjunto de realização: Busca de oportunidade e iniciativa, persistência, correr riscos calculados, exigência de qualidade e eficiência comprometimento; conjunto de poder: Independência e autoconfiança, persuasão e rede de contato; conjunto de planejamento: Busca de informações, estabelecimento de metas, planejamento e monitoramento sistemáticos.

Para ter um resultado positivo como empreendedor é necessário adquirir algumas habilidades, experiências e estar sempre adquirindo novos conhecimentos. A importância desse conjunto de comportamentos, segundo os seguintes autores: Filion (1999) demonstra criatividade persistência. Armond e Nassif (2009) observam como é o comportamento de liderança do empreendedor. Bhidé (2004) preza pelo conhecimento, capacidade de planejar e o quanto está disposto a assumir riscos calculados e gerar valor para a sociedade. Shane e Venkataraman (2000) buscam oportunidades. Almeida, Valadares e Sedivama (2017) observam a oportunidade e colocam em prática os meios que são capazes de gerar o desenvolvimento econômico. Wood, Williams e Drover (2017) analisam os riscos, observam os

elementos e suas decisões são direcionadas ao desenvolvimento empresarial. Nassif, Hashimoto e Amaral (2014) têm um comportamento em relação ao empreendedor estrategistas, conhecimento sobre o produto, de mercado, na liderança de pessoas.

Para esses autores as características comportamentais dos empreendedores são demonstradas conforme quadro 01:

<b>Características Comportamentais</b>	<b>Autores</b>
Criatividade, persistência e liderança	Filion (2009)
Liderança	Armond e Nassif (2009)
Conhecimento, capacidade de planejamento, tomada de riscos, criação de valor para a sociedade.	Bhidé (2004)
Explorar oportunidades	Shane e Venkataraman (2000)
Capacidade de combinar os meios produtivos para proporcionar o desenvolvimento econômico.	Almeida, Valadares e Sediama (2017)
Capacidade de avaliar dificuldades e incertezas, processar os elementos do contexto e tomar decisões em função do desempenho empresarial.	Wood, Williams e Drover (2017)
Estrategistas: conhecimento de mercado, produto, clientes e funcionários.	Nassif, Hashimoto e Amaral (2014)

Quadro 1 – Características comportamentais

Fonte: Elaborado pelos autores: Filion (2009), Armond e Nassif (2009), Bhidé (2004), Shane e Venkataraman (2000), Almeida, Valadares e Sediama (2017), Wood, Williams e Drover (2017), Nassif, Hashimoto e Amaral (2014).

Diante disso, ao diagnosticar as características comportamentais empreendedoras, despertam-se os alunos para ações que levam a comportamentos e atitudes empreendedoras. Santos (2013) amplia essa perspectiva ao afirmar que desenvolver metodologias que auxiliem indivíduos na identificação de características comportamentais empreendedoras cria condições iniciais para intervenções que promovem o desenvolvimento do potencial empreendedor. Tal fato, pode estimular novos negócios.

## 2.3 DISCENTE DO ENSINO SUPERIOR

Os estudantes percorrem um longo caminho até conseguir ingressar na faculdade, são mais de 10 anos, entre ensino fundamental e médio. Além de diversas experiências pessoais, estudiantis, amizades e profissionais adquiridas no ambiente escolar, familiar, em congressos, cursos, e em outras atividades no decorrer do percurso. Chegando no ensino superior com inúmeras experiências, as quais não podem ser deixadas de lado, pois influencia bastante no potencial empreendedor desses estudantes.

Em pesquisa realizada por Souza Neto *et al.* (2007, p.1), cujo foco era o ensino do empreendedorismo numa determinada instituição de ensino superior, observou-se que:

[...]só despertou o desejo de empreender em quem já tinha condições sociais e culturais favoráveis". Ou seja, parece haver um indício de que os efeitos do ensino do empreendedorismo se diferenciam em função das condições e experiências anteriores dos universitários pesquisados.

A argumentação de Ferreira e Mattos (2004, p. 13) corrobora com a ideia de que o potencial e perfil empreendedor do estudante são influenciados por fatores que vão além do ambiente acadêmico:

[...] análise dos depoimentos mostra que, para se entender a formação empreendedora, tão importante quanto às próprias práticas da escola, é o contexto histórico-social em que está inserido o jovem e a cultura que o cerca, em nível familiar, ou de outros grupos sociais mais próximos.

Para Dolabela (1999) considera que os indivíduos que têm em sua vivência pessoas empreendedoras têm maior chance de se tornarem empreendedoras também.

## 2.4 DISCENTE DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

### 2.4.1 Contabilidade e o Estudante Contábil do Ensino Superior

A contabilidade surgiu ao mesmo tempo que as civilizações, mesmo sendo de maneira grosseira havia uma necessidade do homem de marcar seu espaço, contar o rebanho e os meios utilizados eram com pedras, à medida que o tempo foi passando, foi observando o desejo por um meio mais eficiente para resolver seus problemas, como as práticas comerciais começaram a ser desenvolvida, mesmo

com pouco conhecimento do homem, foi surgindo a necessidade para contar seus bens, segundo Marion (2009). Passando a contabilidade a ter suas manifestações, uma delas foi com o método das partidas dobradas, aprimorada e divulgada por Luca Paccioli (1494), tornando-se um marco para a contabilidade moderna.

No ano de 1946, houve uma grande evolução contábil, onde motivou-se a criação do Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais, Gomes (2012).

Conforme Marion (2009) a contabilidade é um instrumento que oferece o máximo de informações eficazes para tomar decisões, onde se busca dados econômicos, mensurados, registrados e mostrados por meio de relatórios, contribuindo para tomada de decisões.

Segundo os autores (Virtuoso: Martins, 2018) com a globalização, com desenvolvimento os meios tecnológicos, a comunicação vem se expandido, mudança na legislação, a modificação social veio para quebra do modelo tradicional, dando uma nova visão e importância para esse profissional contábil, fazendo com que houvesse uma ruptura do contador do passado para o contador atual.

O mercado de trabalho vive em constante evolução, e essa evolução vem mudando as relações de trabalho entre patrão e funcionário, na busca por profissionais mais qualificados e que agregue no desenvolvimento da empresa, como na construção da carreira profissional, se manter atualizado e está sempre se aperfeiçoando é primordial para se destacar no mercado atual.

Por isso, segundo Maria e Neuenfeld (2018), é essencial ter um diferencial como profissional contábil num mercado tão competitivo. Se o contador já tem esse conceito durante a formação acadêmica, já tem pontos positivos, para iniciar o desenvolvimento de habilidades e comportamento empreendedor.

Conforme Souza e Vergilino (2012), é de presença contínua a abordagem das exigências, competências, habilidades e comportamentos empreendedor, que a realidade de mercados mais competitivos impõe ao profissional contábil.

O desenvolvimento do lado empreendedor dos estudantes estimula a buscar ideias criativas e inovadoras que possam gerar sucesso para a empresa. O estudante que possui conhecimentos contábeis sólidos, de certa forma, possui uma vantagem a mais na hora da tomada de decisão. Potencializando projetos,

prestando consultorias, ajudando a impulsionar atividades empresariais, e gerando novos empregos.

### 3 METODOLOGIA

De acordo com a autora Vergara (2014), esta pesquisa se classifica quanto aos fins: descritiva, busca identificar quais características são determinantes e responsáveis pelo comportamento dos indivíduos ou comunidades.

Quanto aos meios, utilizou-se uma pesquisa de campo buscando realizar uma investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explica-lo. “Entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não”. (Vergara, 2005, p.48)

O estudo de campo “consiste ainda na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisa-los” (Marconi, Lakatos, 2003, p.186).

Foram utilizados questionários que apresentavam variáveis distintas, cujas análises são apresentadas por meio de tabelas e gráficos Fachin (2003). O questionário foi dividido em duas etapas: primeira etapa aborda questões acerca da identificação do perfil socioeconômico e na segunda etapa, aborda questões específicas do comportamento empreendedor.

O público visado para a pesquisa foram os alunos universitários. A amostra escolhida foram os alunos do 8º período de Ciências Contábeis da UNIESP.

Com o objetivo de responder à questão do problema, foi aplicado um questionário contendo 19 (dezenove) questões, sendo 18 (dezoito) questões de múltipla escolha e 1 (uma) questão aberta, o link foi compartilhado através do WhatsApp. Foi disponibilizado o seu preenchimento a partir de um formulário do google forms, no período de 16 a 22 de maio de 2021. Cada participante de forma individual e voluntária fará acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), termo este que foi encaminhado e validado pelo Comitê de Ética da UNIESP.

### 4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa visou à obtenção de informações que permitam observar as principais características inerentes aos empreendedores na opinião dos estudantes universitários, sendo obtidas respostas de 16 alunos da graduação em Ciências Contábeis, algumas respostas podem apresentar a soma das porcentagens superiores a 100%, uma vez que, em algumas respostas, está o resultado de mais de uma pergunta. O questionário foi estruturado em duas etapas, apresentados a seguir, facilitando assim, a análise dos resultados obtidos.

#### 4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONDENTES - ETAPA 1

Na primeira etapa do questionário buscou-se identificar o perfil socioeconômico dos respondentes como; a faixa etária, sexo, estado civil, com quem mora, se tem conhecimento em informática e qual o nível de conhecimento. Na tabela 1, apresenta faixa etária, sexo, estado civil e com quem mora.

<b>Categoria</b>	<b>Variável</b>	<b>Frequência</b>		<b>Categoria</b>	<b>Variável</b>	<b>Frequência</b>	
		<b>Total</b>	<b>%</b>			<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Faixa etária</b>	Até 25 anos	4	25	<b>Estado civil</b>	Solteiro	10	62,5
	26 até 35 anos	9	56,3		Casado	5	31,3
	36 até 45 anos	2	12,5		Divorciado	1	6,3
	46 até 55 anos	1	6,3				
<b>Sexo</b>	Masculino	9	56,3	<b>Mora com quem</b>	Sozinho	1	6,3
	Feminino	7	43,8		Com os pais	8	50
					Constituiu família	6	37,5
					Outro	1	6,3

Tabela 1 – Características do perfil socioeconômico

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

De acordo com a tabela 1, no que se refere as características do perfil socioeconômico dos participantes, a amostra foi composta por 56,3% de estudantes do sexo masculino e 43,8% do sexo feminino, nos quais se encontram na faixa etária até 25 anos (25%), de 26 até 35 anos (56,3%), onde se concentra o maior número



de integrantes, já entre 36 até 45 anos somam (12,5%), na faixa de 46 até 55 anos (6,3%). Em relação ao estado civil, (62,5%) estão solteiros, entre os casados observamos (31,3%), sendo os divorciados (6,3%). Quando perguntado sobre com quem mora, vimos que (6,3%) moram sozinhos, a maioria mora com os pais (50%), os que formaram família são (37,5%) e apenas (6,3%) relataram que moram com outros.

Vários fatores podem influenciar os indivíduos em seus comportamentos. No caso em pauta, analisa-se o perfil dos respondentes e sua relação com as características empreendedoras. Poderão estar correlacionadas certas características empreendedoras às circunstâncias da vida, as características pessoais, fatores do ambiente e valores adquiridos, influenciando nos resultados que deseja alcançar.

Níveis de conhecimentos em informática obtidos dos alunos universitários, no qual podem ser observados no gráfico 1, a seguir:

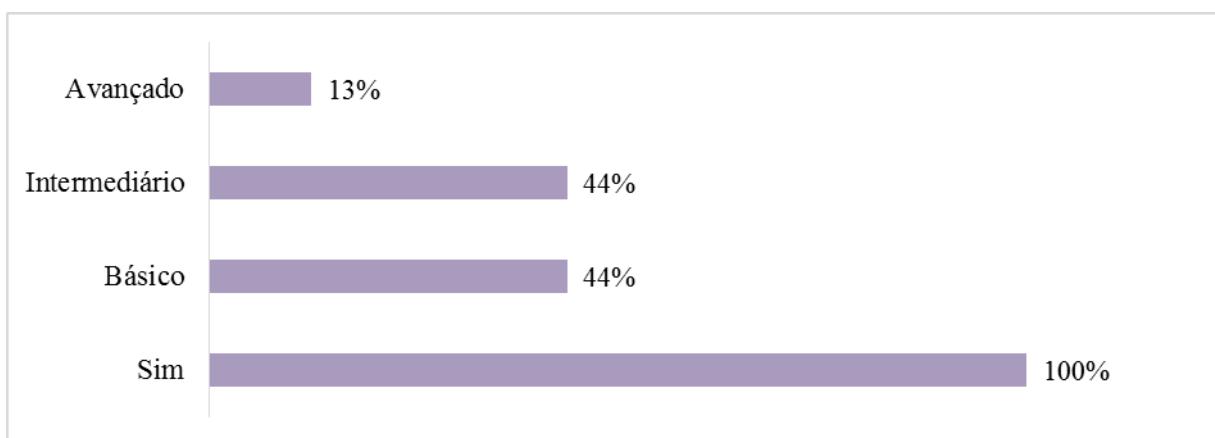


Gráfico 1- Nível de conhecimentos em informática

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O conhecimento em informática num mundo globalizado é primordial, para se destacar, principalmente no mercado de trabalho, (100%) dos envolvidos na pesquisa têm conhecimento; cerca de (44%) dos respondentes sabem o básico; quanto ao nível intermediário, tem-se (44%) dos respondentes; apenas (13%) dos respondentes tem conhecimento avançado.

#### 4.2 INDETIFICAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS EMPREENDEDORAS NA OPINIÃO DOS UNIVERSITÁRIOS

Na segunda etapa do questionário o objetivo se concentrou nas características comportamentais empreendedoras dos graduandos do curso de Ciências Contábeis.

O gráfico 2 refere-se ao questionamento; competência é o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, que permitem a pessoa gerar os resultados planejados pela empresa. A respeito desse conceito, na sua percepção:

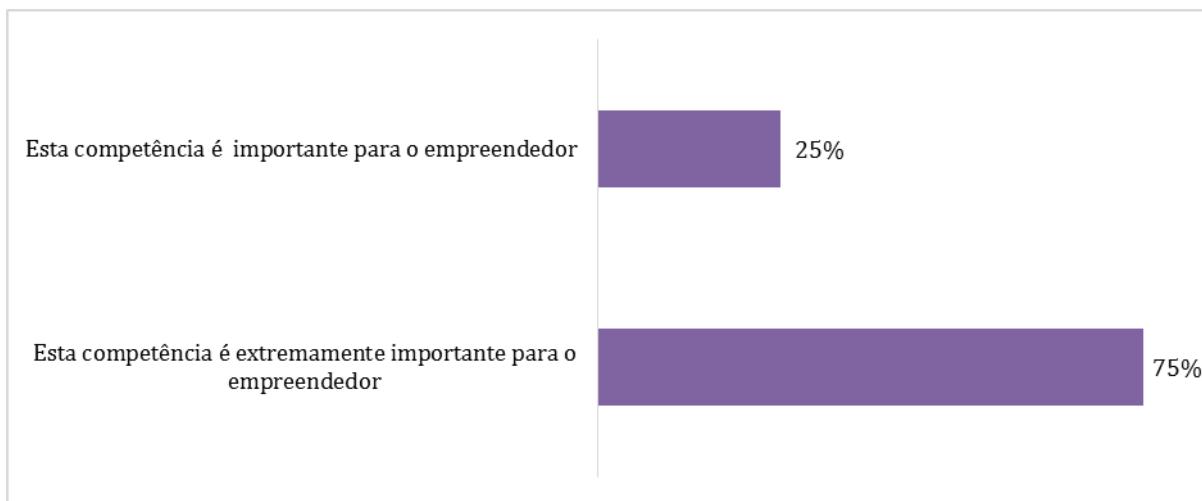


Gráfico 2 – Características comportamentais dos empreendedores

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Analizando o gráfico 2, a maioria (75%) dos alunos respondentes, têm uma visão que os empreendedores são aqueles que possuem competência para captar recursos necessários, contam com uma excelente equipe, para auxiliar no planejamento e gerenciamento dos negócios; outros respondentes indicaram o nível de (25%) onde acreditam que a competência é importante no comportamento empreendedor.

Já o gráfico 3 resgata que a criatividade é uma das qualidades que se destaca entre os universitários empreendedores.

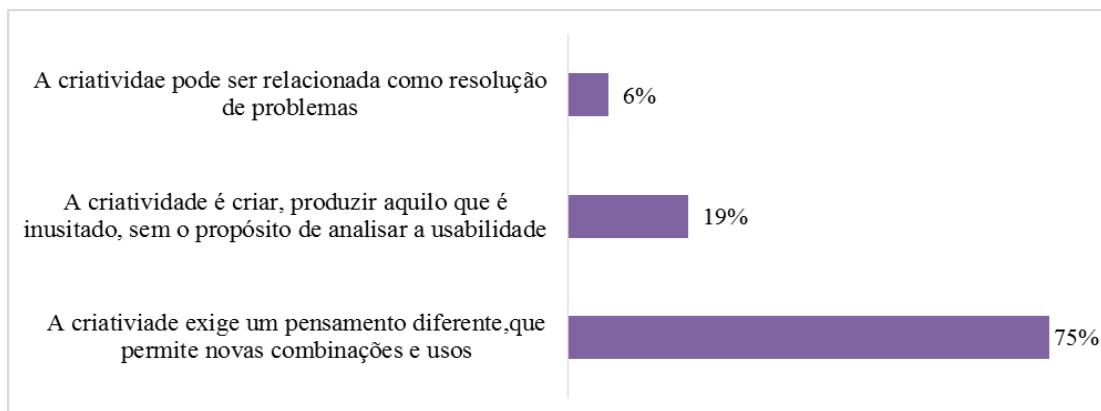


Gráfico 3 – Características comportamentais empreendedoras

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No que se refere ao gráfico 3, a criatividade é primordial para desenvolver habilidades de testar novas ideias, de dialogar, pesquisar, aprender coletivamente e, avaliar mudanças como sendo uma oportunidade de construir novos conhecimentos, repassar conhecimentos das experiências vivenciadas na trajetória empreendedora, cerca de (75%) dos estudantes avaliados; verificaram que a criatividade vem se tornando um ato de suma importância no comportamento empreendedor. Por vez (18,8%) dos respondentes avaliaram que criar ou produzir um projeto requer um trabalho intenso; no quesito que relaciona a criatividade a solução de problemas, tem-se (6,3%) dos respondentes.

O resultado obtido no gráfico 3 corrobora com o pensamento de Schumpeter (1997), pois esse autor relata que o empreendedor tem uma visão inovadora, com a habilidade para desenvolver, inovar em novos produtos para as organizações, sendo capaz de identificar oportunidades no mercado, gerando um crescimento econômico.

Nesse gráfico 4, foi feito o seguinte questionamento; você chegou a criar seu próprio empreendimento quando graduando.

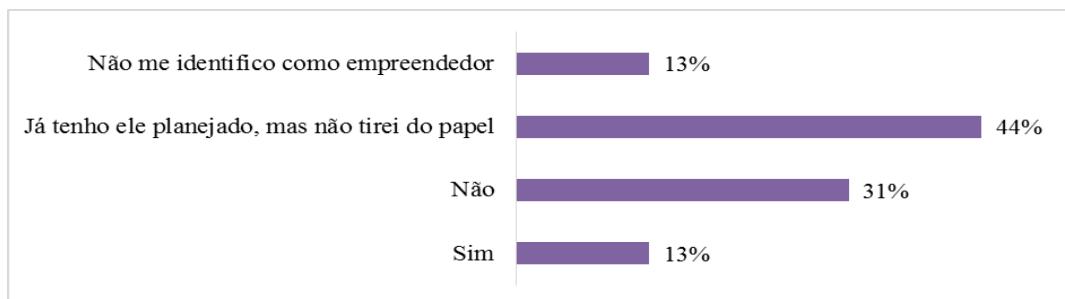


Gráfico 4 – Você chegou a criar seu próprio negócio quando graduando.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).



Os resultados obtidos foram, (44%) dos respondentes; já tenho ele planejado, mas não tirei do papel, apenas (13%) dos respondentes; não me identifico como empreendedor, e não (31%) dos respondentes; ainda não criou seu empreendimento enquanto estudante, e sim (13%) dos respondentes, enquanto ainda são estudantes da graduação já têm seu próprio empreendimento.

Observa-se que apesar dos respondentes apontarem a competência como algo extremamente importante para o comportamento empreendedor, ela sozinha não tem impulsionado os mesmos a tirarem do papel seus empreendimentos, conforme os 44% obtidos no gráfico 4.

Na questão número 10 que pergunta quais foram as pessoas que incentivaram você a empreender, identificou-se que o perfil outro obteve (43,80%) dos respondentes; ou seja, outras pessoas o incentivam nesse processo de empreender, já (12%) dos respondentes não tiveram nenhum tipo de apoio, os familiares incentivaram (18,30%) dos respondentes; para começar como empreendedor, e os amigos contribuíram (25%) dos respondentes; para ter seu próprio negócio.

Vale destacar que outras pessoas detém o maior percentual para que o respondente empreenda, enquanto seus familiares representam apenas 18,30%.

Resgatando os resultados obtidos na questão 11, onde perguntava se já realizou algum curso na área de comportamento empreendedor, 43,8% dos respondentes já fizeram e os que não realizaram somam um percentual maior 56,3%.

Observa-se mais um ponto negativo, embora o público em questão esteja concluindo uma graduação em Ciências Contábeis, o maior percentual está voltado para os universitários que não realizaram cursos na área de comportamento empreendedor.

A questão 12 que resgata a questão “Sendo ou não empreendedor, qual motivo julgaria imprescindível para empreender”, se construiu a tabela 2 a seguir:

	Quantidade.	Porcentagem
Estabilidade financeira	4	25%
Renda extra	4	25%

Fornecer um produto ou serviço melhor	6	37,50%
Trabalhar por conta própria	2	12,50%

Tabela 2 – Sendo ou não empreendedor, motivo imprescindível para empreender  
Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Para estes empreendedores, há motivos que julgariam fundamentais para iniciar uma atividade, para (12,50%) dos respondentes desejam atingir uma instabilidade financeira, para obter uma renda extra (25%) dos respondentes estão dispostos a trabalhar algumas horas a mais, para alcançar determinado objetivo, como a realização de um sonho, cerca de (37,50%) dos respondentes deseja fornecer produto ou serviço, agregando valor para a sociedade, e (12,50%) dos respondentes tem como motivação trabalhar fazendo seus próprios horários, construindo sua renda.

Diante do exposto, observa-se na tabela 2 que fornecer um produto ou serviço melhor detém o maior percentual de 37,50%, podendo essa informação estar vinculada ao que Schumpeter (1997) na obra “A Teoria do Desenvolvimento Econômico”, onde o autor, resgata que o empreendedor tem uma visão inovadora, com a habilidade para desenvolver e inovar em novos produtos para as organizações, sendo capaz de identificar oportunidades no mercado. Fornece um produto ou serviço melhor é um exemplo claro de busca de oportunidade pelo empreendedor.

Em relação, a questão 13, que resgata o seguinte: “qual o maior desafio para ser empreendedor?” (12,5%) dos respondentes escolheram que campo se pretende desenvolver suas atividades; (12,5%) dos respondentes analisam a insegurança de não alcançar as metas previstas; com a maioria dos casos (43,8%) dos respondentes escolheram a falta de dinheiro para iniciar ou até desenvolver um projeto dificulta os estudantes a tomar a iniciativa de empreender, e um (6,3%) dos respondentes se posicionaram que acreditam em outras possibilidades das alternativas citadas acima.

Aqui destaca-se a possibilidade de identificar formas de financiamento para minimizar o maior desafio dessa questão, (43,8%) citaram a falta de dinheiro para empreender.

Com relação a questão 14, onde se busca perceber “quais características comportamentais empreendedoras você julga como mais importante”, observa-se no gráfico 5, a seguir.

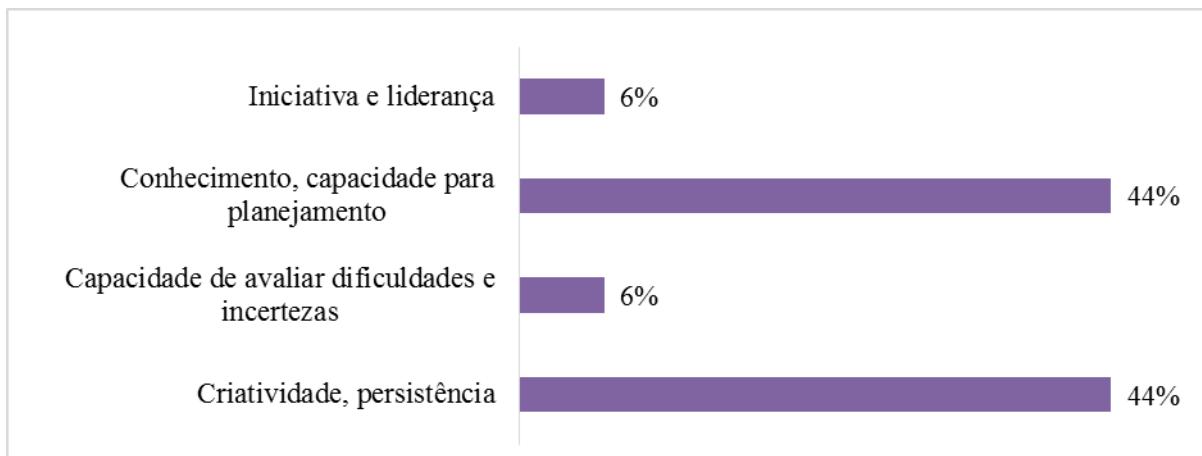


Gráfico 5 – Características comportamentais empreendedoras

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Em se tratando do gráfico 5, tem-se na amostra (44%) dos alunos possuem traços de comportamento empreendedor; e apenas (6%) dos respondentes apresentam iniciativa e liderança no desenvolvimento comportamental, porém não dando tanta importância; já (44%) dos respondentes avaliaram o conhecimento, capacidade para planejamento, como sendo indispensável no alcance de resultados positivos das organizações; dos (6%) dos respondentes identificaram baixa existência na capacidade de avaliar dificuldades e incertezas.

Nem sempre os resultados desejados pela empresa são alcançados imediatamente, nessa lógica, ser criativo e persistente obteve 44% e são características fundamentais ao empreendedor para chegar nesse ponto. Conforme Filion (1999) para o comportamentalista, o empreendedor é aquele que é criativo e persistente, íntegro com características de liderança.

Outro percentual relevante que também obteve 44% está ligado a conhecimento e capacidade de planejamento, fatores tão importantes quanto as características contidas no parágrafo anterior.

Em se tratando da questão 15, que pergunta “deseja abrir seu próprio negócio”, observou-se que, sim (62,5%) dos entrevistados estão dispostos a assumirem riscos para construir sua empresa, administrar como deseja, sendo seu

próprio chefe; e não (37,5%) dos respondentes não estão dispostos a correrem riscos, visto que trabalhar como empreendedor requer bem mais esforço, dedicação e determinação para colocar em funcionamento e ter sucesso.

Identifica-se uma incoerência das respostas dessa questão 15 “deseja abrir seu próprio negócio”, com as respostas contidas no gráfico 4 “você chegou a criar seu próprio empreendimento quando graduando”. No gráfico 4 percebe-se que 44% dos respondentes não tiraram do papel seus empreendimentos, no entanto, 62,55% desejam abrir um negócio próprio. Pesquisas futuras precisam aferir essas questões a fim de esclarecer-las melhor.

Na questão 16, perguntou-se “o que influencia uma pessoa a ser empreendedora”. Num ambiente tão competitivo em que as pessoas estão inseridas, quais foram os resultados obtidos? Vamos analisar a tabela 3 a seguir.

	Quantida de	Porcentag em
Ter conhecimentos, habilidades, experiências de trabalhos anteriores	3	18,80%
Ela enxerga uma oportunidade de mudar de emprego	3	18,80%
Por necessidade, ser o único meio de trabalho no momento	2	12,50%
Por realmente gostar de empreender	6	37,50%
Outro	2	12,50%

Tabela 3 – Características que influencia um empreendedor  
Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Na tabela 3 verificou-se que (18,8%) dos respondentes relataram que ter conhecimentos, habilidades, e experiências de trabalho anteriores influencia no desenvolvimento de comportamentos empreendedor; enquanto (18,8%) dos respondentes enxergam uma oportunidade de mudar de emprego; já (12,50%) acreditam que empreendem por necessidade, sendo o único meio de trabalho no momento; identifica-se que a maioria (37,50%) dos respondentes realmente gostar de empreender; por fim, outros motivos levam um percentual de (12,50%) dos entrevistados.

Percebe-se um alinhamento entre o maior percentual de 37,5% encontrado, que trata de os respondentes realmente gostarem de empreender e a fala do autor

Dornelas (2008) apud Maria e Neuenfeld (2018), com o Empreendedor Social, onde o candidato a empreendedor realmente gosta do ato de empreender.

Na questão 17 foi perguntado aos respondentes “com qual perfil de empreendedor você se identifica”. Segue resultados no gráfico 6.

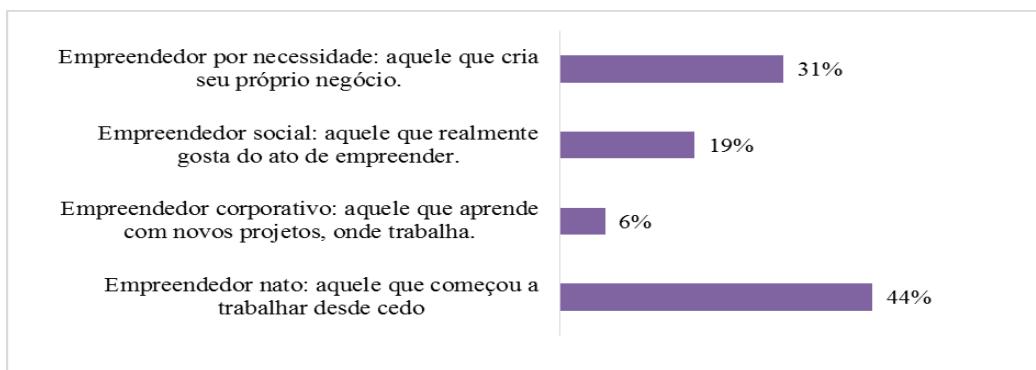


Gráfico 6 – Identificação do perfil empreendedor.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

De acordo com gráfico 6, percebe-se que o perfil de empreendedor nato tem maior porcentagem (44%) dos alunos; em seguida o perfil corporativo com bem menos discentes (6%); perfil social com (19%) dos alunos universitários entrevistados; perfil de empreendedor por necessidade (31%) de representatividade entre os pesquisadores.

Vale salientar que os respondentes ainda são estudantes universitários, o questionamento foi para identificar qual perfil cada um deles se reconhece como empreendedor.

Na questão 18 foi perguntado se “você considera a concorrência um ponto positivo ou negativo para os empreendedores”. Obteve-se os resultados no gráfico 7, a seguir:

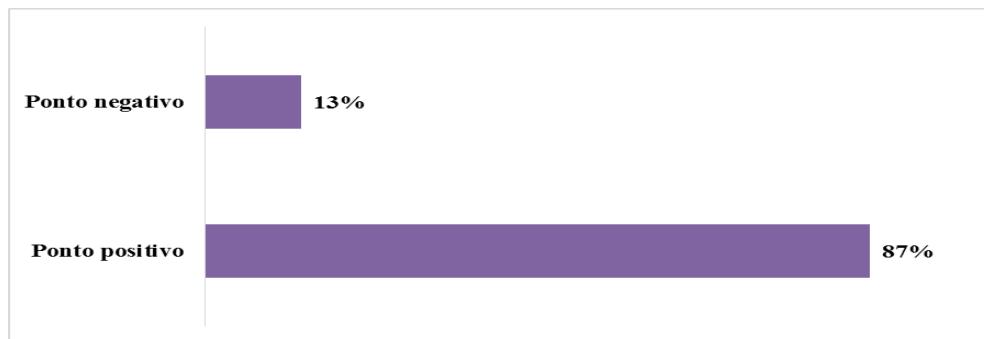


Gráfico 7 - Concorrência ponto positivo ou ponto negativo para os empreendedores  
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Interpretando o gráfico 7, identifica-se que dos discentes entrevistados (88%) dos respondentes veem como ponto positivo; e apenas (13%) dos respondentes classificam como um ponto negativo.

Identifica-se que os respondentes possuem uma visão de vanguarda sobre os concorrentes, enxergando-os com ponto positivo em sua maioria, pois é a concorrência que nos faz, constantemente, sairmos de nosso estado de inércia, para nos mantermos motivados a empreender.

Com relação a nossa última questão, a pergunta 19, disponibilizou-se uma pergunta aberta, onde o respondente teve a oportunidade de relatar observações não contempladas no instrumento e que seja relevante para a pesquisa, contribuindo para análise do referido projeto. Obtivemos uma única resposta. “O que dificulta hoje no mercado brasileiro para empreender é a elevada carga tributária e o baixo retorno dos impostos” palavras de apenas um respondente.

De acordo com os autores Virtuoso e Martins (2018) o profissional de mercado necessita se adaptar aos cenários que o mercado oferece, conforme as mudanças ocorrem. Assim, mesmo com as altas cargas tributárias e o baixo retorno dos impostos, o empreendedor não se intimida e continua desbravar, mesmo em cenários adversos ao desejo de empreender.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empreendedorismo teve seus primeiros indícios no século XVII, quando estava iniciando a industrialização, fenômeno que ocorria no mundo todo. As inúmeras mudanças no cenário socioeconômico vêm afetando a vida e a instabilidade das pessoas, o empreendedorismo surgiu como uma ferramenta eficaz para esse novo cenário, apresentando-se como um meio para provocar a capacidade empreendedora e motivar os indivíduos, estimulando a conhecer suas próprias habilidades, comportamentos, enfrentando os obstáculos para alcançar novas realizações, e assim, participando do desenvolvimento da sociedade. Este estudo se propõe fazer um levantamento das características empreendedoras dos discentes do curso de Ciências Contábeis da UNIESP.

A contabilidade está consolidada na prática do atendimento às empresas e clientes, os profissionais contábeis estão cada vez mais apto a desenvolver características de empreendedorismo na gestão do próprio negócio, quanto mais conhecimento, competência, criatividade e principalmente inovação, influenciando diretamente na obtenção dos sucessos como empresários. O contador tem desenvolvido uma ampla leitura do ambiente econômico, no qual desenvolveu visão clara de macro e microeconomia encarando de forma ampla e atualizada reais situações econômicas, auxiliando o empreendedor a analisar qual a melhor opção em ofertas, preços e a elasticidade de cada produto ou serviço. Deste modo observamos o contador cada vez mais presente, nessas decisões e no dia a dia das empresas.

Em relação ao objetivo específico do primeiro ponto deste trabalho identificou-se o perfil dos universitários, pode-se afirmar que a amostra foi predominante de estudantes do sexo masculino (56,3%); na faixa etária de 26 até 35 detém a maior porcentagem (56,3%) dos discentes. Além disso, (62,5%) dos respondentes estão solteiros; (50%) dos respondentes ainda moram com os pais; e ainda (100%) dos entrevistados têm conhecimento em informática.

Para o segundo objetivo específico os principais resultados na opinião da maioria dos graduandos, relacionadas as características empreendedoras, como por exemplo, “Competência, criatividade e persistência” está mais implícita no comportamento dos respondentes. Ainda se pode inferir que adquirir conhecimentos e capacidade de planejamento é importante para os empreendedores, na opinião dos estudantes entrevistados.

Observa-se nessa pesquisa que na questão número 10, do questionário de pesquisa, não são os familiares quem mais incentivam os discentes universitários a empreenderem. Os familiares representam apenas 18,30%.

Destaca-se, no meu ponto de vista, um ponto negativo na questão 11 do questionário de pesquisa, embora o público em questão esteja concluindo uma graduação em Ciências Contábeis, o maior percentual (56,3%) está voltado para os universitários que não realizaram cursos na área de comportamento empreendedor.

Um fato positivo na pesquisa, fornecer um produto ou serviço melhor é um exemplo claro de busca de oportunidade pelo empreendedor.

Um desafio percebido pelos respondentes destacou-se a possibilidade de identificar formas de financiamento para minimizar o maior desafio dessa questão, 43,8% citaram a falta de dinheiro para empreender.

Percebe-se um alinhamento entre o maior percentual de 37,5% encontrado, que trata de os respondentes realmente gostarem de empreender e a fala do autor Dornelas (2008) apud Maria e Neuenfeld (2018), com o Empreendedor Social, onde o candidato a empreendedor realmente gosta do ato de empreender.

Em síntese percebe-se que por eles ainda não serem empreendedores, observa-se a dificuldade na captação de recursos, pois relatam não ter dinheiro para empreender. Relatam a ausência de alguns comportamentos fundamentais a serem desenvolvidos para fortalecer o perfil empreendedor desses entrevistados, como por exemplo, a falta de capacitação, o baixo índice de iniciativa, liderança, capacidade de avaliar dificuldades e incertezas, principalmente se observarmos sua importância na utilização das informações para realizar uma gestão mais lucrativa tanto da própria empresa, como nos negócios dos clientes.

Sendo assim, conclui-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado, identificando que a maioria dos alunos apresentam elementos importantes e positivos atribuídos ao perfil comportamental empreendedor.

Como limitação é possível observar o baixo número de respondentes, visto que em virtude da pandemia o questionário foi disponibilizado de maneira virtual, onde as pessoas responderam de forma voluntária, e não foi conseguido um número maior de respostas, resultando a não generalização do estudo.

Diante desse cenário, como sugestão futura, seria oportuno estender a pesquisa para alunos de uma graduação em Ciências Contábeis de outros centros Universitários, Faculdades e Universidades, ampliando a amostra a ser estudada e buscando maior validação da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ACS, Z. J. et al. National systems of entrepreneurship. **Small Business Economics**, v. 46, n. 4, p. 527-535, 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. Editora manole, 2004.

CORREIA, Germen Benjamim. **Caracterização de um ecossistema de empreendedorismo em economias menos desenvolvidas: o caso de Bissau.** 2020.

DORNELAS, Jose Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo.** Elsevier Brasil, 2009.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo.** Elsevier Brasil, 2008.

FACHIN, Odília. **Fundamentos da metodologia.** Ed.4 São Paulo: Saraiva, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GOMES, Adriano. **Contabilidade intermediária.** IESDE BRASIL SA, 2012.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; **Empreendedorismo;** 5. ed; Porto Alegre; Bookman, 2004.

HISTÓRIA DO EMPREENDEDORISMO. **Portal da Educação,** 2013. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=portaleducacao.-historia-do-empreendedorismo>> Acesso em: 05 abril de 2021

IIZUKA, Edson Sadao; DE MORAES, Gustavo Hermínio Marcondes. **Análise do potencial e perfil empreendedor do estudante de Administração e o ambiente universitário:** reflexões para instituições de ensino. Administração: ensino e pesquisa, v. 15, n. 3, p. 593-630, 2014.

KRÜGER, Cristiane; PINHEIRO, Juliano Peranson; MINELLO, Italo Fernando. As características comportamentais empreendedoras de David McClelland. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales,** 2017.

KYNDT, E.; BAERT, H. Entrepreneurial competencies: Assessment and predictive value for entrepreneurship. **Journal of Vocational Behavior,** v. 90, p. 13-25, 2015.

LEITE, Emanuel Ferreira. **O fenômeno do empreendedorismo.** Saraiva Educação SA, 2017.

LIMA, Luciano Gonçalves de; NASSIF, Vânia Maria Jorge; GARÇON, Marcia Maria. O Poder do Capital Psicológico: A Força das Crenças no Comportamento Empreendedor. **Revista de Administração Contemporânea,** v. 24, n. 4, p. 317-334, 2020.

MARIA, Darasele Francine. NEUENFELD, Debora Raquel – O Contador Empreendedor - **Revista Borges: Ciências Sociais Aplicada em Debate** V. 8, N. 2, Florianópolis, 2018.

MARION, J.C. Contabilidade Básica. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas,2003.

MARQUES, José Roberto. **A história do empreendedorismo**. Saiba como tudo começou. Disponível em :< <https://www.jrmcoaching.com.br/blog/a-historia-do-empreendedorismo-saiba-como-tudo-comecou/> > Acesso em: 05 abril de 2021.

MATOS, Fátima Regina Ney et al. Estudo observacional do comportamento empreendedor de Irineu Evangelista de Sousa da ótica de Filion no filme " Mauá-o Imperador e o Rei". **Cadernos EBAPE. BR**, v. 10, n. 1, p. 202-220, 2012.

MINELLO, I. F., & Gomes, T. C. (2013). Estresse e comportamento do empreendedor: um estudo exploratório com empreendedores que vivenciaram o insucesso empresarial. **Revista Gestão e Sociedade**, 7(16), 51-69.  
<https://doi.org/10.21171/ges.v7i16.164>

MINELLO, Italo Fernando; SCHERER, Laura Alves. Mudança de comportamento de empreendedores: Uma análise dos tipos de empreendedor antes, durante e depois do insucesso empresarial. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 6, n. 4, p. 144-165,

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 3<sup>a</sup> Ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, Diego Alex Gazaro dos. **A influência do ecossistema de empreendedorismo no comportamento dos empreendedores**. 2017.2012.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. 1961.

SILVA, Nair Pinto et al. **O empreendedorismo emigrante**: o caso dos portugueses em Londres. 2014. Dissertação de Mestrado.

SOUZA, Marcos Antonio de; VERGILINO, Caroline da Silva. **Um Perfil do Profissional Contábil na Atualidade: Estudo Comparativo Entre Conteúdo de Ensino e Exigências de Mercado**. Administração: Ensino e Pesquisa, v. 13, n. 1, p. 183-223, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 15<sup>a</sup> Ed. 2014. Atlas.

VIRTUOSO, Gisele Cristina Plachi; MARTINS, Zilton Bartolomeu. Percepção dos Empresários sobre a Evolução do Perfil do Contador. **Research, Society and Development**, v. 7, n. 4, p. e1174303-e1174303, 2018.

ZEN, Aurora Carneiro; FRACASSO, Edi Madalena. Quem é o empreendedor? As implicações de três revoluções tecnológicas na construção do termo empreendedor. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 9, n. 8, p. 135-150,2008.

## A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS EM RELAÇÃO A EDUCAÇÃO FISCAL NO MUNICÍPIO DE PASTOS BONS - MA

Julianna Sousa Brito<sup>1</sup>  
Cleber Soares de Brito<sup>2</sup>

### RESUMO:

A sociedade brasileira vive momentos de transformação, e isso requer rápida adaptação no hábito de agir e pensar de nossos cidadãos, pensando globalmente e agindo localmente a fim de intervir e modificar a realidade social em seu entorno. Perante o exposto, este trabalho tem o objetivo de perceber o nível de conhecimento sobre a educação fiscal dos profissionais que trabalham nos estabelecimentos comerciais do município de Patos Bons, no Estado do Maranhão. Como metodologia, foi realizada uma pesquisa de campo para coletar as informações de 21 respondentes, por meio da aplicação de um questionário online. Questionário este composto de duas partes, sendo a primeira parte voltada para o perfil socioeconômico dos respondentes e a segunda parte, descrever qual é a compreensão dos estabelecimentos a respeito à educação fiscal. Como resultado da pesquisa foi possível perceber a falta de sintonia entre o que o cidadão tem obrigação de fazer e o que deve fazer, ou seja, os direitos e deveres parecem não está claro para esse público. E a desinformação quanto ao programa de Educação Fiscal que é desenvolvido pelo Estado do Maranhão, podendo contribuir sobremaneira para uma maior compreensão do cidadão de seu papel social. O contador é reconhecido como uma ferramenta chave no auxílio das decisões gerenciais que precisam ser tomadas pelos seus gestores e pelo importante papel social que podem desempenhar dentro e fora das empresas.

**PALAVRAS-CHAVES:** Educação Fiscal. Estabelecimentos Comerciais. Cidadão. Profissional Contábil.

### ABSTRACT:

Brazilian society is going through moments of transformation, and this requires quick adaptation to our citizens' habits of acting and thinking, thinking globally and acting locally in order to intervene and modify the social reality around them. Given the above, this work aims to understand the level of knowledge about tax education of professionals who work in commercial establishments in the municipality of Patos Bons, in the state of Maranhão. As a methodology, a field research was carried out to collect information from 21 respondents, through the application of an online questionnaire. This questionnaire is composed of two parts, the first part focusing on the socioeconomic profile of the respondents and the second part describing what the establishments understand about tax education. As a result of the research, it

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Contábeis no Centro Universitário – UNIESP, E-mail: [juliannasousabrito@gmail.com](mailto:juliannasousabrito@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduado em Matemática e Administração, pela Universidade Estadual da Paraíba , Mestrado em Gestão das Organizações Aprendentes pela Universidade Federal da Paraíba. Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis. E-mail: [clebersoaresdebrito@gmail.com](mailto:clebersoaresdebrito@gmail.com)

was possible to notice the lack of harmony between what citizens have an obligation to do and what they should do, that is, the rights and duties seem not clear to this audience. And the lack of information regarding the Fiscal Education program that is developed by the State of Maranhão, which can greatly contribute to a greater understanding of the citizen's social role. The accountant is recognized as a key tool to support management decisions that need to be taken by their managers and for the important social role they can play inside and outside companies.

**KEY WORDS:** Tax Education. Commercial Establishments. Citizen. Accounting Professional.

## 1 INTRODUÇÃO

A história da tributação é de tempo antigo muito distante, onde existiam classes dominantes e classes dominadas em que a sociedade se ordenava de forma diferente. A determinação de tributos tem raízes profundas e severas para as pessoas, que desde os tempos mais antigos se submeteram a essa carga tributária para agradar uma minoria, de acordo com Belchior e Silva, (2019).

Por sua vez, a história é fator determinante para uma sociedade que deseja se transformar. À medida que se percebe as razões de determinadas lutas, guerras, manifestações, começa-se a entender a humanidade dentro de suas complexidades. O ser humano não é apenas constituído de carne e osso, mas, sobretudo, de uma dimensão social, econômica e política. Para compreender esses aspectos derivantes do homem é preciso resgatar o passado, muitas vezes esquecido (BELCHIOR E SILVA, 2019).

Nos anos de 7000 a 3000 a.C, tinha-se ausência do pagamento dos tributos, muito menos algo que comprovasse como surgiu a tributação, de acordo com Weber (1968).

Na sociedade contemporânea, o pagamento de tributos coexiste ao passo que contribui para assegurar direitos fundamentais garantidos, no Brasil, pela Constituição Federal. Todavia, contribuir para com o Estado por meio do pagamento de impostos nem sempre fornece status de garantia de direitos ao cidadão. A tributação é a base econômica de um país (BELCHIOR E SILVA, 2019).

Diante desse cenário, vale lembrar que a educação fiscal pode ser acompanhada também por profissionais qualificados, como por exemplo, o contador, pois conhece os direitos e deveres do cidadão, além de fornecer informações econômicas e financeiras para as organizações, torna-se integrante efetivo de uma

sociedade que entende este papel como indispensável para a sua sobrevivência (PERTUZATTI, 2005).

Atualmente, uma nova visão da profissão contábil é necessária e requerida pela sociedade, pois a complexidade das relações sociais e econômicas torna o mundo dos negócios mais competitivo, exigindo dos profissionais contábeis a mesma evolução (PERTUZATTI, 2005).

O contribuinte precisa ser incentivado a exercer seu papel cidadão, devendo saber a função social do tributo. Nesse sentido, precisa exigir do estabelecimento comercial a Nota fiscal na aquisição das mercadorias adquiridas. Outro aliado no desenvolvimento da consciência cidadã é o contador, profissional de mercado, também chamado de consultor, essencial na vida das empresas, buscando disseminar a conscientização tributária dos gestores e apoiando os mesmos na busca por decisões mais assertivas em suas organizações, (PERTUZATTI, 2005)

A sociedade brasileira vive um momento de transformações, e isso requer a mudança do hábito de agir e pensar da população como um todo. Nesse contexto, a formação de um novo cidadão se faz necessária para que se torne consciente, sensível e responsável para buscar novas perspectivas nas práticas sociais, pensando globalmente e agindo localmente a fim de intervir e modificar a realidade social em seu entorno, tornando-se sujeito ativo no contexto histórico atual (PRACZUNA, 2016)

A educação fiscal pode ser compreendida como instrumento de disseminação para uma nova cultura cidadã, que entenda o processo da tributação, e que pagamos impostos e, dessa forma temos o direito de participar das decisões referentes à utilização do recurso público. Através da Educação Fiscal pode-se construir o caminho da participação popular, pois quando se conhece o processo de alocação e destino dos recursos arrecadados é possível fazer o acompanhamento, a cobrança e a fiscalização (PRACZUNA, 2016).

Seus direitos e deveres, dos quais o pagamento de impostos é um dos deveres, e a partir daí entendam que todo o dinheiro arrecadado deve ser utilizado na gestão pública e que devem retornar na forma de prestação de serviços públicos como as construções e manutenção de hospitais, escolas, estradas, e ainda em forma de programas sociais, previdência social, segurança e outros benefícios que a Constituição Federal atribui aos cidadãos cumpridores de seus deveres

(PRACZUNA, 2016).

Diante disso, essa pesquisa apresenta a seguinte questão: É possível perceber quanto os comerciantes do município de Pastos Bons, no Maranhão, conhecem sobre Educação Fiscal?

O objetivo geral é identificar quanto os comerciantes do município de Pastos Bons, no Maranhão, conhecem sobre Educação Fiscal.

O estudo traz argumentos que abrange a disseminação da educação fiscal como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento do Estado, ampliando a cidadania fiscal e ressaltando a importância social dos tributos para a sociedade.

Nesta perspectiva, como procedimento metodológico, esta pesquisa será de cunho quantitativo, a partir de uma pesquisa de campo para levantamento de informações a partir da aplicação de um questionário estruturado em 21 estabelecimentos comerciais, localizado na Av Domingos Sertão na cidade de Pastos Bons – MA, discussão dos resultados, considerações finais e referências.

Enquanto fundamentação teórica dialoga-se com a preocupação do desenvolvimento da educação fiscal nos estabelecimentos comerciais, tendo em vista, ao desenvolver o presente estudo, avalia-se também a importância do profissional contábil junto à sociedade, porque seu papel não se restringe a questões tributárias ou gerenciais, mas sim, assume importante papel social voltado às questões de conscientização, planejamento e responsabilidade social, sendo assim, munindo os empresários de informações valiosas para tornar seus estabelecimentos mais assertivos em seu modelo de gestão.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 EDUCAÇÃO FISCAL**

O governo com a finalidade de educar seus cidadãos no contexto tributário criou diversos programas, destacando o Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF, implantado através da Portaria nº 896, de 05 de abril de 2012, que trouxe como objetivo de desenvolver a sociedade, promover orientação tributária, buscar a simplificação, elevar o cumprimento espontâneo das obrigações, e levar aos cidadãos conhecimento sobre o funcionamento da Receita Federal do Brasil - RFB (RECEITA FEDERAL, 2012).

A educação fiscal se torna essencial para que um cidadão tenha controle da sua vida financeira e da mesma forma, para que um empreendedor tenha sucesso na sua empresa. Não tem como o empresário evitar as responsabilidades da sua empresa, e para isso exige que tenha um mínimo conhecimento das obrigações contábeis, pois o conhecimento é muito relevante para a sustentabilidade e sucesso da empresa (CERBASI, 2016).

Infelizmente a maioria dos empreendedores abrem as portas sem que tenha o conhecimento das suas obrigações perante o Fisco, podendo levar a empresa a enfrentar dificuldades ou até mesmo a sua mortalidade. Araújo et al. (2017, p. 11), afirma que “a maior parte dos empresários, vão obtendo conhecimento referente aos impostos e suas alíquotas ao longo do tempo”.

Um dos erros mais cometidos pelos empresários em razão da falta de educação fiscal é não separar o patrimônio jurídico do físico. No entanto, é uma exigência legal da Receita Federal que foi dada através da resolução CFC N° 1.374/2011 no qual instituiu os princípios da contabilidade, entre eles o princípio da entidade, que diz que o patrimônio da empresa, não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários.

A educação fiscal serve também para capacitar o cidadão a reclamar no momento oportuno junto às autoridades e aos órgãos competentes, fortalecendo-o para o exercício de seus direitos sociais, estimulando-o a desenvolver o espírito comunitário, conscientizando-o da responsabilidade individual para com a coletividade e buscando valorizar os tributos pagos (CASTRO, 2020).

O PNEF é incipiente e ainda vive-se no Brasil um estado de profundo desconhecimento das bases da sociedade em relação às coisas mais elementares, agravado, no caso do tributo, pela sua natureza impositiva. Ainda confunde-se Estado com governo; contribuinte de direito com contribuinte de fato; governo com funcionário público e não se tem claro que o criador do Estado e, portanto, dos seus tributos, é o próprio povo. Se o sistema tributário nacional é "injusto", existem caminhos adequados para mudá-lo, não servindo tal fato de justificativa para a sonegação (PNEF, 2002). Esse quadro evidencia a importância de programas, tanto de iniciativa privada quanto pública, que tenham por fim desenvolver a consciência fiscal no cidadão brasileiro (GRZYBOVSKI , 2006).

Com programas de educação fiscal se desperta o cidadão para a importância do pagamento espontâneo dos tributos e, por outro lado, dá-se importância a sua participação em câmaras municipais, assembleias legislativas, reuniões comunitárias, associações de bairro, associações de classe e sindicatos a fim de eleger as prioridades no planejamento e nos orçamentos da administração pública, cobrar a execução e acompanhar efetivamente a aplicação dos recursos públicos.

## 2.2 ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NA CIDADE DE PASTOS BONS – MA

Pastos-Bons foi então uma denominação regional geral, dada pelos ocupantes à imensa extensão de campos abertos para o Ocidente, em uma sucessão pasmosa em que ao bom sucedia o melhor. Após o povoamento do alto sertão, com sub denominações locais, somente o ponto inicial das entradas ficou sendo chamado de Pastos Bons. Os primeiros povoadores vieram de Pernambuco e da Bahia. Foram os conquistadores do sertão: isso em 1764, data gravada no frontispício do templo católico. Criadores de gado foram os primeiros povoadores, situando fazendas em toda a região. (IBGE, 2017). Naquele tempo começou a surgir os comércios, em número pequeno e havia passagem de diversos vendedores itinerantes que aproveitavam a passagem pelos povoados e comercializam vários produtos, como espelhos, utensílios de cozinha, produtos de cama, mesa e banho, além de verduras, frutas e carnes. Essas mercadorias eram pagas em dinheiro vivo, ou, em caso de um produto de valor considerado mais elevado, transformado em crediário, com a cobrança sendo feita porta a porta em uma data combinada entre as partes.

Outra renda era quebra de coco babaçu, para venda da amêndoas (atividade predominante entre as mulheres), trabalho no campo (com plantações e criação de gado, principalmente nas fazendas que circundam o vilarejo), venda de artesanatos (quase sempre confeccionados em fios) e venda de serviços especializados (em oficinas mecânicas que consertam motos e automóveis, salões de beleza e barbearias improvisados e serviços de transporte, por conta da distância entre o povoado e a sede do município), produção de bebidas alcoólicas, principalmente cachaça, pois há vários alambiques nas redondezas.

Atualmente, nesse século XXI, vivem melhor, são mais 22 mil habitantes, é uma cidade que não é tanto desenvolvida, mas as famílias têm suas rendas seus meios de viver que é o comércio, acredito que hoje tem mais de 50 estabelecimentos na cidade, cada um com sua natureza, alguns estabelecimentos prestam serviço e outros são comércios: transporte; cabeleireiro; maquiagem; alimentação; distribuidora de bebidas; escritório de consultoria; representação comercial; hambúrgueres entre outros.

### 2.3 A CONTABILIDADE E A EDUCAÇÃO FISCAL

Em decorrência da necessidade de controlar as operações comerciais, surgem os profissionais dedicados à contabilidade a partir do final do século XVIII. De acordo com Fipecafi (1997, p. 64), “o contador desempenha função relevante na análise e aperfeiçoamento da ética na profissão contábil, pois sempre está às voltas com dilemas éticos, nos quais deve exercer, na plenitude de sua soberania, seu papel de profissional independente”. É através do auxílio do profissional contábil que o empresário pode conhecer melhor sua empresa.

O contador tem a função de auxiliar os gestores no controle do patrimônio, fornecendo informações a todos os usuários, criar planos em busca de alcançar os objetivos e cumprir as metas estipuladas, e contribui diretamente no desenvolvimento da entidade, certificando que o papel do contador é essencial em uma organização (FERREIRA et al. 2014). Além de orientar seus clientes no controle de seu patrimônio, o contador tem uma função social. Para Merlo e Pertuzatti (2004) “o contador é o agente propagador da conscientização tributária, e seu papel social é auxiliar a sociedade na conquista de um desenvolvimento social justo e melhor distribuído”.

Silva (2003, p. 3) entende que:

O profissional contábil precisa ser visto como um comunicador de informações essenciais à tomada de decisões, pois a habilidade em avaliar fatos passados, perceber os presentes e predizer eventos futuros pode ser compreendido como fator predominante ao sucesso empresarial.

A profissão contábil está regulamentada pelo Código de Ética Profissional do

Contabilista aprovado em 1970. O Código de Ética Profissional tem por objetivo fixar a forma pela qual se devem conduzir os contadores no seu exercício profissional.

Segundo Fipecafi (1997, p. 24 apud PERTUZATTI, 2005):

(...) a ética, como expressão única do pensamento correto, conduz à ideia da universalidade moral, ou ainda, à forma ideal universal do comportamento humano, expressa em princípios válidos para todo pensamento moral sadio.

Entre outros princípios éticos, a responsabilidade fiscal é um importante instrumento de cidadania. A conscientização tributária é necessária para conduzir os contribuintes e um princípio básico para que as empresas possam fazer a correta gestão fiscal. Assim, o profissional contábil provará sua importância para a sociedade, não apenas pela profissão que exerce, mas também pelo exemplo de profissionalismo e de conduta ética e moral (PERTUZATTI, 2005).

Todavia, foi criado com intenção de promover fundos financeiros para suprir as necessidades de um determinado grupo, com o objetivo de conceder intercâmbio dos bens excedentes nos próprios produtos da unidade econômica.

A evolução da contabilidade a informação proporcionou um instrumento para que a empresa possa ter qualquer movimentação de seu patrimônio, analisando o lucro e o prejuízo da empresa. Desde então, a evolução da contabilidade é importante para que possamos conhecer quais princípios fundamentais, prática e teórica do procedimento contábil e é o método mais antigo, começou através da contagem da riqueza diferenciando o ativo e passivo como obrigações e direitos. Devido às mudanças tecnológicas, tornou-se cada vez mais imprescindível no mundo dos negócios, com a utilização avançados de hardware e software fornecendo informações de forma objetiva e diminuindo as indecisões para a tomada de decisão.

A tecnologia de informação facilitou de forma rápida para que as empresas buscassem soluções mais eficientes que possibilitem agilizar as decisões a serem tomadas como o Sistema. A tecnologia da informação demonstra seu papel importante no segmento contábil, onde necessita de uma melhor qualidade nas informações contábeis para os gestores e executivos de vários ramos das empresas. (OLIVEIRA E PEREIRA, 2013).

Portanto, o sistema de informação auxilia a empresa a obter o planejamento, organização e qualidade do sistema, ou seja, armazenar dados para que possa fornecer informação para a contabilidade. A empresa necessita de sistema de informação que atende às informações financeiras e que estabelecem resultados diários de todas as rotinas do negócio. Todos os tipos de sistemas trabalham para fornecer informações resumidas para monitorar e controlar o desempenho geral da empresa dividido por setor de cada gestor responsável.

O sistema de informação financeiro propõe o trabalho de departamento financeiro de contabilidades com o objetivo controlar a entrada e saída do fluxo de caixa.

A tecnologia da informação forneceu para a contabilidade um instrumento valioso de informações para tomada de decisões, administrar e aproveitar as oportunidades de diferenciação que as novas tecnologias de informação oferecem (OLIVEIRA E PEREIRA, 2013).

## 2.4 EDUCAÇÃO FISCAL NOS CENÁRIOS NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

A Constituição Federal de 1988 estabelece sobre quais impostos os entes federados têm competência para cobrar da população, não sendo possível a criação de algum outro que não esteja nela previsto – exceto a competência residual da União.

Dito de outro modo, Estados, Distrito Federal e Municípios podem instituir tão somente os impostos previstos na Constituição Federal. A União, por sua vez, pode instituir outros impostos além daqueles nela previstos, devendo repassar 20% do produto da arrecadação desses novos impostos aos Estados e ao Distrito Federal, nos termos do art. 154, inciso I, c/c o art. 157, inciso II, da Constituição. (CORDEIRO,2016)

De acordo com o Código Tributário Nacional (art. 3º), “tributo é toda prestação pecuniária compulsória em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”. São espécies de tributos, de acordo com o art. 4º do Código Tributário Nacional, os impostos, as taxas e as contribuições de melhorias. Entende-se que o imposto é direto, quando suportado pela própria

pessoa (exemplos IPTU, IPVA, IR, ITBI e ITCMD) e indireto, quando o ônus financeiro é transferido ao consumidor final (exemplo ICMS, IPI e ISS).

O Código Tributário Nacional, em seu art. 16, define imposto como “o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”. Taxas são tributos que exigem uma atuação estatal direta. Estão divididas em: taxas de políticas e taxas de serviços. As taxas podem ser instituídas e cobradas por quaisquer dos entes tributantes, desde que, prestem o serviço que dá sustentação ao seu fato gerador. É importante destacar que as taxas não podem ter base de cálculo própria de impostos.

Com a provocação da concorrência, tanto em âmbito local como mundial, tornou-se questão de sobrevivência empresarial a correta administração do ônus tributário. Os tributos representam uma parcela significativa dos custos das empresas, senão a maior. As pessoas jurídicas, por opção ou por determinação legal, terão apuradas suas bases de cálculo na tributação federal por uma das seguintes formas: simples, lucro presumido, lucro real ou lucro arbitrado. A escolha pelo regime tributário é fundamental, porque determina como a empresa será taxada pelo Fisco. Desta forma, a escolha deve ser efetuada com cautela e atenção, pois os benefícios ou ônus podem ser significativos (CORDEIRO, 2016).

O Estado Brasileiro é constituído por entidades políticas autônomas: União, Estados-Membros e Municípios. Tal autonomia é de natureza política, administrativa e financeira. O atual sistema tributário concentra a arrecadação na União e nos Estados. Por esta razão, tais esferas entregam parte do que arrecadam, por meio de mecanismos diretos e indiretos de distribuição, aos municípios. De forma direta, ocorre numa relação simples, apenas com o ato de transferir parte da receita. No entanto, de forma indireta, são necessários fundos com parcelas de arrecadação de um determinado imposto, que depois serão transferidos.

No Estado do Maranhão existe um programa chamado: Programa para cidadania: esse programa de Educação Fiscal tem o objetivo de aumentar o grau de informação fiscal da comunidade maranhense, promovendo e institucionalizando o tema da Educação Fiscal, para o pleno exercício da cidadania.

### 3 METODOLOGIA

De acordo com a autora Vergara (2014), esta pesquisa se classifica quanto aos fins: descritiva, busca identificar quais características são determinantes e responsáveis pelo comportamento dos indivíduos ou comunidades.

Quanto aos meios, utilizou-se uma pesquisa de campo buscando realizar uma investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explica-lo. “Entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não”. (VERGARA, 2005, p.48)

O estudo de campo “consiste ainda na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisa-los” (MARCONI; LAKATOS,2003, P. 186).

Foram utilizados questionários que apresentavam variáveis distintas, cujas análises são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, de acordo com Fachin (2003). O questionário foi dividido em duas etapas: primeira etapa aborda questões acerca da identificação do perfil socioeconômico e na segunda etapa, aborda questões específicas do comportamento empreendedor.

O público visado para a pesquisa foram os profissionais de estabelecimentos comerciais do comércio varejista. A amostra escolhida foram 21 (vinte e um) profissionais de estabelecimentos comerciais, localizado na Av Domingos Sertão na cidade de Pastos Bons – MA,

Com o objetivo de responder a questão do problema, foi aplicado um questionário online, construído a partir do google formulários, contendo 20 (vinte) questões, sendo 19 (dezenove) questões fechadas, podendo marcar sim ou não, ou opções de múltipla escolha e ainda disponibilizou-se 01 (uma) questão aberta, o link foi compartilhado através do *WhatsApp*. Foi disponibilizado o seu preenchimento no período de 17 a 24 de maio de 2021. Cada participante de forma individual e voluntária fez o acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), termo este que foi encaminhado e validado pelo Comitê de Ética da UNIESP.

### 4 ESTUDO DE CASO: RESULTADO E DISCUSSÃO

Consoante ao já descrito na metodologia, do estudo e da coleta de dados

emergiram categorias de análise, cujos resultados obtidos serão expostos e discutidos a seguir.

#### 4.1 PERFIL SOCIOECÔNOMICO

Na primeira etapa do questionário buscou-se identificar o perfil socioeconômico dos respondentes como; a faixa etária, sexo, cidade onde reside, conhecimento em informática e nível de conhecimento também, função que exerce na empresa e média salarial. No quadro 1 a seguir apresenta-se o perfil socioeconômico.

Afirmativa	Assertiva	Percentuais	Quantidade
Faixa etária	De 21 até 30 anos	30,00%	7
	De 31 até 40 anos	35,00%	7
	De 41 até 50 anos	35,00%	7
Sexo	Feminino	52,40%	11
	Masculino	47,60%	10
Cidade onde reside	Pastos Bons - MA	100,00%	21
Tem algum conhecimento em informática?	Sim	76,20%	16
	Não	24%	5
Função que exerce na empresa que trabalha	Função Operacional	23,80%	5
	Função Administrativa	28,60%	6
	Função de Liderança	38,00%	8
	Proprietária	4,80%	1
	Representante Comercial	5%	1
Média Salarial	01 Salário	14,30%	3
	Acima de 01 até 02 salários	43%	9
	Acima de 02 até 04 salários	14,30%	3
	Acima de 04 até 06 salários	14,30%	3
	Acima de 06 salários	14,30%	3
Qual o seu nível de conhecimento em informática?	Básico	11,10%	2
	Intermediário	88,90%	16

Quadro 1 - Perfil Socioeconômico

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Conforme apresentado no Quadro 1, que se refere a faixa etária entre 21 até 50 anos sendo, 30% dos respondentes; entre 21 até 30 anos na quantidade de 7 pessoas, o que representa 35%; entre 31 até 40 anos na quantidade 7 pessoas, representando 35%; entre 41 até 50 anos na quantidade de 7 pessoas.

No que se refere ao sexo, predominou por pequena diferença o sexo feminino, representando 52,40% dos respondentes, enquanto se declararam do sexo masculino 47,60%.

Quanto ao conhecimento em informática, observou-se que 76,20% dos respondentes possuem conhecimento de informática, enquanto 24% dos respondentes não dominam esse conhecimento. Quanto ao nível de conhecimento em informática, percebe-se que a maior parte 88,90% tem conhecimento em nível intermediário e 11,10% nível básico.

Quanto a função exercida em suas empresas, pode-se observar que 38% dos respondentes exercem função de liderança; 28,60% exercem função administrativa; 23,80% exercem função operacional e em menor quantidade se auto referenciou com 4,80% proprietária e 5% representante comercial.

Vale destacar que a média salarial mais elevada é para quem tem sua média salarial acima de 01 até 02 salários, 43%; o restante dos percentuais são instáveis, onde todas as assertivas tiveram 03 respondentes as assinalando.

Quanto ao ramo de atividade, pode-se perceber, conforme gráfico 1 a seguir que, que a maioria dos estabelecimentos comerciais respondentes é de lojas de roupas, com um percentual de 40%; observa-se ainda que 25% dos respondentes são do ramo de mercado e as outras atividades dividem-se com 5% cada. São elas: prestação de serviço, cimento, pneus, construção civil, caminhão, comércio, calçados e brinquedos, ferragem e farmácia.

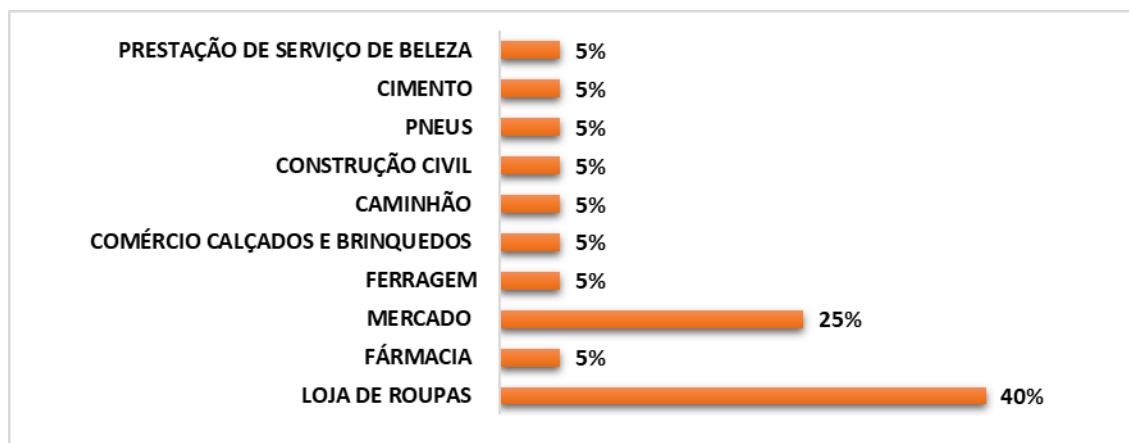


Gráfico 1 – Ramo de atividade  
Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Assim, nesse primeiro instante, pode-se perceber que a maior parte dos pesquisados são mulheres, exercendo função de liderança, com conhecimento intermediário em informática. Destaca-se que a média salarial desses profissionais gira em torno de dois salários mínimos. E ainda, existiu uma diversidade de ramos de atividades que são explorados na localidade.

Ao se falar em educação fiscal, resgata-se que o tributo é elemento inerente à existência do Estado, imprescindível à organização da nossa sociedade e ponto chave da relação Estado-cidadão. Ao se explorar o perfil socioeconômico, com nove questões, busca-se analisar o perfil dos respondentes, já que esses profissionais, a priori, possam ser chamados de administradores, ou empresários, disseminadores de opinião, podendo discutir alternativas para aproximar os interesses do Estado aos do cidadão, por meio de dados empíricos que possam explorar os conceitos teóricos da educação fiscal e da administração pública.

#### 4.2 ANÁLISE PERCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL

A segunda parte do questionário tem um foco maior na percepção da educação fiscal por parte dos profissionais que lá exercem suas funções.

Na questão que trata sobre a venda de suas mercadorias, normalmente você recebe o pagamento como? Teve-se o seguinte resultado, conforme gráfico 2 a seguir.

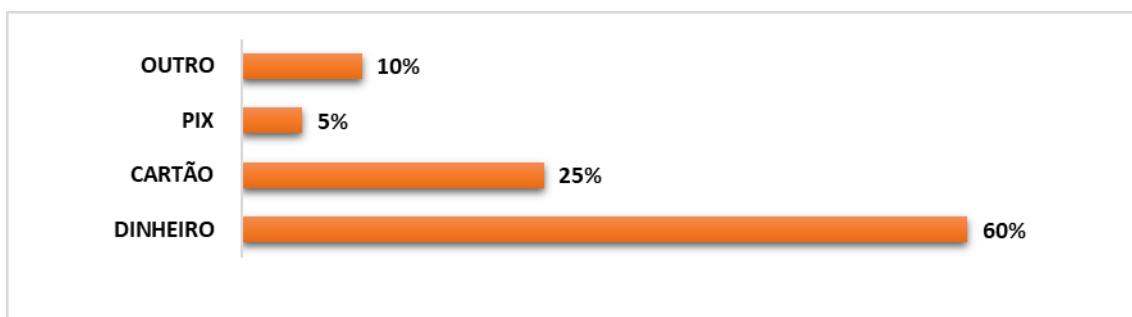


Gráfico 2 – Forma de pagamento  
Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Conforme apresentado no gráfico 02, foi observado que a maior parte dos respondentes recebe a maior parte de seus pagamentos em dinheiro, representando uma porcentual de 60%; 25% da população efetua o pagamento através do cartão, 5% usam o recurso do PIX; e 10% usam outra forma de pagamento, no caso em

questão, foi identificado a transferências bancária, como forma de pagamento.

Dessa maneira, nota-se que as respostas dos respondentes têm uma forma de pagamento ainda bem tradicional, com o uso do dinheiro, não se utilizando muito das estratégias do cartão de crédito, nem muito menos da estratégia criada pelo governo, como por exemplo, fazendo o uso do PIX.

Quando os respondentes são perguntados se, “se consideram cidadãos”. 100% deles afirmam se considerarem cidadãos, cientes do conhecimento dos seus direitos e deveres dentro da sociedade, de forma a cumprir e saber se portar dentro das situações sociais.

Na questão que trata “Quando vende alguma mercadoria, sempre pergunta ao cidadão se deseja receber a Nota Fiscal”, veja resultado no quadro 2 a seguir.

Afirmativa	Assertiva	Percentuais	Quantidade
Quando vende alguma mercadoria, sempre pergunta ao cidadão se deseja receber a Nota Fiscal?	Sim	43%	9
	Não	57,10%	12

Quadro 2 - Perfil Específico  
Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Quanto a pergunta “Quando vende alguma mercadoria, sempre pergunta ao cidadão se deseja receber a Nota Fiscal”, 57,10% dos respondentes não fazem essa pergunta, 43% destes fazem a pergunta e emitem.

Um dos processos mais importantes, que garante a integridade e legalidade das empresas, a nota fiscal é usada para validar as vendas de produtos e serviços, dessa maneira o empreendimento se mantém em dia regularizado com o Fisco.

Se 100% dos respondentes dizem ser cidadãos, esse resultado não se reflete nessa afirmativa, pois a maioria deles não exercem seu dever de perguntar sobre a nota fiscal.

O quadro 3 a seguir resgata duas afirmativas a serem consideradas. Primeiro “Você separa as receitas e despesas da sua empresa das suas finanças pessoais”; a segunda afirmativa “Conhece quais as consequências da sonegação de impostos, envio de declarações fora do prazo e emissão de documentos fiscais incorretos”. Vejam os resultados abaixo.

Afirmativa	Assertiva	Percentuais	Quantidade
Você separa as receitas e despesas da sua empresa de suas finanças pessoais?	Sim	66,70%	14
	Não	33,30%	7
Conhece quais as consequências da sonegação de impostos, envio de declarações fora do prazo e emissão de documentos fiscais incorretos?	Sim	76%	16
	Não	24%	5

Quadro 3 – Sócio Específico

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Apesar de ser obrigatório seguir o princípio da entidade, muitos empresários não cumprem com esta obrigação, diante disto o resultado trazido pelo quadro 3 revela que 66,70% dos empresários afirmaram seguir o princípio da entidade e separam as contas pessoais das contas jurídica, e 33,30% não fazem este controle e entendem que o dinheiro da empresa é do dono da empresa.

De acordo com a lei 4.729 de 14 de julho de 1965, prestar informações falsas, omitir informações, deixar de recolher tributos, alterar qualquer documento fiscal, se constitui crime de sonegação fiscal, podendo sofrer penalidades como multas e reclusão. Perguntando aos empresários sobre as consequências e penalidades da sonegação de impostos e envio de declarações incorretas e fora do prazo, obteve como resultado conforme o quadro 3 a opinião dos empresários no qual, 76% disseram que tem consciência e 24% disseram não ter conhecimento algum sobre o que pode ocorrer por não cumprir as obrigações.

Com relação a afirmativa “Você sabe para onde vão os impostos que pagamos”, observe o gráfico 3 a seguir



Gráfico 3 – Para onde vão os impostos que pagamos?

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Pode se concluir que a maior parte dos respondentes, 90% deles sabem para

onde são destinados os impostos recolhidos por sua empresa e 10% desconhecem o destino.

Depreende-se desse resultado com a maioria tendo este conhecimento sabendo que os impostos são utilizados diretamente pelo Governo Federal, parte considerável retorna aos estados e municípios para ser aplicado nas administrações.

No que tange a questão que aborda a afirmativa “Todos são obrigados a pagar impostos”, observe os resultados no gráfico 4.

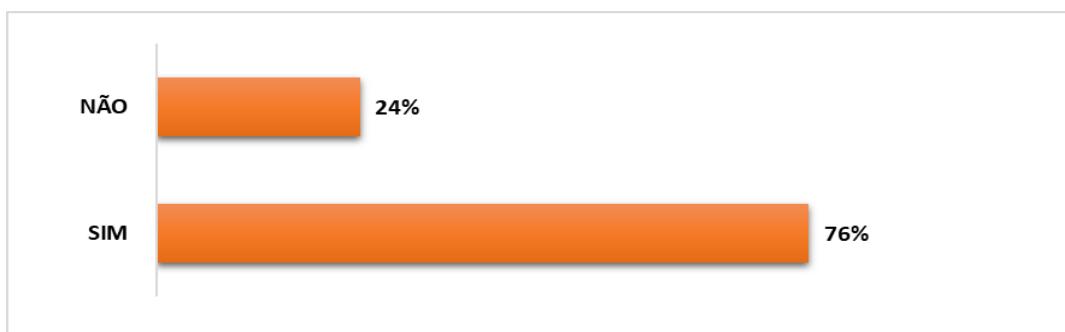


Gráfico 4 – Todos são obrigados a pagar impostos?

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Dentre os respondentes, 76% afirmam terem conhecimento que é dever de cada cidadão pagar os impostos e 24% dizem não serem obrigados a tal pagamento. Percebe-se aqui que embora a maioria dos respondentes saiba para onde vão os impostos, conforme gráfico 3, existe um percentual no gráfico 4 de 24% deles que acreditam não terem obrigação de pagarem impostos. É no mínimo um contrasenso dessas pessoas. Sabem em sua maioria para onde vão os impostos, mas não querem se comprometer a pagá-los.

Em se tratando da afirmativa “Existe projeto do município ou Estado referente a Nota fiscal”, observe os resultados no gráfico 5.



Gráfico 5 – Existe projeto do município ou Estado referente a Nota fiscal ?

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

O gráfico 5 representa o conhecimento dos empresários sobre algum projeto referente a nota fiscal aplicados pelo governo, onde 85% apresentaram desconhecimento sobre o programa, 15% disseram ter conhecimento da existência.

A maioria dos empresários tem desconhecimento dos projetos ou programas, fato que se torna ruim, pois a educação fiscal atua em vários setores como na educação que faz um cidadão mais consciente, na ética que busca valorizar o bem comum da sociedade, e voltado aos empresários estimula o cumprimento das obrigações tributárias, trabalhando contra a evasão fiscal, pirataria, contrabando, corrupção e sonegação fiscal, de acordo com o Programa Nacional de Educação Fiscal (2015).

O Governo Federal cria programas e medidas de incentivo ao crescimento social e econômico do país. No Estado do Maranhão existe um programa chamado: Programa para cidadania: esse programa de Educação Fiscal tem o objetivo de aumentar o grau de informação fiscal da comunidade maranhense, promovendo e institucionalizando o tema da Educação Fiscal, para o pleno exercício da cidadania.

Por fim, a última pergunta fechada direcionada aos profissionais do comércio local de Bons Pastos, “O contador é um profissional essencial para auxiliar na gestão do seu patrimônio”, observe os resultados no gráfico 6.



Gráfico 6 – Acha o contador um profissional essencial para auxiliar na gestão do seu patrimônio

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

O contador é o profissional que tem como função orientar os gestores e empresários no controle do seu patrimônio, e o gráfico 6 representa a opinião dos empresários em relação ao profissional contábil que lhe atende. A maioria dos empresários representada por 95% afirmaram que o contador é um profissional

essencial no auxílio da gestão de seu patrimônio, já 5% acreditam que o contador não é essencial nesse auxílio.

Em relação a última questão do formulário construído, tem-se uma pergunta aberta, onde deixou-se um espaço para relatar alguma observação não contemplada no instrumento e que seja relevante para a pesquisa, contribuindo para análise do referido projeto. Obtivemos as seguintes respostas: “Temos conhecimento que pagamos impostos e sabemos qual deveria ser sua destinação. Infelizmente, as políticas públicas não são eficazes neste quesito, não vejo o retorno dos impostos que pagamos. O contador é a pessoal ideal para acompanhamento da empresa”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca pela disseminação das ações de Educação Fiscal pelo país, esse projeto visa perceber quanto os profissionais dos estabelecimentos comerciais do município de Pastos Bons, no Maranhão conhecem sobre Educação Fiscal.

O fisco tem o poder de taxar e fiscalizar as empresas, e o governo com a finalidade de educar seus cidadãos para atender as obrigações e evitar fiscalização, criou programas de educação fiscal, com objetivo de desenvolver a sociedade, promover orientação tributária, para que assim tenha resultado positivo diretamente na economia do país.

Esse projeto tem o objetivo de identificar a percepção dos profissionais dos estabelecimentos comerciais da cidade de Pastos Bons – MA em relação à educação fiscal. Para isso foi aplicado um questionário online com 21 profissionais do setor.

A maior parte dos profissionais que responderam aos questionários está voltada para o segmento de roupas, mas outros segmentos também fizeram parte desse grupo. São eles: mercados, prestação de serviço, cimento, pneus, construção civil, caminhão, comércio, calçados e brinquedos, ferragem e farmácia.

Essa pesquisa nos mostra que embora a maioria dos respondentes saiba para onde vão os impostos, conforme gráfico 3, existe um percentual no gráfico 4 de 24% deles que acreditam não terem obrigação de pagarem impostos. É no mínimo um contrasenso dessas pessoas. Sabem em sua maioria para onde vão os impostos, mas não querem se comprometer a pagá-los.

O programa de educação fiscal que é desenvolvido no Estado do Maranhão

parece não ter tanta divulgação, já que a maioria dos respondentes (85%) desconhem a existência de tal programa.

Vale destacar que a maioria dos profissionais entrevistados (95%) enxergam o contador como profissional essencial para auxiliar na gestão da empresa.

Os resultados da pesquisa demonstram a falta de sintonia entre o que o cidadão tem obrigação de fazer e o que deve fazer, ou seja, os direitos e deveres parecem não estar claro para esse público. E a desinformação quanto ao programa de Educação Fiscal que é desenvolvido pelo Estado do Maranhão, podendo contribuir sobremaneira para uma maior compreensão do cidadão de seu papel social.

Pelo exposto, fica clara a necessidade de uma forte atuação dos governos e da sociedade local na disseminação das ações de educação fiscal, no sentido de melhorar a relação entre o contribuinte/cidadão e o Estado, buscando desenvolver políticas públicas em que os cidadãos entendam a necessidade de acompanhar o destino das receitas arrecadadas e contribuam responsávelmente com a parte que cabe a cada um, a fim de que o Estado obtenha recursos financeiros suficientes para assegurar a aplicação das leis, manter as instituições que permitem o exercício dos direitos de cidadania e promover o bem social.

Dito isso, fica a sugestão para novas pesquisas, seria oportuno aumentar a amostra, com a possibilidade de realizar o mesmo estudo em outras cidades, outros ramos e atividades dos estabelecimentos ou empresas.

## REFERÊNCIAS

**ARAUJO et al - O conhecimento dos empresários perante os tributos e uma avaliação da prestação dos serviços contábeis em Itaipulândia e Serranópolis do Iguaçu.2017.**

**BELCHIOR, Germana Parente Neiva; SILVA, Imaculada Maria Vidal, - 21 anos do Programa de Educação Fiscal do Ceará:** Cidadania fiscal em uma era disruptiva, Fortaleza – CE, 2019. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2019/10/31/sefaz-disponibiliza-e-book-sobre-educacao-fiscal/>> Acesso em: 27 de março 2021

**CASTRO, Hitalo Santos - Educação Fiscal dos empresários e a essencialidade**

**do contador nas empresas: Um estudo de caso em Lajinha-MG**, 2020. < <http://www.pensaracademicounifacig.edu.br/index.php/repositoriotcc/article/viewFile/1802/1412> > Acesso em: 08 de abril de 2021

CERBASI, Gustavo – **Empreendedores inteligentes enriquecem mais**. Rio de Janeiro, 2016 52p. 188p.

CORDEIRO, Ivan Lima - **Educação Fiscal para a Cidadania**, 2019. Disponível em: < <http://www.educacaofiscal.sp.gov.br/contents/apostila-educacao-fiscal-cidadania.pdf> > Acesso em: 13 de abril de 2021.

FACHIN, O. **Fundamentos da metodologia**. 4, ed. São Paulo: Saraiva, 2003  
FERREIRA, R. N. et al - A importância do contador nas organizações – UFSJ, 2014

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras –. **Ética Geral e Profissional em Contabilidade**. P.59. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GRZYBOVSKI, Denize - **Educação fiscal: premissa para melhor percepção da questão tributária, Passo Fundo –RS** 2006. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122006000500005&script=sci\\_arttext&tlang=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122006000500005&script=sci_arttext&tlang=pt)> Acesso em: 17 de mar. 2021

GRUPO EDUCAÇÃO FISCAL - GEF Escola de Administração Fazendária - ESAF 2a Edição – **Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF** – 2015. GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa, 4. ed., São Paulo, Atlas, 2002, 146p

IBGE. Pastos Bons (MA). Prefeitura. 2017. Disponível em: <http://pastosbons.ma.gov.br/cidades/cidades>. Acesso em: 15 mar 2021

MARTINS, André Luiz Oliveira de - **A evolução da contabilidade na era da tecnologia da informação**, Pouso Alegre – MG, 2013. Disponível em: <[https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/daiane\\_aparecida\\_pereira\\_3\\_revisado\\_24102013\\_1.pdf](https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/daiane_aparecida_pereira_3_revisado_24102013_1.pdf)> Acesso em 17 de mar. 2021

PERTUZATTI, Elizandra - **O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA: Uma reflexão sobre o papel do contador**, 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1170/117016151005.pdf>> Acesso em: 22 de março 2021

PRACZUNA, Cristina - **Importância da Educação Fiscal para o desenvolvimento da cidadania. Livro online Os desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE**, Curtiba-PR, 2016. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_pdp\\_mat ufpr cristinapraczun.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_mat ufpr cristinapraczun.pdf)> Acesso em: 01 de abril de 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPLÚBICA <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l4729.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4729.htm)> Acesso em: 02 de junho 2021

RECEITA FEDERAL - **Portaria RFB nº 896**, de 05 de abril de 2012. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sjut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=37706>>. Acesso em: 13 de abril 2021

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas 2003.

VERGARA, S. C.. **Projetos e Relatórios de Pesquisa Em Administração** - 15<sup>a</sup> Ed. 2014. Editora Atlas.

WEBER, Max. **História geral da economia**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

## OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS OS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DA CIDADE DE MAMANGUAPE-PB EM FRENTE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Letícia Reis dos Santos<sup>1</sup>  
Mayra Cinara Oliveira Tabosa<sup>2</sup>

### RESUMO:

Estamos passando por um momento crítico na economia e na saúde do nosso país, milhares de pessoas foram prejudicadas com o surgimento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo geral identificar como os escritórios de contabilidade da cidade de Mamanguape-PB enfrentam os impactos da pandemia e quais foram os caminhos adotados para superar a crise. Para o aprofundamento do tema foi realizada uma pesquisa de campo ao qual foi utilizado o formulário on-line. Após a análise concluiu-se que mesmo diante desta pandemia e com as diversas mudanças, a maioria dos escritórios de contabilidade da cidade de Mamanguape-PB se adaptaram ao cenário atual, utilizando a tecnologia como ferramenta essencial para a execução de serviços e adquirindo novos aprendizados que poderão ser aplicados no futuro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Contabilidade. Adaptação. Tecnologia. Pandemia. Escritórios de Contabilidade.

### ABSTRACT:

We have been going through a very delicate economical and health problem in our country, thousand of people have been jeopardized by the corona virus (Covid-19) pandemic. In the face of this scenario, this work aims at identifying how accounting firms in Mamanguape-PB have coped with the pandemic impacts and the ways they chose in order to handle the crisis.

A field research was carried out during the process for a deep appreciation of the theme and resulted in an on-line form development. To conclude, after being analyzed, even facing the pandemic and lots of changes taking place, most of the accounting firms in Mamanguape-PB have settled down in the midst current scenario, using this technology as an essential tool to perform services and enhance learning process which may be applied in the future.

**KEYWORDS:** Accountancy, Adaptation, Technology, Pandemic, Accounting Firms

### 1 INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup>Graduada em Ciências Contábeis no Centro Universitário UNIESP. E-mail: reisleticia0912@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Administração pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba-IESP. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Especialização em Gestão de Pessoas pelo Instituto de Educação da Paraíba. E-mail: mayratabosa@hotmail.com.

A pandemia do novo coronavírus (Covid-19) começou, no Brasil, no ano de 2020 e trouxe consigo profundos impactos não somente na saúde, como também na economia do nosso país. Este tem sido um período bastante desafiador para as empresas, pois, com o intuito de diminuir a contaminação do Covid-19, muitas tiveram que suspender suas atividades presenciais, ajustar-se às alterações trabalhistas e lidar com as dúvidas de como administrar seu caixa diante dessa crise econômica, e com o setor contábil não foi diferente.

Neste novo contexto social, muitos escritórios contábeis sentiram sua rotina de trabalho mudar rapidamente, tendo que se adaptar à modalidade home-office para atender o grande número de demandas e fizeram da tecnologia a sua principal aliada para exercer suas atividades e poder auxiliar os seus clientes a reduzir os prejuízos dos seus próprios negócios.

De acordo com Santos (2020, p.2):

O contador atual, tem que estar preparado todas dificuldades e as inovações surgidas sugeridas no mercado, para que possa acompanhar com rapidez a qualidade de informações. Dentro de uma nova tendência mundial, o profissional de contabilidade, deverá mostrar que a sua função ainda pode ser muito importante nos aspectos econômicos e sociais da empresa.

Conforme ressalta Santos (2020), com o avanço da pandemia, o governo federal tem efetuado uma série de mudanças e estratégias para conter os efeitos negativos na economia e o contador tem exercido papel fundamental nesse novo cenário. Desse modo, o contador vem se tornando ainda mais relevante para ajudar os empresários a cumprirem as medidas impostas e também para orientá-los a tomar as melhores decisões.

Diante o exposto, surge o seguinte problema de pesquisa: **Como os escritórios de contabilidade da cidade de Mamanguape-PB estão lidando com os impactos ocasionados pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19)?**

Para responder a este questionamento, objetiva-se, de maneira geral, identificar como os escritórios de contabilidade da cidade de Mamanguape-PB enfrentam os impactos da pandemia e quais foram os caminhos adotados para superar a crise. Também pretende-se, de modo específico, destacar a importância do contador em meio a uma crise para tomada de decisões; ressaltar as dificuldades encontradas e analisar os aprendizados que esse novocenário já trouxe para o setor

contábil.

O presente trabalho justifica-se por possibilitar o entendimento de como foi o processo da adaptação do profissional contábil em meio a pandemia, o valor do seu papel para a sociedade e como esse profissional pode contribuir para que as empresas consigam enfrentar a crise econômica existente. Tendo em vista o que já foi mencionado, este estudo se torna necessário pelo período atual em que se vive e pelas mudanças ocorridas à sociedade de maneira impremeditável.

O percurso metodológico que guiou este trabalho parte, inicialmente, de uma revisão bibliográfica por meio da leitura de periódicos, livros e sites, e para o aprofundamento do tema, aplicação e resultados para o presente trabalho foi realizada uma pesquisa de campo ao qual foi utilizado o formulário *on-line*.

Para embasar esta pesquisa teoricamente, recorreu-se às contribuições dos seguintes autores: Lima (2019), Santos et al (2020), Crepaldi (1998), Toigo (2008), Carvalho; Gomes (2018), Spagnulo; Silva e Costa (2017), Oliveira; Feltrin e Benedite (2018). Além disso, também valeu-se das plataformas digitais, entre outros meios.

Este artigo está estruturado e detalhado em quatro partes. Inicialmente, são feitas as considerações iniciais com o corpo do trabalho, a posteriori, expõe-se a fundamentação teórica e metodológica, e, por último, as considerações finais.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 COVID-19 E SEU IMPACTOS NA SOCIEDADE

A Organização Mundial de Saúde (OMS) foi notificada em 31 de dezembro de 2019 com os primeiros casos da Covid-19, na cidade de Wuhan na China. A partir disso, o vírus se alastrou rapidamente e logo a doença foi identificada em outros países. O primeiro caso confirmado em território brasileiro foi em São Paulo-SP no dia 26 de fevereiro de 2020. A proporção da disseminação do vírus foi tão extraordinária que, no dia 11 de março de 2020, foi declarada pandemia para o Covid-19, infecção causada pelo novo coronavírus. Segundo Beraldo (2020), “uma pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença. O termo é utilizado quando uma epidemia – grande surto que afeta uma região – se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa”. Desse

modo, o termo pandemia não se restringe à seriedade da doença, mas sim ao fator geográfico para essa classificação.

A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves.

Os sintomas podem diversificar de um resfriado, a uma Síndrome Gripal-SG (presença de um quadro respiratório agudo, caracterizado por, pelo menos dois dos seguintes sintomas: sensação febril ou febre associada a dor de garganta, dor de cabeça, tosse, coriza) até uma pneumonia severa (SÃO PAULO,2020).

Conforme o estudo levantado pela Universidade Johns Hopkins, no dia 12 de março de 2021, o Brasil foi considerado o segundo país com mais casos de coronavírus no mundo. São mais de 11 milhões de pessoas contaminadas e aproximadamente 280 mil mortes. Em primeiro lugar está os Estados Unidos, com mais de 530 mil mortes e aproximadamente 25 milhões de casos confirmados. No mundo, mais de 19 milhões de pessoas foram infectadas e cerca de 2,7 milhões perderam suas vidas até o fechamento desta pesquisa (G1 PB, 2021).

Desde o início da pandemia do novo coronavírus foram adotadas estratégias de intervenções não farmacológicas para minimizar a disseminação do vírus e diminuir as taxas de contaminação e mortalidade, entre as medidas estão: distanciamento social, isolamento social, quarentena, lockdown. Com essas medidas, vários governos de diferentes países decidiram optar apenas pelo funcionamento das empresas essenciais de forma presencial e, com isso, muitos setores foram obrigados a fechar suas portas para obedecer ao decreto estabelecido. Essas medidas ocasionaram falência, por não haver movimentação no caixa, fazendo com que algumas empresas demitissem seus funcionários, reduzissem salários, causando, portanto, um forte abalo na economia.

De acordo com a plataforma digital do Governo Federal Brasileiro<sup>3</sup> (2020):

objetivo de ter as atividades essenciais determinadas por decreto é impedir que uma eventual paralisação dos serviços prejudique a aquisição de bens e de insumos destinados ao enfrentamento do Covid-19. As medidas adotadas têm como propósito a garantia e a continuidade de serviços indispensáveis à população. Ao serem classificados como essenciais, as atividades e serviços podem continuar em operação mesmo durante

---

<sup>3</sup>Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/enfrentamento-ao-coronavirus-os-servicos-essenciais-que-nao-podem-parar-durante-a-pandemia>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

restrição ou quarentena em razão do vírus. Ao todo são 53 atividades consideradas essenciais. As atividades vão de assistência à saúde a radiodifusão de sons e imagens. Passando por transporte de carga, pesquisas científicas e laboratoriais relacionadas à pandemia e captação, tratamento e distribuição de água (GOV.BR, 2020).

Sendo assim, a economia brasileira recebeu grandes impactos devido a pandemia do novo coronavírus (Covid-19) e o Jornal Nacional também enfatiza essa questão, quando afirma que a “pandemia piorou as condições do mercado de trabalho, que terminou 2020 com recordes negativos. Foi o maior número de desempregados em um ano desde que começou a série histórica: 13,4 milhões de brasileiros” (JORNAL NACIONAL, 2021)<sup>4</sup>.

Com a pandemia, no ano de 2020, o Brasil obteve a pior queda do Produto Interno Bruto (PIB) em 24 anos. Segundo o site UOL (2021):

O Produto Interno Bruto (PIB) do país avançou 3,2% no quarto trimestre de 2020, mas encerrou o ano com queda de 4,1%, totalizando R\$ 7,4 trilhões. É o maior recuo anual da série iniciada em 1996. Essa queda interrompeu o crescimento de três anos seguidos, de 2017 a 2019, quando o PIB acumulou alta de 4,6%.

Além das medidas para conter a disseminação do vírus, o governo federal brasileiro, com o intuito de reduzir os efeitos negativos na economia e também para ajudar toda a população, lançou uma série de medidas financeiras, créditos, medidas fiscais, medidas trabalhistas e também medidas ao consumidor.

### 2.1.1 Cenário Paraibano

A região nordeste é uma das mais afetadas pelos desdobramentos ocasionados pela Covid-19. Até a presente data, a referida região possui mais de 2,7 milhões de casos confirmados e cerca de 63 mil óbitos.

No dia 17 de março de 2021 segundo informações da Secretaria de Estado da Saúde (SES), o estado da Paraíba obteve 241.592 casos confirmados de contaminação do novo coronavírus e o número de mortes subiu para 5.080 no estado desde o início da pandemia (G1 PB,2021).

---

<sup>4</sup>Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/02/26/taxa-de-desemprego-no-brasil-bate-novo-recorde-em-2020.ghtml>. Acesso em: 09 mar. 2021.

Em matéria publicada no site da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por Dantas (2020), uma pesquisa desenvolvida pelo Laboratório de Inteligência Artificial e Macroeconomia Computacional (Labimec) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), apontou que a taxa de desemprego no estado da Paraíba subiu para 16,8% no terceiro trimestre de 2020. No primeiro trimestre, o número era 13,8% e, no final de 2019, 12%.

No início da pandemia, o governo do Estado da Paraíba decretou estado de calamidade pública com a publicação do Decreto estadual nº 40.134, instituído em 20 de março de 2020, no diário oficial. Neste documento, foi exigido o fechamento de bancos, comércios, academias, shoppings, bares, restaurantes, entre outros estabelecimentos.

Desde então, foram acontecendo muitas oscilações relacionadas ao número de casos e mortes, e algumas medidas que tinham sido impostas pelo Governo Estadual da Paraíba foram revistas, revogadas ou acrescentadas até o momento atual. Algumas cidades apresentaram diminuição dos casos de coronavírus e, assim, as atividades aos poucos começaram a funcionar, se adequando ao “novo normal”. De acordo com a notícia publicada no site Portal Correio (2021), a capital da Paraíba, João Pessoa, tinha 75% da frota de ônibus funcionando no mês de setembro. Já a cidade de Campina Grande ampliou os horários de bares, restaurantes e linhas de ônibus após redução nos números de internações e casos de Covid-19.

Atualmente, com a nova onda de casos na Paraíba, O governador da Paraíba, João Azevêdo (Cidadania), instituiu novamente o decreto de estado de calamidade pública. Este decreto Estadual nº 40.652, de 19 de outubro de 2020, possui validade por um período de 180 dias (seis meses), tendo como finalidade promover ações mais rígidas de combate à propagação da Covid-19.

Com o decreto, há a manutenção do toque de recolher das 22h às 5h; mudança no funcionamento dos setores de serviços e comércio com fechamento de shopping centers nos fins de semana; alteração de horário de funcionamento de bares e restaurantes; mudança no expediente do setor da construção civil; e manutenção da suspensão de cerimônias religiosas (PORTAL CORREIO, 2020).

Vale destacar que diante às circunstâncias atuais, novas medidas poderão ser tomadas pelos órgãos reguladores, modificando ainda mais os cenários paraibano

e nacional.

## 2.2 CONTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

A contabilidade é uma ciência social que tem por objetivo estudar, analisar e registrar os atos e fatos de natureza econômico-financeiro que afetam o patrimônio da entidade. A sua finalidade é fornecer informações úteis para seus usuários internos e externos para a tomada de decisões. O objeto de estudo da contabilidade é o patrimônio. Para Toigo (2008, p.26), “a contabilidade tem por objetivo o controle eficaz do patrimônio administrável, informando aos interessados sua composição e as variações decorrentes das transações econômicas realizadas sobre esse patrimônio”.

A contabilidade possibilita ao profissional um leque de oportunidades de campos de atuação. O profissional da contabilidade pode atuar em diversas áreas, desde o setor privado à área acadêmica.

Em empresas privadas, pode atuar como: Contador geral, contador de custos, auditor interno, Contador fiscal, dentre outros. Pode atuar como contador independente nas áreas de consultoria, auditoria externa, perícia contábil, dentre outras. No ensino pode ser professor, pesquisador, escritor e consultor. No setor público, atua como contador público, fiscal de tributos, auditor de tribunal de contas, controlador de arrecadação, dentre outros (MARION, 2009 apud LIMA et.al, 2019, p.08).

Em relação às empresas, o profissional contábil é essencial para auxiliar os gestores na tomada de decisões e ajudar a manter a saúde financeira, corroborando para que haja um bom funcionamento e a continuidade da empresa no mercado. O contador é o profissional responsável por tratar das áreas financeiras, econômicas, patrimoniais e tributárias de uma organização. A contabilidade Gerencial “[...] é o ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que os auxiliem em suas funções gerenciais” (CREPALDI, 1998, P.05).

Com o surgimento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), um dos setores que sofreu impactos foi o setor contábil tendo que se adaptar à nova rotina de trabalho. No atual cenário, o contador possui um papel ainda mais relevante para ajudar os gestores a amenizar os efeitos negativos ocasionados pela pandemia em

seus negócios. Como citado anteriormente, o Governo Federal Brasileiro instituiu uma série de medidas provisórias para minimizar os impactos econômicos nas empresas e, dessa maneira, o profissional contábil precisa ficar ainda mais atento à todas as publicações das novas legislações relacionadas à pandemia. Sendo assim, é necessário que esse profissional estude, analise, interprete e ajude seus clientes na tomada de decisões. Desse modo, o apoio do contador é de suma importância para ajudar as empresas a se adequar ao novo cenário econômico, cumprindo as medidas federais, estaduais e municipais.

De acordo com a matéria publicada na plataforma digital do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (2020):

[...] tornou-se cada vez mais evidente o papel do contador não apenas como um emissor de DARFs [Documento de Arrecadação de Receitas Federais], mas sim, como um contador consultor, desenvolvendo um papel fundamental para a estabilização da saúde financeira das empresas, realizando a manutenção dos empregos e levando inclusive, ao reconhecimento da nossa atividade, como uma atividade essencial para economia do nosso país, explica a Conselheira do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), contadora Angela Dantas Mendonça.

Entre as medidas que trouxeram mudanças na rotina dos escritórios de contabilidade, uma delas foi a adoção do teletrabalho ou *home-office* instituída pela medida provisória 927/2020. De acordo com Chiavanato (2014 apud SANTOS et.al, 2020, p.03), “O *Home Office* é o trabalho realizado em casa não havendo a necessidade de o colaborador comparecer na organização”.

Com a adoção do teletrabalho ou *home-office*, os escritórios de contabilidade precisaram fazer investimentos no campo da tecnologia para que os colaboradores pudessem exercer suas atividades à distância, tendo, assim, alguns custos como: compra de máquinas, aquisição de equipamentos e treinamento dos colaboradores. Também foi necessário montar estratégias para manter a comunicação e a aproximação com seus colaboradores e clientes.

Além dos fatores citados, o uso da internet se tornou indispensável para exercer as atividades como: o envio de documentos e informações através do e-mail, *Whatsapp* ou plataformas de gestão de processos; reuniões por vídeo-chamada; utilização de redes sociais como o *Instagram* para fazer divulgações de conteúdos e serviços, entre outros benefícios.

Ainda de acordo com a medida provisória 927/2020, os escritórios também

precisaram adotar e orientar seus clientes em relação a antecipação de férias individuais; concessão de férias coletivas; aproveitamento e antecipação de feriados; uso do banco de horas; suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho; deferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Para além disso, houve mudanças relacionadas a alteração de data de pagamento de tributos que, devido a pandemia, foi publicada a resolução CGSN nº 154 em 03 de abril de 2020, que determinou, aos optantes pelo Simples Nacional, novas datas para o pagamento de tributos federais (Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ; Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI; Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP; Contribuição Patronal Previdenciária - CPP). Os outros tributos como o ICMS e o ISS, que são apurados todos os meses pelo Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – Declaratório (PGDAS-D), tiveram prorrogação de três meses para realizar o pagamento. Um dos papéis dos contadores é informar aos seus clientes as alterações dos prazos dos pagamentos dos tributos.

Em 01 de abril de 2020, no Ministério da economia, houve também ajustes na data de entrega do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF). A entrega deveria ser realizada no dia 30 de abril de 2020, porém houve uma prorrogação para 60 dias, tendo, assim, até o dia 30 de junho de 2020 para realizar a declaração do Imposto de Renda.

Como pode-se visualizar, apesar das profundas mudanças econômicas e sociais causadas pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), o atual cenário reafirmou a importância de ter um contador qualificado, organizado, responsável, inteligente, produtivo, eficiente e com visão abrangente como parceiro das organizações para o enfrentamento de uma crise econômica.

## 2.3 PERSPECTIVAS FUTURAS PARA A CONTABILIDADE NO PÓS PANDEMIA

No transcorrer dos anos, a contabilidade vem trazendo consigo diferentes mudanças, principalmente na área tecnológica. Tais mudanças identificam o

que é chamado de Contabilidade 4.0. O termo contabilidade 4.0 está diretamente ligado à quarta Revolução Industrial, responsável pela inovação e otimização dos processos digitais que estão se destacando no cenário atual. Segundo Carvalho e Gomes (2018), os principais benefícios previstos com a utilização de tecnologias digitais no setor contábil são as melhorias na produtividade e eficiência no processo de gestão, através do avanço tecnológico os processos se tornaram cada vez mais simples de serem realizados.

Em um mundo cada vez mais tecnológico e globalizado, trabalhar sem gestão de inovação e automatização de processos é se permitir ficar para trás, enquanto outras empresas avançam por já ter a vivência tecnológica. Portanto, a pandemia do novo coronavírus (Covid-19) veio para mostrar para as empresas que seus modelos de gestão desatualizados não são mais interessantes em um mercado tão conectado.

De acordo com Spagnulo, Silva e Costa (2017, p.21):

O ambiente organizacional está em constante mudança, o que o torna cada vez mais dependente de informações. A tecnologia da informação é considerada como um dos componentes fundamentais do ambiente empresarial. Ela permite o gerenciamento de enormes quantidades de dados, proporciona diversas mudanças, desde a simples automatização de processos até uma profunda alteração na maneira de conduzir e alavancar os negócios.

O profissional contábil possui um papel de grande relevância na situação atual, assim como em todos os momentos, e terá, no pós-pandemia, um processo de reintegração econômica e financeira. Da mesma forma que os gestores precisam de um contador capacitado para contribuir com a expansão do seu negócio, o profissional deve estar munido das habilidades necessárias para orientar e ajudar os seus clientes a tomar decisões certas.

Entre as tendências que estão ocorrendo atualmente e que podem persistir no pós- pandemia, estão:

- Comunicação digital: utilização dos meios digitais para realizar os serviços de contabilidade como o atendimento remoto, envio de documentações por plataformas digitais, reuniões por videoconferência com colaboradores e clientes.
- Contabilidade digital: Permite a padronização de processos; segurança

das informações dos clientes; melhor praticidade para obter e informações necessárias dos clientes em tempo real; automação das rotinas permitindo que em um curto período de tempo realizem tarefas entre outros benefícios.

Segundo Oliveira; Feltrin e Benedite (2018, p.37):

Com este modelo de negócio, as informações contábeis chegam ao fisco de maneira mais organizadas e ágil, com isso as ações fraudulentas e as sonegações são quase nula, exemplo, ao fazer o lançamento das notas de entrada no sistema, de certa forma ela vai diretamente para o sistema do governo, onde os impostos são calculados corretamente.

- Trabalho remoto ou *home-office*: Essa modalidade de trabalho além de trazer maior flexibilização para realização das atividades também se torna mais econômica, pois ajuda na redução dos custos (aluguel, transporte, refeição e infraestrutura básica) que se tem para manter o funcionamento de uma empresa física.

Independente das diversas alterações ocasionadas pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), o setor contábil tem mantido o seu foco, pois a profissão contábil requer adequação ao dinamismo e também às constantes transformações no mercado.

Diante da evolução constante da contabilidade, a resiliência sempre foi uma característica necessária para o profissional contábil, que precisou se adequar tanto às mudanças tecnológicas na última década quanto às constantes mudanças tributárias e fiscais. Com isso, o profissional de contabilidade se mostrou preparado frente ao dinamismo que o cenário atual exigiu, respondendo de forma eficiente às demandas das medidas provisórias publicadas, destaca a contadora Angela Dantas de Mendonça (CRCPE.ORG,2020).

Sendo assim, verifica-se que, mudar e readaptar, faz e sempre fará parte da rotina de um profissional contábil, e que, não à toa, este deve estar sempre se atualizando e buscando uma educação contínua, o que é exigido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) ano após ano

### 3 METODOLOGIA

O método usufruído para desenvolver este artigo foi, inicialmente, uma pesquisa de cunho bibliográfico, buscando referências consideráveis como a visão

de vários autores sobre o tema, e também pesquisas em *sites* de referência no tema. Este trabalho também trata-se de uma pesquisa exploratória, uma vez que tem a finalidade de acrescentar conhecimentos e prover uma visão geral a respeito de um determinado fato. Ela se constitui, em sua primeira fase, por uma investigação mais ampla e, normalmente, envolve um levantamento bibliográfico e documental (GIL,2008).

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de um estudo de campo que “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coletade dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los” (MARCONI; LAKATOS,2003, p. 186).

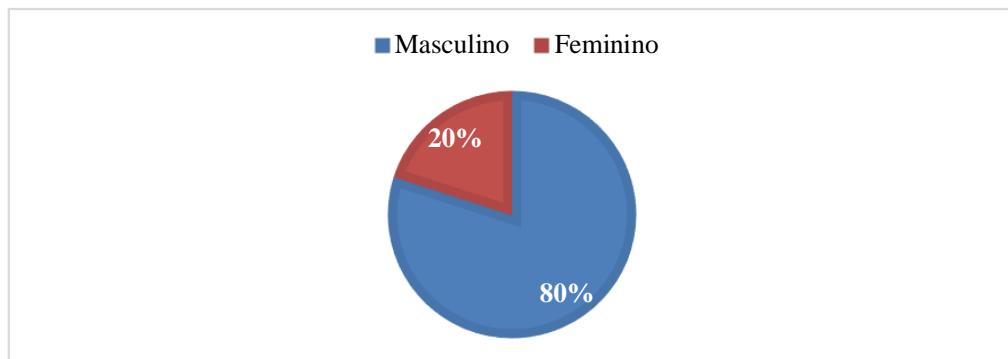
Enquanto técnica, o instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário, contendo dezoito (18) questões, sendo quinze (15) fechadas e três (3) abertas, elaboradas no *google forms* e o *link* foi compartilhado através do e-mail e também no *Whatsapp*. Este instrumento possibilitou a coleta de dados, na qual buscou saber como os escritórios de contabilidade vêm lidando com os impactos ocasionados pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), a adesão de quais atitudes foram necessárias para enfrentar o cenário atual e também se já houveram aprendizados que possam ser utilizados no futuro.

Para delimitar a amostra, foram escolhidos os escritórios de contabilidade situados na cidade de Mamanguape-PB, contando com resposta de 10 (dez) escritórios de contabilidade, dos 12 (doze) convidados para participar. Quanto ao tratamento dos dados, os mesmos foram agrupados em planilhas do *software Microsoft Word 2010* e tratados por estatística descritiva para gerar os resultados, os quais são apresentados por meio de quadros e gráficos.

## 4 ESTUDO DE CASO: RESULTADO E DISCUSSÃO

### 4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

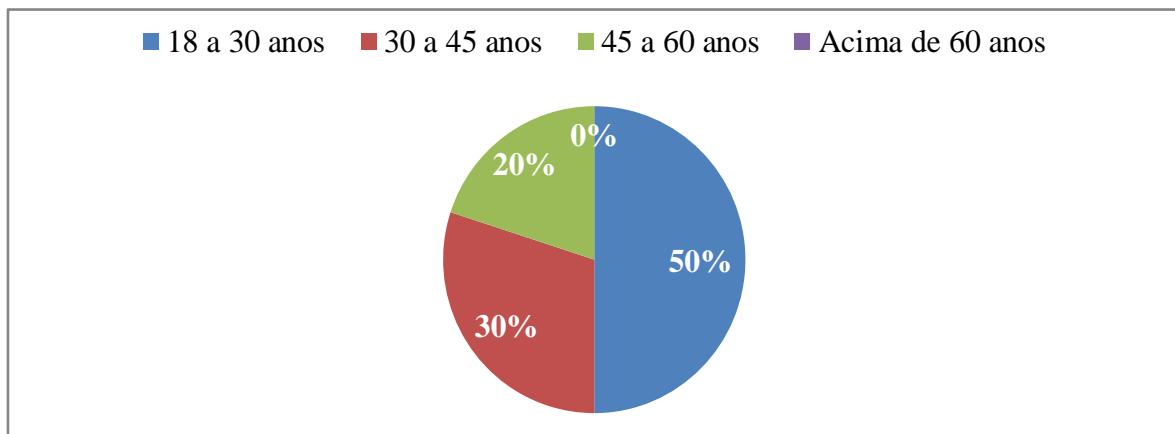
Primeiramente, buscou-se conhecer o perfil dos entrevistados acerca de informações sobre gênero, idade e grau de formação.



**GRÁFICO 01 - GÊNERO DOS ENTREVISTADOS**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O Gráfico 01 apresenta o percentual dos entrevistados por gênero, em que percebe-se que a maioria dos gestores declarou-se do gênero masculino, com representatividade de 80%, enquanto o percentual dos que se declararam do gênero feminino foi de 20%.

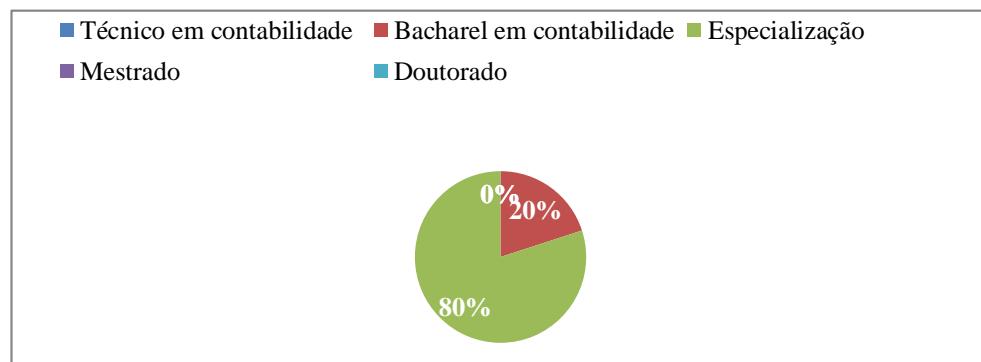


**GRÁFICO 02 – FAIXA ETÁRIA**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O Gráfico 02 mostra a faixa etária dos entrevistados. Foram apresentadas quatro (4) faixas de idade. Observa-se que a maioria dos respondentes tem de 18 a 30 anos de idade, representando 50% do total.

Entre 30 a 45 anos o percentual foi de 30%, na faixa de 45 a 60 anos foi 20% e na faixa acima de 60 anos obteve-se o percentual de 0%.



**GRÁFICO 03 – MAIOR GRAU DE FORMAÇÃO**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O Gráfico 03 demonstra que o maior grau de formação dos respondentes é a Especialização em alguma área contábil representando 80% dos resultados, enquanto 20% possui apenas o bacharel em contabilidade.

#### 4.2 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE

Nesta etapa, intentou-se saber o tempo de atuação de cada escritório de contabilidade no município de Mamanguape-PB, bem como a quantidade de colaboradores existentes nas empresas.

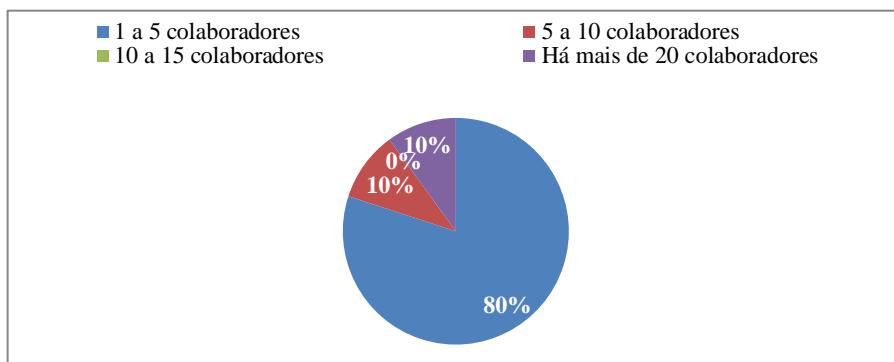


**GRÁFICO 04- TEMPO DE EXISTÊNCIA DO ESCRITÓRIO**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

No Gráfico 4, nota-se que a maioria dos escritórios de contabilidade que participaram do questionário possuem o tempo de existência entre 1 a 5 anos

representando, portanto, 40%. De 5 a 10 anos, foi de 20%, de 10 a 15 anos corresponde a 20 % e há mais de 15 anos também 20%.



**GRÁFICO 05 – NÚMERO DE COLABORADORES**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O Gráfico 5 mostra que a maioria dos escritórios de contabilidade da cidade de Mamanguape-PB possui cerca de 1 a 5 colaboradores representando 80% dos dados. Entre 5 a 10 colaboradores foi 10% e há mais de 20 colaboradores representa 10%.

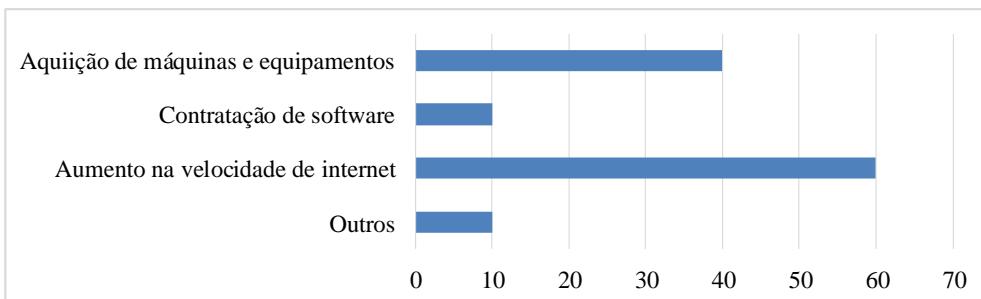
Esta etapa auxiliou para que fossem conhecidas algumas características dos entrevistados, podendo, assim, em análises futuras, relacionar tais aspectos com os resultados desta pesquisa.

#### 4.3 ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE NA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Nesta etapa do questionário as perguntas foram voltadas em relação aos escritórios de contabilidade da cidade de Mamanguape-PB neste período pandêmico, pretendendo responder o objetivo geral desta pesquisa. Tentou-se saber como os escritórios de contabilidade vêm se adaptando ao cenário atual, às mudanças ocorridas, como os clientes estão lidando com a pandemia em seus negócios e, por fim, saber a opinião em relação ao que esse período de pandemia pode contribuir no futuro.

Inicialmente, foi questionado se os colaboradores dos escritórios de contabilidade passaram por algum tipo de treinamento para aperfeiçoamento na área. Nesse questionamento, 70% dos respondentes confirmaram que foi necessário fazer aperfeiçoamento e 30% responderam que não foi necessário.

Sabe-se que, na pandemia, muitas empresas adotaram a modalidade home-office como forma de manter o distanciamento social e, com isso, algumas despesas com tecnologia foram necessárias. Diante disso foi questionado sobre quais investimentos relacionados à tecnologia foram necessários ter na pandemia, essa pergunta foi de múltipla escolha, ou seja, o respondente poderia escolher mais de uma opção de resposta.



**GRÁFICO 06 - INVESTIMENTOS TECNOLÓGICOS QUE FORAM NECESSÁRIOS TER NA PANDEMIA**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Observa-se que, no Gráfico 06, o aumento de velocidade de internet foi uma das principais despesas ocorridas representando 60%, aquisição de máquinas e equipamentos foi 40%, contratação de software 10% e outras despesas, como ter equipamentos em nuvem, 10%.

Foi questionado se os escritórios de contabilidade estão se adaptando às mudanças impostas pela Pandemia ocasionada pelo novo coronavírus (covid-19), na qual 100% dos entrevistados responderam sim.

Na pergunta número nove (9) foi questionado aos entrevistados quais os pontos positivos e negativos que o período de Pandemia da Covid-19 já trouxe, descritos no Quadro 1.

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
A possibilidade de trabalhar de casa, gerando uma economia em relação a alguns gastos gerados pelo escritório, na existência do trabalho presencial.	
Desenvolvimento de novas formas de pensar e agir.	Problemas de saúde, principalmente psicológicos.

Renovação na tecnologia podendo fazer reuniões on-line, divulgações em redessociais trazendo uma clientela diferente e cursopara entender este novo formato de atendimento.	Alguns clientes na área privada não conseguiram se renovar nesta pandemia com isto uma crise no seu empreendimento
Os empregos foram mantidos pela nova forma de atendimento.	Houve aumento de tarefas devido à mudança na política do governo, a inadimplência aumentou, entre outros.
Ganhos no uso da tecnologia	Maior dificuldade na supervisão
Intensificar a automação por parte tanto dos escritórios, quanto dos órgãos fiscalizadores	As dificuldades que as empresas estão passando, principalmente financeira, e quede certa forma traz campos de atuação para o contador, porém dificulta também a gestão financeira doescritório.
Provando que trabalhar em casa funciona, empresas estão mais preparadas para adversidades futuras, empresas que não se adaptaram ou inovaram acabaramfechando.	
Utilizar a tecnologia como principal aliada, assim tornando um serviço um pouco menos burocrático.	No início da Pandemia houve casos de clientes que por não ter um financeiro estável precisaram decretar falência.
Houve mais tempo para realizar as atividades contábeis.	
Implementação da contabilidade digital de forma mais efetiva.	Gastos iniciais para mudança dos equipamentos e aquisição de plataforma em nuvem.

**QUADRO 1- PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS QUE O PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19 JÁ TROUXE**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

No quadro 1, percebe-se que os pontos positivos são mais relacionados ao uso de tecnologia, ao qual está facilitando bastante na execução dos trabalhos, e também sobre o *home-office*, que vem se destacando nos últimos tempos, provando que é bastante eficaz e, com isso, se torna bem claro que o contador precisa ser dotado de conhecimentos e estratégias para lidar com as mudanças. Nos pontos negativos, houve três (3) respondentes que não fizeram nenhum comentário relacionado a isso. Portanto, observa-se que os pontos negativos são mais voltados ao financeiro do escritório que, devido a pandemia, sofreu um desequilíbrio através dos gastos que não estavam previstos e aos clientes que não se adaptaram ao cenário atual ocorrendo insolvência em seus negócios.

Com relação ao financeiro dos escritórios de contabilidade da cidade de Mamanguape- PB, 80% responderam que foram afetados na Pandemia ao passo que 20% responderam que a situação atual não influenciou no financeiro.

A chegada da Pandemia do novo coronavírus (Covid-19) trouxe diversas modificações que afetaram fortemente a rotina do setor contábil. Sobre isso, os dados coletados mostram que 60% dos escritórios de contabilidade tiveram suas demandas de trabalho aumentadas enquanto 40% não houve alterações nas solicitações de serviços.

Na questão 12 (doze) foi perguntado quais tipos de serviços contábeis estão sendo mais solicitados na Pandemia e obtivemos as respostas expostas no Quadro 2:

Serviços do Departamento Pessoal	Análises financeiras, atendimento bancário (solicitação de faturamentos), reimpressões de tributos, parcelamentos perante aos órgãos
Demissões, suspensão/alteração de contrato de trabalho	Alterações contratuais e desenquadramento do MEI
Área pública e assessoria contábil	Alteração do contrato de trabalho
Alteração contratual	Demissão de funcionário, suspensão de contratos aditivos, baixa de empresa e etc.
Alteração nas relações de trabalho	Abertura e alterações de empresas

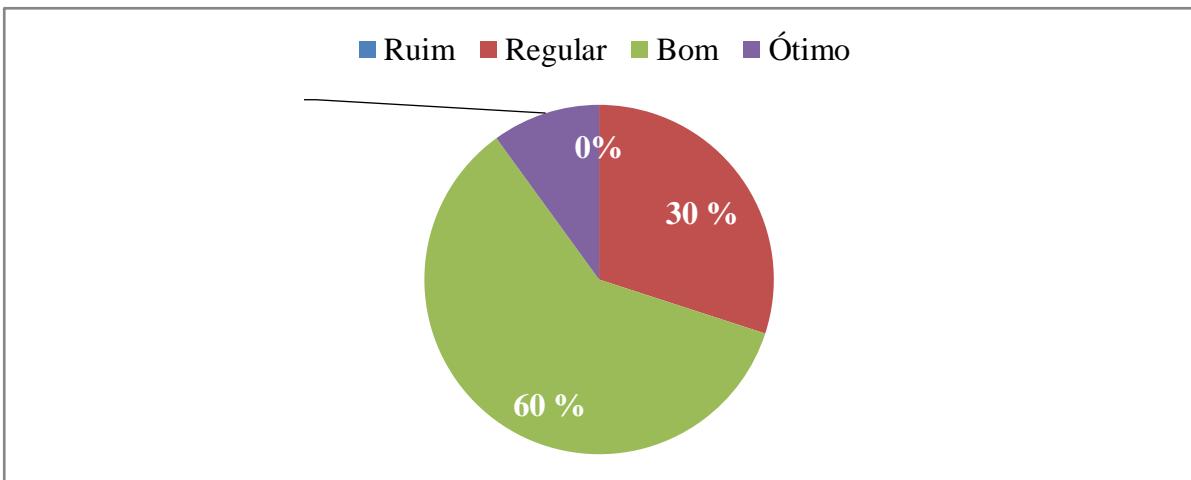
**QUADRO 2- TIPOS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS MAIS SOLICITADOS NA PANDEMIA**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

No quadro 2, nota-se que a maioria dos entrevistados relataram que um dos serviços mais requisitados é na área trabalhista e isso se deu por causa da pandemia e uma série de medidas foram instituídas trazendo diversas alterações nessa área. Com a crise econômica existente, muitos empresários sofreram impactos em seu financeiro e foram em busca dos contadores para auxiliarem em alterações no contrato de trabalho, demissões e suspensões de trabalho.

Sabe-se que houveram diversos casos no Brasil de empresários que durante esse período pandêmico precisaram encerrar suas atividades por não ter um

financeiro estável. Na questão 13 (treze) foi indagado aos respondentes se ocorreram casos de clientes que encerraram suas atividades na pandemia. A grande maioria respondeu que sim, representando, portanto, 70% do resultado e 30% responderam não.



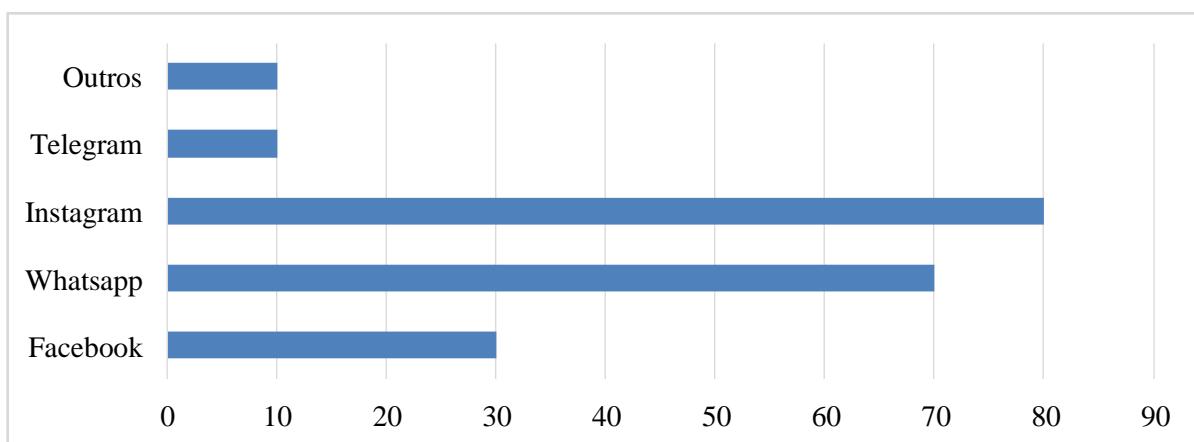
**GRÁFICO 07- CLASSIFICAÇÃO PARA A MODALIDADE *HOME-OFFICE* NA PANDEMIA**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

De acordo com o Gráfico 07, percebe-se que a maior parte dos entrevistados classifica a modalidade de trabalho *home-office* como boa (60%), 30% como regular e 10% como ótima.

Na questão 15 foi questionado se o *home-office* é uma boa alternativa para o futuro, 90% confirmaram que sim e 10% (apenas um escritório de contabilidade) discordou.

Ainda sobre a adaptação ao cenário atual, objetivou-se saber se os clientes dos escritórios de contabilidade estão se adequando às mudanças ocorridas na Pandemia e se estão conseguindo cumprir com as exigências impostas pelo governo Federal. De acordo com os dados apurados, 80% responderam que sim, enquanto 20% responderam que não, ou seja, ainda há casos de clientes com dificuldades na adaptação ao “novo normal”.



**GRÁFICO 08- REDES SOCIAIS UTILIZADAS PARA INTERAGIR COM O PÚBLICO**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Na pandemia, o uso da tecnologia tem sido de grande importância para auxiliar no trabalho e também na comunicação. A questão dezessete (17) era de múltipla escolha e nela procurou-se saber quais redes sociais os escritórios de contabilidade utilizam para chegar o mais próximo possível do público. No gráfico 08, nota-se que o Instagram está sendo uma das redes sociais mais utilizadas no momento, representando 80%, em seguida está o WhatsApp com 70%, o Facebook com 30%, o Telegram com 10% e outras redes sociais, como e-mail, representando 10%.

A questão dezoito (18) foi a última do questionário na qual foi perguntado aos entrevistados a opinião deles sobre as mudanças ocorridas nos últimos tempos, se elas poderão ajudar a área contábil futuramente.

<p>Sim, estamos em constante evolução e todas as dificuldades podem se tornar oportunidades, tudo depende do ponto de vista e da forma que se lida com as mudanças.</p>	<p>Sim, como falei, surgiram novos campos para atuação contábil, como também alerta o contador a realizar a contabilidade diferente do que se ver no habitual, como muitas vezes erros atendentes das obrigações fiscalizadoras.</p>
---	--

O contador é tão importante para uma empresa, quanto um médico é para uma pessoa. Porém não somos reconhecidos de tal maneira. O futuro da classe contábil só depende dela, de termos um conselho que lute pelo bem do profissional da contabilidade sendo mais atuante.	Sim, uma contabilidade mais digital e com menos burocracia com os órgãos envolvidos
Sim. Um novo formato de contabilidade vem se destacando junto com a tecnologia.	Sim, as empresas que usam a tecnologia como aliada no trabalho possivelmente terão resultados bastante positivos no futuro, pois a tendência da contabilidade será se modernizar cada vez mais.
Acredito que depende da região, haja visto, a mudança exige tanto dos profissionais, como das empresas melhor conhecimentos dos benefícios trazidos por essas mudanças.	Sim. A tecnologia tem contribuído para resultados mais rápidos e ágeis.
Sim, sendo possível um melhor aproveitamento das informações eletrônicas.	É uma situação complexa. Como as receitas estaduais e federais investiram bastante em ferramentas digitais de fiscalização, pode ser que com o cruzamento de dados o trabalho do contador se torne um pouco mais fácil. Porém, pode voltar como uma dor de cabeça a mais, tendo em vista que podem ocorrer fiscalizações e autuações frequentes.

**QUADRO 3- TENDÊNCIA FAVORÁVEL NO PÓS PANDEMIA COVID-19**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

De acordo com o Quadro 3, a maioria dos entrevistados responderam positivamente sobre a possibilidade de as mudanças que estão ocorrendo na pandemia ajudarem a área contábil futuramente, enquanto os outros ainda estão em dúvida. Portanto, nota-se que, nas respostas acima, muitos dos respondentes

relataram que a tecnologia está se destacando bastante no setor contábil e as empresas que não se adaptarem a essa modernização irão ficar em posição desfavorável em relação as outras.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa, permitiu-se entender melhor sobre como os escritórios de contabilidade do município de Mamanguape-PB enfrentam os impactos da pandemia e quais foram os caminhos adotados para superar a crise. Para aprofundamento do tema foi realizada uma pesquisa de campo, na qual foi aplicado um formulário *online* em que dez (10) escritórios de contabilidade, localizados na cidade de Mamanguape-PB, aceitaram participar e contribuir para o desenvolvimento da pesquisa. No questionário, pretendeu-se ressaltar a importância do contador em meio à crise para tomada de decisões, saber quais as dificuldades encontradas e também os aprendizados que esse novo cenário já trouxe para o setor contábil.

Entende-se que a pandemia da Covid-19 veio de forma inesperada e todos foram pegos de surpresa com as transformações ocasionadas por ela. Desse modo, respondendo a problemática em questão, os dez (10) escritórios de contabilidade declararam que estão conseguindo se adaptar às mudanças ocorridas nos últimos tempos, apesar de alguns dos entrevistados classificarem a experiência na modalidade *home-office* como regular. A grande maioria teve aumento nas demandas de trabalho, todos precisaram adotar a tecnologia como ferramenta essencial de trabalho e comunicação, e grande parte dos escritórios de contabilidade entrevistados tiveram o seu financeiro afetado devido os gastos que ocorreram para acompanhar o cenário atual. Mesmo diante tais mudanças, dificuldades e desafios grande parte dos respondentes relataram que já houveram aprendizados no setor contábil que poderão ser aplicados no futuro, como exemplo, a utilização da tecnologia tornando a contabilidade mais digital.

Com base na análise de resultados, conclui-se que o setor contábil tem se mostrado bastante resiliente para se adaptar às mudanças e lidar com situações adversas. Esse período de pandemia veio como forma de ensinar aos escritórios de contabilidade a reinventar-se e também modernizar-se em um mundo tão digital,

mostrando que o contador não é mais o antigo “guarda-livros”, mas sim um profissional que auxilia seus clientes em momentos de crise e orienta-os para uma melhor tomada de decisões.

Por fim, pode-se dizer que os resultados foram alcançados ao executar o que estava proposto no objetivo geral e nos objetivos específicos, respondendo, assim, o problema de pesquisa. Vale, ainda, destacar que esse assunto não se esgotou, uma vez que até a presente data, a pandemia ainda não se deu por encerrada.

## REFERÊNCIAS

BERALDO, Lílian. **Coronavírus: saiba o que é uma pandemia**. Agência Brasil, Brasília- DF, 2020. Disponível em:  
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/coronavirus-saiba-o-que-e-uma-pandemia>. Acesso em: 08 de mar. de 2021.

BRASIL, Governo do. **Enfrentamento ao coronavírus: os serviços essenciais que não podem parar durante a pandemia**. Brasília-DF, 2020. Disponível em:  
<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/enfrentamento-ao-coronavirus-os-servicos-essenciais-que-nao-podem-parar-durante-a-pandemia>. Acesso em: 08 de mar. de 2021.

CARVALHO, Adson Ferreira de; GOMES, Valcimeiri de Souza. **A era digital e suas contribuições para a contabilidade: evolução histórica dos processos contábeis**.  
Amazonas, 2018.

CONTABILIDADE, Conselho Regional. **Dia do Trabalho: Pandemia da Covid-19 trouxe mudanças na rotina dos profissionais da contabilidade**. Recife-PE, 2020. Disponível em:  
<https://www.crcpe.org.br/noticias/noticia.php?id=2279>. Acesso em: 02 de abr. de 2021.

CORREIO, Portal. **Um ano de pandemia na PB: em meio a decretos e incertezas, casos e mortes seguem recordes**. João Pessoa-PB, 2021. Disponível em:  
<https://portalcorreio.com.br/pandemia-completa-um-ano-na-paraiba-veja-a-evolucao-da-covid-19-no-estado/>. Acesso em: 17 de mar. de 2021.

CORREIO, Portal. **Novo decreto altera serviços e horários do comércio e fecha shoppings nos fins de semana; entenda mudança**. João Pessoa-PB, 2021. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/novo-decreto-altera-servicos-e-horarios-do-comercio-e-fecha-shoppings-nos-fins-de-semana-entenda-mudanca/>. Acesso em: 17 de mar. de 2021.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade Gerencial: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1998.

DANTAS, Milena. **Pandemia aumenta desemprego no país, diz estudo da UFPB.** João Pessoa-PB,2020. Disponível em:  
<https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/pandemia-aumenta-desemprego-no-pais-diz-estudo-da-ufpb>. Acesso em: 17 de mar.2021.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

G1, Globo.com. **Brasil ultrapassa Índia e volta a ser segundo país com mais casos de Covid-19 no mundo, segundo Johns Hopkins.** G1, Bem Estar. 2021  
Disponível em:  
<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/12/brasil-ultrapassa-india-e-volta-a-ser-segundo-pais-com-mais-casos-de-covid-19-no-mundo-segundo-johns-hopkins.ghtml>. Acesso em: 08 de mar. de 2021.

G1, Globo.com. **Taxa de desemprego no Brasil bate novo recorde em 2020.** Jornal Nacional, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/02/26/taxa-de-desemprego-no-brasil-bate-novo-recorde-em-2020.ghtml>>. Acesso em: 09 de mar.de 2021.

G1,Globo.com. **Casos de coronavírus na Paraíba em 17 de março.** João Pessoa-PB, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/03/17/casos-de-coronavirus-na-paraiba-em-17-de-marco.ghtml>. Acesso em: 17 de mar. de 2021.

LIMA, Karen Cristiane da Silva. **A tecnologia como instrumento de competitividade para o profissional contábil: um estudo de caso com os profissionais de uma empresa contábil de João Pessoa –PB.** João Pessoa, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Alison Victor; FELTRIN, Juliane Aparecida; BENEDITE, Thiago Santos. Contabilidade Digital: Flamarion - Escritório de Contabilidade Lins. São Paulo, 2018.

SANTOS, Nathyelle Ferreira dos. **A importância da contabilidade gerencial e a atuação do contador no processo de tomada de decisão.** Fortaleza, 2010.

SANTOS, Ester Amaral Cunha; PEREIRA, Juliane Abreu; CAVALCANTE, Karla Fernanda Ferreira; LIMA, Maria Rita da Silva. Home Office: Ferramenta para continuidade do trabalho em meio a pandemia COVID-19. Manaus, 2020.

SÃO PAULO, Prefeitura de Votuporanga. **Informações sobre COVID-19, Votuporanga- SP, 2020.** Disponível em:  
<http://www.votuporanga.sp.gov.br/n/noticia/?x=saud&n=2020821114135-informacoes-sobre-covid-19>. Acesso em: 08 de mar.2020.

SPAGNUOLO, Fernando de Oliveira; SILVA, Murilo Helderson Martins; COSTA, Willian Maciel. **A importância da tecnologia da informação no suporte à tomada de decisões** - Construcenter Felix. São Paulo, 2017.

TOIGO, Renato Francisco. **Fundamentos de contabilidade e escrituração**. 4.ed. Caxias do Sul: Educs, 2008.

UOL, Economia. **Com pandemia, PIB do Brasil cai 4,1% em 2020, pior queda em 24 anos**. São Paulo-SP, 2021 Disponível em:  
<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/03/03/pib-brasil-2020-ibge.htm>. Acesso em: 09 de mar. de 2021.

## CONTROLES INTERNOS E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA GESTÃO DE UMA EMPRESA DE PEQUENO PORTE LOCALIZADA EM JOÃO PESSOA – PB

Luan Carlos Carvalho da Silva<sup>1</sup>  
Ricardo Da Silva Pereira<sup>2</sup>

### RESUMO:

O objetivo geral desta pesquisa é identificar qual a contribuição que os controles internos podem trazer para gestão de uma Empresa de Pequeno Porte – EPP localizada em João Pessoa – PB. Quanto aos objetivos específicos: conceituar e caracterizar Empresa de Pequeno Porte – EPP enfatizando o seu posicionamento no mercado brasileiro; conceituar a empresa, gestão e modelos de gestão; identificar a dimensão e os procedimentos do Sistema de controles internos; demonstrar a formatação do sistema de controles internos; identificar a forma de utilização de controles internos pela empresa em estudo, demonstrando a contribuição para sua gestão. Como metodologia utilizada para elaboração desse estudo, foram levantados dados teóricos, e em seguida foi elaborado um estudo de caso como experimento prático a respeito dos controles internos. Como resultado, foi comprovado que uma Empresa de Pequeno Porte – EPP que não utiliza de forma correta um modelo de gestão associado aos controles internos, possui fragilidades em diversos processos da empresa, que se iniciam na gestão, percorrem impedindo a eficiência das atividades operacionais da empresa, e dificultam até mesmo o resultado final da produção, venda ou prestação de serviços. Deste modo os controles internos possuem um papel fundamental para a gestão de uma empresa, pois a utilização correta dos mesmos produz resultados satisfatórios, otimiza os processos operacionais, e permite à empresa acompanhar seu crescimento, prever erros e fraudes e os processos necessários para suas correções. Sendo assim, os controles internos são indispensáveis para uma boa gestão de uma Empresa de Pequeno Porte – EPP.

**PALAVRAS-CHAVES:** Controles Internos. Gestão. Empresa de Pequeno Porte.

### ABSTRACT:

The general objective of this research is to identify the contribution that internal controls can bring to the management of a Small Business located in João Pessoa – PB. As for the specific objectives: conceptualize and characterize Small Business emphasizing its position in the Brazilian market; conceptualize the company, management and management models; identify the dimension and procedures of the Internal Controls System; demonstrate the formatting of the internal controls system; identify the way in which internal controls are used by the company under study, demonstrating the contribution to its management. As a methodology used to prepare this study, theoretical data were collected, and then a case study was developed as a practical experiment regarding internal controls. As a result, it has

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências contábeis, luancarlosnt033@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduado em Administração e Ciências Contábeis, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Especialização em Contabilidade pela UFPB. Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis e Gestão Financeira da UNIESP, ricardo.pereira.jp4@gmail.com.

been proven that a Small Business that does not correctly use a management model associated with internal controls, has weaknesses in several company processes, which start in management, run through preventing the efficiency of the operational activities of the company, and hinder even the final result of production, sale or provision of services. In this way, internal controls play a fundamental role in the management of a company, as their correct use produces satisfactory results, optimizes operational processes, and allows the company to monitor its growth, predict errors and fraud, and the processes necessary for their corrections. Therefore, internal controls are essential for the good management of a Small Business.

**KEY WORDS:** Internal Controls. Management. Small Business.

## 1 INTRODUÇÃO

As empresas de pequeno porte possuem grande importância para o cenário econômico brasileiro. Segundo dados do SEBRAE (2021), estima-se que no ano de 2022, cerca de 1,39 milhões de Empresas de Pequeno Porte – EPP estejam em pleno funcionamento, o que corresponde a grande parte do Produto Interno Bruto - PIB do país. Inserido nesta realidade, vale destacar que em períodos de instabilidade econômica como o que vivemos, ocasionado pela pandemia do COVID 19, também são as empresas mais fragilizadas, o que pode ser algo realmente preocupante para a economia. Segundo o *El País*, 99,8% dos negócios que não voltarão a abrir as portas depois da crise da covid-19 são de pequeno porte. Tais fragilidades podem ocorrer pela falta de um modelo de gestão associado ao uso de um sistema controles internos.

Os modelos de gestão podem “auxiliar a formatação do sistema de controles internos, fornecendo os recursos e apoio necessários para a sua implementação” (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p.110).

Já os sistemas de controles internos são:

a organização de todos os mecanismos de controle que interagem entre si, garantindo a salvaguarda dos ativos da empresa, a melhoria da eficiência operacional, a integridade e transparência das informações econômico-financeiras e, além disso, auxilia na adesão às políticas e normas propostas pela administração da companhia. (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p.111)

Para garantir o resultado de qualquer empreendimento é de fundamental importância que exista uma criteriosa organização, ou seja, o planejamento e o

controle são imprescindíveis para que os aspectos econômicos e financeiros se traduzam nos resultados esperados pelos gestores do empreendimento.

Sendo assim, uma empresa prestadora de serviços advocatícios precisa ser organizada não somente com relação a sua atividade principal, mas também com relação ao seu fluxo monetário de valores que darão o principal suporte a utilização de um sistema de controle interno para dar auxílio ao processo de gestão do negócio.

Nesse sentido, espera-se que, os resultados advindos de uma boa gestão e execução dos controles internos, possam dar suporte ao processo de tomada de decisão pelos gestores da empresa visando conduzir a obtenção do resultado esperado.

Esse estudo será efetuado em uma Empresa de Pequeno Porte – EPP, pertencente ao ramo de atividade de prestação de serviços advocatícios, localizada na cidade de João Pessoa – PB, onde atualmente opera com uma equipe de 6 colaboradores, da qual faço parte ocupando a função de Auxiliar Financeiro.

Diante do exposto, o presente estudo busca responder ao seguinte questionamento: **qual a contribuição que os controles internos podem trazer para gestão de uma Empresa de Pequeno Porte – EPP localizada em João Pessoa – PB?**

O presente estudo se justifica devido a importância e necessidade de adoção de um sistema de controles internos pelas empresas de pequeno porte para dar suporte a eficácia e eficiência da sua gestão, de forma a preveni-la de erros e fraudes que poderão ocorrer e que poderá afetar consideravelmente o seu patrimônio e a sua sobrevivência em um mercado tão competitivo onde a maioria das empresas pertencentes a esse porte são carentes dessas ferramentas de gestão. Em uma pesquisa preliminar, foram encontradas diversas produções acadêmicas dentro do campo dos controles internos, porém com enfoques diferentes em seus objetivos. Neste sentido, este trabalho encontra-se em evidência por apresentar no campo específico um estudo voltado para pequenas empresas na cidade de João Pessoa, podendo contribuir com outros estudos no futuro. Nesta perspectiva, esse estudo destaca-se por enfatizar não somente os controles internos, mas seu enquadramento dentro de uma visão gerencial, dentro de uma

Empresa de Pequeno Porte – EPP prestadora de serviço, contribuindo de modo a ser tomado como base para futuras pesquisas dentro deste mesmo campo científico.

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é identificar qual a contribuição que os controles internos podem trazer para gestão de uma Empresa de Pequeno Porte – EPP localizada em João Pessoa – PB. Portanto, quanto aos objetivos específicos: conceituar e caracterizar Empresa de Pequeno Porte – EPP enfatizando o seu posicionamento no mercado brasileiro; conceituar a empresa, gestão e modelos de gestão; identificar a dimensão e os procedimentos do Sistema de controles internos; demonstrar a formatação do sistema de controles internos; identificar a forma de utilização de controles internos pela empresa em estudo, demonstrando a contribuição para sua gestão.

A fundamentação teórica abordará conceitos, características e mercado da Empresa de Pequeno Porte – EPP; conceitos de gestão e modelos de um sistema de gestão; dimensão e procedimentos de um sistema de controle interno e a formatação do sistema de controles internos. Para dar suporte a esse contexto foram consultados os seguintes autores: Nascimento, Reginato (2013); Caggiano, Figueiredo (2008); Silvio, Guilherme (2017).

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico para dar suporte a um estudo de caso com aplicação de um questionário com principal gestor da empresa em estudo, visando principalmente identificar qual a contribuição que os controles internos podem trazer para gestão de uma Empresa de Pequeno Porte – EPP localizada em João Pessoa – PB.

Diante do exposto, o presente estudo se estrutura em cinco partes, iniciando com a introdução, seguindo da fundamentação teórica, dados do estudo de caso com a coleta e análises dos resultados obtidos através da aplicação de um questionário e por fim as considerações finais, elencando logo em seguida as referências bibliográficas.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP**

Conforme a Lei Complementar 123 de 2006, em seu Art. 3º, as Empresas de Pequeno Porte são definidas como uma pessoa jurídica que aufera, em cada ano-

calendário, a receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior à R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), porém, esse valor pode ser ultrajado em situações excepcionais conforme descrito na Lei que as rege.

Além disso, as Empresa de Pequeno Porte – EPP também são contempladas a optar pelo regime de tributação do Simples Nacional, o que possibilita para essa categoria, diversos benefícios e reduções nas cargas tributárias.

Além de poderem optar pelo regime de tributação do Simples Nacional, as Empresas de Pequeno Porte possuem outros benefícios, como por exemplo, uma menor burocracia para abertura de uma empresa e administração da mesma, graças aos incentivos do Governo Federal, visando garantir o desenvolvimento e geração de empregos no país, visto que, as Micro e Pequenas Empresas, segundo dados do Sebrae, correspondem por mais de 50% dos empregos com carteira assinada em toda o país.

Desta forma, torna-se claro o papel fundamental que as Empresa de Pequeno Porte – EPP possuem para desenvolvimento econômico do país. Levando em consideração a importância das Empresas de Pequeno Porte, é imprescindível que nela haja uma excelente gestão, para manutenção, desenvolvimento e controle da mesma.

## 2.2 MODELO DE GESTÃO

O bom desempenho da gestão em si, requer uma escolha estratégica de um modelo de gestão adequado para aquela determinada empresa.

Um modelo de gestão poderia ser definido como um conjunto de princípios e definições que decorrem de crenças específicas e traduzem o conjunto de ideias, crenças e valores dos principais executivos, impactando assim todos os demais subsistemas empresariais; é, em síntese, um grande modelo de controle, pois nele são definidas as diretrizes e como os gestores vão ser avaliados, e os princípios de como a empresa vai ser administrada. (CAGGIANO; FIGUEIREDO, 2008, p. 14).

Em concordância com esta definição, pode-se afirmar que o rumo e direção que a empresa tomará, dependerá significativamente do modelo da gestão no qual a mesma se embasará. Porém, a simples adesão de um modelo de gestão não acarretará em grandes mudanças se os métodos deste determinado modelo não

forem seguidos corretamente, e se os mesmos não estiverem explícitos para toda a organização, principalmente para os tomadores de decisão, pois em caso contrário, isso poderá acarretar em decisões e ações que não estão de acordo com os objetivos principais da empresa. “Por essa razão, um dos princípios básicos da gestão é a clara definição de seu modelo de gestão e a integração deste com os modelos de decisão, informação e mensuração”. “CAGGIANO; FIGUEIREDO, 2008, P. 14”.

Segundo Nascimento; Reginato, (2013), pode-se afirmar que um modelo de gestão bem parametrizado pode trazer auxílio a formatação do sistema de controles internos, fornecendo recursos e apoio necessários para a sua implementação. Para tanto, é necessário que haja gestores participativos e incentivadores que atuem de forma a permitir a aplicação e desenvolvimento desses controles. Sendo assim, podemos afirmar através deste diferente enfoque, a importância do modelo de gestão para adesão de um sistema de controles internos.

Com o intuito de atribuir um sistema de controles internos as Empresas de Pequeno Porte, pode-se afirmar a importância da gestão, seu modelo bem definido e parametrizado como indispensáveis para tal processo, tendo em vista que fornecem os apoios e ferramentas necessárias para isto, conforme citado.

### 2.3 CONTROLES INTERNOS

Considerados como ferramenta essencial para o bom desempenho de uma Empresa, em específico, as de Pequeno Porte, os Controles internos, dependendo do enfoque, podem ser conceituados de diversas formas. Entre elas pode-se dizer que são “um grande número de normas e procedimentos que podem ser estabelecidos para alcançar os objetivos concretos de uma organização”. ROEHL-ANDERSON; BRAGG, 1996, apud NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p. 110.

Toda atividade operacional da empresa, deve ter como finalidade cumprir os objetivos da mesma, e os controles internos são indispensáveis, pois aumentam a eficácia no cumprimento dos processos, e não só isso, mas também para outras finalidades, segundo esta outra definição mais abrangente:

Pode-se definir controle interno como o sistema, de uma empresa, que compreende o plano de organização, os deveres e as responsabilidades e todos os métodos e medidas adotadas com a finalidade de: salvaguardar os ativos; verificar a exatidão e fidelidade dos dados e relatórios contábeis e de

outros dados operacionais; desenvolver a eficiência nas operações; comunicar e estimular o cumprimento das políticas, normas e procedimentos adotados. (SILVIO; GUILHERME CREPALDI, 2017, p. 81)

Toda e qualquer empresa, tem finalidades econômicas, ativos com expectativas futuras, e bens a serem utilizados em suas atividades, e a melhor forma de monitorar seus recursos são através de um eficiente sistema de mensuração, de acompanhamento e verificação dos mesmos, e logo podemos dizer, em conformidade com Silvio; Guilherme Crepaldi (2017), que os controles internos são todos os instrumentos da organização que destinam-se a vigilância, acompanhamento, e fiscalização, que permitam aos gestores, prever, observar ou governar acontecimentos que se passam dentro da empresa e que produzem reflexos em seu patrimônio.

Os controles internos também podem ser classificados, de acordo com suas categorias, sendo eles da seguinte forma:

Não existe uma terminologia universal para descrever as categorias de controles internos, entretanto podemos classificá-los segundo suas finalidades; nesse caso seriam desdobrados em: controles organizacionais, inclusive segregação de funções; controles de sistema de informação; controle de procedimentos. (SILVIO; GUILHERME CREPALDI, 2017, p. 84).

Em concordância com a linha de entendimento dos autores a respeito das categorias dos controles internos citados acima, pode-se destacar 2 delas como imprescindíveis, conceituando-as da seguinte forma:

### **2.3.1 Controles Organizacionais**

“Ao falar da questão de controles organizacionais, referimo-nos ao controle obtido por meio da maneira de designar responsabilidades e delegar autoridade.” (SILVIO; GUILHERME CREPALDI, 2017, p. 84). Este pensamento é mais frequente quando se trata de empresas de um porte considerado como médio ou grande, porém também faz se necessário para as empresas de pequeno porte, devido à variedade de setores e complexidade dos mesmos, bem como nas demais empresas, o que torna a supervisão das operações impossível para um único gestor.

Essa estrutura é um marco em que se realizam as atividades de planejamento, execução e controle das operações, tais como: atribuição de responsabilidades e delegação de autoridade claramente definidas; segregação de funções incompatíveis para evitar que sejam controladas por qualquer indivíduo ou departamento da organização; fornecimento de recursos, inclusive pessoal competente, em quantidade suficiente para o cumprimento das responsabilidades atribuídas; existência de sistemas de medição e avaliação do desempenho. (SILVIO; GUILHERME CREPALDI, 2017, p. 84).

Além de fornecer um melhor desempenho para a gestão da empresa, os controles organizacionais, através da segregação de funções pode evitar muitas ações fraudulentas, pelo fato de os controles não estarem sob supervisão de um único gestor, e possibilitar a análise cruzada a partir de outras óticas, dificultando o encobrimento de fraudes. Por tais motivos, é fácil concordar com a afirmação de Silvio; Guilherme Crepaldi (2017) quando diz que considera a correta segregação de funções como o elemento mais importante para que haja um eficaz sistema de controles internos, e afirma também que esta mesma segregação pode gerar certeza razoável de que estão sendo alcançados os objetivos, dependendo do grau de competência e integridade do pessoal, da independência das funções que lhes tenham sido designadas e da compreensão que as mesmas têm dos procedimentos estabelecidos.

Nota-se que, a segregação das funções, antes de ser efetivada, requer uma análise criteriosa de alguns fatores, Entre eles: a capacidade pessoal para designar aquela determinada função; o número de funcionários necessários para a atividade de controle designada; e o volume de atividades para que não exceda a carga suportada por aquele determinado funcionário em operação, o que tornaria este sistema ineficaz.

### **2.3.2 Controle do Sistema de Informações**

Sobre o sistema de informações, segundo Silvio; Guilherme Crepaldi (2017) pode-se dizer que, a gestão não pode estar presente em todas as operações para observar e se inteirar de todas as decisões tomadas nos diferentes níveis da organização. O sistema de informações equivale aos “olhos e ouvidos” da gestão.

A existência de um sistema de informações faz-se necessário devido a impossibilidade da gestão de manter-se bem informada de todos os andamentos dos

campos da empresa que reporta, informações essas que serão úteis para tomada de decisões, para compreensão da mesma e verificação quanto ao cumprimento das atividades;

Para que haja um eficaz controle do sistema de informações, são necessárias algumas ferramentas, onde o autor descreve da seguinte forma: “Um sistema de informação é composto de infraestrutura (componentes físicos e de *hardware*), *software*, pessoas, procedimentos e dados”. NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p 127

Este sistema precisa fornecer informações relevantes e de qualidade para que a administração faça bom uso da mesma, tome boas decisões e melhore seus procedimentos internos. Dentre algumas informações de qualidade a serem extraídas do sistema de informações, para a tomada de decisões, cito as seguintes:

A informação deve ser suficientemente detalhada para permitir a identificação das operações “fora de linha” ou possíveis problemas; os relatórios devem conter informações relevantes para os usuários; a forma de apresentação deve destacar a informação de maior importância; a informação deve ser distribuída conforme as responsabilidades atribuídas; a informação deve ser usada pelos que tenham competência e tempo necessários para compreender seu significado e adotar medidas corretivas, se necessário. (SILVIO; GUILHERME CREPALDI, 2017, p. 86.)

## 2.4 FORMATAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS

“Visando a implementação de um sistema de controles internos, faz-se necessário que antes ele seja formatado, com o intuito de, primeiramente, conhecer-se o ambiente de controle em que esse sistema será inserido. A partir disso, inicia-se a sua formatação.” (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p. 112).

É importante ressaltar que o processo de implementação do sistema de controles internos, para que seja bem executado, depende da formatação. Portanto, o conceito de formatação é o seguinte:

O delineamento e a parametrização dos procedimentos que são adotados para assegurar a transparéncia e a segurança das informações gerenciais. É relevante definirem-se as necessidades físicas e operacionais para o desenho desse sistema e, posteriormente, os recursos humanos necessários. (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p 112).

Visto que não existe um padrão para implementação dos sistemas de controles, a formatação se configura como norte, mapeando uma melhor adequação para aquela determinada empresa, com o intuito de gerar resultados e um sistema

efetivos, sem que haja um levantamento de um sistema obsoleto, por estar mal projetado, devido a uma não adequação com aquela realidade.

Existem dois tipos de controles importantes a serem mencionados quando se trata de uma implementação de um sistema de controles internos. são os controles preventivos e os controles de detecção, que são definidos, conforme Nascimento; Reginato (2013) da seguinte forma: O preventivo sendo aquele que se dá antes do fato, inibindo qualquer desvio erro ou fraude, e os de detecção corrigindo erros já existentes com a finalidade de melhoria e tratamento de um fato já existente.

Desta forma, se faz necessário até mesmo escolher se os controles serão preventivos ou de detecção para implementação eficiente do sistema de controles internos, que será norteado por esta formatação.

## 2.5 SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

Com o intuito de estabelecer os sistemas de controles internos, é de fundamental importância a compreensão da dimensão, e os níveis de controles preexistentes naquela determinada empresa. Em concordância com Nascimento; Reginato (2013) pode se definir dimensão como o conjunto de normas e procedimentos e de controles internos formais, que são estabelecidos com o intuito de padronizar o comportamento administrativo em todos os níveis, proporcionando meios seguros para o acompanhamento de ações dos cooperadores da organização e possibilitando a detecção das transações ocorridas na empresa, que envolvam tanto o consumo como manuseio de seus ativos.

Para uma mais clara interpretação a respeito do conceito de sistema de controles internos, Nascimento; Reginato (2013) exemplifica através de uma comparação que, na medicina existe, por exemplo, o “sistema digestivo”; na astrofísica “o sistema solar”, formado por diversos planetas e satélites; nessa perspectiva, na empresa não seria diferente, possuindo diversos sistemas que se complementam, e que são interdependentes e interagem entre si, formando o sistema-empresa. E um deles é o sistema de controles internos, que é formado pela interação de cada procedimento isolado de controle, considerando cada ciclo de operações que a empresa realiza, com o objetivo de assegurar a eficácia da organização, através de proteção do seu patrimônio, confiabilidade e da

tempestividade das informações e da determinação da adesão a normas e políticas preestabelecidas.

Portanto, todas essas afirmações apresentadas, demonstram a importância da adesão de um sistema de controles internos para as Empresas de Pequeno Porte, estruturadas com um modelo de gestão adequado, para que haja um terreno qualificado para implementação desse sistema. Portanto sistema de controles internos pode ser conceituado como:

A organização de todos os mecanismos de controle que interagem entre si, garantindo a salvaguarda dos ativos da empresa, a melhoria da eficiência operacional, a integridade e transparência das informações econômico-financeiras e, além disso, auxilia na adesão às políticas e normas propostas pela administração da companhia. (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p 111).

Existem diferenças no conceito de controles internos e sistemas de controles internos, que se não bem esclarecidos, podem trazer conflitos de entendimento. portanto nessa perspectiva, podemos dizer que controle interno é cada procedimento executado individualmente. Já o sistema de controles internos pode-se dizer que é a junção de todos os controles que interagem entre si.

## 2.6 PRINCIPIOS DE CONTROLES INTERNOS

Os princípios de controle são os preceitos básicos para a existência de um sistema de controle interno, os quais determinam diretamente se a estrutura de controle existente é solida, robusta, ou, ao contrário, se é uma estrutura com falhas e sujeita à ocorrência de erros ou fraudes. Assim, dividem-se os princípios de controle em ambiente de controle, princípios operacionais e princípios relacionados aos recursos humanos. (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p 112,113).

Levando em consideração o conceito apresentado pelo autor, vejamos dois dos preceitos básicos, considerados necessários para a existência de um sistema de controles internos:

### 2.6.1 Ambiente de Controle

O ambiente de controle é uma das bases para os controles internos, e possuem forte influência sobre eles, o que pode favorecer ou não, os controles de modo geral.

O ambiente de controle é consequência direta do modelo de gestão, ou seja, depende da intenção dos gestores, da maneira como estes querem conduzir a sua organização e do modo como essa intenção é repassada ao restante

das pessoas que a compõem, para que sigam as mesmas diretrizes estabelecidas pela direção. (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p 113).

No ambiente de controle avalia-se o nível de formalização da empresa. Neste campo, são traduzidos as crenças, visão e valores da empresa para um material formal, seja como norma da empresa, código de ética, ou manual, de modo a servir como norte para onde a empresa seguirá para cumprir seus objetivos. Segundo Nascimento; Reginato, (2013), a formalização dos controles tem como finalidade garantir que os funcionários estejam cientes dos ideais da empresa, e a partir desta compreensão possam utilizar da melhor forma os recursos trazendo eficiência ao processo.

#### 2.6.1.1 Métodos

Dentro da empresa deve-se avaliar a realidade a qual a mesma está inserida para a escolha dos métodos adequados para implementação dos controles, até mesmo se a empresa possui segregação das funções ou se as decisões são tomadas por um único gestor interferirá nos métodos a serem adotados.

A respeito dos métodos, o autor declara o seguinte:

Devem ser definidos os critérios para o delineamento do sistema, se cada procedimento será desenhado e implantado por área, quem será a pessoa responsável pela implantação, pela revisão e pelo monitoramento. (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p 115).

Em concordância com a orientação do autor, deve-se definir os parâmetros para que os métodos adotados sejam cabíveis aquele modelo de gestão, e assim gerar resultados positivos a empresa em caso.

#### 2.6.2 Princípios Operacionais

Os princípios operacionais de controle envolvem a parte física necessária para a formatação e para a implantação do controle interno. Geralmente, demandam um investimento financeiro em computadores, softwares, elaboração de manuais, entre outros. A empresa deve sempre avaliar a relação custo-benefício antes de efetuar investimentos no sistema de controle, ou seja, avaliar se o benefício de manter um controle é maior do que o gasto gerado na aquisição de um equipamento que possibilite a execução desse procedimento. (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p 117).

Os princípios operacionais estão diretamente ligados a atividade fim da empresa e, portanto, são necessários para o desenvolvimento dos mecanismos de

monitoramento, que são compreendidos nos princípios operacionais, e que são conceituados da seguinte forma:

#### 2.6.2.1 Mecanismos de Monitoramento

As operações da empresa devem ser constantemente monitoradas a fim de identificar e corrigir possíveis falhas ou inexistência de procedimentos de controle. Geralmente, selecionam-se amostras de cada operação para facilitar o processo de monitoramento. Além das operações, os procedimentos de controle interno existentes também devem ser monitorados, minimizando a possibilidade de falhas nesse processo. (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p 117).

O monitoramento é resumidamente, a ação que torna útil o controle interno, portanto faz-se necessário um acompanhamento contínuo para compreender e avaliar se as atividades pré-estabelecidas estão sendo executadas corretamente. A gestão da empresa deve portanto encarregar-se das atividades de monitoramento, como por exemplo: em caso de empresa prestadora de serviços, verificar se os contratos estão seguindo as normas e políticas da empresa; verificar se as conciliações bancárias estão em conformidade com a realidade e se estão sendo entregues em tempo hábil; verificar se as contas a pagar estão sendo quitadas em tempo hábil, não gerando juros indesejados para a empresa nem multas pelo atraso ou não quitação do débito.

#### 2.6.2.2 Manuais de Rotina

Deve-se elaborar um manual contendo todos os procedimentos de controle, bem como apontar as pessoas responsáveis pela elaboração, implantação e revisão de cada evento. Este manual é elaborado com base no delineamento de cada operação e cada tarefa executada na empresa. Nele se descreve, passo a passo, o que cada funcionário deve e o que não deve fazer, bem como os níveis de alçada e o valor máximo a ser aprovado em cada operação. (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p 119).

Os manuais de rotina possibilitam que todos os envolvidos nos processos operacionais da empresa tenham conhecimento de suas atividades, atribuições e autoridades, e também contribuem para a formalização organizacional da empresa.

### 2.6.3 Princípios Relacionados aos Recursos Humanos

Os princípios de controle relacionados ao pessoal referem-se a exigências e cuidados mínimos para que o desenvolvimento do processo de controle seja

adequado. Isso se dá em razão de que não adianta implantarem-se os melhores procedimentos, utilizando-se de mecanismos tecnológicos avançados se o pessoal responsável pela execução e pelo monitoramento não estiver engajado e comprometido com a eficácia desses controles. Também são estes princípios que garantirão a adoção adequada dos princípios operacionais. (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p 119).

De fato, um grande, elaborado e robusto sistema de controles internos sem a presença do profissional qualificado e engajado para atuar naquele determinado papel, pode ter um baixo nível de eficácia se comparado a uma situação onde o profissional competente atua. O monitoramento dos controles internos portanto, necessitam não somente de um sistema de controle adequado, como um pessoal qualificado para operar, e assim gerar informações fidedignas, tempestivas e de qualidade para auxilio na tomada de decisões e controle das atividades da empresa. Para tal resultado, o pessoal precisa ser não somente qualificado, como de confiança, e comprometidos com os valores da empresa para obtenção de bons resultados, segundo Roehl-Anderson e Bragg (1996), se o pessoal é competente e digno de confiança, podem-se gerar bons resultados financeiros, mesmo que outros elementos de controle sejam insatisfatórios.

## 2.7 CICLOS OPERACIONAIS

Ciclo operacional é o conjunto de operações que ocorre na empresa e que se repete numa ordem constante, isto é, todos os atos e processos, desde a entrada de insumos na empresa, a transformação, a venda do produto, o recebimento, até completar-se o ciclo com uma nova aquisição de insumos e, assim, sucessivamente. (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p 121).

Os ciclos operacionais compreendem a ordenação e sequenciamento de atividades e possuem um papel de suma importância para a empresa. Estes ciclos são divididos em áreas específicas para uma análise mais profunda e detalhada dos mesmos. como por exemplo, existem os ciclos de vendas, ciclos de compras, recursos humanos, e patrimônio, que relatam a parte operacional da empresa. Estes ciclos são conceituados da seguinte forma:

### 2.7.1 Ciclo Operacional de Vendas

O ciclo operacional de vendas envolve todos os procedimentos que se iniciam na venda do produto e terminam com o recebimento da fatura, abrangendo a emissão de nota fiscal, os registros contábeis de vendas e a contabilização de impostos, além do controle da fatura desde a emissão até

sua baixa pelo recebimento. O ciclo de vendas inclui também a baixa no estoque do produto vendido. Para as empresas prestadoras de serviços, considera-se venda (receita) a própria prestação de serviços. (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p 121).

Como citado, o ciclo operacional de vendas é mais complexo que o aparente, devido a não se tratar apenas de uma venda, e recebimento da mesma. Para que haja um efetivo acompanhamento deste ciclo, alguns controles se fazem necessários, portanto, cito alguns como importantes em concordância com o autor:

Determinação da responsabilidade pela alteração na tabela dos preços de venda; determinação da responsabilidade pela negociação de prazos de recebimento com os clientes; determinação da responsabilidade por autorização de descontos sobre as vendas; determinação da responsabilidade pela isenção de encargos financeiros, no caso de vendas à vista; conferência de quantidade e valor do pedido com a nota fiscal de venda, na saída do produto (expedição); conferência dos produtos embarcados/transportados (conhecimento de frete) com a nota fiscal de venda (quantidade e valor); verificação da obediência dos prazos de entrega pela empresa; formalização de contratos com os representantes comerciais; atualizações periódicas do cadastro dos clientes; estabelecimento de políticas e sistemáticas de cobrança; verificação do lançamento automático da baixa do estoque e da contabilização da venda pelo sistema, por ocasião da emissão da nota fiscal; confronto dos saldos contábeis por clientes com o relatório do setor de contas a receber (financeiro). (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p 122,123).

Nota-se que, a aplicação de todos estes controles citados poderão ser feita em empresas dos ramos de comércio e indústria, já nas empresas prestadoras de serviços os que fazem menção a produtos, frete, entrega de produtos e afins não terão aplicabilidade, porém os demais devem ser aplicados sim, pois este ciclo trata a respeito do controle das receitas da empresa, que por via de regra geral, é o objetivo principal das empresas, e tanto para as empresas de pequeno, médio ou grande porte, independente da natureza, o controle das receitas é fundamental.

## 2.7.2 Ciclo Operacional de Compras

No ciclo operacional de compras estão envolvidas todas as operações de aquisição de insumos, armazenamento e contabilização em estoques, até o registro no sistema de contas a pagar, culminando com os pagamentos aos fornecedores e suas respectivas contabilizações. Estão inclusos também os registros dos impostos a recuperar sobre as aquisições. (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p 123).

Os ciclos operacionais de compras abrangem além dos materiais utilizados para venda, os materiais usuais do dia a dia, que servem para desempenho da

atividade fim da empresa, e até mesmo os matérias de limpeza. O preço do material comprado para venda ou a matéria prima comprada para produção, interferem até mesmo no custo da venda dos mesmos, porém as despesas com materiais usuais do dia a dia, os materiais de limpeza, também devem ser considerados para uma melhor noção desses gastos operacionais na produção, venda ou prestação do serviço.

Portanto, em conformidade com o autor, podem ser citados alguns controles necessários para o acompanhamento deste ciclo. São eles:

Determinação das alçadas de compra; determinação de escalas de preços a serem aprovadas, em diferentes alçadas; obtenção de, no mínimo, três cotações de fornecedores para a decisão de compra; contagem física dos produtos na entrada da empresa e confronto com as quantidades emitidas na nota fiscal; confronto das informações da nota fiscal de compra com o pedido e a autorização de compra; verificação e contabilização dos tributos recuperáveis sobre as compras; verificação do lançamento automático pelo sistema da entrada dos insumos no estoque e da realização dos lançamentos contábeis; definição da sistemática de estocagem dos produtos, bem como conferência da contabilização; verificação quanto aos padrões de qualidade; verificação da obediência dos prazos de entrega pelo fornecedor; implantação das políticas de levantamento de inventários periódicos; para as compras a prazo, verificação da existência de controle de contas a pagar, ou seja, quantidade de parcelas, prazos e valores; cruzamento dos saldos contábeis de contas a pagar (fornecedores) com os controles do setor de contas a pagar (financeiro). (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p 124).

É importante lembrar, que a área de compras também é um setor onde acontecem muitas fraudes e erros, por isso se faz necessário os controles, para que este ciclo flua conforme planejado.

#### **2.7.4 Ciclo Operacional de Recursos Humanos**

No ciclo de recursos humanos estão presentes todos os atos e os procedimentos de contratação, treinamento, políticas de pagamento, de benefícios, de férias até a saída do pessoal da empresa. É importante para a organização que as políticas de recursos humanos estejam bastante claras e disponíveis a todo o pessoal, para o bom andamento das atividades. (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p 125,126).

Como já visto anteriormente no tópico “princípios relacionados aos recursos humanos”, o pessoal é de suma importância para produção e desempenho da atividade fim da empresa. Portanto, os ciclos operacionais de recursos humanos são

de grande importância, e neste sentido o autor cita alguns dos importantes controles internos para acompanhar este ciclo:

Definição dos critérios de seleção e contratação de pessoal; definição das políticas de treinamento do pessoal; estabelecimento de regras básicas para as férias do pessoal; programa de bônus/participação nos lucros para os funcionários que mais se destacarem nos aspectos técnicos e éticos; repasse para o pessoal dos objetivos da companhia, bem como da cultura, isto é, do modelo de gestão da empresa, para que todos possam desenvolver as suas tarefas com a única intenção de atingir os objetivos globais da empresa, não o seu próprio; estabelecimento de revisões periódicas para conferir se as tarefas estão sendo prestadas de acordo com o estabelecido nos manuais da empresa; verificações periódicas a fim de evitar o desvio de funcionários dos seus cargos preestabelecidos, bem como de suas responsabilidades. (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p 126).

### **2.7.5 Ciclo Operacional de Patrimônio**

O ciclo patrimonial refere-se àqueles ativos fixos pertencentes à empresa, como moveis e utensílios, veículos, máquinas e equipamentos, dentre outros. Faz-se necessário o estabelecimento de políticas rígidas de aquisição, manutenção e guarda de ativos, até a venda e/ou baixa por obsolescência, inclusive com restrição de acesso dos funcionários. (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p 126).

Os controles sobre o ciclo operacional de patrimônio são importantes devido os ativos em maioria, possuírem uma vida útil (que em muitas vezes é curta), o que torna esse controle necessário para que não haja surpresa com a obsolescência de algum material utilizado até mesmo na atividade fim da empresa. Alguns desses controles importantes citados pelo autor são:

Determinação de alçadas e responsabilidades sobre aquisição de novos ativos; políticas relacionadas a prazos para troca de equipamentos e novas aquisições, bem como determinação das faixas de valores que podem ser aprovados; determinação da responsabilidade pelo controle e guarda dos bens, restringindo o acesso aos demais funcionários, exceto mediante autorização; conferência dos registros contábeis dos bens, bem como da contabilização das depreciações e baixas. (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p 127).

Todos esses controles citados, para os ciclos de vendas, de compras, de recursos humanos e de patrimônio, visam o “equilíbrio sistêmico” para as atividades operacionais da empresa.

### 3 METODOLOGIA

Para se elaborar uma pesquisa, por se tratar de um estudo científico, se faz indispensável a definição dos procedimentos metodológicos. Conforme o autor, metodologia:

É o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo de produzir conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. LAKATOS; MARCONI (2017, p. 32).

Dessa forma, nesse tópico do estudo será apresentado o panorama metodológico e quais os procedimentos utilizados para coleta dos dados utilizados, e para elaboração deste estudo. Em se tratando da caracterização desse estudo, quanto aos objetivos, caracteriza-se como descritivo, considerando-se o que diz Lakatos; Marconi, 2017, p. 297 esse tipo de “**pesquisas descritivas**, por sua vez, objetivam descrever as características de uma população, ou identificar relações entre variáveis.”

Quanto à natureza, o estudo caracteriza-se como qualitativo, uma vez que são utilizados dados primários e secundários, considerando-se o que diz RICHARDSON, 2015, p. 90 apud LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 301 a “pesquisa qualitativa é uma tentativa de “compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”.

Com relação ao tratamento de dados o estudo se caracteriza também como uma pesquisa qualitativa. considerando-se o que diz Goldenberg 2015, p. 63, apud Lakatos; Marconi, 2017, p 302 esse tipo de pesquisa “desenvolve-se numa situação natural, oferecendo riqueza de dados descritivos, bem como focalizando a realidade de forma complexa e contextualizada.”

Quanto aos objetivos propostos, o estudo realizado tem característica exploratória e descritiva pois tem como objetivo apresentar hipóteses e aperfeiçoar ideias. Com base nisso, podemos dizer que:

na pesquisa exploratória a coleta de dados compreende: levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes em relação ao assunto, análise de exemplos. Seriam pesquisas exploratórias: pesquisa bibliográfica,

estudo de caso, levantamento de campo. (SELLTIZ, GIL 2016, p. 27 apud LAKATOS; MARKONI, 2017, p 295).

Complementando com a pesquisa descritiva, que segundo Neuman 1997, apud Silva 2014, p 22, “A pesquisa descritiva visa efetuar a descrição de processos, mecanismos e relacionamentos existentes na realidade do fenômeno estudado, utilizando, para tanto, um conjunto de categorias ou tipos variados de classificações.”

Com relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, pois considerando Lakatos; Marconi 2017 p. 305, quando diz a respeito disso que “O estudo de caso se refere ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos. Entretanto, é limitado, pois se restringe ao caso estudado, que não pode ser generalizado.”

A presente pesquisa foi realizada na empresa Tavares Advocacia, localizada na Avenida João Machado nº 879, João Pessoa PB, onde desempenha atividades nos ramos do Direito Previdenciário, Civil e Trabalhista, prestando serviços jurídicos. A empresa opera a 11 anos no mercado de atividade em que atua, e possui 6 funcionários.

As informações necessárias para a elaboração desse estudo, foram obtidas através de entrevista padronizada, realizada com o gestor da empresa, uma vez que sua estrutura não está dividida em apenas departamento jurídico e financeiro, ficando as demais responsabilidades (como por exemplo departamento pessoal, administração, recursos humanos, etc.) concentrados na gestão da empresa.

Para este estudo, os dados foram coletados através da realização de uma entrevista realizada com a Advogada Diretora e cofundadora da empresa TAVARES ADVOCACIA no mês de maio de 2021 onde foram abordadas questões relacionadas ao modelo de gestão, e procedimentos de controles internos, onde por tratar-se de uma entrevista, os dados são classificados como primários.

## 4 ESTUDO DE CASO

### 4.1 CARACTERÍSTICA DA EMPRESA

Este estudo foi realizado em uma empresa comercial que exerce a atividade de prestação de serviços; a empresa é de pequeno porte e fica localizada em João pessoa Paraíba, foi fundada no ano 2000 e sua razão social é TAVARES ADVOCACIA; tem como atividade principal a prestação de serviços advocatícios nas áreas previdenciária, cível e trabalhista; a empresa é de natureza unipessoal; a contabilidade é terceirizada e o regime de tributação é o simples nacional, enquadrase nesse regime devido sua receita anual ser entre 360.000,00 (trezentos e sessenta mil) e 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil); seu mercado de atuação é a prestação de serviços advocatícios, tendo como principais clientes pessoas com seus direitos lesados localizados em João Pessoa – PB. A maior dificuldade enfrentada por esta empresa está relacionada aos controles internos e seu monitoramento.

Mediante o exposto, a importância desta análise pode se justificar pela necessidade de utilização dos controles internos por parte da gestão de uma Empresa de Pequeno Porte – EPP para assegurar a tomada de boas decisões mediante as informações fornecidas por tais controles, o bom desempenho e eficiência das atividades operacionais da empresa em estudo.

#### 4.2 QUANTO AO MODELO DE GESTÃO ADOTADO

Levando em consideração que “gerir é em si, tomar decisões”, e que um modelo de gestão poderia ser definido, segundo Caggiano; Figueiredo, 2008, como conjunto de princípios e definições que provem das crenças, valores e ideais dos principais gestores, O modelo de gestão adotado pela empresa baseia-se na boa relação interpessoal, onde os setores existentes cooperam entre si; o ótimo relacionamento com os clientes, levando em consideração a transparência na execução dos serviços prestados; a formalidade, utilizando contratos de prestação de serviços, garantindo ao cliente a seriedade e qualidade do serviço, e a empresa a contraprestação dos serviços prestados, gerando uma maior confiabilidade para aqueles que desejam utilizar estes serviços; Apesar desses princípios estarem bem enraizados na empresa, as crenças e valores traduzidas em ideias, não estão documentadas de modo a serem claros para toda a equipe, para que facilite o norteamento da empresa de acordo com o proposto pela gestão.

## 4.3 CONTROLES INTERNOS UTILIZADOS

No que diz respeito aos controles internos, podemos dizer que compreendem segundo Silvio; Guilherme Crepaldi, 2017 aos métodos, e medidas adotados com a finalidade de salvaguardar os ativos, de modo a verificar a exatidão e fidelidade dos dados e relatórios contábeis e de outros dados operacionais. Dentro desta perspectiva, vejamos como são comportados na empresa os diversos tipos de controles relacionados a este princípio.

### 4.3.1 Os Controles Organizacionais

Quanto a segregação de funções, a empresa possui intenção de entregar autonomia para cada setor, com o intuito de aumentar a resolução das atividades por setor, resolver problemas que são levados a gestão e que poderiam ser resolvidos sem essa burocratização devido a autoridade atribuída a aquele determinado profissional do setor, porém o modelo atual permite apenas a gestora principal como tomadora de decisões, com exceção de casos extraordinários, onde em sua ausência, as decisões são delegadas a coordenação do setor jurídico.

### 4.3.2 Controles de Sistemas de Informações

Considerado como os “olhos e ouvidos” da gestão, a empresa em estudo possui, como forma de acompanhamento das atividades operacionais um *software*, que é alimentado por cada setor de acordo com sua etapa, como por exemplo: quando se inicia um novo processo, a própria recepção alimenta o sistema com o cadastro do novo cliente ou processo, posteriormente o setor jurídico alimenta o mesmo com informações de andamentos do processo, e por fim, os pagamentos após finalização do processo são discriminados no sistema, alimentados por responsabilidade do setor financeiro; para controle de receitas e despesas, fluxo de caixa, contas a receber e a pagar da empresa são utilizadas planilhas de Excel, onde a responsabilidade pelo preenchimento das mesmas fica por parte do setor financeiro, que não possui um *software* apropriado para tais funções.

### 4.3.3 Princípios dos Controles Internos

Sobre os princípios de controles internos pode-se dizer que, quanto ao ambiente de controle, a empresa não possui uma documentação formal expressa, porém possui uma cultura enraizada onde os funcionários mais antigos passam essas diretrizes culturais para os novos ingressantes na empresa de modo a familiariza-lo com a cultura da empresa; já quanto aos princípios operacionais, a empresa não possui manuais de rotina, o que por sua vez otimizaria os processos até mesmo em seus níveis de prioridade. As rotinas dos setores são feitas de forma manual, elencando a importância das atividades de forma visual, sem a utilização de um organograma ou um sistema adequado para tal operação.

## 4.4 A FORMATAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

Conforme visto anteriormente, a formatação dos controles internos possui forte influência sobre o sistema de controles internos a serem adotados por uma empresa. Deste modo, a formatação pode ser definida de duas formas são elas:

O controle preventivo é aquele que tem por finalidade inibir qualquer tipo de desvio, erro ou fraude, ou seja, aquele que ocorre antes do fato; já o controle de detecção tem por finalidade identificar e corrigir a existência de uma ocorrência, ou seja, se dá após o evento. (NASCIMENTO; REGINATO, 2013, p 112).

Tomando como base este conceito, a empresa em estudo possui uma formatação de seus controles baseado no modelo de “controle de detecção”, pois não possui controles preditivos no seu sistema utilizado, o que poderia inibir erros e fraudes, otimizando seu processo. Deste modo, os controles utilizados pela empresa, por exemplo, os controles de receitas e despesas, são baseados em eventos passados, e a empresa não possui estimativas a respeito das futuras entradas ou planejamento para efetivo para previsão de necessidade de capital de giro.

## 4.5 IDENTIFICAR OS CICLOS OPERACIONAIS DA EMPRESA

Os ciclos operacionais de uma empresa exigem controles criteriosos pois tratam a respeito de atividades cíclicas de importância primordial para a empresa.

Dentro desta pesquisa foram citados quatro ciclos de suma importância para que sejam feitos controles eficientes para melhor desempenho.

#### **4.5.1 Funcionamento do Ciclo operacional de Vendas**

A empresa possui como responsável pela alteração dos serviços prestados a própria gestora, onde a mesma determina os valores dos serviços prestados de acordo com a base do conselho de classe; a negociação de prazos de recebimentos da empresa fica por parte do setor financeiro, visto que já existe uma base de prazo pré-estabelecida, no que se enquadra dentro desta base o próprio setor decide quanto aos prazos, porem negociações fora deste enquadramento são levadas a gestão para autorização. Como por exemplo, a base para pagamento parcelado dos serviços prestados é de 10 meses, onde o contrato é dividido para que o contratante não tenha dificuldades para efetuar os pagamentos; os descontos sobre as vendas de serviços são feitos por parte da gestão, tanto os descontos para pagamentos parcelados quanto pagamentos à vista; quanto a atualização do cadastro dos clientes, que também se faz importante neste processo, não existe um responsável atribuído a tal responsabilidade.

#### **4.5.2 Funcionamento do Ciclo Operacional de Compras**

A compra de materiais para utilização das atividades operacionais e demais materiais da empresa (como por exemplo os materiais de limpeza, lanche para clientes), são de responsabilidade principal do setor financeiro, onde o mesmo já possui um orçamento pré-estabelecido; quanto a entrada de materiais da empresa, no que diz respeito a conferencia e protocolização do material recebido, não existe um profissional comissionado a tal função, de modo que o funcionário que receber o material, o mesmo fará a contagem e conferencia junto as notas fiscais, visto que o volume de materiais não são de grandes demandas; a empresa não possui inventario fixo, o que dificulta o controle dos materiais utilizados no dia a dia e a compreensão dos prazos de necessidade de renovação de almoxarifado; as compras a prazo e acompanhamento do contas a pagar da empresa ficam por responsabilidade do setor financeiro.

#### **4.5.3 Funcionamento do Ciclo Operacional de Recursos Humanos**

Ao que refere-se ao ciclo operacional de recursos humanos a empresa possui critérios específicos para contratação, onde são avaliados as capacidades laborais daquele candidato, através de uma prova de questões objetivas mais uma dissertação; a empresa não possui uma política de treinamento de forma sistêmica, no entanto, os treinamentos são feitos pelo próprio setor no qual o novo funcionário esteja apto a ingressar, onde o treinamento é feito demonstrando a realidade do setor e suas atividades diárias de modo informal; a empresa não possui programas de bônus, nem participação nos lucros para os funcionários; como visto anteriormente, a empresa não possui documentos que formalizem o repasse dos objetivos da mesma para os funcionários;

#### **4.5.4 Funcionamento do Ciclo Operacional de Patrimônio**

Neste tópico, pode-se dizer que quanto aos ativos da empresa, eles possuem vida útil, o que torna necessário um controle sobre este ciclo, para não perder os ativos por desgaste ou obsolescência. Neste sentido, a determinação pela compra de novos ativos para a empresa em estudo fica por parte da gestão; o controle e guarda dos ativos ficam por parte de todos os funcionários que o utilizam, desta forma, podemos compreender que não existe um único profissional atribuído a cuidar dos ativos específicos ou em geral; a contabilização da depreciação dos ativos é feita por parte da contabilidade terceirizada.

### **4.6 IDENTIFICAR A CONTRIBUIÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS PARA A EMPRESA**

De acordo com relato da gestora principal da empresa, os controles preexistentes na empresa são insatisfatórios, porém a adesão dos controles internos junto a um modelo de gestão adequado traria sem sobra de dúvidas, resultados otimizados e um melhor aproveitamento em percentuais significativos, de modo a tornar a empresa mais eficiente em sua atividade fim, auxiliar no monitoramento para correção de possíveis erros ou fraudes, alívio de sobrecarga por parte da gestão, onde estão concentradas maioria das atribuições de tomadas de decisões

da empresa, e ainda capacitaria a empresa a comportar ainda mais fluxos de clientes e serviços, com o intuito de gerar um crescimento saudável a toda a empresa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar qual a contribuição que os controles internos podem trazer para gestão de uma Empresa de Pequeno Porte – EPP localizada em João Pessoa – PB. Deste modo, conclui-se qual a contribuição dos mesmos, sendo tais controles, ferramentas essenciais e completamente eficientes para a gestão, e por tais motivos devem ser aderidos ao negócio. Conclui-se também que a gestão da empresa em estudo reconhece e considera de extrema importância a utilização dos controles internos desde que sejam alinhados a realidade do negócio.

Foram compreendidos também, conceitos a respeito de Empresa de Pequeno Porte – EPP, bem como a suas características e posicionamento no mercado nacional, o que facilitou compreensão da importância da mesma para o cenário econômico brasileiro; Foram citados conceitos a respeito da empresa, gestão e modelos de gestão, o que auxiliou na compreensão do mesmo durante a aplicação do estudo de caso efetuado, mas que não foram encontrados a níveis satisfatórios na empresa em estudo; Quanto a dimensão e procedimentos do sistema de controles internos, diversos conceitos relacionados foram levantados, o que serviu como base na aplicação prática para identificar os níveis dentro da empresa em estudo, onde foram detectados alguns controles relacionados a este sistema de controles, porém em níveis inferiores ao desejado pela própria gestão. Quanto a formatação do sistema de controles internos, foram levantados conceitos a respeito do mesmo, o que facilitou a compreensão de que a empresa em estudo possui controles de detecção e embasa seus controles nesta perspectiva.

E por fim, quanto à forma de utilização de controles internos pela empresa em estudo, pode se dizer que na aplicação prática do estudo de caso, muito embora a principal gestora do negócio não esteja satisfeita com o atual sistema de controles internos adotado pela empresa, a mesma reconhece e é consciente de que um modelo de gestão associado a implantação de um sistema de controles internos é de suma importância para a gestão do negócio, e em sua visão um modelo bem

parametrizado e desenhado conforme as necessidades pode sim atender ao processo de gestão do negócio. Dentro desta perspectiva declaro a importância dos controles internos para uma Empresa de Pequeno Porte – EPP como indispensáveis, para um bom desempenho de uma Empresa de Pequeno Porte – EPP.

Como resposta ao problema da pesquisa foi constatado que os controles internos contribuem para a gestão de uma Empresa de Pequeno Porte – EPP em seus diversos aspectos, de modo a salvaguardar seus ativos, aprimorar o acompanhamento e monitoramento das rotinas, trazer eficiência as atividades operacionais, e contribuir na compreensão e parametrização dos ciclos operacionais (ciclos estes que compreendem até mesmo a geração de receitas e despesas da empresa, cujo controle é indispensável).

Sendo assim, para que este estudo seja aprofundado, sugere-se que esta mesma observação seja efetuada em outras empresas do mesmo ramo de atividade para que seja comparado o modelo de gestão e aplicação dos controles internos, uma vez que a observação foi efetuada em apenas uma empresa.

## REFERÊNCIAS

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade Gerencial Teoria e Prática**. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

Dados do El País disponível em:

<<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-19/716000-empresas-fecharam-as-portas-desde-o-inicio-da-pandemia-no-brasil-segundo-o-ibge.html>>

Dados do SEBRAE disponível em:

<<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RO/Anexos/Perfil%20das%20ME%20e%20EPP%20-%2004%202018.pdf>>

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo Cesar. **Controladoria Teoria e Prática**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane. **Controladoria: Um Enfoque na Eficácia Organizacional**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2013.

SILVA, Antônio João Hocayen. **Metodologia de Pesquisa: Conceitos Gerais.**  
2014, Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/841>

## O IMPACTO DA GESTÃO DE PESSOAS DENTRO DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS: um estudo sob a ótica do gestor

Mariah Herculano Martins<sup>1</sup>

Mayra Cinara de Oliveira Tabosa<sup>2</sup>

### RESUMO:

Ao longo dos anos, os conceitos e os pensamentos sobre a gestão de pessoas e processos têm passado por mudanças. Este artigo tem como objetivo geral e principal analisar como a forma de gerir pessoas pode impactar dentro dos processos organizacionais. E mostrar a importância de conhecer cada pessoa da sua equipe de modo que, quem gerencia saiba motivá-las para que elas tragam o máximo de resultados possíveis. Além disso, ressalta que os processos, com o apoio da tecnologia, conseguem causar um efeito positivo e essencial para as organizações. A metodologia utilizada foi através da realização de entrevistas, que devido ao problema sanitário que estamos enfrentando pelo COVID-19, foram feitas por um aplicativo de mensagens instantâneas. Na qual, foram realizadas 11 (onze) perguntas de características subjetivas, respondidas por 3 (três) gestores de diferentes empresas e áreas através de áudios e compiladas para o desenvolvimento do conteúdo a ser explanado neste trabalho. Onde mostra na prática o pensamento das empresas, representadas pelos gestores, e a relevância do tema citado.

**PALAVRAS-CHAVES:** Gestão de pessoas. Gestão por processos. Motivação. Impactos.

### ABSTRACT:

Over the years, concepts and thoughts about managing people and processes have undergone through changes. This article has as general and main objective to analyze how the way of managing people can impact within organizational processes and to show the importance of knowing each person on your team in a way that whoever manages it knows how to motivate them in order to bring the maximum of possible results. Furthermore, it emphasizes that the processes can have positive and essential effect for organizations with the support of technology. The methodology used was through interviews which, due to the sanitary problem of COVID-19, were made by an instant messaging app. Eleven (11) questions with subjective features were answered by three (3) managers from different companies and areas through audios and compiled for development of the content to be explained in this work where it shows in practice the thought of companies, represented by managers, and the relevance of the topic mentioned.

**KEY WORDS:** People management. Process management. Motivation. Impacts.

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Contábeis no Centro Universitário UNIESP. E-mail: mah.herculano@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Administração pelo Instituto de Educação Superior Da Paraíba – IESP, Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Especialização em Gestão de Pessoas pelo Instituto de Educação da Paraíba. E-mail: mayratabosa@hotmail.com.

## 1 INTRODUÇÃO

Por anos, o indivíduo em relação à empresa era considerado um indivíduo econômico, ou seja, ele era motivado pelo incentivo financeiro. Com o passar do tempo, foi sendo observado que outras questões como ambientes de trabalho, benefícios, capacitações e reconhecimentos profissionais também eram fatores que influenciavam no resultado e *performance* do funcionário.

Experiências como as de Elton Mayo (1890-1949) – psicólogo, sociólogo e pesquisador australiano - destacam a importância das relações pessoais e sociais nas empresas e como consequência, melhores desempenhos no trabalho. A partir disso, surgiu a Teoria das Relações Humanas, que visa a necessidade de humanizar a administração quebrando conceitos mais mecanicistas e centralizadores.

Para a Teoria das Relações Humanas, a motivação econômica é secundária na determinação do rendimento do trabalhador. Para ela, as pessoas são motivadas pela necessidade de “reconhecimento”, “de aprovação social” e “participação” nas atividades dos grupos sociais nos quais convivem. (CHIAVENATO, 2003, p. 106)

Os estudos relacionados à administração de empresas foram evoluindo cada vez mais, e com o passar do tempo foi-se entendendo a importância de uma boa gestão de pessoas nas empresas. A visão de algumas organizações é voltada para seus colaboradores, investindo em programas de capacitação, treinamentos e softwares de melhorias, fortalecendo a equipe não somente no intelecto e ferramentas de trabalho, mas também com atitudes motivacionais e de liderança, que fazem com que os colaboradores tenham mais vontade de trabalhar e, consequentemente, dão melhores resultados funcionais e financeiros.

Cida Garcia, diretora de talentos humanos da Algar Telecom, em matéria publicada no site Estado de Minas, por Lilian Monteiro (2017), afirma:

Mudamos o conceito da liderança autoritária para a educadora. Temos o princípio de autonomia com responsabilidade, damos liberdade de como fazer com o compromisso de confirmar os prazos. Os associados podem combinar um prazo decisório naquilo que lhes diz respeito, no que impacta suas áreas.

Atualmente, novas metodologias de gestão vêm surgindo nas empresas com o objetivo de agilizar rotinas como, controlar processos, evitar riscos e engajar

equipe. Além do trabalho com as pessoas, as organizações devem definir e trabalhar em cima dos processos organizacionais, que por sua vez serão conduzidos e realizados pelas pessoas. Dessa forma, podemos dizer que a gestão por processos é um modelo de gestão empresarial na qual tem sua administração orientada por processos. E tem sido cada vez mais utilizada nas empresas como métodos de melhoria, onde há um planejamento e desenvolvimento a ser seguido e no decorrer do trabalho, ser observado. Possui importância fundamental na organização, pois tem o intuito de tornar uma gestão mais eficiente e eficaz, promovendo melhores resultados e desempenhos devido ao controle e melhoria dos processos das atividades.

Na prática, a gestão por processos é implementada para manter uma padronização da atividade a fim de evitar perda de tempo e esforços repetitivos derivados de falhas no processo, executadas por pessoas que por alguma razão, seja de desempenho ou técnica, por exemplo, não conseguiram evitá-las. Além disso, apresenta uma visão melhor do processo onde podem ser identificados *gaps* que levantam questionamentos para melhorias do processo e aperfeiçoamento da atividade.

O fato é que ainda hoje existem empresas de pequeno, médio e grande porte que não tiveram o *insight* de que o bem estar do colaborador está praticamente ligado de forma direta ao seu objetivo principal: Aumento da produtividade que resulta no crescimento financeiro e reconhecimento do negócio quanto à sociedade.

Existem relatos de bons funcionários, independente do cargo, que, com o passar do tempo trabalhando na mesma empresa, foram diminuindo sua *performance* de maneira perceptível e se manteve ali constante por mais um período ou optaram por encerrar seu ciclo naquela empresa.

A partir disto, surgiu o questionamento ao qual será discutido no decorrer do trabalho: **Como a gestão de pessoas pode impactar dentro dos processos organizacionais?**

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar os impactos de uma boa gestão de pessoas nos processos organizacionais, nos quais podem impactar no rendimento profissional e nos resultados para empresa. Tendo como objetivos específicos definir a gestão de pessoas a partir de conceitos e características da gestão, analisar processos organizacionais e gestão por processos, e analisar na

prática, através de entrevistas, como as empresas agem de acordo com os impactos da gestão de pessoas nos processos organizacionais.

O trabalho justifica-se pela importância de uma boa gestão de pessoas no âmbito organizacional e a influência que se tem sobre a gestão por processos, pois o engajamento do colaborador em seu setor e o seu reconhecimento pela empresa fazem a diferença nos resultados. Diante disso, o estudo possui relevância pela necessidade de melhoria constante na gestão de pessoas e no impacto da gestão por processos, melhorando o bem estar do funcionário e maximizando seu desempenho na função a qual lhe foi dada. O tema desta pesquisa é um assunto importante por tratar da relevância do trabalho com pessoas nas organizações, além disso, a gestão por processos é um assunto que é pouco visto nos estudos acadêmicos e é significativo abordar devido aos resultados que se podem retirar da pesquisa e da junção dos dois temas.

A fundamentação teórica baseia-se em alicerçar o conteúdo através do que já é exposto ao público de acordo com os autores e dentro da literatura, trazendo foco e guiando de forma correta e coerente sobre o tema desenvolvido no trabalho. A aplicabilidade da fundamentação teórica dá relevância e confiabilidade ao tema proposto deixando e demonstrando de forma transparente o que já é existente sobre a temática, sendo utilizados como fontes de pesquisa artigos publicados, sites e livros para compor o trabalho.

Enquanto fundamentação teórica, dialoga-se com dois autores principais: Chiavenato (2003;2015) e De Sordi (2018), nos quais elevam o trabalho com trechos de seus livros.

A metodologia adotada inicialmente possui natureza descritiva e explicativa, baseada numa análise qualitativa constituída pelo seu estudo de caso. Como instrumentos de pesquisa foram utilizados livros, revistas, sites e entrevistas com gestores para avaliar a percepção de cada um sobre o assunto.

Este artigo se organiza em 5 partes e tem como estrutura a introdução, fundamentação teórica, metodologia - dividida em duas partes - sendo a primeira a coleta de dados e a segunda, a classificação dos dados, estudo de caso com a análise e interpretação dos dados e considerações finais.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1. GESTÃO DE PESSOAS

Segundo Chiavenato (2015, n.p.), “saber gerenciar é essencial para a excelência das atividades e para a plena conquista de objetivos, sejam individuais ou organizacionais”.

É difícil extrair bons resultados de onde não existe boa gestão, pois eles estão diretamente ligados. Gerir é trazer resultados através das pessoas, motivando-as, estimulando-as e traçando o objetivo para que ele seja concretizado.

Com o tempo, as organizações direcionadas para desenvolvimento e inovação perceberam que quem cria e inova não são os equipamentos, e sim o capital humano. A partir disso, as pessoas, consideradas clientes internos, passaram a ser o ativo mais importante da empresa.

As empresas começam investindo no colaborador a partir da contratação, na qual realizam treinamentos de nivelamento e capacitações para assumir a função, mas nem todas mantêm os cursos de atualização ou de aperfeiçoamento. E, sabendo que é a pessoa quem inova, deixar de investir nela é deixar de investir em resultados para a própria organização.

Atualmente, existem empresas como a Algar Telecom, que possuem em seu planejamento estratégico um percentual de valor a ser destinado para treinamentos e capacitação de pessoas. Cida Garcia, em matéria para o Estado de Minas (2017) afirma que o aperfeiçoamento de pessoas deve ser um cuidado frequente da empresa, onde é possível conciliar a gestão de pessoas com os resultados e a produtividade.

A necessidade do surgimento da gestão de pessoas – na época, chamada ainda por outros termos – veio à tona a partir da Era Industrial, onde muitas pessoas se concentravam no mesmo local de trabalho, submetido a um único empregador na qual era ele, ou uma pessoa a quem lhe confiava o cargo, quem tomava decisões e era responsável por recrutamento, pagamento, demissão, entre outras atividades. Num período próximo, a produtividade era o fator primordial para os gestores. E ainda hoje, existem organizações que mantêm esse perfil com enfoque apenas nos resultados.

Apesar disso, a gestão de pessoas continua passando por mudanças e o foco tem sido cada vez mais em pessoas e em seu desenvolvimento. Segundo Chiavenato (2015, p. 3), a modernidade proporciona o clima, que representa de fato a tensão em direção ao novo, derrubando o arcaico. Ele afirma que “as pessoas deixaram de ser apenas fornecedoras de mão de obra para serem alçadas à categoria de fornecedoras de conhecimento e de competências.”. Boog<sup>3</sup> (2020) acredita que é primordial a qualidade da competência e explica que há fatores que constroem a competência: Saber fazer, onde é preciso ter conhecimento, habilidades e capacitação; e querer fazer, na qual vem da motivação, comprometimento e insistência. Para Boog (2020), os dois fatores devem existir para que seja caracterizada a competência.

Reconhecer a competência de alguém é um dos primeiros passos para uma boa gestão, e para isso, é preciso compreender a necessidade da gestão como um todo, as pessoas, os processos e as ferramentas facilitadoras de trabalho para então determinar as metas de melhorias e como serão as resolutivas dos problemas e *déficits* que forem detectados.

A competência é uma característica individual e importante para o desenvolvimento profissional de uma pessoa. Ela também pode ser observada e aprendida. Porém, apenas tê-la não é o suficiente, é preciso que haja o reconhecimento – resultado de uma pessoa competente – para que ela seja investida. Esse reconhecimento vem em forma de estímulo e motivação no qual é função do gestor saber como e onde utilizará esse talento para alavancar o processo e ao mesmo tempo, trazer uma satisfação profissional para o colaborador.

Outra característica que caminha junto à boa gestão é a inovação e a adoção de ferramentas que a otimize, a exemplo da tecnologia que é uma grande aliada. Podemos utilizar as ferramentas de gestão para otimizar, controlar e aperfeiçoar as atividades realizadas.

## 2.2 GESTÃO POR PROCESSOS

Atualmente os conceitos de gestão de processos e gestão por processos ainda confundem, onde o primeiro, trata-se da forma como se gerencia a operação

---

<sup>3</sup>Gustavo Boog é Diretor da Boog & Associados, e também é Consultor e Terapeuta Organizacional.

mapeando processos e supervisionando se os resultados estarão conforme planejados. De acordo com De Sordi (2018, p. 36-37), a gestão de processos se origina da engenharia operacional e é considerado um estilo de organização e gerenciamento das empresas e se abrange de maneira reduzida em relação à gestão por processos, que é uma abordagem administrativa na qual “o valor semântico que se deseja atribuir na abordagem administrativa da gestão por processos é de prioridade, foco, desenvolvimento do processo de negócio, por essa razão utiliza-se a denominação “gestão por processo””. (DE SORDI, 2018, p. 36-37)

Processo é definido como uma sequência de ações rotineiras para realizar determinada atividade. A gestão por processo é o modo de como lidar com os processos e como eles serão realizados, mapeados e registrados baseado nos objetivos e metas da empresa.

De Sordi (2018, p. 234) afirma que “um dos objetivos da gestão por processos é assegurar a melhoria contínua do desempenho da organização por meio da elevação dos níveis de qualidade de seus processos de negócios”.

Para gerir bem o processo é necessário saber como cada ação é executada e como elas se conectam uma à outra, para então identificar os gargalos que possam estar prejudicando de alguma forma. E a partir do mapeamento e planejamento, implementar um novo processo para aperfeiçoar e otimizar a atividade que requer atenção.

Segundo Roger Burlton, a gestão por processos requer liderança e direcionamento de seus processos, podendo isso significar uma mudança radical no processo de negócios e, por outras vezes, revisão e melhoria contínua do processo por meio de pequenos ajustes. (BURLTON, 2001 APUD DE SORDI, 2018, p. 234)

Ter uma visão sistêmica é imprescindível para a organização. É possível ter uma visão mais crítica e ampliada, conseguindo visualizar não somente suas atividades, mas também as atividades de outros setores que possam ser impactadas com as consequências de determinada decisão a ser tomada. Uma das características de uma visão sistêmica é a identificação de falhas e o planejamento, com o objetivo de evitar ações inesperadas. Ao comparar a visão sistêmica com a gestão por processos, percebe-se a semelhança conceitual e como os dois assuntos estão interligados, pois ambos possuem o objetivo de contribuir com as atividades de rotinas e melhorar a *performance*. Além disso, a visão sistêmica é desenvolvida

quando as pessoas passam a entender o processo, o fluxo, encontram o problema e planejam a melhor forma de resolvê-lo.

Brocke e Rosemann (2013, p. 9) ao citar Hammer (2007), apresentam cinco habilitadores que tornam possíveis uma boa execução nos processos. São eles:

- Desenhos de processo – É a estrutura principal do processo. É nessa etapa que é determinado quem executará, como, para que, quando, onde e por que motivo o processo está sendo executado. Brocke e Rosemann (2013, p. 9) afirmam que “O desenho é a especificação do processo; sem ele, haverá apenas atividades individuais, desconexas e caos organizacional.”;
- Indicadores de processo – São criados indicadores para que auxiliem as pessoas a visualizar melhor as metas desenvolvidas de acordo com a necessidade dos clientes e da empresa e acompanhar o desempenho do processo.
- Executores de processo – São as pessoas que trabalham com processos e que compreendem a visão global. Capacitadas para trabalhar em equipes e gerenciar com eficiência as atividades.
- Infraestrutura de processo – É o suporte que o TI e o RH dão para que as pessoas que executarão os processos possam cumprir com suas atividades. Brocke e Rosemann (2013, p. 9) reiteram que sistemas integrados, como sistema *Enterprise Resource Planning* (ERP), são importantes para a execução dos processos com maior eficácia de bons resultados.
- Dono do processo – Numa empresa, ninguém consegue ser o dono do processo do início ao fim, e por isso, são designados alguns líderes para que eles fiquem à frente de determinados processos e a partir disso, eles distribuírem as atividades e acompanhar o andamento e desempenho do processo.

Medir a *performance* de uma empresa é sempre desafiador pois apesar de fundamental, ainda existe certa resistência e a razão disso, na maioria das vezes, é a ausência de métodos. O BPM (*Business Process Management*) que, em português, significa Gerenciamento de Processos de Negócio, é uma metodologia gerencial que unifica as informações, métodos e ferramentas, criada com o objetivo de estruturar e otimizar os processos organizacionais de acordo com as necessidades apuradas. Além disso, ele mensura a capacidade e produtividade dos meios aplicados.

Os processos de negócios compõem um sistema independente com vida própria, com um dinamismo cada vez maior; eles crescem, encolhem, juntam-se ou dividem-se, refletindo de forma direta todas as alterações do ambiente de negócios. Assim, os processos de negócios também possuem um ciclo de vida de mudanças não apenas de estado (dados), mas também de estrutura (capacidade) e projeto (intenções expressas por regras). Por essas razões, as empresas necessitam de soluções flexíveis e adaptáveis, como são as soluções BPM, orientadas para a gestão do ciclo de vida de processos de negócios. (DE SORDI, 2018, p. 215)

As atualizações de melhorias na área de processos e tecnologia da informação (TI) vêm ocorrendo com muita rapidez, isso acontece devido a necessidade de acompanhar em tempo real as mudanças e conseguir, de forma tempestiva, realizar tomadas de decisões. A automação dos processos é vivenciada diariamente nas organizações e tem sido requisito para a busca de obtenção de melhores resultados. O BPM é fundamental para tornar a empresa um modelo de gestão. Portanto, ele precisa da tecnologia como sua aliada, e por isso a TI é tão importante nas empresas, pois ela viabiliza e conecta as informações para que os executores de processos consigam atuar com rapidez nas atividades rotineiras e tomadas e decisões.

Nos últimos anos têm surgido muitos softwares com o intuito de otimizar tarefas e eles têm tido cada vez mais aceitação no mercado, com o objetivo de facilitar rotinas e aumentar a produtividade. O *Bizagi Modeler* e o *Visio*, por exemplo, são ferramentas que desenvolvem fluxogramas para facilitar o entendimento dos processos. Seus armazenamentos permitem que sejam em nuvem, o que facilita apresentar e compartilhar o mapeamento de determinado processo com outras pessoas. Já o ERP *Protheus* da TOTVS é um exemplo de BPMS, sigla traduzida

para o português que significa Sistema de Gestão de Processo de Negócio, onde integram e automatizam os processos da organização. A diferença entre BPM e BPMS é que este é o sistema e aquele, trata-se da disciplina de gestão, ou seja, um refere-se ao software de gestão de processos e o outro à rotina de ter a visão voltada para os processos numa empresa.

É importante ressaltar a relevância da gestão por processos na empresa, para que as organizações busquem cada vez mais sintetizar suas demandas otimizando em tempo hábil e padronizando para evitar falhas. São muitos os benefícios dos sistemas integrados e além de transparência, centralização e segurança de dados, ele irá prover melhorias onde trará atualizações em tempo real de diversas áreas como tributária e trabalhista, evitando passar despercebido algum decreto ou lei nova que ainda não tenha sido parametrizado no sistema. Quando implementado um novo método de melhoria, é perceptível que os objetivos inalcançados começem a gerar resultados positivos.

### 3 METODOLOGIA

Inicialmente a metodologia deste trabalho se deu de maneira bibliográfica, buscando referências importantes e concretas para uma base sólida através da visão de autores sobre o tema da pesquisa. Além de livros, foi utilizado outro método confiável como sites para compor o trabalho.

Em relação a forma de abordagem do problema, o presente estudo foi classificado como qualitativo, uma vez que serão utilizadas as informações como base de dados através da entrevista. E, por outro lado, analisar as informações a respeito do conhecimento, gerenciamento e influência da gestão de pessoas nos processos organizacionais.

Michel (2015) afirma que o modelo de pesquisa qualitativa tem finalidade de coletar e analisar os dados de um estudo para obter conhecimento através de diferentes opiniões referente ao tema abordado. Já Lakatos e Marconi (2011) dizem que neste tipo de pesquisa segue-se a seguinte sequência: coleta de dados para estruturar um conjunto de conceitos; significados envolvendo o referente assunto; e princípios aplicados à temática.

### 3.1 COLETA DE DADOS

Devido ao problema sanitário enfrentado durante o desenvolvimento deste trabalho, na qual estamos passando pela pandemia do COVID-19, foi-se utilizado como facilitador para a realização das entrevistas um aplicativo de mensagens instantâneas, pois ficou impossibilitado a realização da entrevista por meio de videoconferência. Sendo assim foram realizadas 11 (onze) perguntas de características subjetivas respondidas através de áudios e compiladas para o desenvolvimento do conteúdo a ser explanado neste trabalho. As entrevistas foram realizadas com 3 (três) gestores de diferentes empresas e áreas.

As respostas das entrevistas foram transcritas e organizadas por meio de planilha no *Excel* para que ficassem mais fáceis de visualizar.

### 3.2 CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS

A análise e interpretação das respostas obtidas após a conclusão das entrevistas, foram classificadas de forma qualitativa, com o intuito de entender a visão dos gestores em relação ao tema do trabalho e formular perfis de acordo com as opiniões de cada entrevistado.

Desta forma foi possível conhecer as formas de gerenciamento na qual cada gestor desenvolve em suas equipes e se trazem resultados expressivos e aplicáveis de acordo com o objetivo deste estudo.

Vale destacar que foram preservadas as identidades dos entrevistados bem como das empresas em que os entrevistados atuam, pois o objetivo é compreender sobre a gestão independente da organização ou da pessoa do gestor.

## 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Com suas identidades preservadas, os gestores serão citados por letras. Sendo assim, serão chamados de G1, G2 e G3 onde a letra representa o nome Gestor e o número a ordem das respostas de cada entrevistado.

Para iniciar as entrevistas, foi perguntado a área/setor que os gestores atuam e há quanto tempo eles atuam como gestor. O Quadro 1 apresenta as respostas de cada entrevistado das duas primeiras perguntas:

**Quadro 1:** Sobre as áreas que cada um gera e o tempo em que atuam como gestores

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
G1	<i>"Trabalho com tecnologia, mais especificamente numa empresa que desenvolve sistema ERP para postos de combustíveis. Atualmente, dentre os setores que já gerenciei, estou no setor de implantação, que é o setor responsável pela instalação e capacitação do cliente que adquire o software. Sou gerente desde os 23 anos de idade, hoje estou com 31 então, tenho carreira em gestão à frente de setores há oito anos"</i>
G2	<i>"A minha área é a de tecnologia e como gestor, atuo há 9 anos"</i>
G3	<i>"Área de Gente e Gestão e Segurança, onde Gente engloba todos os subsistemas de RH e departamento pessoal; Gestão, toda a parte de gerenciamento de rotina e gerenciamento pelas diretrizes, estratégia da empresa e PMO. E Segurança, é saúde e segurança do trabalho. A partir de 2011 eu assumi como gerente, então já vou em 10 anos como gestora"</i>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Ao observar o tempo de gestão que cada gestor tem, temos uma média de 9 anos de experiência nas diversas áreas citadas, como Implantação, Tecnologia, Gente e gestão e Segurança.

Em seguida, foi perguntado o que eles entendem por gestão de pessoas e obteve-se as seguintes respostas no Quadro 2:

**Quadro 2:** Sobre o que cada um entende por gestão de pessoas

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
G1	<i>"Eu entendo que está inclusa em qualquer área quando se trata de gestão. Qualquer gestão que vá se fazer terá um envolvimento de pessoas, então provavelmente você vai ter liderados. Lógico que, em algum caso específico só gerencie máquinas, mas se envolve pessoas no seu setor, independente do que se faça, tem que trabalhar a gestão de pessoas. Não deixar só a nível da empresa ou</i>

	<i>"do RH, mas você como gerente também tem que trabalhar as pessoas, porque elas são um dos componentes do setor. E dentro da linha de gestão que você vai trabalhar para alcançar os objetivos que seu setor almeja, deve trabalhar a gestão de pessoas porque elas são o combustível do seu setor, e a motivação delas é quem vai dizer se você produzirá mais ou menos. Várias literaturas voltadas para a administração, você verá que já trabalham inicialmente com pessoas, pessoas certas nos lugares certos e entre outras várias teorias que envolve toda essa questão. Então gestão de pessoas, para mim, é o pilar fundamental de qualquer gestão"</i>
G2	<i>"Na minha percepção, gestão de pessoas é garantir que todas as necessidades dos colaboradores sejam atendidas. É o verdadeiro cuidar de gente, genuinamente, saber entender que os problemas das pessoas não ficam da porta para fora e quando eles estiverem com um problema fora ele vai trazer para dentro...É entender como funcionam as pessoas, respeitar p seu tempo, aprimorá-las, treiná-las, e este é um ponto importante, pois através do treinamento você vai aprimorar o potencial daquele profissional. Também tem a base que, para mim, é a relação de confiança, se você tem a confiança consequentemente terá empatia"</i>
G3	<i>"Eu entendo que gestão de pessoas é qualquer processo que você faça com a sua equipe ou com outras pessoas que estão em volta para que aquelas pessoas alcancem resultados e melhorem, para que evoluam. Então, eu acho que todo mundo é um pouquinho de gestão de pessoas"</i>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Ao perguntar o que eles entendem sobre gestão de pessoas, observa-se que os gestores G1 e G2 concordam ao pensarem que gerir pessoas é atender às necessidades de cada um e manter uma relação de confiança com finalidade de motivá-los e alcançar objetivos. Já o G3, tem um enfoque maior na operação, acreditando que é qualquer processo que se faça com a equipe para que alcancem resultados.

Dando sequência à entrevista, foi feita a seguinte pergunta: Qual o seu papel como líder na gestão de pessoas? E as respostas estão no Quadro 3.

**Quadro 3:** Sobre o papel do gestor como líder na gestão de pessoas

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
G1	<i>"Existem várias linhas ideológicas quanto o papel do gestor como líder, e a palavra líder vai muito além do que um cargo. Líder é muito mais composto de várias ações, qualidades, perfis e características do que um simples cargo, é maior do que isso. O líder pra mim, quanto na gestão, tem que servir pois como líder, primeiro você serve para depois esperar que as outras pessoas sirvam, porque sua ação"</i>

	<i>"em poder de estar servindo a elas primeiro, por exemplo, entendendo suas necessidade, expectativas, e ganhar a confiança das pessoas faz com que elas te sigam, tenham lealdade com você. Então, trabalho na filosofia de que o líder tem que servir"</i>
G2	<i>"Meu papel é cuidar de gente, resolver conflitos, tirar obstáculos da frente deles, apoiar, criar mecanismos que eles tenham motivação, pois a motivação é pessoal deles, cada um se motiva diferente, cada um tem uma história de vida diferente, cuidar dos interesses deles. É reconhecer na hora que tem que reconhecer, dar feedback na hora que tem que dar feedback, seja ele positivo ou ponto para ele melhorar. Trabalhar num clima de um time, é o que vai fazer o resultado ser imbatível, o individual vai dar um resultado pequeno, no coletivo o resultado tem um ganho muito maior, então o trabalho de equipe é um ponto desafiador para o gestor fazer entender que todo mundo tem sua importância"</i>
G3	<i>"O meu papel é influenciar e orientar cada pessoa da minha equipe para que eles possam gerar o máximo de resultados para eles mesmos e para a organização. E uma das ferramentas principais para isso é o exemplo"</i>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

É perceptível, como vimos nas respostas dos gestores, que ser líder é ser exemplo, é servir e pensar em conjunto para que algo gere resultados da melhor forma possível. Liderar é ter a capacidade de relacionar-se bem com as pessoas, interagir, motivar e se dedicar para um objetivo único: fazer uma boa gestão de pessoas para que elas estejam motivadas a produzirem mais, trazendo bons resultados para a equipe.

Em seguida, foi perguntado quais os processos de gestão de pessoas que eles mais aplicam no dia a dia, e obtivemos as seguintes respostas, conforme Quadro 4.

**Quadro 4:** Refere-se aos processos de gestão de pessoas que os gestores mais aplicam no dia a dia

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
G1	<i>"A interação direta. Conversando e buscando feedback dos meus colaboradores, escutando eles e inclusive, incluindo eles na tomada de decisão. Eu gosto que eles se sintam parte de um todo, e gosto que eles entendam que o setor é um time: quando um ganha, todos ganham e; quando um perde, todos perdem. Então, minha principal função nessa questão é poder interagir com eles, entender o</i>

	<p><i>processo, sentir as dificuldades, se estão precisando de algo e se eu posso ajudá-los. E também, a longo prazo, eu procuro conversar inicialmente com todo colaborador que entra na minha equipe para entender um pouco do que ele gosta, quais os hobbies e quais são as expectativas para o futuro e onde esperam chegar, o que gostam de fazer e o que não gostam para encaixá-los na posição certa para que eles possam trabalhar satisfeitos e motivados para produzirem os melhores resultados"</i></p>
G2	<p><i>"Acho que um processo fundamental é o desenvolver. Trabalhar para manter a pessoa numa alta performance; e quem estiver com baixa performance, desenvolver ele para chegar numa alta performance. E que você possa recompensá-lo através da fala e da meritocracia dentro das regras estabelecidas pela organização. Logicamente, monitorar o resultado da pessoas para que veja se a pessoas que performava bem possa de repente ter caído a performance e pode ser que ela esteja com algum problema pessoal e esteja atingindo a empresa, e você monitorando consegue chegar mais perto dela para poder ajudar"</i></p>
G3	<p><i>"Como líder e gerente de RH, eu acabo aplicando todos. Mas eu acho que o que mais aplico no meu dia a dia é a parte de treinamento, desenvolvimento e feedback, então acho que faço isso constantemente, apesar de ter também, recrutamento e seleção, avaliação de desempenho, mas os que mais aplico hoje são o reconhecimento e o feedback"</i></p>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Por se tratar de uma pergunta sobre como cada gestor aplica na prática a gestão de processos, cada um citou sua metodologia principal, onde podemos ver como um processo de gestão de pessoas no dia a dia a interação direta, que traz o colaborador para perto, ou seja, mantém uma relação da gestão com os colaboradores, entende suas expectativas e coloca-os na função que acredita que vai motivá-los em estarem ali. Vemos o desenvolvimento do colaborador, dando as ferramentas para que ele cresça profissionalmente e tenha uma alta *performance*, dando bons resultados e mantendo essa boa desenvoltura da pessoa, ou seja, trabalhando num processo contínuo. Vemos também, o reconhecimento e o feedback de como o colaborador está se desenvolvendo e onde ele pode melhorar. As três respostas conjuntamente, fazem um ciclo de um processo na gestão de pessoas, onde cada resposta na respectiva sequência foi o início, meio e fim deste ciclo.

A partir da pergunta anterior, foi feita a seguinte pergunta: Esses processos de gestão de pessoas estão relacionados com o seu dia a dia operacional?



Conforme apresenta o Quadro 5, os gestores afirmam que os processos estão inseridos no dia a dia operacional. Os G1 e G2 concordam que esses processos são o dia a dia deles e como função, eles ficam monitorando e analisando as pessoas para que, caso surja algum entrave, eles consigam resolver e o desenvolvimento e a motivação das pessoas manterem estáveis. Já o G3, afirma que o processo está em seu dia a dia ao conduzir uma reunião, reconhece alguém, redireciona algo e direciona o processo à resultados quando diz que “Você só atinge alguns resultados se conseguir extrair o máximo dos que estão trabalhando com você”.

**Quadro 5:** Se os processos de gestão de pessoas estão relacionados ao dia a dia deles

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
G1	<i>"Sim, diariamente. Como a minha maior função é gerir, defendendo muito que o gestor ele não é o que 'mete' a mão no operacional, ele é o que tem que ficar de fora vendo as coisas acontecerem no setor para poder ir fazendo os ajustes, analisando tudo. Diariamente estou em contato com as pessoas para saber como estão, como estão os processos, o motivacional, se possui algum entrave. E em conversas informais sabendo como está a satisfação quanto ao trabalho, o projeto, objetivo, e até dando conselhos pessoais, a gente acaba criando um relacionamento pela convivência que uma vez ou outra seu liderado precisa de um norte pessoal e você tem que estar ali com a palavra certa na hora certa para ajudá-lo, muitas vezes fora das linhas profissionais"</i>
G2	<i>"Sim, estão relacionados como meu dia a dia, pois faz parte. Isso é o meu dia a dia, ficar cuidando, monitorando, desenvolvendo as pessoas e tirando os entraves e vendendo até o time"</i>
G3	<i>"Claro, acho que qualquer pessoa que trabalha com outra pessoa tem os processos de gestão de pessoas relacionados no seu dia a dia, mesmo que não seja líder. Você só atinge alguns resultados se conseguir extrair o máximo dos que estão trabalhando com você. Então, estão relacionados no meu dia a dia operacional quando conduzo uma reunião, quando exerce a comunicação dizendo onde quero chegar, quando reconheço alguém, quando redireciono"</i>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Seguindo com a entrevista, foi questionado aos gestores se eles relacionam motivação a bons resultados e as respostas dessa pergunta, encontram-se abaixo no Quadro 6.

**Quadro 6:** Se relaciona motivação a bons resultados

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
G1	<p><i>"Totalmente. Existem vários estudos que comprovam isso na própria administração, que perceberam que pessoas motivadas aumentam a produção. Isto é um fato, não há como negar. Então assim, para se obter o melhor resultado o gestor tem que trabalhar a motivação da equipe, tem que fazer com que a equipe produza mais e para produzir mais, entenda o motivacional e o que vai motivar. Então a motivação está totalmente ligada à produção e para alcançar resultados você tem que saber colocar o combustível certo, ou seja, tem que dar a motivação certa para sua equipe, conhecendo cada membro para poder fazer com que o setor produza mais e atinja os objetivos"</i></p>
G2	<p><i>"Sim, relaciono os bons resultados à motivação. Existe uma pesquisa que mostra que a causa número 1 das pessoas deixarem a empresa são os gestores, uma má gestão, e muito mais até do que salários. Quando elas acordam de manhã decididos a fazer o seu melhor, inspirados ou em busca de um objetivo pessoal, que a empresa dê condições desafiadoras para ela, e ela esteja bem treinada, o resultado é a princípio difícil de estimar, pois um mal gestor causa o sentido inverso, a desmotivação"</i></p>
G3	<p><i>"Existem muitos artigos científicos que não sou só eu quem consegue relacionar no dia a dia, mas a literatura tem comprovação que a motivação está completamente relacionada a resultados. A gente só consegue resultados extraordinários com pessoas extraordinárias. E as pessoas só dão o máximo de si se elas tiverem motivadas para fazer isso. E na prática, quando entro em algum time que está para baixo, geralmente os resultados não são tão bons e quando fortalece a auto estima desse time o resultado melhora muito"</i></p>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Percebe-se que as respostas dos três gestores estão bem alinhadas em relação ao tema, onde concordam que há uma relação direta entre a motivação e os resultados. No qual é preciso dar a motivação certa para que as pessoas consigam chegar a resultados memoráveis.

A motivação é um impulso para que as pessoas se sintam incentivadas para fazer determinada coisa, e ela direciona o comportamento de cada profissional a partir de como ele se encontra no momento. De Sordi (2018, p. 125) afirma que “Este estado psicológico intensifica a energia dos colaboradores para o desenvolvimento de suas tarefas, os mantém motivados, com melhor desempenho e maior satisfação com a organização”, o que torna a motivação como algo rotineiro, e deve ser impulsionada diariamente.

A partir disso, foi perguntado aos entrevistados o que eles fazem para deixar suas equipes motivadas. O Quadro 7, apresenta as respostas de cada um.

**Quadro 7:** Sobre o que eles costumam fazer para deixar a equipe motivada

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
G1	<p><i>"A motivação é muito peculiar, e muito particular ao momento. As vezes a motivação é pecuniária, é dinheiro, saber dar uma premiação para alcançar uma determinada meta. Em alguns casos, a motivação está a partir de elogios, feedbacks positivos para que saibam que estão no caminho certo, saberem que estão crescendo. Existe a motivação ligada também à expectativa de crescimento, mostrar a trilha e dizer que a pessoa pode crescer por ali, ver o futuro e onde ele pode alcançar. E existe também a motivação de relacionamento, que é se relacionar bem com a equipe, ter um ambiente descontraído e dinâmico em que a pessoa possa se sentir em paz no lugar que está trabalhando. Então a motivação vai muito pelo momento, eu tenho que sentir o que vai motivar a minha equipe e a partir disso, eu tenho que agir. A gestão tem que ter essa análise de conhecer os colaboradores que formam minha equipe, entender eles individualmente e como um grupo. Não existe uma regra, tem gente que não se motiva com dinheiro que se motiva com perspectiva de crescimento, em aprender. Então você precisa conhecer sua equipe para saber motivá-los."</i></p>
G2	<p><i>"Eu não acredito que eu consiga motivar a equipe, acho que ninguém tem um botão da motivação, por exemplo, eu dizer: olha, vou dar um aumento para todo mundo! Isso não quer dizer que vai motivar todo mundo, de repente tem alguém que não está sendo reconhecido e o aumento de salário não quer dizer nada, então eu acho que é entender como funciona cada um e criar estímulos, que são: ambiente de trabalho colaborativo, reconhecimento, tomar um café juntos, almoçar juntos, saber como estão as coisas em casa, se a pessoa está doente, como está a família. São essas coisas que fazem criar um mecanismo e a soma disso vai fazer com que a pessoa se motive para levantar todos os dias para fazer um bom trabalhar e dar uma grande entrega"</i></p>
G3	<p><i>"Acho que a comunicação aberta, a franqueza e clareza são umas das minhas principais características e um outro item que faz minha equipe ficar motivada é dar autonomia, eu cobro mas dou autonomia para que cada um vá em busca de suas ideias, eu espero essa iniciativa do meu time e dou feedbacks constantes, sempre quando acho que algo poderia ser melhor ou quando vejo que estão desenvolvendo um excelente trabalho"</i></p>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Diante das respostas dos gestores, percebemos que cada gestor atua de forma diferente onde o G1 e G2 concordam que não existe uma regra específica para motivar, e que é preciso conhecer cada liderado para que sejam motivados da maneira correta, assim como entendem que a base é o bom relacionamento entre a gestão e a equipe, trazendo um ambiente colaborativo e dinâmico. Em resumo, os

três gestores entendem que a comunicação aberta, como cita o G3, é de fato um diferencial, e entendem que quanto melhor o ambiente de trabalho melhor a entrega do colaborador com os resultados.

Em seguida, foi perguntado o que eles entendem por gestão por processos e obtivemos as seguintes respostas no Quadro 8.

**Quadro 8:** O que eles entendem por gestão por processos

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
G1	"Processo é a estrutura do setor. Processo é como fazer, é a estrutura que mapeia e dar uma sequência lógica ao setor. O que entendo como gestão de processo é analisar quais são as atividades sequenciais que devem ser feitas para atingir determinado objetivo de maneira segura. O processo ele tem eficiência e não eficácia. Eu defendo sempre que tem que ter eficiência, não é só atingir os objetivos a todo custo, é atingir os objetivos da melhor maneira, logicamente que o processo não pode ser oneroso nem inflexível, ele tem que atender uma realidade dentro da empresa de acordo com o cenário que ela está localizada, com o ambiente e toda a política, cultura, enfim, são vários fatores que influenciam no processo e fazê-lo ser eficiente. O processo em si, deve ser seguido com raras exceções de quebra. Pra mim, ele é essencial para se estruturar o setor e manter ele estável, pois independente do ciclo, do turnover, ou seja, a rotatividade de funcionários da equipe, o setor bem estruturado em processo ele sempre vai prevalecer"
G2	"Gestão de processo eu entendo que são as boas práticas, onde vou ter uma performance melhor, uma velocidade com qualidade e segurança. E se você não mede você não faz gestão, você não monitora, não tem resultado para poder fazer a ação em cima de algo que tenha variação"
G3	"Processo é tudo aquilo que você tem um passo a passo para executar, você não faz na sorte, contando apenas com a experiência de cada um. A gestão de processos é você definir corretamente esse passo a passo e acompanhar se aquela é a melhor maneira de fazer seu resultado acontecer"

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

De maneira geral, conforme respostas dos entrevistados, processo é uma sequência dada a uma determinada atividade - e observando de maneira macro, a um determinado ciclo de atividades - que devem ser monitoradas para que tenham bons resultados da melhor forma possível. É importante ressaltar as falas dos G1 e G2 onde falam respectivamente que "as atividades sequenciais que devem ser feitas

para atingir determinado objetivo de maneira segura. O processo ele tem eficiência e não eficácia. Eu defendo sempre que tem que ter eficiência, não é só atingir os objetivos a todo custo, é atingir os objetivos da melhor maneira” e “que são as boas práticas, onde vou ter uma performance melhor, uma velocidade com qualidade e segurança”, onde eles reforçam a ideia de não fazer o processo dar certo a todo custo e sim com segurança, e isso é gerir processos e também pessoas, pois elas quem executam os processos.

Ao perguntar se eles acreditam que há uma influência de gestão de pessoas sobre os resultados dos processos organizacionais, eles complementam focando mais uma vez na motivação dos funcionários, pois as pessoas quem dão os resultados e elas precisam estar bem para que os resultados sejam positivos, reforçando a ideia de que pessoas e processos estão diretamente relacionados. Vejamos a seguir o Quadro 9.

**Quadro 9:** Ao questionar sobre a influencia da gestão de pessoas sobre os resultados dos processos organizacionais

ENTREVISTADO S	RESPOSTAS
G1	<p><i>"Bem, aí vou defender uma linha particular minha, 'ta?' Quando assumo qualquer setor, já assumi outros setores e trabalhei com muito com estruturação do setor. A primeira coisa que faço é trabalhar pessoas, as pessoas são o segredo, como já falei. A partir da motivação das pessoas eu passo a trazer elas a compreensão dos processos, e consigo usar essa energia que elas têm a partir dessa motivação para realizar esse processo e seguir o processo. Aí elas começam a ver resultado, começam a ver que seu trabalho está mais organizado e conseguem produzir melhor, já sabendo o que tem que fazer sem ficar perdida em cada situação. Na medida que o processo vai amadurecendo, as pessoas vão vendo resultados, vão se sentir parte daquilo e vão dando a importância aos processos, e o trabalho começa a fluir. O setor se torna independente e o gestor passa a trabalhar cada vez menos, não quer dizer que ele seja preguiçoso, pois o gestor passa a analisar o setor e ele se torna cada vez mais fluido, o gestor pode analisar as melhorias que pode estar trazendo para que o setor se torne cada vez mais eficiente"</i></p>
G2	<p><i>"Eu só acredito nisso! Se não for através das pessoas, você não conseguirá bons resultados. Se você tiver pessoas desmotivadas, terá um resultado medíocre. Então, você tem que se cercar dos melhores, manter os melhores e treinar para se tornarem melhores, criar mecanismos de estímulos para que eles deem seu máximo. O desafio é chegar no topo e manter aquilo, saber qual o novo estímulo que vou</i></p>

	<i>criar. O gestor tem que estar sempre se desafiando a criar um ambiente que não caia a performance, é como um time que foi campeão num ano, qual o novo estímulo pra ele ser campeão novamente? Então esse é um desafio no gestor e pra isso, tem que ter paixão"</i>
G3	<i>"Um item está totalmente relacionado com o outro. Em literatura também, mas quando a gente vê a organização e como chegar nos resultados a gente vê um tripé, que é: pessoas, processos e estrutura. Então, se eu tiver processos muito bem definidos e não tiver pessoas que não souberem executar, não adianta nada. E se eu tenho pessoas excelentes, mas meu processo não está bem definido, eu posso chegar no resultado ou não, vai depender da sorte. Então os 3 itens são muito importantes, claro que pessoas são mais, pois são elas que executam e fazem a diferença"</i>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

E por fim, finalizando a entrevista, foi feita a seguinte pergunta: Há algum processo que você ainda não implementou e que acredita que seja necessário para alavancar seus resultados? Quais? E obtivemos as seguintes respostas no Quadro 10.

**Quadro 10:** Ao perguntar se existe algum processo os gestores ainda não implementaram, mas que acreditam que irá alavancar bons resultados

ENTREVISTADO S	RESPOSTAS
G1	<i>"Sim, existe ainda o planejamento que tenho para trabalhar na gestão em conhecimento. Um dos pilares do meu trabalho como gestor é fortalecer pessoas motivacional, processos estruturados e dar autonomia ao conhecimento, sobre o que fazer e como fazer, de maneira em que possa estar acessível, por exemplo, mapeamento de funções, melhores práticas de como ser realizada uma tarefa, erros do cotidiano, alimentação de base de conhecimento. Então eu ainda pretendo na minha equipe, fazer com que cada dinâmica do dia a dia seja documentada e possa gerar uma informação e que essa informação possa ser guardada e vir alimentando futuros novos colaboradores que possam agregar valores. É isso, criar um fluxo em que o conhecimento vai sendo armazenado e criando autonomia para que o setor esteja cada vez mais estruturado"</i>
G2	<i>"Pra mim, a metodologia mais cabível na área de TI hoje é o SCRUM, a gente trabalha através de ferramenta de chamados, mas não temos uma gestão de projetos forte. E o time pode ser mais eficiente se implementarmos uma metodologia de projetos, e isso vai fazer com que façamos 'sprinters' de 15 dias, ou seja, dizer o que vou entregar a cada 15 dias e monitorar essas entregas. É uma coisa que aqui na minha equipe de trabalho eu ainda não consegui implementar"</i>
G3	<i>"Sim, acredito que a avaliação formal de desempenho é um processo que é muito importante implementar e a trilha de carreira, cada pessoa saber exatamente o que precisa fazer para evoluir na sua carreira, os</i>

*"dois processos são muito importantes e estão no próximo passo para implementação"*

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Vemos que diante de toda experiência que os gestores possuem nesses anos de gestão, eles continuam buscando melhorias para seus setores como gestão de conhecimento, tornando o processo mais independente das pessoas com finalidade de manter-se contínuo e com qualidade caso haja algum desfalque na equipe, o *Scrum* que tem o objetivo de acompanhar as entregas de atividades, fazendo com que haja um planejamento maior a curto e médio prazo e evitando atrasos na entrega, e também a avaliação de desempenho e trilha de carreira, que tem o objetivo de mostrar o caminho para que o colaborador saiba exatamente o que fazer para alavancar sua carreira na empresa.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a leitura das entrevistas, pudemos compreender a importância da gestão de pessoas e da gestão por processos nas organizações. Onde as pessoas e os processos fazem parte do tripé organizacional e se complementam uma a outra, juntamente com a tecnologia dando apoio nos processos, e consequentemente, melhorando o dia a dia operacional das pessoas. Além disso, ressaltou a influência de cada tema e como eles estão ligados diretamente.

Ao observar este trabalho, percebemos que ao falar de gestão de pessoas, palavras como: motivação, *performance* e melhorias estão se repetindo, pois de fato, são as realidades das empresas atualmente, onde trabalham com enfoque motivacional mostrando a importância do colaborador para a empresa e da força que ele tem na equipe, e como consequência, gerando bons resultados.

A gestão por processos, que é um assunto mais recente, também tem ganhado força e as empresas que trabalham com a linha de pensamento voltada para otimização de tempo, melhorias de processos e potencialização de resultados estão cada dia mais implantando o método de BPM e os sistemas integrados, que buscam cada vez mais unificar as informações, aperfeiçoar os processos e tornas as tomadas de decisões mais tempestivas em suas empresas.

Com a análise das entrevistas, foi possível ver na prática como as empresas hoje pensam, sendo representadas por seus gerentes. Vimos que, mesmo em diversas áreas e diferentes empresas, a estrutura de uma nova gestão de pessoas tem atuado com enfoque nas pessoas, capacitando-as para os processos, buscando conhecer cada uma delas para saber como motivá-las a fim de gerar bons resultados.

É importante destacar que nas falas dos gestores eles sempre falavam na aproximação deles com os colaboradores como forma de conhecê-los e entendê-los para tirar os entraves que viessem a surgir. Além disso, repetiram em alguns momentos que a motivação é como um combustível que deve ser sempre impulsionado no colaborador de diversas maneiras, a depender do momento para que a *performance* deles se mantivessem constante e positiva. Citaram também, que os processos são muito importantes para a obtenção de resultados, mas que é preciso fazê-lo da melhor forma e com segurança, para alcançar os objetivos.

Diante disso, longe de esgotar o tema, pode-se dizer que a problemática em questão foi respondida no decorrer do trabalho e ganhou destaque com as entrevistas dos gestores, na qual afirmaram que, há de fato um impacto da gestão de pessoas nos processos organizacionais, ou seja, se não houver uma boa gestão de pessoas, os processos serão impactados e os resultados não serão positivos.

## REFERÊNCIAS

- BOOG, Gustavo. **Competência: Os líderes e os liderados**. Boog Consultoria, São Paulo, 31 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.boog.com.br/artigos/competencia-os-lideres-e-os-liderados>>. Acesso em: 07 abril 2021.
- BROCKE, J. V.; ROSEMAN, M. **Manual de BPM: Gestão de Processos de Negócio**. 1<sup>a</sup> Ed. :Bookman, 2013.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as pessoas: Transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas**. 5<sup>a</sup> Ed - Barueri,SP: Manole, 2015.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- DE SORDI, José Osvaldo. **Gestão por processos: Uma Abordagem da Moderna Administração** – 5. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Metodologia científica** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2011.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MONTEIRO, Lílian. **A união faz a força: como as empresas de sucesso valorizam seus funcionários**. Estado de Minas, Minas Gerais, 15 mai. 2017.

Disponível em:

<[https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/05/15/internas\\_economia,868986/saiba-como-as-empresas-de-sucesso-valorizam-seus-empregados.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/05/15/internas_economia,868986/saiba-como-as-empresas-de-sucesso-valorizam-seus-empregados.shtml)>. Acesso em: 18 mar. 2021.

## IMPORTÂNCIA DA ASSESSORIA CONTÁBIL PARA OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

Mateus de Andrade Calado<sup>1</sup>  
Ana Paula Ribeiro de Hollanda Leite<sup>2</sup>

### RESUMO

Antigamente para formalizar seu negócio era necessário uma série de documentos e o sistema era muito burocrático, porém, tudo mudou com a criação da figura do Microempreendedor Individual (MEI), que facilitou e desburocratizou a formalização do seu negócio, possibilitando com que milhares de pessoas pudessem dar continuidade ao seu sonho e abrir a sua empresa, mas esse sonho pode virar um pesadelo se não houver uma assessoria adequada e um bom planejamento. Diante deste cenário, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar quais as contribuições da assessoria contábil para o MEI, evidenciando as vantagens de ter um bom acompanhamento desde o momento da abertura. A metodologia utilizada foi uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, utilizando a técnica de pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa. Como resultados podemos destacar que há um grande número de empreendedores que não procuram a assessoria contábil nos momentos iniciais, trazendo diversos problemas para as empresas, chegando até a fecharem as portas. Outro ponto é o número cada vez mais elevado de formalizados no Brasil, que está relacionado às muitas vantagens que o MEI possui.

**PALAVRAS-CHAVE:** Microempreendedor Individual. Assessoria. Empreendedor.

### ABSTRACT

In the past, to formalize your business, you needed a series of documents and the system was very bureaucratic, however, everything changed with the creation of the Individual Micro entrepreneur (MEI), which made the formalization of your business easier and less bureaucratic, enabling thousands of people they could continue their dream and open their company, but this dream can become a nightmare if there is not adequate advice and good planning. Given this scenario, this paper aims to demonstrate the contributions of accounting advice to the MEI, highlighting the advantages of having a good follow-up from the moment of opening. The methodology used was exploratory, descriptive, and explanatory research, using the technique of bibliographic research and qualitative approach. As a result, we can highlight that there is a large number of entrepreneurs who do not seek accounting advice at the beginning, bringing several problems for companies, even closing their

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário – UNIESP . E-mail: calado.mateus@yahoo.com

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia (UPE), Administração (UNICAP) e Filosofia (UFPE). Especialista em Gestão de Pessoas (UPE) e Gestão de Educação do Município (UFPB). Professora nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Fisioterapia, Estética e Cosmética e Publicidade do UNIESP. E-mail: anapaula@iesp.edu.br

doors. Another point is the increasing number of formalized workers in Brazil, which is related to the many advantages that the MEI has.

**Keywords:** Individual Micro Entrepreneur. Advisory. Entrepreneur.

## 1 INTRODUÇÃO

Alguns historiadores datam que os primeiros sinais da contabilidade surgiram a aproximadamente 2.000 a.C. De modo geral, ela surgiu da necessidade do ser humano ter o controle da sua produção, antigamente não existia o dinheiro, sendo a troca de mercadorias a moeda das civilizações antigas. Assim começa a surgir a necessidade de registrar as trocas para ter algo em que se basear (DE IUDICIBUS, 2015).

A partir disto a contabilidade foi evoluindo gradativamente até os dias atuais e juntamente com a evolução da tecnologia se tornou uma grande ferramenta para as empresas

De acordo com De Iudicibus (2015, p. 17), a figura do “produtor” e do “contador” se relacionam mutuamente pois,

De certa forma, o “homem contador” põe ordem, classifica, agrupa e inventaria o que o “homem produtor”, em seu anseio de produzir, vai, às vezes desordenadamente, amealhando, dando condições a este último de aprimorar cada vez mais a quantidade e a qualidade dos bens produzidos.

Hoje o papel do contador não é mais apenas de inventariar, classificar e escriturar, mas de dar uma assessoria para seus clientes, se tornando um poderoso mecanismo de controle e planejamento.

Em 19 de dezembro de 2008, foi criada a Lei Complementar nº. 128 de 2008 criando a figura do “Microempreendedor Individual” (MEI), que visa trazer para formalidade empreendedores que trabalham de forma informal (SEBRAE BA, 2019).

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE BA, 2019) existem vários benefícios para o MEI como a cobertura previdenciária, acesso à linhas de créditos em bancos e aposentadoria. A formalização do MEI é gratuita e pode ser feita pelo próprio usuário no Portal do Empreendedor, neste portal existem várias ferramentas e informações pertinentes ao usuário como quais as atividades permitidas, quais os direitos e obrigações e a própria plataforma de abertura do CNPJ.

Como muitos microempreendedores não veem a necessidade de uma assessoria e tentam exercer todos os papéis da empresa, deixando passar algumas obrigações, acarretando problemas e muitas vezes o desenquadramento do MEI por exclusão, acabam não o formalizando e consequentemente desconsiderando a figura do profissional contábil.

Desta forma, teremos como problemática para nortear a investigação do artigo: Buscar qual a contribuição da assessoria contábil para os microempreendedores individuais?

Para responder a esse questionamento, objetiva-se demonstrar através de dados que foram retirados do Sebrae, que mesmo sem a obrigatoriedade de possuir um profissional contábil, ele pode ser de suma importância para o MEI, assessorando no processo de abertura, traçando planejamentos e estratégias.

Este trabalho justifica-se pelo fato de muitos microempreendedores individuais não terem a noção de quanta informação valiosa o profissional contábil tem, que pode ajudar em tomadas de decisões, no planejamento e no andamento do MEI. Segundo o Sebrae (2014), mais da metade dos microempreendedores abertos não realizou o planejamento de itens básicos antes da abertura da empresa.

Enquanto fundamentação teórica, este estudo dialoga com Chiavenato (2007), De Iudicibus (2015), Dornelas (2021) e Portugal, Carvalho e Ribeiro (2010).

O referido artigo foi direcionado por uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, para fornecer informações mais detalhadas sobre o assunto, aprofundando-se em uma pesquisa bibliográfica para apresentar de forma clara a problemática do tema e a solução.

A estrutura desse artigo está detalhada em introdução, fundamentação teórica, metodologia, resultados, discussão, e considerações finais.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 EMPREENDEDORISMO

O termo empreendedorismo, de acordo com o Sebrae (2016), deriva da palavra francesa *entrepreneur*, que significa “aquele que assume riscos”, ou seja, é aquele que assume os riscos de implementar uma ideia inovadora e arriscada. Com

o passar dos anos, esse termo passou a agregar ainda mais atribuições e atualmente possui um significado bem mais amplo.

Muitas pessoas acham que empreendedor é apenas aquele que abre nova empresa ou cria um novo negócio no mercado. Porém, segundo Chiavenato (2007, p. 3) o conceito de empreendedor é mais vasto pois,

Não é somente um fundador de novas empresas ou o construtor de novos negócios. Ele é a energia da economia, a alavanca de recursos, o impulso de talentos, a dinâmica de ideias. Mais ainda: ele é quem fareja as oportunidades e precisa ser muito rápido, aproveitando as oportunidades fortuitas, antes que outros aventureiros o façam.

Portugal, Carvalho e Ribeiro (2010, p. 2) também descrevem que para ser um empreendedor tem que aproveitar as chances que surgirem, de acordo com eles “Os empreendedores precisam identificar onde estão as oportunidades futuras. Estas podem ser indicadas por um conjunto de tendências e mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais”. Os primeiros indícios do empreendedorismo ocorreram por volta do século XVII e um primeiro exemplo de empreendedorismo pode ser creditado a Marco Polo, um viajante que tentou criar uma rota comercial para o oriente. Marco Polo, na posição de empreendedor assumiu todos os riscos físicos e emocionais ao assinar um contrato com um homem que possuía dinheiro, hoje conhecido como capitalista (DORNELAS, 2021).

## 2.2 EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

“Atualmente, no Brasil, a atividade empreendedora deu um salto na última década. Hoje 2 de cada 5 brasileiros entre 18 e 64 anos têm algum tipo de negócio ou estão envolvidos com um” (SEBRAE, 2016, p .7). Todo esse aumento pode ser explicado pelo fato de que hoje está se tendo um maior acesso à informação e a assuntos relacionados a empreendedorismo, as empresas e organizações estão investindo mais nessa área. Ainda de acordo com o Sebrae (2016), 3 a cada 10 brasileiros sonham em ter o próprio negócio. O que mostra que o número de empreendedores no Brasil só irá aumentar com o passar dos anos.

Muitas pessoas quando se veem em um momento de crise financeira tentam inovar, colocar em prática negócios, para tentar complementar sua renda ou até mesmo se sustentar através dele. É o que mostra a pesquisa realizada pelo *Global*

*Entrepreneurship Monitor* (GEM) que significa “ Monitoramento de Empreendedorismo Global”.

De acordo com o Gem (2019), estima-se que o Brasil, em 2020, deve atingir o maior patamar de empreendedores iniciais dos últimos 20 anos, com um quarto da população adulta do país envolvida com o empreendedorismo, por causa da crise da pandemia da nova variante do coronavírus. (SEBRAE, 2020)

## 2.3 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Fontes e Pero (2009, p. 2) afirmam que, “Os microempreendedores formam um grupo

muito heterogêneo, abrangendo desde camelôs até donos de microempresas de alta tecnologia. A desigualdade de renda entre eles é equiparável à desigualdade de renda do Brasil como um todo”, assim vemos que esta categoria se trata de um grupo muito seletivo.

De acordo com o Sebrae (2021), MEI é um profissional autônomo. Quando ocorre o cadastro, se tem a criação de um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), este compreende as informações cadastrais das entidades de interesse das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, [ca. 1995])

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, Lei complementar nº 123 de 2006, teve algumas partes modificadas com base na Lei Complementar nº.128 de 2008. Essa modificação criou condições especiais para que trabalhadores informais se tornassem legalizados, podendo exercer suas atividades com total liberdade (SEBRAE, 2019).

Para se registrar como MEI, o empreendedor precisa estar de acordo com os seguintes pré-requisitos (SEBRAE, 2019, p. 6):

- Faturar até R\$ 81.000,00 por ano ou R\$ 6.750,00 por mês;
- Não participar de outra empresa, como sócio ou titular;
- Trabalhar sozinho ou ter no máximo um empregado (no caso de afastamento legal deste empregado, você poderá contratar outro temporariamente);
- Não possuir filial.



Além disso, o empresário que pretende se tornar um MEI tem que ficar atento à Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), pois, não são todas as atividades econômicas que são permitidas. Algumas profissões não estão enquadradas nesse tipo de empresa e é preciso saber quais são antes da sua formalização (SEBRAE, 2020). No Portal do Empreendedor o empresário poderá consultar todas as atividades permitidas e após a análise e estar de acordo com os pré-requisitos já poderá se formalizar nesse mesmo portal, todo o processo de abertura é gratuito e pela internet (SEBRAE, 2021).

Para a formalização se faz necessário alguns documentos pessoais e informações sobre o negócio, tais como (SEBRAE, 2019, p. 6):

- Cadastro no Brasil Cidadão;
- Dados pessoais: CPF, RG, Título de eleitor ou Declaração de Imposto de Renda, dados de contato e endereço residencial;
- Dados do seu negócio: tipo de atividade econômica realizada, forma de atuação e local onde o negócio é realizado.

“Será necessário também ter um telefone celular no momento da formalização, pois será enviado um código por SMS para o celular cadastrado pelo usuário, que será utilizado para confirmar os processos de formalização, alteração e baixa. “(SEBRAE, 2019, p. 6).

## 2.4 BENEFÍCIOS E OBRIGAÇÕES DOS MEI's

Para aqueles que desejam se tornar microempreendedores individuais existem as seguintes vantagens, conforme consta no quadro 1.

SEM BUROCRACIA	Todo o processo de abertura é gratuito e assim que finalizado o empresário já sairá com o CNPJ e com o certificado do Microempreendedor Individual
ACESSO A SERVIÇOS BANCÁRIOS	Possibilidade de abrir conta bancária empresarial, tomar empréstimos exclusivos para empresas desse porte e obter linhas de créditos especiais
COBERTURA PREVIDENCIÁRIA	Aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, salário-maternidade, pensão por morte e auxílio reclusão

BAIXO CUSTO	Sendo MEI, a empresa está enquadrada no simples nacional e ficará isento de tributos federais. Pagando apenas o Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS. A guia DAS é paga mensalmente e seus valores correspondem a 5% do limite mensal do salário mínimo e mais R\$ 1,00 (um real), a título de ICMS, caso seja contribuinte desse imposto e/ou R\$ 5,00 (cinco reais), a título de ISS, caso seja contribuinte desse imposto.
TER 1 FUNCIONÁRIO	Possibilidade de legalizar a contratação de 01 funcionário, diminuindo os riscos de problemas trabalhistas.
EMISSÃO DE NOTA FISCAL	Pode emitir notas fiscais (obrigatório apenas quando for vender para outra empresa), com maiores chances de ser contratado por outras empresas e pelo governo, conquistando, assim, novos clientes.
APOIO DO SEBRAE	Participar de treinamentos e capacitações no Sebrae para aprender a gerenciar melhor o negócio, competir no mercado, ter mais lucro e sucesso, podendo até receber visitas técnicas de agentes para uma melhor orientação empresarial.

Quadro 1: Vantagens para os Microempreendedores Individuais

Fonte: Adaptada da Cartilha do MEI (SEBRAE, 2019)

Assim como possui vários benefícios os MEIs também possuem alguns deveres e obrigações, tais como: pagar a DAS em dia, entregar anualmente a Declaração Anual do Simples Nacional para Microempreendedor Individual (DASN SIMEI), manter o controle mensal do faturamento, emitir notas fiscais para pessoas jurídicas, guardar as notas fiscais de compra e venda e realizar os recolhimentos obrigatórios, caso tenha um funcionário (SEBRAE, 2020).

## 2.5 RELEVÂNCIA DA CONTABILIDADE

Ao longo dos anos a contabilidade foi se moldando de acordo com as necessidades das atividades empresariais. Tais atividades necessitam de um monitoramento continuo para ajudar nas tomadas de decisões. Almeida (2015, p.2) afirma que:

As atividades empresariais necessitam de um controle das informações para que haja mensuração de custos, despesas, receitas e resultados, por exemplo. Ao longo da história várias técnicas foram desenvolvidas para que o homem pudesse ter maior controle sobre as operações que envolviam seus negócios, produção, estoques etc. A própria contabilidade evoluiu por si mesma trazendo respostas às demandas do ser humano.

Ainda de acordo com Almeida (2015, p.2), todo indivíduo tem o contato de forma direta ou indireta com a contabilidade,

Muitas famílias controlam seus orçamentos computando as receitas (salários) e os gastos mensais com aluguel ou prestação do financiamento, com a alimentação, com o carro, com a escola etc. Micro e pequenas empresas possuem outros tipos de demandas para prestar contas, principalmente de sócios, de bancos, de credores, e do próprio governo, por exemplo. As médias e as grandes empresas possuem outras demandas, enquanto empresas de capital aberto precisam, além de todo controle, aumentar a transparência em comparação às menores. Por outro lado, o governo e seus entes públicos possuem como usuários a própria sociedade, que deveria monitorar e fiscalizar as decisões e o grau de transparência dos gestores públicos.

Assim podemos ver que a contabilidade é uma ferramenta utilizada para abastecer vários usuários, seja no fechamento das despesas de uma família ou na redução das lacunas informacionais das empresas.

De acordo com Crepaldi (2004, p. 20 *apud* LACERDA, 2017, p.5),

A contabilidade é uma atividade fundamental na vida econômica. Mesmo nas economias mais simples, é necessário manter a documentação dos ativos, das dívidas e das negociações com terceiros. O papel da contabilidade torna-se ainda mais importante nas complexas economias modernas. Uma vez que os recursos são escassos, temos de escolher entre as melhores alternativas, e para identificá-las são necessários os dados contábeis.

Assim podemos ver que a contabilidade é essencial para todos os usuários, se adaptando com a tecnologia, buscando soluções rápidas e seguras.

## 2.6 IMPORTÂNCIA DA ASSESSORIA CONTÁBIL PARA AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Abrir uma empresa seja ela de grande, médio ou pequeno porte implica em uma incansável batalha contra inúmeros problemas burocráticos que todos os dias a empresa terá de resolver, Chiavenato (2007, p. 40) descreve que:

Abrir uma média ou pequena empresa não significa somente empreender um novo negócio, gerar empregos ou fazer girar o enorme círculo da economia nacional. É uma avassaladora onda que envolve todos os países ricos e chega intensamente ao nosso país no esteio criado pelas dificuldades das grandes empresas, nas quais o gigantismo e a burocracia entravaram a flexibilidade, a agilidade, a inovação e a competitividade.

Com todos os problemas burocráticos e outras barreiras que as empresas têm que vencer todos os dias, torna-se indispensável a contratação do profissional contábil, além de realizar procedimentos trabalhistas e contábeis, é de suma importância para as tomadas de decisões da empresa.

“Dentro dessas possibilidades, a Contabilidade possui algumas ferramentas capazes de auxiliar o gestor na sua tomada de decisões e existem questões consideradas polemicas para o gestor que, com o auxílio das informações contábeis, poderão ser sanadas ou amenizadas”. (Da Silva e Marion, 2013, p.12). Assim, vemos que a contabilidade atua não só como geradora de informações como também consegue solucionar problemas empresariais.

A informação que o profissional contábil passa para as organizações tem um poder também de influenciar nas decisões dos gestores, essas informações são baseadas em dados econômicos e financeiros, é o que afirma (DA SILVA E MARION, 2013, p.13).

O empresário só poderá contar com informações capazes de prospectar sua organização se tiver auxílio do profissional da Contabilidade, baseado em análise econômico-financeira, em observar os fenômenos estratégicos. O papel do profissional da Contabilidade como gestor das informações, muito auxilia o gestor na tomada de decisões.

### 3 METODOLOGIA

O termo metodologia, de acordo com Zanella (2011) é o estudo do método, porém o termo pode ter 2 significados muito diferentes dependendo da sua utilização.

Esses significados de acordo com Zanella (2011, p.22) são:

- Ramo da pedagogia, cuja preocupação é o estudo dos métodos mais adequados para a transmissão do conhecimento;
- Ramo da metodologia científica e da pesquisa, que se ocupa do estudo analítico e crítico dos métodos de investigação

A metodologia utilizada no presente trabalho foi uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Marconi e Lakatos (2021, p.49) é “um tipo específico de produção científica: é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, encyclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos”. Assim, os conteúdos foram extraídos de livros, revistas e sites, como o site do Sebrae, esse site tem o objetivo de auxiliar as pequenas empresas e o microempreendedor individual, como tudo relacionado ao MEI é novo, esse site foi uma poderosa ferramenta para retirar dados de suma importância para a pesquisa, como quais as condições para se formalizar, quais os benefícios e obrigações, quais os motivos para abertura e fechamento dos MEIs.

Esta pesquisa, quanto aos objetivos, é de caráter exploratório, descritivo e explicativo. De acordo com Gil (2002 *apud* ZANELLA, 2011, p. 33 e 34) exploratória tem a finalidade de “ampliar o conhecimento a respeito de um determinado fenômeno. Segundo o autor, esse tipo de pesquisa, aparentemente simples, explora a realidade buscando maior conhecimento, para depois planejar uma pesquisa descritiva”. Já a pesquisa descritiva “procura conhecer a realidade estudada, suas características e seus problemas. Pretende “descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 100, grifo do autor) e por fim a pesquisa explicativa “que é aquela centrada na preocupação de identificar fatores determinantes ou de contribuição no desencadeamento dos fenômenos. Explicar a razão pela qual se dá uma ocorrência social ou natural”

No que se refere a forma de abordar o problema, o presente trabalho aborda uma tipologia qualitativa, que de acordo com (VIEIRA 1996 *apud* ZANELLA, 2011, p. 35), pesquisa qualitativa “pode ser definida como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados”.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Depois da implementação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e da Lei Complementar nº.128 de 2008, o número de formalizados só aumentou. No primeiro ano que começou a vigorar a Lei, em 2009, o Brasil possuía 44.188

empreendedores formalizados e em 2019 esse número ultrapassava os 7,7 milhões de formalizados no país (Revista Pegn, 2019). O gráfico 1 mostra essa diferença.

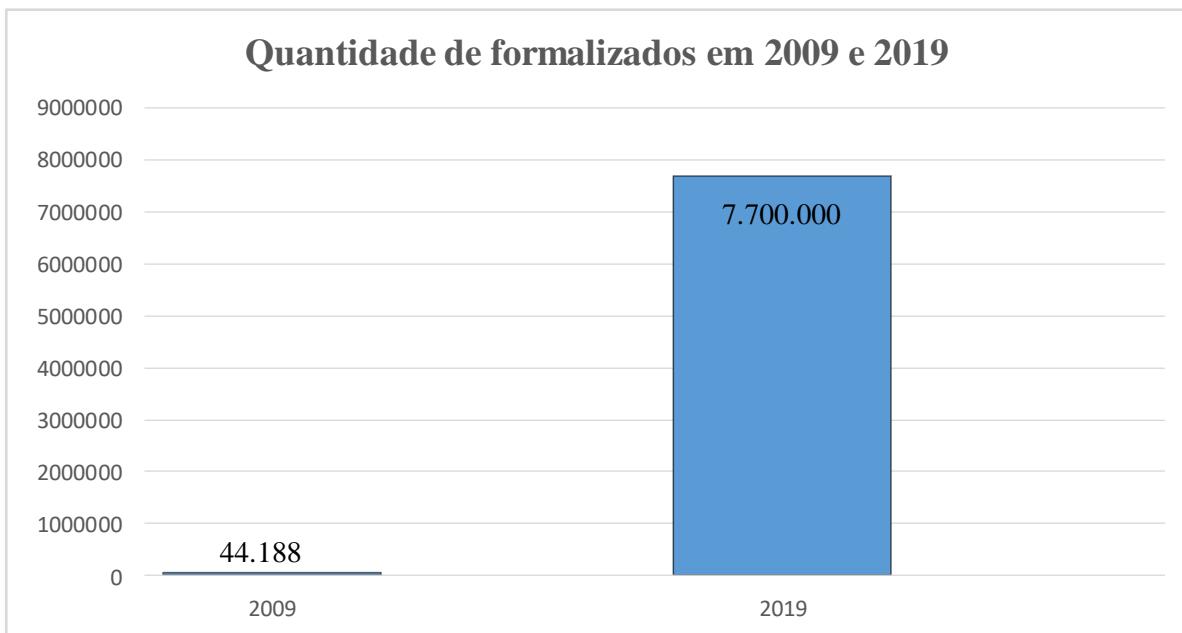


Gráfico 1: Quantidade de formalizados em 2009 e 2019

Fonte: Elaborada pelo autor

Pode-se perceber que no gráfico 1, houve um aumento bem expressivo na quantidade de formalizações, em 10 anos aumentou-se 96% na quantidade de formalizados. Todo esse aumento pode ser atrelado às modificações e as condições especiais que a Lei Geral e a Lei complementar trouxeram para que trabalhadores informais se tornassem legalizados, podendo exercer suas atividades com total liberdade. A desburocratização dos processos de abertura e uma maior simplificação nos pagamentos de taxas e impostos contribuíram para esse aumento.

Outro fator que contribui para todo esse aumento é que com o passar dos anos, os jovens começam a se interessar cada vez mais cedo pelo empreendedorismo, o sonho de abrir seu próprio negócio ou de legalizar o negócio que era informal fez com o número de empreendedores no Brasil desse um salto nos últimos anos .Uma pesquisa realizada pelo Sebrae- SP (2016) aponta que quase 40% dos empreendedores que existem no Brasil tem entre 18 e 34 anos, além disso, a cada 10 alunos que estão na universidade, 6 deles querem empreender e pelo menos 1 já está empreendendo. O gráfico 2 mostra quais os principais motivos que levaram as pessoas a abrirem o seu próprio negócio.

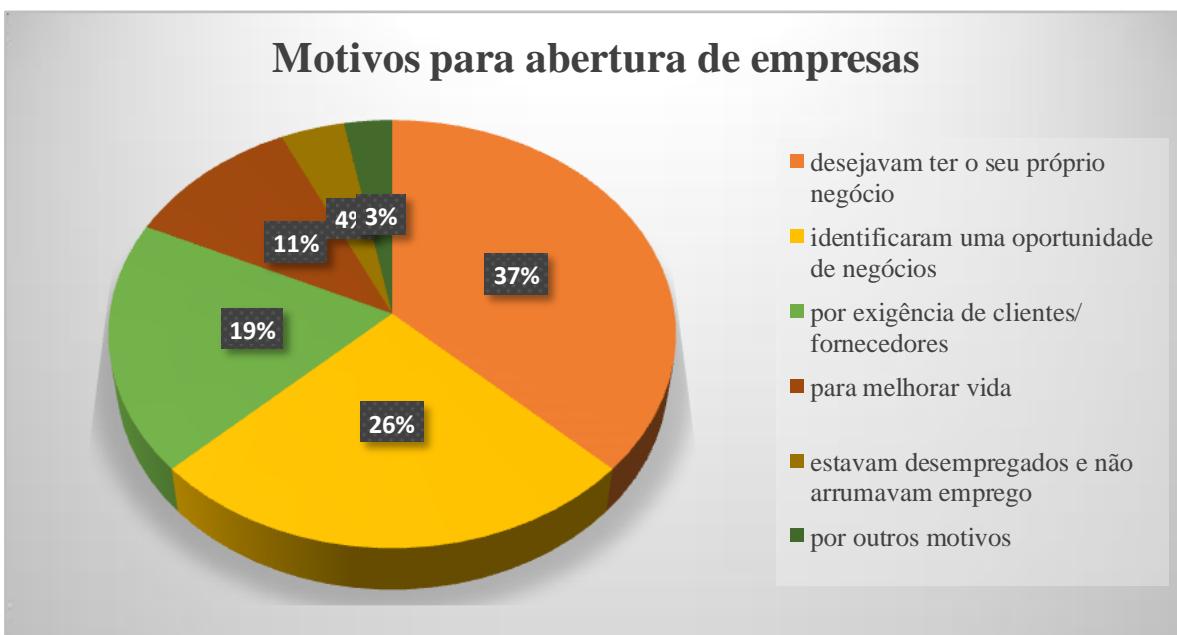


Gráfico 2: Motivos para abertura de uma empresa  
Fonte: Adaptada da cartilha Causa Mortis (Sebrae - SP, 2014)

Com base nos dados apresentados acima pode-se analisar que com o passar dos anos, as pessoas começaram a observar o empreendedorismo com outros olhos. Abrir seu próprio negócio deixou de ser apenas uma saída para o desemprego e se tornou um desejo, um sonho entre as pessoas. De acordo com os dados da pesquisa, cerca de 37% das pessoas que foram entrevistadas desejavam ter seu próprio negócio, mostrando que mesmo tento seus empregos, suas carreiras elas ainda nutriam o desejo de se tornarem de fato empreendedoras. Outro ponto é que cerca de 26% das pessoas identificaram uma nova oportunidade de negócio, portanto elas tiveram a percepção de observar que determinado serviço ou produto não atendia as necessidades dos clientes ou sequer existia. Esse olhar mais clínico para identificar uma real oportunidade é uma das características que definem o que é ser um empreendedor de acordo com Portugal, Carvalho e Ribeiro (2010, p.25), “o empreendedor é o que toma a iniciativa para criar algo novo e de valor para o próprio empreendedor e para os clientes”

Ter a iniciativa de criar algo novo, é o ponto inicial para a criação do seu próprio negócio. A partir disso, é preciso criar um planejamento de itens básicos para só assim poder dar início ao processo de abertura da empresa. Esse planejamento deve ser feito com ajuda de um profissional, como o contador, ou de uma instituição, como o Sebrae, com o auxílio deles o microempreendedor saberá dos trâmites

legais para o processo de abertura, terá uma noção que quanto será o seu investimento, de quanto ele pode gastar, de quanto pode comprar. De acordo com Sebrae- SP (2014), cerca de 61% dos microempreendedores não procuraram ajuda para abrir seu negócio e 55% destes não elaboraram um plano de negócios. Uma pesquisa realizada pelo Sebrae (2015) mostra as principais dificuldades enfrentadas pelos MEIs após a abertura, ou seja, no dia a dia do seu negócio.

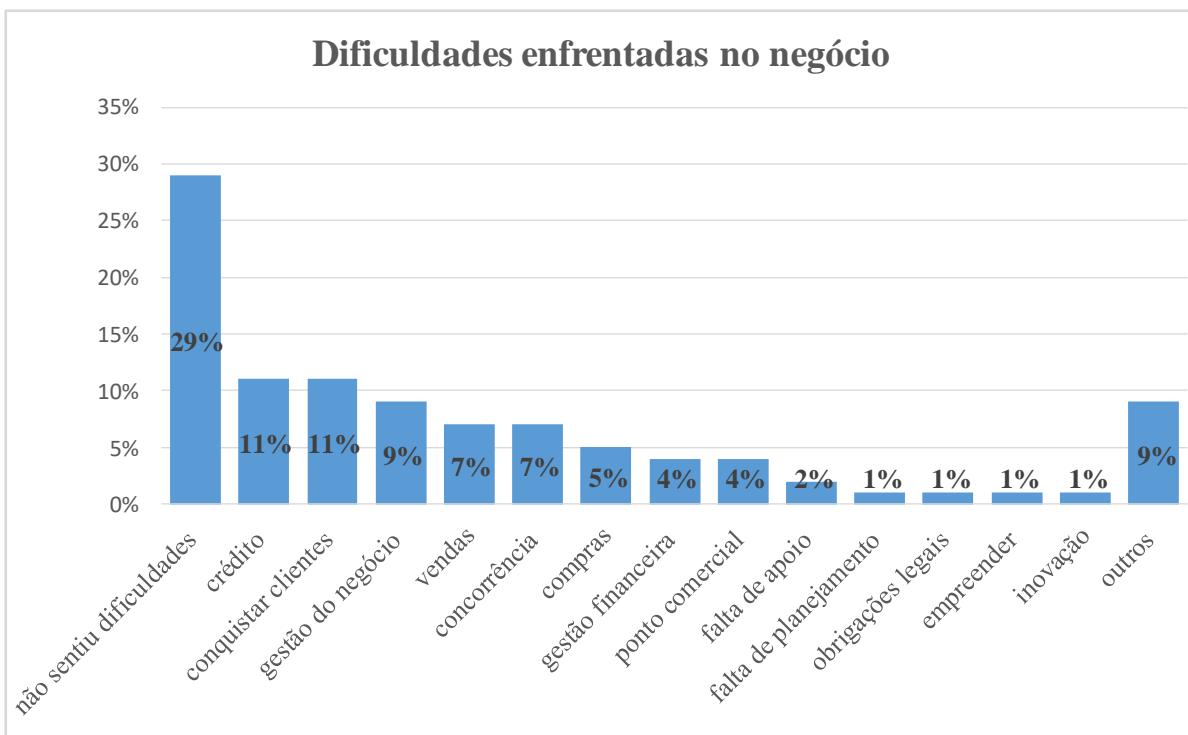


Gráfico 3: Dificuldades enfrentadas no negócio  
Fonte: Adaptada do Perfil do Microempreendedor Individual (Sebrae,2016)

Com base nas informações apresentadas no gráfico 3, podemos perceber que cerca de 29% não sentiu nenhuma dificuldade em tocar o seu negócio. Porém, quando somamos as outras porcentagens cerca de 71% dos entrevistados obtiveram algum tipo de problema ou sofreram alguma dificuldade. Cerca de 11% tiveram dificuldades em conquistar clientes, mostrando que não foi feito nenhum planejamento prévio para a captação de clientes, 9% tiveram problemas na gestão do negócio, comprovando que a falta de experiência dos empreendedores junto com a falta de um acompanhamento de um profissional qualificado pode gerar sérios problemas no dia a dia da empresa. Esses problemas podem ser evitados com a ajuda do profissional contábil, que auxiliaram os empreendedores, dando a eles a “noção” para abrir e manter a sua empresa, porém em alguns casos a falta de

planejamento e assessoria chega a medidas extremas, como o fechamento da empresa, é o que afirma uma pesquisa realizada pelo Sebrae (2018), que aponta que a cada 10 MEIs, 5 fecham as portas. O gráfico 4 é resultado de uma pesquisa com 526 entrevistados, realizada pelo Sebrae- SP (2014), que mostra os principais motivos alegados pelas micro e pequenas empresas para o fechamento

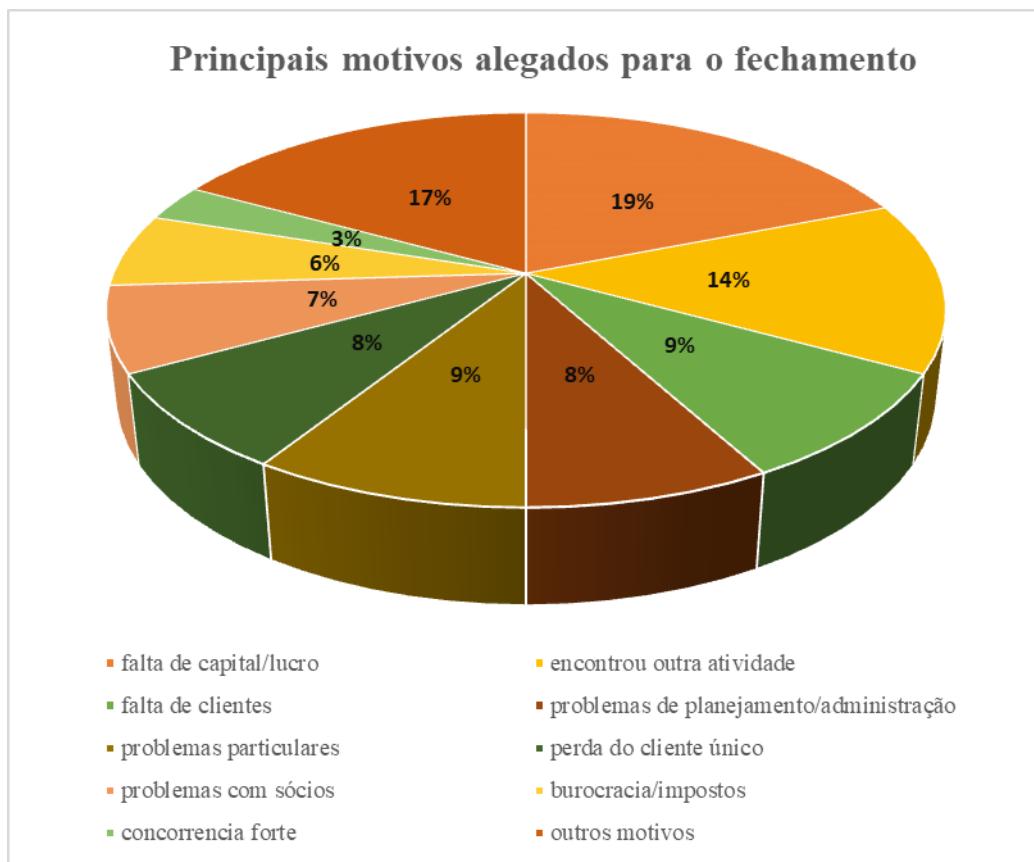


Gráfico 4: Principais motivos alegados para o fechamento dos pequenos negócios  
Fonte: Adaptada da cartilha Causa Mortis (Sebrae - SP, 2014)

Cerca de 19% dos entrevistados alegaram que fecharam por falta de capital ou falta de lucro, 9% alegaram falta de clientes, 8% problemas de planejamento ou problemas na administração, 8% perda do cliente único e 6% problemas com burocracia e com os impostos. Somando essas porcentagens pode-se dizer que cerca de 50% dos entrevistados teve problemas ligados diretamente ou indiretamente por falta de assessoria e planejamento prévio, alguns destes problemas são decorrentes das dificuldades enfrentadas no negócio (gráfico 3). A falta de clientes e a perda do cliente único podem ser relacionados com dificuldades de conquistar clientes, de fazer vendas e de realizar as compras, uma vez que um produto de boa qualidade localizado em um ponto estratégico interfere diretamente

nas vendas. Já a falta de capital ou lucro, a burocracia, os impostos e os problemas de planejamento e administração se relacionam com a dificuldade na gestão de negócios, na gestão financeira.

Se formos analisar todos esses pontos apresentados, todos esses dados se relacionam com um ponto principal que é a falta de planejamento que os empreendedores têm por não terem ou não procurarem uma assessoria contábil qualificada, evitando problemas que futuramente podem causar o fechamento do seu sonho e da sua empresa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da pesquisa podemos perceber de modo geral, que a criação da figura do Microempreendedor Individual possibilitou que muitos trabalhadores informais pudessem sair da informalidade, legalizando o seu negócio e mudando drasticamente o cenário do empreendedorismo e das empresas no Brasil. O alto número de formalizados desde a criação da Lei Geral e da Lei complementar até os dias atuais mostra que os MEI's influenciam diretamente na economia do país, deixando o mercado bem mais competitivo e mais exigente.

Foram demonstrados nesta pesquisa também os vários benefícios que um MEI pode ter, como poder emitir nota fiscal, contribuir com o INSS, esses benefícios também são motivadores para esse número tão grande de formalizados. Mas o ponto principal deste trabalho foi mostrar a importância da assessoria contábil para os microempreendedores individuais, assim com base nos dados que foram apresentados acima, podemos ver o quanto é importante e valioso papel da assessoria. Ajudando a criar um planejamento mesmo antes da abertura da empresa, auxiliando com informações pertinentes como quanto o empreendedor precisará investir, como abrir sua empresa, quanto tem que faturar por mês.

Essa importância foi comprovada pelo fato do número de empreendedores que não procuraram a assessoria no momento da abertura e tiveram vários problemas durante a vida útil da empresa, chegando ao ponto de as empresas terem até de fechar. Sendo assim podemos dizer que o artigo cumpriu com o seu objetivo.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Elias Feres. **Fundamentos de contabilidade para os negócios.** 1<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro. Elsevier. 2015.
- BRASIL. Ministério da Economia. Informações Gerais sobre o CNPJ.** [ca. 1995]. Disponível em : <[https://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/cadastro-nacional-de-pessoas-juridicas-cnpj/informacoes-gerais-sobre-o-cnpj#:~:text=Cadastro%20Nacional%20da%20Pessoa%20Jur%C3%ADcica,Federal%20do%20Brasil%20\(RFB\).](https://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/cadastro-nacional-de-pessoas-juridicas-cnpj/informacoes-gerais-sobre-o-cnpj#:~:text=Cadastro%20Nacional%20da%20Pessoa%20Jur%C3%ADcica,Federal%20do%20Brasil%20(RFB).)> Acesso em: 4 abr. 2021
- CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: Dando asas ao espírito empreendedor. Empreendedorismo e viabilidade de novas empresas: Um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio.** 2<sup>a</sup> ed. rev. e atualizada. São Paulo. Saraiva, 2007.
- CREPALDI, Aparecido Silvio. **Contabilidade Gerencial.** 3<sup>a</sup> ed. São Paulo. Editora Atlas. 2004. /N: LACERDA, Wanderson Braga. **A importância do controle financeiro para os MEIS: Um estudo para verificar o uso das ferramentas contábeis nos MEI-microempreendedores individuais da serra, ES.** Revista Espaço Acadêmico. v. 7, n. 2. Espírito Santo. 2017.
- DA SILVA, Antônio Carlos Ribeiro; MARION, José Carlos. Manual de contabilidade para pequenas e médias empresas. São Paulo. Atlas, 2013
- DE IUDICIBIUS, Sérgio. **Teoria da contabilidade para graduação.** 11<sup>a</sup> ed. São Paulo. Atlas, 2015.
- DORNELAS, José. **Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios.** 8<sup>a</sup> ed. São Paulo. Empreende, 2021.
- FONTES, Adriana; PERO, Valéria. **Determinantes do desempenho dos microempreendedores no Brasil.** Seminário de Pesquisa, IE/UFRJ. v. 25. 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002. /N: ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de pesquisa. 2<sup>a</sup> ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 9<sup>a</sup> ed. São Paulo. Atlas, 2021.
- PORUTGAL, Manuel Ferreira; CARVALHO, João Santos; RIBEIRO, Fernando A. Serra. **Ser empreendedor – Pensar, Criar e Moldar a Nova Empresa.** 1<sup>a</sup> ed. São Paulo. Saraiva 2010.
- REVISTA PENG. **Em 10 anos, quase 480 mil MEIs foram formalizados.** 2019 Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/MEI/noticia/2019/02/em-10-anos-quase-480-mil-meis-foram->>

formalizados.html#:~:text=No%20primeiro%20ano%20de%20vig%C3%A3ncia,e%20 479%20mil%20no%20estado.> Acesso em: 16 mai. 2021

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3<sup>a</sup> ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007. /N: ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de pesquisa. 2<sup>a</sup> ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011.

SEBRAE. Perfil do Microempreendedor Individual 2015. 2016. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Perfil%20do%20MEI%202015.pdf>> Acesso em 15 de Junho 2021

SEBRAE BA. **Cartilha do microempreendedor individual**. 2019. Disponível em : <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/BA/Anexos/CARTILHA%20MEI%202019%2015x21cm%20SEBRAE.pdf>> Acesso em: 3 abr. 2021

SEBRAE NACIONAL. **A cada 10 MEIs, 5 fecham as portas, aponta Sebrae**. 2018. Disponível em: <<https://www.imparcial.com.br/noticias/a-cada-10-meis-5-fecham-as-portas-aponta-sebrae,23066>> Acesso em: 22 mai. 2021

SEBRAE NACIONAL. **Tire suas dúvidas sobre o MEI**. 2019. Disponível em : <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/tire-suas-duvidas-sobre-o-mei-microempreendedor-individual,e31c13074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> Acesso em: 3 abr. 2021

SEBRAE. NACIONAL. **As atividades permitidas ao MEI, de A a Z**. 2020. Disponível em : <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/as-atividades-permitidas-ao-meи-de-a-a-z,3bd968b8edbee610VgnVCM1000004c00210aRCRD>> Acesso em: 4 abr. 2021

SEBRAE NACIONAL. **Análise da série histórica da Pesquisa GEM, realizada no Brasil com o apoio do Sebrae**, aponta que, este ano, país deverá ter um quarto da população adulta envolvida com seu próprio negócio. 2020. Disponível em : <<http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/brasil-deve-atingir-marca-historica-de-empreendedorismo-em-2020,d9c76d10f3e92710VgnVCM1000004c00210aRCRD#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20C3%BAltimo,manter%20um%20empreendimento%20j%C3%A1%20estabelecido.>> Acesso em: 10 abr. 2021

SEBRAE. NACIONAL. **Tudo o que você precisa saber sobre o MEI**. 2021. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-e-ser-meи,e0ba13074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> Acesso em: 4 abr. 2021

**SEBRAE SC. Microempreendedor Individual – MEI**. 2019. Disponível em: <<https://atendimento.sebrae-sc.com.br/blog/voce-sabe-o-que-e-um-microempreendedor-individual-meи/>> Acesso em: 3 abr. 2021

**SEBRAE SP. Causa Mortis: o sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros cinco anos de vida.** 2014. Disponível em:  
[https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Anexos/causa\\_mortis\\_2014.pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Anexos/causa_mortis_2014.pdf) Acesso em: 25 mar. 2021

**SEBRAE SP. Empreendedorismo como opção de carreira.** 2016. Disponível em:  
<https://docero.com.br/doc/1vscev> Acesso em: 25 mar. 2021

**VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. A comparative study on quality management in the Brazilian and the Scottish prison service. 1996. Tese de Doutorado. University of Edinburgh. /N: ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de pesquisa.** 2<sup>a</sup> ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011.

**ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de pesquisa.** 2<sup>a</sup> ed. Rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011.

## A MULHER CONTABILISTA: OS DESAFIOS ENFRENTADOS NO TRABALHO REMOTO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Mellyssa Carneiro de Souza <sup>1</sup>  
Rafael Batista Pereira de Oliveira <sup>2</sup>

### RESUMO:

O caminho traçado pelas mulheres foi e tem sido de grandes desafios na área profissional. No tocante a necessidade de aprender a conciliar as responsabilidades do lar e do mercado de trabalho, mas nada comparado ao que foi preciso enfrentar durante o isolamento social mediante a pandemia da Covid-19. Nesse momento foram aparecendo desafios para as mulheres, com a incerteza que estamos vivenciando. Este estudo aborda o seguinte questionamento: Quais os desafios enfrentados pelas profissionais contabilistas no trabalho remoto durante a pandemia da covid-19? Para que a resposta fosse obtida, foi preciso delimitar como objetivo geral: Descrever os desafios que foram encontrados pelas contadoras durante a pandemia e o isolamento social. A pesquisa descritiva de natureza qualitativa foi a metodologia utilizada para o estudo de caso e os resultados encontrados demonstram que os desafios enfrentados pelas contabilistas foram: As dificuldades na conciliação entre as atividades pessoais e profissionais, tendo em vista a desigualdade entre homens e mulheres na execução das atividades domésticas; Manter o controle do tempo nas atividades laborais, como também o clima do ambiente, devido a naturalidade como somos tratados dentro das nossas casas pelos nossos familiares, que acabam se esquecendo que estamos trabalhando; Ter que manter o foco em local familiar e trabalhar sem os auxílios e a convivência dos colegas de trabalho. Com a análise dos dados foi possível concluir que as profissionais contabilistas continuaram passando pelos desafios e obrigações sempre procurando manter a produtividade, conciliando as atividades pessoais e profissionais.

**PALAVRAS-CHAVES:** Profissionais Contabilistas. Isolamento Social. Trabalho Remoto.

### ABSTRACT:

The path taken by women was and has been one of great challenges in the professional area. Regarding the need to learn to reconcile the responsibilities of home and the labor market, but nothing compared to what they had to face during their social isolation by the Covid-19 pandemic. At this time, there were challenges for women, with the uncertainty that we are experiencing. This study addresses the following question: What are the challenges faced by professional accountants in remote work during the covid-19 pandemic? For the answer to be obtained, it was necessary to delimit as a general objective: To describe the challenges that were

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário (UNIESP) Mellyssa Carneiro de Souza. E-mail: mellyssacarneiro.91@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado em Ciências Contábeis, pela Uniesp, MBA em Auditoria, Perícia e Arbitragem pela EMP, MBA em Finanças pelo IBMEC (cursando), docente do curso de Ciências Contábeis pelo UNIESP. E-mail: rafaelbpereira@hotmail.com

encountered by female accountants during the pandemic and the social isolation. The descriptive research of a qualitative nature was the methodology used for the case study and the results found demonstrate that the challenges faced by the accountants were: The difficulties in reconciling personal and professional activities, given the inequality between men and women in the execution of domestic activities; Keeping control of time in work activities, as well as the climate of the environment, due to the naturalness as we are treated inside our homes by our family members, who end up forgetting that we are working; Having to keep the focus on a familiar place and work without the aids and the conviviality of co-workers. With the data analysis it was possible to conclude that the professional accountants continued to go through the challenges and obligations always trying to maintain productivity, reconciling personal and professional activities.

**KEY WORDS:** Professional Accountants. Social Isolation. Remote Work.

## 1 INTRODUÇÃO

A mulher sempre precisou enfrentar desafios para ter o espaço no mercado de trabalho, e na sociedade. Segundo Querino (2012, p. 2).

Desde o século XX, observamos o aumento significativo da participação da mulher no mercado de trabalho, isso se deu devido ao grande crescimento da indústria, propiciando cenário para inserção feminina. Na época de sua inserção houve uma avalanche de preconceito que perdura até os dias de hoje [...].

O caminho traçado pelas mulheres no mercado de trabalho impõe grandes desafios, uma vez que, na maioria dos casos, têm de se dividir entre as responsabilidades do lar e as tarefas profissionais.

A atuação da mulher no mercado de trabalho cresceu e, se antes cuidar da casa e da família era visto como um obstáculo, hoje de certa maneira, é encarado como um diferencial, pois na nova configuração da estrutura familiar, a mulher dedica-se na luta diária dos afazeres domésticos e ao mercado de trabalho. (TONETTO, 2012, p.14).

As dificuldades passaram a ser maiores, mas as mulheres mediante os obstáculos e desafios ficaram mais fortes e determinadas a enfrentar todos eles. É importante ressaltar que:

A partir do século XX, quando a mulher se viu obrigada a trabalhar para sustentar suas famílias enquanto seus companheiros lutavam na guerra, elas se dedicaram e desde então mostraram suas competências e habilidades no mercado de trabalho, identificamos que até os dias de hoje elas

enfrentam maiores dificuldades, pois são mães, esposas e mantenedoras do lar e nem por isso deixam a desejar em suas atribuições, continuam lutando pelos mesmos salários e benefícios. Nota-se a competência da mulher, pois ela tem saído para buscar um aperfeiçoamento e por esse motivo tem se destacado no mercado. Temos exemplos de mulheres presidindo organizações, coordenando grandes operações e até mesmo governando países. (QUERINO, 2012, p. 2).

Segundo Querino (2012, p.13) “Com o passar dos tempos, as mulheres foram percebendo seus valores e superando as dificuldades, demonstraram que também possuíam direitos e podiam fazer tarefas, antes, atribuídas somente aos homens”.

De acordo com Silva (2015, p. 2) “Especificamente na área de contabilidade, a presença feminina é relevante e tende a crescer, dado o grande número de estudantes mulheres em formação”. Com o crescimento vem os desafios a serem enfrentados, como esse que estamos vivenciando de pandemia por consequência da doença do Coronavírus (COVID -19), vírus esse que causou mudanças emergenciais em todo o mundo, por necessidade de uma prevenção, visando uma diminuição de pessoas infectadas.

Um novo vírus letal, com provável origem na China em 2019, espalhou-se pelo planeta e revelou que não há lugar seguro para se esconder no mundo globalizado. Por consequência, cresce o número de profissionais em trabalho remoto, e foi preciso ser feito uma adaptação à nova rotina.

A pandemia trouxe mudanças significativas no mundo do trabalho, antecipando tendências que vinham sendo gradativamente implantadas, como o trabalho remoto. De acordo com Nahas e Martinez (2020, p. 815):

As medidas adotadas para a prevenção de riscos laborais tiveram uma tônica especial na autorização dada aos empregadores, por meio da Medida Provisória 927, de 2020, de promover a alteração unilateral do regime de trabalho presencial para o regime de teletrabalho, de trabalho remoto ou de outro tipo de trabalho a distância. O afastamento do local de serviços foi, portanto, e em rigor, para muitos trabalhadores, a mais expressiva medida de prevenção dos riscos laborais.

A profissional contabilista passou a enfrentar desafios mediante ao processo de adequação por ter que se dividir entre o trabalho e as obrigações de casa em um mesmo espaço. Para Feola (2020, p.1):

A pandemia do coronavírus trouxe mudanças bruscas para a vida de famílias do mundo todo. Com as famílias dentro de casa por mais tempo e as crianças sem frequentar a escola, a carga de trabalho doméstico

aumentou e, como isso, muitas famílias puderam notar como as mulheres da casa eram especialmente sobrecarregadas.

Partindo do princípio de que a mulher passou e ainda passa por vários desafios no mercado de trabalho, pode ser feito o seguinte questionamento: **Quais são os desafios que a mulher profissional contabilista tem enfrentado com o trabalho remoto mediante a pandemia?**

Este artigo tem como objetivo expor os desafios da profissional contábil e sua vivência no trabalho remoto durante a pandemia. E tem como objetivos específicos: demonstrar quais foram os efeitos da pandemia para as mulheres contadoras; definir os desafios enfrentados no trabalho remoto; especificar como está sendo a luta diária entre os afazeres domésticos e profissionais; apresentar como foi para manter a qualidade do trabalho mediante a tantas obrigações.

O estudo pretende relatar os efeitos que a pandemia trouxe para a mulher contabilista mediante o trabalho remoto e seus desafios como esposa, mãe e profissional. É importante lembrar como está sendo a adaptação para esse momento que estamos vivenciando, e o que está sendo aplicado especificamente pela profissional contábil, diante dos desafios que o *home office* causou, como está sendo a conciliação para que a produtividade e o crescimento profissional não seja prejudicado e nem as obrigações familiares.

De acordo com Molter (2021, p.1):

No cenário da pandemia, as contadoras mostraram que são essenciais para o mercado de trabalho e para as suas residências e famílias. Em um período, assessorava clientes fazendo planejamento e buscando aplicar as medidas de prevenção do emprego e da renda; nos outros, eram donas de casa, mães, esposas e tantas outras funções.

Partindo disso, o estudo demonstra a importância da profissional contabilista no mercado de trabalho e os desafios enfrentados para conciliar “[...]o trabalho, as atividades de casa, a educação dos filhos e os cuidados gerais da família demonstram que, na realidade, a mulher é uma figura estratégica no mercado de trabalho”. (MOLTER, 2021, p.1)

O artigo se inicia pela introdução, expondo o tema, o problema e o objetivo de pesquisa. Em seguida, a fundamentação teórica abordando a mulher e suas relações de trabalho, os impactos experimentados em decorrência da pandemia, conflitos entre trabalho e família, os desafios causados pelo trabalho remoto e os

desafios enfrentados pela mulher no trabalho remoto durante a pandemia da Covid-19. Abordagem da pesquisa de campo, junto da análise de dados e resultados. Concluindo com as considerações finais e referências bibliográficas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 A MULHER E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

Para um melhor entendimento, é necessário realizar um breve relato histórico sobre o início da inserção da mulher no mercado de trabalho. Segundo Probst (2015, p.1):

Desde o século XVII, quando o movimento feminista começou a adquirir características de ação política, a mulher vem tentando realmente colocar em prática essa lei. Isso começou de fato com as I e II Guerras Mundiais (1914 – 1918 e 1939 – 1945, respectivamente), quando os homens iam para as frentes de batalha e as mulheres passavam a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho.

Nesse sentido, mencionando o mesmo autor, “a guerra acabou. E com ela a vida de muitos homens que lutaram pelo país. Alguns dos que sobreviveram ao conflito foram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho. Foi nesse momento que as mulheres sentiram-se na obrigação de deixar a casa e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos” (PROBST, 2015, p. 2).

A mulher conquistou o direito e o lugar no mercado de trabalho não só pelo fato de ter que assumir a renda familiar, mas por saber que era possível enfrentar os desafios e obrigações, mesmo sabendo que as responsabilidades só iam aumentar em decorrência do seu papel na família.

### 2.2 OS IMPACTOS EXPERIMENTADOS PELAS MULHERES EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DA COVID-19.

O momento que estamos vivenciando de pandemia trouxe novas rotinas e novos hábitos, mas falando especificamente sobre mulheres, foi algo além disso. Conforme afirmado por Comoli e Canto (2020, p.1):

Quando os primeiros países começaram o isolamento, a ONU Mulheres lançou um alerta mundial, advertindo autoridades políticas, sanitárias e

organizações sociais sobre a forma como a pandemia da Covid-19 e o isolamento social poderiam afetar as mulheres – tanto através da sobrecarga de trabalho como através do incremento dos índices de violência doméstica e diminuição de acesso a serviços de atendimento.

Partindo do princípio de que decretos foram feitos para a permanência das pessoas em suas residências para um melhor controle do contágio, outros aspectos foram afetados como a saúde a qualidade de vida, e a divisão entre a produtividade profissional, afazeres domésticos, que não são poucos, e que ainda são na maioria das vezes responsabilidade apenas das mulheres.

Segundo Oliveira (2020), os desafios de ter que conciliar a relação familiar, que passou a ser mais densa, junto com as relações domésticas e as exigências que vieram com o trabalho remoto, passou a ser uma preocupação em meio a esse momento de incerteza que estamos vivenciando.

No momento em que entramos no contexto relacionado a pandemia é preocupante ver que as mulheres são as mais responsáveis por gerir o trabalho doméstico, e por isso acontece a sobrecarga para dividir a atenção entre ser mãe, afazeres domésticos e o trabalho remoto. (OLIVEIRA, 2020).

O isolamento social fez gerar o aumento dos desafios impostos às mulheres, profissionais com jornadas intensas, responsáveis pela provisão da renda familiar. (OLIVEIRA, 2020).

### **2.2.1 Conflitos Trabalho - Família**

Com o crescimento da necessidade da contribuição das mulheres na renda familiar, podemos considerar que houve um aumento no nível de educação e valorização da mulher em relação à força de trabalho que ela possui. Por consequência disso, a mesma passou a ter dificuldades na conciliação do papel familiar e profissional, levando ao conflito trabalho - família. (PINTO, 2000).

Rodrigues ressalta (2020, p.1), “que no momento histórico atual de pandemia, muitas mulheres foram instadas a trabalhar em regime de teletrabalho, imposto pela quarentena, em razão das questões de saúde mundiais, pelo surgimento do covid-19”. Neste sentido, segundo Oliveira (2020, p. 6):

A pandemia apenas escancara os desafios impostos às muitas mulheres mães que precisam trabalhar em jornadas duplas ou triplas. Para estas

mulheres responsáveis pela renda familiar, a divisão sexual do trabalho, que já era desigual, tende a se agravar na quarentena. Mesmo no caso de pesquisadoras e cientistas, trabalhadoras privilegiadas em termos de garantia da renda frente à maior parcela das mulheres-mães, manter-se produtiva acadêmica-cientificamente sem comprometer a qualidade da materna é um desafio.

Conflitos foram gerados entre o trabalho, ambiente doméstico, e os filhos e os cuidados em relação à prevenção.

A responsabilidade de orientar, e de gerir a rotina da casa e da família muitas vezes compete especificamente a mulher, mesmo com os seus afazeres como profissional e a luta diária para se manter “viva” no mercado de trabalho, foi preciso em consequência da pandemia ter que conciliar toda sua rotina em um só espaço, por ter que trabalhar remotamente e cuidar do lar.

## **2.2.2 Os desafios causados pelo trabalho remoto**

De acordo com Losekann (2020, p.2), “o teletrabalho, home office, já era uma prática em algumas empresas e, com o novo coronavírus, passou a ser uma urgência para todas, atingindo muitos trabalhadores em todo o mundo. O que era exceção virou regra”. Para Losekann (2020, p.3):

Para os trabalhadores, surgiram desafios como a necessidade do rápido aprendizado de novas tecnologias, o estabelecimento de novas formas de interação e comunicação entre as equipes. Suas vidas familiares tiveram de ser conciliados com o trabalho. Para muitos, a vida pública e a privada nunca estiveram tão entrelaçadas. Famílias passaram a dividir em um mesmo ambiente as atividades de trabalho, escolares, domésticas e de lazer.

Losekann (2020, p.4) concluiu que:

A COVID-19 e as medidas decorrentes de isolamento acarretaram a necessidade de adaptação imediata das relações de trabalho. O home office foi a solução adotada para uma parcela da força de trabalho e representou desafios significativos, principalmente, para empresas que contavam com o controle presencial de frequência como pilar das relações trabalhistas. Esse debate foi apenas iniciado e ainda estamos aprendendo a lidar com todas as mudanças provocadas pela pandemia. Trabalhadores buscam a adaptação em tempo recorde a um teletrabalho que não teve espaço de ser corretamente estruturado planejado.

A pandemia e as medidas para o isolamento social fizeram com que fosse necessária uma adaptação ao novo tipo de trabalho.

## 2.2 OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA MULHER NO TRABALHO REMOTO DURANTE A PANDEMIA

Segundo Madalozzo (2020, p.1):

Para todas as pessoas, o trabalho remoto é desafiador, até mesmo por não ser o habitual. Para as mulheres, sabemos que os desafios são adicionais aos que se colocam aos homens. Como as responsabilidades domésticas não são usualmente bem divididas nas famílias (e nos casais), recai sobre as mulheres grande parte do trabalho doméstico (limpeza, cozinha, etc) e, quando na presença de crianças, o acompanhamento escolar (dado que as aulas são remotas e as crianças estão demandando mais atenção e ajuda com tarefas escolares).

Então, especificamente sobre a mulher contadora não foi diferente, foi necessário a adequação aos desafios diários para manter o nível profissional cada vez melhor, mesmo com as mudanças e a responsabilidade de gerir o lar.

## 3 METODOLOGIA

Neste momento serão abordados recursos para a obtenção dos objetivos da pesquisa, com o intuito de analisar as experiências e opiniões diferentes de profissionais que enfrentaram e ainda estão enfrentando os desafios do trabalho remoto em meio a COVID-19. O objetivo é analisar a abordagem da metodologia qualitativa através do questionário que será desenvolvido.

### 3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

No estudo será realizada uma abordagem qualitativa. Segundo Martins (2004, p.1), “a pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados [...]. A pesquisa será feita a partir da elaboração de um questionário, para análise. Para Martins e Bogús (2004, p.5):

Os métodos qualitativos produzem explicações contextuais para um pequeno número de casos, com uma ênfase no significado (mais que na freqüência) do fenômeno. O foco é centralizado no específico, no peculiar, almejando sempre a compreensão do fenômeno estudado, geralmente ligado a atitudes, crenças, motivações, sentimentos e pensamentos da população estudada.

O estudo é baseado na análise estatística descritiva, essa análise “é o conjunto de métodos para descrever e sistematizar os dados de uma amostra ou uma população, por meio de tabelas, gráficos e medidas descritivas, sendo que estes métodos serão descritos nas próximas seções” (BATTISTI, 2008, p. 12), com o objetivo de compreender os desafios enfrentados pelas contabilistas e suas rotinas, mediante o momento pandêmico. Por meio de um questionário serão obtidos relatos de profissionais que estão vivenciando.

### 3.2 SUJEITO E INSTRUMENTO DE PESQUISA

Foi utilizado como sujeito da pesquisa mulheres contabilistas que foram abordadas através do instrumento de pesquisa, grupos do whatsapp. Nesse sentido a consulta foi realizada com 17 profissionais, que acessaram e responderam o questionário, (Apêndice 01), a aplicação foi realizada em mais de dois dias para a obtenção da quantidade de respostas suficiente para relatos de diferentes opiniões.

### 3.3 COLETA DE DADOS

Para a realização da coleta de dados foi elaborado um questionário, composto por 9 questões objetivas e 1 subjetiva, com o objetivo de obter opiniões dos desafios enfrentados pelas profissionais em momentos de pandemia. O instrumento utilizado para a coleta de dados e a realização da pesquisa foi a plataforma eletrônica Google Forms.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

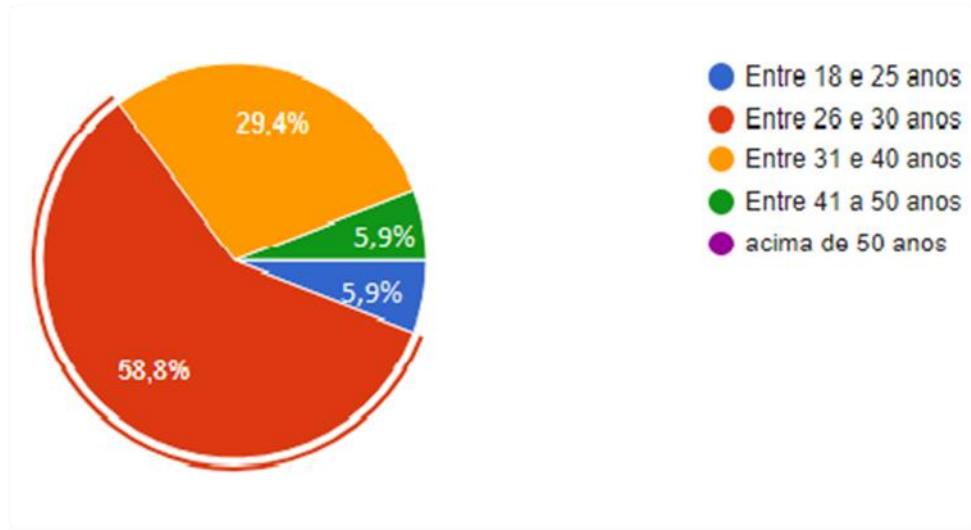
Partindo do estudo dos dados coletados na pesquisa foram elaborados gráficos para uma melhor visualização e análise dos resultados. Os gráficos

elaborados abaixo são referentes aos questionamentos apresentados as mulheres contabilistas.

As perguntas foram realizadas da seguinte forma: As de (1- 4) são referentes ao perfil do entrevistado, as seguintes perguntas (5-10) são relacionadas aos desafios enfrentados pela mulher contabilista no trabalho remoto durante a pandemia do Covid-19.

Para que fosse identificado o perfil dos entrevistados quanto a idade, foram obtidas as seguintes respostas.

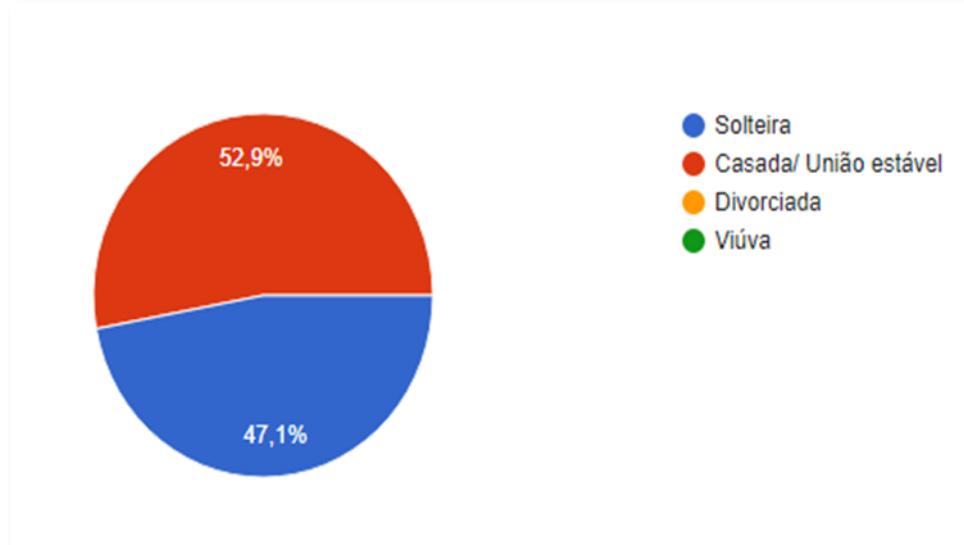
No gráfico 1, foi identificado que, no que se refere ao perfil dos entrevistados, cerca de 58,8% das entrevistadas possuem idade entre 26 e 30 anos e 29,4% entre 31 e 40 anos.



**Gráfico 1- Faixa etária**

Fonte: Adaptado pelo autor, 2020

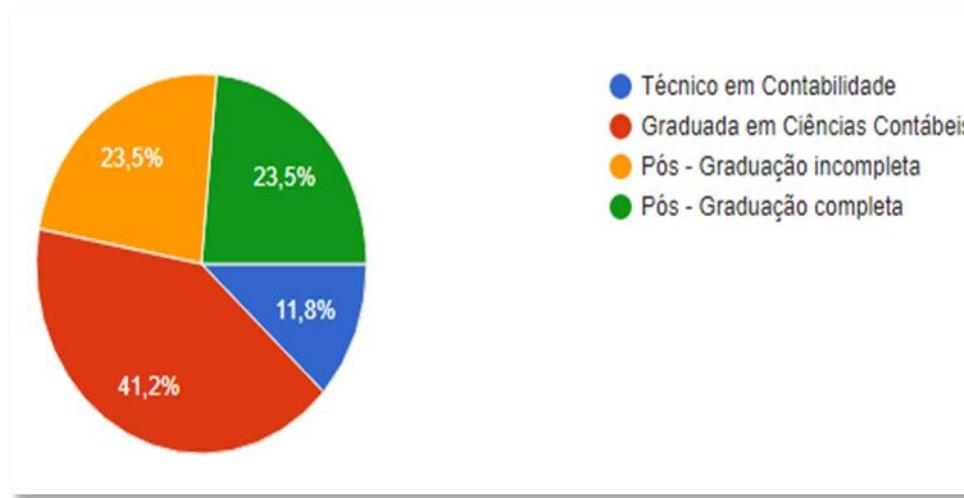
Em relação ao gráfico 2, buscou-se identificar o estado civil, os resultados obtidos indicam que cerca de 52,9% das entrevistadas declararam casadas/união estável e 47,1% solteiras.



**Gráfico 2- Estado Civil**

Fonte: Adaptado pelo autor, 2021

Ainda analisando o perfil das entrevistadas, foi questionado o nível de escolaridade das participantes no gráfico 3, sendo possível observar que 41,2% são Graduadas em Ciências Contábeis, a minoria com 11,8% são Técnico em Contabilidade e conseguimos identificar uma similaridade entre pós-graduação completa e incompleta.

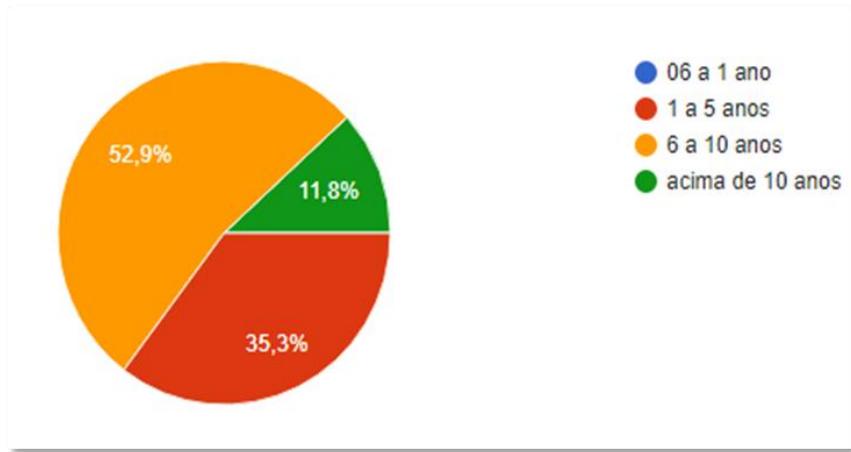


**Gráfico 3- Nível de Escolaridade**

Fonte: Adaptado pelo autor, 2021

Para uma melhor observação em relação ao perfil, questionou-se o tempo de atividade profissional no gráfico 4.

Foi possível perceber que a grande maioria já tem de 6 a 10 anos que exerce a profissão e 35,3% estão no início da atividade profissional e a minoria com 11,8% já possui acima de 10 anos.

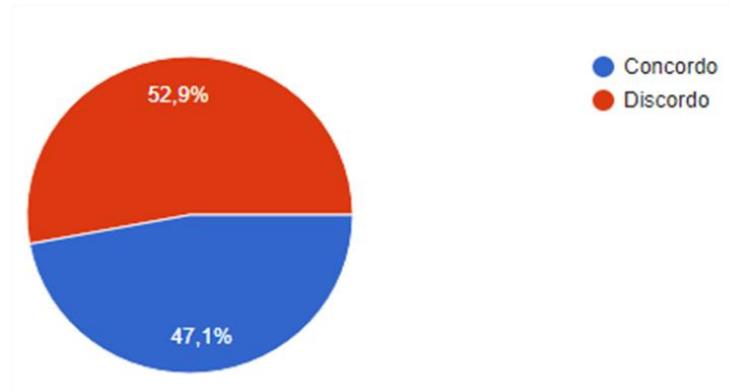


**Gráfico 4-** Exerce atividade profissional a quanto tempo

Fonte: Adaptado pelo autor, 2021

Ao questionar as entrevistadas se para as mulheres os desafios foram maiores com a chegada do isolamento social e o trabalho remoto em relação aos homens, tivemos os seguintes resultados:

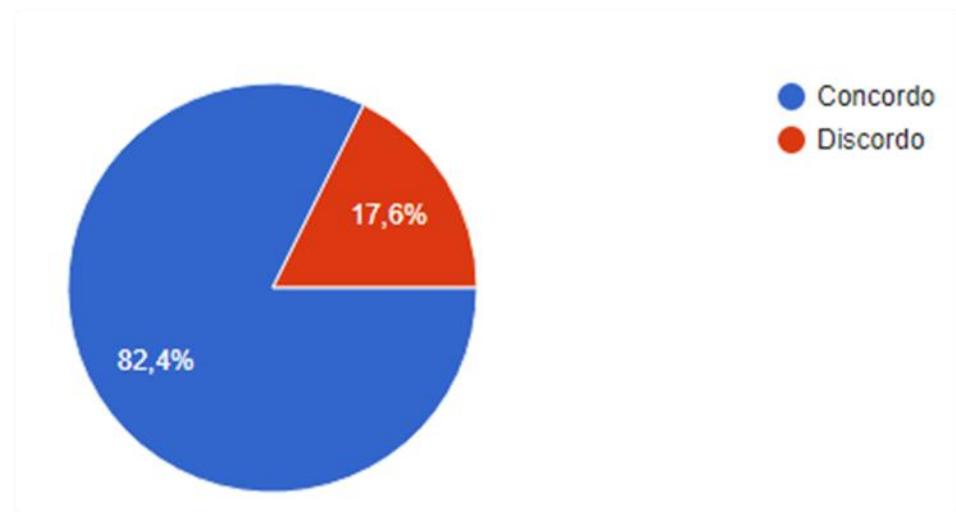
Podemos perceber que no gráfico 5 a maioria das entrevistadas com 52,9% discorda que os desafios foram maiores em relação aos homens e 47,1% concorda que os desafios enfrentados pelas mulheres durante o isolamento causado pela Covid-19 ultrapassaram em relação ao sexo masculino.



**Gráfico 5-** Para as contadoras o desafio foi maior com a chegada do isolamento social e o trabalho remoto em relação aos homens

Fonte: Adaptado pelo autor, 2021

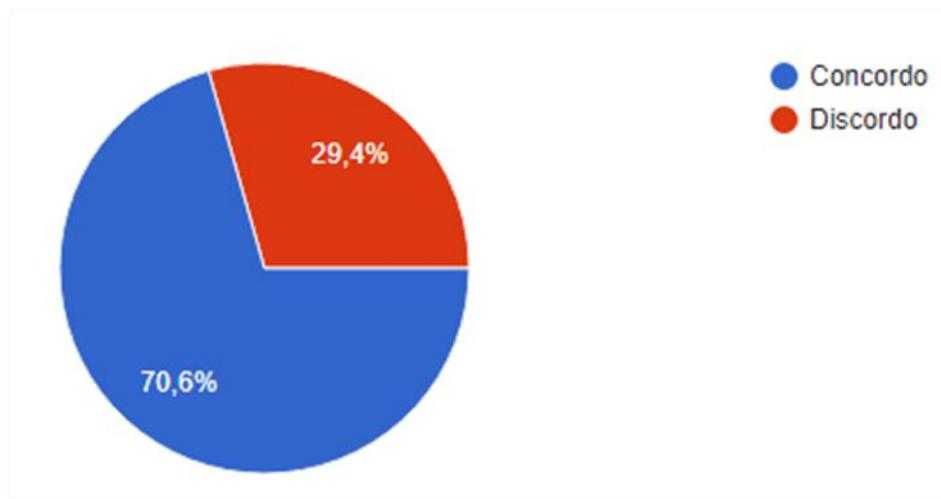
No gráfico 6 foi possível perceber que 82,4% concordam que foram muitos os desafios enfrentados pelas contadoras com o efeito do momento pandêmico que estamos vivenciando e a minoria discorda.



**Gráfico 6-** Foram muitos os desafios enfrentados pelas contadoras com o efeito da pandemia do covid-19

Fonte: Adaptado pelo autor, 2021

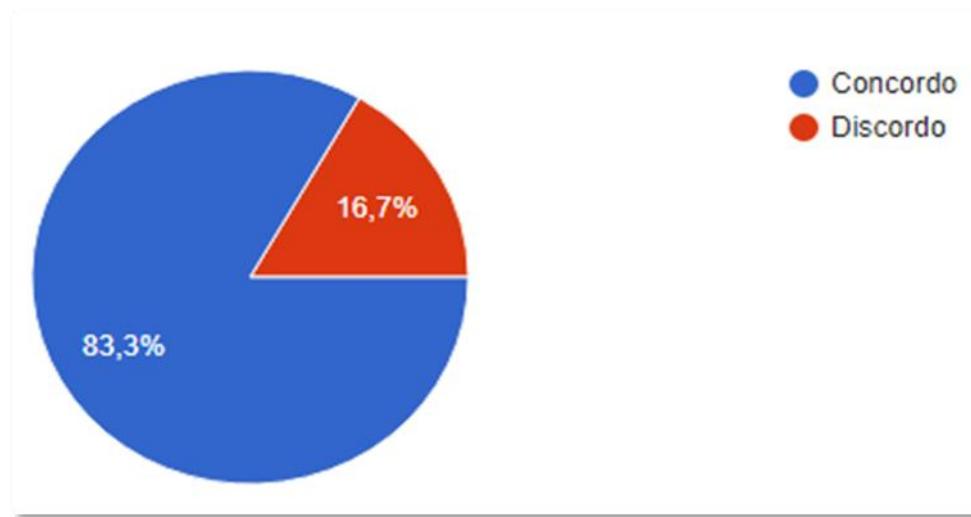
Ao questionar no gráfico 7, se o trabalho remoto é um método produtivo, tivemos as seguintes informações: 70,6% concordaram e 29, 4% discordaram, a maioria tem o trabalho remoto como uma possibilidade produtiva de trabalho.



**Gráfico 7-** O trabalho remoto é um método produtivo

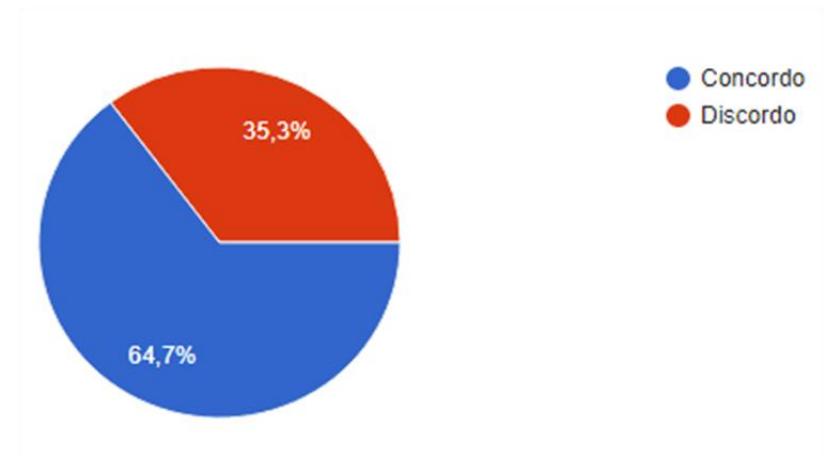
Fonte: Adaptado pelo autor, 2021

Em relação ao que foi questionado no gráfico 8, identificou-se que 83,3% concordam que a profissional contabilista passou a enfrentar desafios mediante o processo de adequação, pelo fato de ter que conciliar o trabalho com as obrigações de casa em um mesmo espaço, já 16,7% das entrevistadas discordaram.



**Gráfico 8-** A profissional contabilista passou a enfrentar desafios mediante o processo de adequação, por ter que se dividir entre o trabalho e as obrigações de casa em um mesmo espaço  
Fonte: Adaptado pelo autor, 2021

No gráfico 9 foi questionado se está sendo difícil manter a qualidade profissional mediante a tantas obrigações e desafios e 64,7% das profissionais concordaram e 35,3% discordaram.



**Gráfico 9-** Está sendo difícil manter a qualidade do trabalho mediante a tantas obrigações  
Fonte: Adaptado pelo autor, 2021

Para finalizar foi realizada uma pergunta subjetiva questionando a opinião de cada entrevistada sobre quais são os desafios enfrentados pela profissional contabilista no trabalho remoto e as seguintes respostas foram destacadas: Dificuldades na conciliação entre as atividades pessoais e profissionais, tendo em vista a desigualdade entre homens e mulheres na execução das atividades domésticas; A falta de uma estrutura física com todos os equipamentos necessários para dar aula, sem a rotina de sair de casa para trabalhar, com a dificuldade de nem sempre ter internet, não poder fazer uma visita a alguma empresa com os alunos, por exemplo, são algumas das dificuldades. Além disso, misturar o ambiente de casa com o ambiente de trabalho, estar em meio a uma pandemia e ter que controlar os aspectos emocionais é um agravante para o profissional; Manter o controle do tempo nas atividades laborais, como também o clima do ambiente, devido a naturalidade como somos tratados dentro das nossas casas pelos nossos familiares, que acabam se esquecendo que estamos trabalhando; Ter que manter o foco em local familiar e trabalhar sem os auxílios e a convivência dos colegas de trabalho. Saber dividir-se entre o trabalho e as tarefas em casa sem mistura-las. Produzir estando em casa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo o objetivo foi relatar: Os desafios enfrentados pela mulher contabilista no trabalho remoto durante a pandemia da covid-19. Com o desenvolvimento da pesquisa foi possível identificar relatos de profissionais que foram cruciais para o trabalho e seu objetivo.

Foi possível observar a percepção de cada entrevistada em relação aos desafios que o momento pandêmico trouxe para as mulheres. Em análise, foi verificado que a maioria dos desafios foram em relação à conciliação entre as atividades pessoais e profissionais, as dificuldades em relação à adaptação às tecnologias e às vezes a falta dela e manter o controle emocional e o foco profissional.

De acordo com o que foi abordado e analisado na pesquisa, podemos perceber que mesmo com os desafios e a falta de controle dos aspectos emocionais, as mulheres não deixaram de lado o seu potencial como profissional e muito menos o foco familiar.

Algumas limitações apareceram durante a pesquisa que foram as seguintes: o momento que estamos vivenciando já foi o fator limitante para a pesquisa e em relação a obtenção das respostas ao questionamento enviado por meio do whatsapp, para reunir as opiniões, através de um link enviado, facilitando o procedimento, foi preciso solicitar várias vezes, para que fosse possível obter um número relativamente necessário para analisar vários tipos de opiniões.

Para pesquisa, como sugestão para estudos futuros, seria interessante a elaboração de um estudo pós- pandemia, para que fosse feita a comparação entre os momentos.

## REFERÊNCIAS

- BASTTITI, I.D.E & BASTTISTI, G. **Métodos Estatísticos**. Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em:  
<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/277/M%C3%A9todos%20estat%C3%ADsticos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 abril. 2021.
- COMOLI, E & CANTO, K. **Pandemia impacta mais a vida das mulheres**. São Paulo, 2020. Disponível em:  
<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/08/19/pandemia-impacta-mais-vida-das-mulheres>. Acesso em: 09 abril 2021.
- FEOLA, Gabriela. **Como equilibrar a divisão de tarefas com a casa e com os filhos durante a pandemia?** São Paulo, 2020. Disponível em:  
<https://papodehomem.com.br/como-equilibrar-a-divisao-de-tarefas-com-a-casa-e-com-os-filhos-durante-a-pandemia/> Acesso em: 06 abril. 2021.
- LOSEKANN, Raquel Gonçalves Caldeira Brant. **Desafios do teletrabalho na pandemia covid-19: Quando o home vira office**. Rio de Janeiro, 2020. Acesso em: 13 abril 2021.
- MADALOZZO, Regina. **Desafios enfrentados pelas mulheres se intensificam neste período de pandemia**. São Paulo, 2020. Disponível em:  
[www.insper.edu.br/noticias/mulheres-desafios-pandemia/](http://www.insper.edu.br/noticias/mulheres-desafios-pandemia/). Acesso em: 13 abril. 2021.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. São Paulo, 2004. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 abril. 2021.
- MARTINS, M.C.F.N & BÓGUS, C. M. **Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde**. São Paulo, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/RVqT6nk8tM8q3rLf5FSfGKN/?lang=pt&format=pdf>.  
Acesso em: 22 abril. 2021.

MOLTER, Lorena. **Mês da mulher: A habilidade das contadoras para vencer os desafios da pandemia**. Blumenau, 2021. Disponível em:  
[www.contabilidadenatv.com.br/2021/03/mes-da-mulher-a-habilidade-das-contadoras-para-vencer-os-desafios-da-pandemia/](http://www.contabilidadenatv.com.br/2021/03/mes-da-mulher-a-habilidade-das-contadoras-para-vencer-os-desafios-da-pandemia/). Acesso em: 09 abril. 2021.

NAHAS, T. C & MARTINEZ, L. **Considerações sobre as medidas adotadas pelo Brasil para solucionar os impactos da pandemia do Covid – 19 sobre os contratos de trabalho e no campo da seguridade social e da prevenção de riscos laborais**, João Pessoa: Editora JusPODIVM, 2020. Disponível em:  
<http://www.cielolaboral.com/consideracoes-sobre-as-medidas-adoptadas-pelo-brasil-para-solucionar-os-impactos-da-pandemia-do-covid-19-sobre-os-contratos-de-trabalho-e-no-campo-da-seguridade-social-e-da-de-prevencao-de-riscos-laboral/>. Acesso em: 05 abril.2021.

OLIVEIRA, Anita Loureiro. **A Espacialidade aberta e relacional do lar: A arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia da Covid-19.** Disponível em: [file:///C:/Users/Uso%20Pessoal/Downloads/50448-171917-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Uso%20Pessoal/Downloads/50448-171917-1-PB%20(1).pdf) Acesso em: 09 abril. 2021.

PINTO, Ana Maria Gonçalves Lourenço Roque Santos. **As diferenças de gêneros na percepção do conflito trabalho – família**. Braga, 2000. Disponível em:  
[repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/149/1/REP\\_AnaPinto.pdf](http://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/149/1/REP_AnaPinto.pdf). Acesso em: 13 abril. 2021.

PROBST, Elisiana Renata. **A Evolução da mulher no mercado de trabalho**. Blumenau, 2015. Disponível em: <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/a-evolucao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 14 abril. 2021.

QUERINO, Luciane. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. São Paulo, 2012. Disponível em:  
[http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170427174519.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170427174519.pdf). Acesso em: 05 abril. 2021.

RODRIGUES, Natália Queiroz Cabral. **Trabalho feminino em tempos de pandemia**. Brasília, 2020. Disponível em:  
[https://www.anamatra.org.br/images/ComissaoMulheres/Documentos/Artigo\\_trabalho\\_feminio\\_em\\_tempos\\_de\\_pandemia.pdf](https://www.anamatra.org.br/images/ComissaoMulheres/Documentos/Artigo_trabalho_feminio_em_tempos_de_pandemia.pdf). Acesso em: 14 abril. 2021.

SILVA, Cíntia. **A mulher contabilista nas publicações acadêmicas brasileiras**. In: XV CONGRESSO USP de Contabilidade e Controladoria, 2., 2015, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos152015/269.pdf>. Acesso em: 06 abril. 2021.

TONETTO, Patrícia. **A mulher Contadora: O perfil das profissionais e as perspectivas para o futuro das formadas entre 2007 a 2011 do curso de**

**ciências contábeis da Universidade do extremo Sul Catarinense – UNESC,**  
Criciúma, 10 de Julho de 2012. Disponível em:  
<http://repositorio.unesc.net/handle/1/1326>. Acesso em: 05 abril. 2021.

## APÊNDICE

### Questionário os desafios enfrentados pelas mulheres contabilistas no trabalho remoto durante a pandemia da covid-19.

O questionário a seguir é uma pesquisa sobre o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). As seguintes informações só serão utilizadas para fins acadêmicos, cujo o tema: A MULHER CONTABILISTA: OS DESAFIOS ENFRENTADOS NO TRABALHO REMOTO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19. Realizado pela Aluna: MELLYSSA CARNEIRO DE SOUZA do Curso de Graduação em Ciências Contábeis do UNIESP.

1. Faixa etária?

- Entre 18 e 25 anos
- Entre 26 e 30 anos
- Entre 41 a 50 anos
- acima de 50 anos

2. Qual o seu estado civil?

- Solteira
- Casada/ União estável
- Divorciada
- Viúva

3. Nível de escolaridade?

- Técnico em Contabilidade
- Graduada em Ciências Contábeis
- Pós – Graduação incompleta
- Pós – Graduação completa

4. Exerce atividade profissional a quanto tempo?

- 06 a 1 ano
- 1 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- acima de 10 anos

5. Para as contadoras o desafio foi maior com a chegada do isolamento social e o trabalho remoto em relação aos homens?

- Concordo
- Discordo

6. Foram muitos os desafios enfrentados pelas contadoras com o efeito da pandemia do covid-19?

(  ) Concordo  
(  ) Discordo

7. O trabalho remoto é um método produtivo?

(  ) Concordo  
(  ) Discordo

8. A profissional contabilista passou a enfrentar desafios mediante o processo de adequação, por ter que se dividir entre o trabalho e as obrigações de casa em um mesmo espaço?

(  ) Concordo  
(  ) Discordo

9. Está sendo difícil manter a qualidade do trabalho mediante a tantas obrigações?

(  ) Concordo  
(  ) Discordo

10. Na sua opinião, quais são os desafios enfrentados pela profissional contabilista no trabalho remoto?

---

## UMA BREVE ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL ENTRE 1990 E 2020

Pedro Henrique de Souza Silva<sup>1</sup>  
Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior<sup>2</sup>

### RESUMO:

No Brasil, as micro e pequenas empresas (MPEs) estão adquirindo uma crescente importância para a economia brasileira, nesse sentido o artigo tem como objetivo geral analisar a situação econômica das micro e pequenas empresas no Brasil entre 1990 e 2020. Para isso foi realizada uma pesquisa descritiva, por meio de uma revisão bibliográfica, através de artigos científicos, livros, e-books e plataformas digitais com critérios e técnicas contábeis, visando analisar a situação econômica das micro e pequenas empresas do Brasil. Foi verificado que as micro e pequenas empresas contribuem indubitavelmente para aumento da competição em função dos ganhos com inovação e produtividade, com melhoria na produtividade em relação às grandes empresas, apesar de ainda enfrentarem dificuldades. Considera-se que as micro e pequenas empresas acabam muitas vezes encerrando por falta de um acompanhamento de resultados, controles de gastos, endividamentos muito altos, entre outros. Para que a pequena empresa sobreviva, um fator que a auxilia é buscar a orientação de outros profissionais, que dentre eles destaca-se o Contador, que pode ajudar o gestor analisar o desempenho da empresa, buscar opções fiscais menos onerosas, além de ajudar nos controles internos para que a gestão seja mais eficiente possível.

**PALAVRAS CHAVES:** Micro e Pequenas Empresas. Economia Brasileira. Profissional Contábil.

### ABSTRACT

In Brazil, micro and small companies (MPEs) are acquiring increasing importance for the Brazilian economy, in this sense, the article has as its general objective the analysis of the economic situation of micro and small companies in Brazil between 1990 and 2020. For this, a descriptive research was carried out, through a bibliographic review, through scientific articles, books, e-books and digital platforms with accounting criteria and techniques, analyze the economic situation of micro companies in Brazil. It was found that micro and small companies undoubtedly contribute to increased competition due to gains in innovation and productivity, with an improvement in productivity in relation to large companies, despite still facing difficulties. It is considered that micro and small companies often end up closing due to lack of monitoring of results, expenditure controls, very high indebtedness, among others. For the small business to survive, a factor that helps it is to seek guidance from other professionals, including the Accountant, who can help the manager

---

<sup>1</sup>Graduado em Ciências Contábeis pelo UNIESP e um dos líderes das Olimpíadas UNIESP de Economia.

<sup>2</sup>Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

analyze the company's performance, seek less onerous tax options, in addition to helping with internal controls so that the management is as efficient as possible.

**KEYWORDS:** Micro and Small Businesses. Brazilian Economy. Accounting Professional.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as micro e pequenas empresas (MPEs) estão adquirindo uma crescente importância para a economia brasileira, visto que são grandes geradoras de empregos, rendas e riquezas, o que contribui de maneira significativa para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em 2014, os pequenos negócios representavam mais de um quarto do PIB brasileiro.

De acordo com o SEBRAE (2014), as micro e pequenas empresas são as principais geradoras de riqueza no comércio brasileiro, já que respondem por 53,4% do PIB deste setor. Aproximadamente 9 milhões de micro e pequenas empresas no país representavam 27% do PIB brasileiro no ano de 2011, um resultado que vem crescendo nos últimos anos. Afirma Barreto (2014, p.6), presidente do SEBRAE que “o empreendedorismo vem crescendo muito no Brasil nos últimos anos e é fundamental que cresça não apenas a quantidade de empresas, mas a participação delas na economia”.

Em contrapartida, dados oficiais do SEBRAE (2016) apontam que a taxa de sobrevivência das empresas com até 2 anos de atividade foi de 76,6%, considerando empresas brasileiras constituídas em 2012. Segundo Santos e Veiga (2014) as micro e pequenas empresas acabam fechando seus negócios por vários motivos, desde a falta de uma gestão adequada, falta ou dificuldade de obter crédito das instituições financeiras, problemas de ordem fiscal ou tributária e a falta de preparo dos gestores.

Estamos em meio a uma das piores crises econômicas no mundo e no Brasil, os desdobramentos da COVID-19, estagnou a economia, mudou completamente o mecanismo de trabalho nas empresas, e envolveu os empreendimentos em uma grande recessão, medidas como a de proteção e manutenção do emprego foram implantadas (G1, 2020). Para amenizar os efeitos negativos da pandemia, benefícios foram distribuídos, esses esforços poderiam ter impedido que a crise econômica

avançasse, que não foi o caso, com isso em meio a pandemia muitas empresas encerram suas atividades econômicas e acabou trazendo uma alta taxa de desemprego, assim mostrando a vulnerabilidade da economia brasileira.

A instabilidade econômica faz tornar necessário um controle mais rígido sobre todas as operações, uma gestão responsável de todos os recursos, para filtrar e reduzir ao máximo os gastos e adaptar as estratégias existentes às novas condições de mercado. As contas refletem os efeitos das decisões e práticas adotadas e implementadas em qualquer nível dentro da empresa e, portanto, mais atenção deve ser dada à informação contábil (KRUEGER, 2020). Nesse sentido a contabilidade está sempre em busca de soluções para reduzir custos e melhorar o gerenciamento de recursos que cada empresa possui, visando melhorar os resultados de sua atividade.

Com base nestas constatações, procurou-se responder o seguinte problema: Qual a situação econômica das micro e pequenas empresas no ambiente econômico brasileiro entre 1990 e 2020?

Sendo assim, o presente estudo teve como objetivo geral: Analisar a situação econômica das micro e pequenas empresas no Brasil entre 1990 e 2020. E como objetivos específicos, verificar a importância das micro e pequenas empresas para a economia brasileira e mostrar o papel da contabilidade na gestão das micro e pequenas empresas.

A justificativa deste estudo é o fato que a necessidade de entender a real importância da contabilidade em momentos de crise, entender a importância das demonstrações contábeis como instrumento de gestão, e como ferramenta de grande utilidade. Assim como também compreender o peso das micro e pequenas empresas para a economia brasileira. Salienta-se ainda que este trabalho contribuirá como base teórica para outros estudos, fomentando as produções científicas das Ciências Contábeis.

Enquanto fundamentação teórica, este trabalho utilizou como base SEBRAE (2016), Krueger (2020), Exame (2020), G1 (2020), Silva (2011), Maximiano (2011), a respeito sobre a situação econômica das micro e pequenas empresas no Brasil.

Quanto aos procedimentos metodológicos, baseiam-se em pesquisa descritiva, por meio de uma revisão bibliográfica, através de artigos científicos, livros,

e-books e plataformas digitais com critérios e técnicas contábeis, visando analisar a situação econômica das micro e pequenas empresas do Brasil.

Para uma melhor visualização do leitor, este trabalho está organizado em cinco seções: A parte inicial apresenta a introdução. A segunda seção trata da fundamentação teórica. Os procedimentos metodológicos estão descritos na terceira seção. Na quarta parte estão apresentados os resultados e a discussão dos dados construídos. E por último, a quinta seção apresenta as considerações finais do estudo.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o auxílio da teoria evolutiva da mudança econômica surgiram novos conceitos sobre o papel das MPEs no desenvolvimento e no crescimento econômico das localidades, elas aparecem como elemento comum a várias dimensões da competitividade das economias modernas, a saber: flexibilidade, complementaridade com as grandes empresas, capacidade exportadora e de geração de empregos (SILVA, et al., 2011).

Para Maximiano (2011), uma empresa é uma iniciativa que tem o objetivo de fornecer produtos e serviços para atender as necessidades de pessoas, ou mercados, e obter lucro com isso, ou seja para obter lucro e atender o compromisso com sua prosperidade, o empreendedor precisa adquirir recursos, estruturar um sistema de operações e assumir um compromisso com a satisfação do cliente. Essa característica central deve estar cristalina na mente do empreendedor: uma empresa só sobrevive com a obtenção de lucro.

O tamanho de uma empresa seja ela micro ou pequena, não determina a capacidade geradora de riquezas e benefícios para a economia e sociedade. As MPEs como será mostrada nesse estudo, elas geram a maior parte da riqueza do setor comercial brasileiro.

De acordo com Lima Neto (2009), definir o tamanho de uma empresa representa um processo bem particular, uma vez que as pessoas têm noções diferentes sobre o porte de uma empresa. Um dos problemas mundiais, quando da adoção de políticas às micro e pequenas empresas, refere-se à questão de definição de tamanho.

Existe um mito de que somente as grandes organizações e multinacionais movimentam a economia, porém os micros e pequenos negócios desempenham um papel importante no desenvolvimento e crescimento econômico do país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014, esses setores foram responsáveis por quase 60% dos quase 100 milhões de empregos no país.

Atualmente, um terço da riqueza nacional é proveniente dos micros e pequenos negócios. De acordo com o SEBRAE (2014), os micros e pequenos negócios já são os principais geradores de riqueza no comércio brasileiro (53,4% do PIB deste setor). Já no PIB do setor industrial, a participação das micro e pequenas empresas (22,5%) já se aproximam dos médios negócios (24,5%). E no setor de serviços, mais de um terço do PIB nacional (36,3%) provém das pequenas empresas.

Esses dados confirmam a importância das micro e pequenas empresas no desenvolvimento socioeconômico do país. As MPEs vêm adquirindo, ao longo de 30 anos, uma relevância crescente no país. As informações a seguir ratificam tal afirmativa em variadas dimensões da realidade nacional:

- As micro e pequenas empresas geraram, em 2014, 27% do valor adicionado do conjunto de atividades como: comércio, serviços e indústria;
- Esse índice tem aumentado na série histórica, iniciada em 1985, quando esse indicador representa 21 % do valor adicionado (PIB), e em 2001, 23,2%;
- Serviços e comércio representaram, em 2015, 19% do valor adicionado, enquanto a indústria totalizava 7,8%;
- Em relação ao número de empresas, as MPEs representaram, em 2011, nas atividades de serviços e de comércio, respectivamente, 98% e 99% do total de empresas formalizadas;
- Em relação ao emprego, as MPEs representaram 44% dos empregos formais em serviços, e aproximadamente 70% dos empregos gerados no comércio;
- Cerca de 50% das remunerações do setor formal do comércio foram pagas, em 2011, por MPEs, de acordo com dados oficiais do SEBRAE.

Não somente contribuem para geração de riquezas para a nação, como

também têm uma excelente parcela no mercado, gerando dessa forma muitos empregos. Esses micros e pequenos negócios têm uma capacidade enorme de gerar renda para a sociedade. Segundo o SEBRAE (2018), no período de 2006 a 2016, a participação desse ramo de negócios no estoque de empregos no país cresceu de 53,5% para 54,5%.

Em dez anos, houve um aumento de 1,1 milhão de micros e pequenos negócios no Brasil, o que significa evolução de 21,9% no número de negócios responsáveis pela geração de mais de 5 milhões de novos empregos. No período de 2017, as MPEs geraram cerca de 47,4 mil novos postos de empregos contra apenas 12,5 mil das médias e grandes companhias.

Os primeiros sinais de recuperação da economia brasileira foram observados a partir dos resultados positivos da criação de postos de trabalho pelas companhias de pequeno porte. Com o aumento de pessoas empregadas, aumenta também a renda real agregada. Entre 2006 e 2016, conforme pesquisas realizadas pelo SEBRAE (2018), a remuneração média real dos trabalhadores lotados nas pequenas empresas apresentou um aumento de 25,3%, enquanto a dos colaboradores das grandes e médias organizações subiu 14,3%. Grande parte desses empregados está no setor de serviços, que agrupava em 2006, 34,4% das micro e pequenas empresas. Esse percentual sofreu uma elevação e foi para 41,7% em 2016.

Além das contribuições citadas acima, as MPEs interferem no aumento do crédito e das exportações brasileiras. As micro e pequenas companhias têm um papel significativo na alavancagem da economia, pois movimentam o setor de créditos e empréstimos bancários.

No ano de 2011, as MPEs representaram 32,8% do total de empresas exportadoras. Já no ano de 2016, subiu para 38%, quando mais de 8 mil empresas de micro e pequeno porte venderam para o exterior. Em 2016, as MPEs faturaram US\$ 997,7 milhões em vendas para o exterior, o que significou um aumento de 6% em relação ao ano de 2015. No mesmo período, o valor exportado pelas grandes e médias empresas caiu 3,5% (EXAME, 2020).

### 3 ANÁLISES DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL

#### 3.1 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Afim de serem, consideradas Micro e Pequenas Empresas no Brasil, é fundamental que seja identificado o porte da empresa: para Faria, Azevedo e Oliveira (2012) a determinação do porte de uma empresa torna-se necessária desde a sua abertura, pois traz uma visão geral a cerca das características e volume de atividades empresariais pretendidas.

A Lei Geral, das Microempresas e pequenas empresas foi instituída em 2006 e atualizada pela lei complementar nº 147/2014 para regulamentar o disposto na Constituição Federal de 1988, que prevê o tratamento diferenciado e favorecido à microempresa e à empresa de pequeno porte. Foi concebida com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e a competitividade das microempresas e empresas de pequeno porte brasileiras, como estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia.

Através da Lei Geral, foi instituído o regime tributário específico para os pequenos negócios, com redução da carga de impostos e simplificação dos processos de cálculo e recolhimento, que é o Simples Nacional. Além disto, a Lei prevê benefícios para as pequenas empresas em diversos aspectos do dia a dia, como a simplificação e desburocratização, as facilidades para acesso ao mercado, ao crédito e à justiça, o estímulo à inovação e à exportação.

Segundo o Portal do Empreendedor (2017), o MEI é a pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário, onde para se legalizar como microempreendedor é necessário não possuir participação em outra empresa e obter um faturamento anual igual ou menor do que R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Este tipo de empresa é previsto pela Lei Complementar Nº 128/2008, que criou algumas condições especiais para que o trabalhador visto como informal pudesse se formalizar como um MEI legalizado, possuindo o seu registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Essa legalização poderá ser realizada no próprio portal do empreendedor, no link Formalização e Inscrição e após o cadastramento, o CNPJ e o número de

identificação do registro de empresa (NIRE) são obtidos no mesmo dia, não sendo necessário encaminhar nenhum documento à Junta Comercial (SEBRAE, 2017).

O MEI pode ter um empregado contratado que receba um salário mínimo ou o piso da categoria. Após a formalização as suas obrigações são retirar anualmente o Alvará de Localização e Funcionamento da Secretaria de Finanças gratuito, transmitir anualmente a Declaração Anual do MEI até o último dia útil de maio de cada ano, para evitar transtornos como o pagamento de Multa por atraso na entrega da declaração e pagar mensalmente a guia de recolhimento do tributo acima citado (Documento de Arrecadação do Simples - DAS), com vencimento até o dia 20 de cada mês. Sendo assim, com o pagamento em dia dessas contribuições, o Microempreendedor poderá ter acesso a benefícios como o auxílio doença, auxílio maternidade e aposentadoria.

Há várias classificações de beneficiários por porte de empresa, divulgados por órgãos diferentes no Brasil, a partir de uma das fontes pode saber qual o porte da empresa. Esta classificação pode ser analisada na Tabela 1.

<b>PORTE DOS BENEFICIÁRIOS</b>	<b>FATURAMENTO BRUTO ANUAL</b>
Microempreendedor Individual	até R\$ 60.000,00
Microempresa	acima de R\$ 60.000,00 até R\$ 360.000,00
Empresa de Pequeno Porte	acima de R\$ 360.000,00 até R\$ 3.600.000,00

**Tabela 1:** Classificação por porte da empresa segundo Sebrae, por faturamento.

**Fonte:** Sebrae (2017).

De acordo com os dados da Tabela 1 , o microempreendedor individual possui o faturamento bruto anual até R\$ 60.000,00, em relação a microempresa acima de acima de R\$ 60.000,00 até R\$ 360.000,00, já a empresa de pequeno porte possui um faturamento bruto anual acima de acima de R\$ 360.000,00 , chegando até R\$ 3.600.000,00. A participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira vêm assumindo a cada ano grande importância econômica no cenário empresarial. Estas empresas tem um papel importante na economia do país, além de serem geradoras de empregos e renda. Segundo dados do SEBRAE (2017) as MPE foram responsáveis por 71,5% do saldo líquido de empregos

gerados em fevereiro/2019.

Dentre as MPE, esse desempenho (65,1%) foi fruto das contratações nos empreendimentos que empregam até 4 trabalhadores, seguido das empresas que empregam entre 20 e 99 pessoas, que foram responsáveis por 8,4% dos postos de trabalho.

No Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2018/2019, para o SEBRAE/DIESE (2019, p. 21), “dos 12,6 milhões de empregos formais gerados nos estabelecimentos privados não agrícolas nos últimos 10 anos, 6,1 milhões foram gerados por micro e pequenas empresas”. O bom desempenho das micro e pequenas empresas, neste período, apenas confirmou sua importância na economia.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) adota critérios de classificação dos empreendimentos segundo o porte o número de trabalhadores e pelo setor de atividade econômica exercida pela empresa (SEBRAE,2017).

PORTE DOS BENEFICIÁRIOS	SETORES	
	Indústria	Comércio e Serviços
Microempresa	até 19 pessoas ocupadas	até 9 pessoas ocupadas
Pequena Empresa	de 20 a 99 pessoas ocupadas	de 10 a 49 pessoas ocupadas
Média Empresa	de 100 a 499 pessoas ocupadas	de 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande Empresa	500 pessoas ocupadas ou mais	100 pessoas ocupadas ou mais

**Tabela 2:** Classificação por porte da empresa segundo Sebrae, por quantidade de funcionários. **Fonte:** Sebrae (2017).

Em relação ao porte dos beneficiários de acordo com a Tabela 2, a microempresa é aquela que tem em seu quadro funcional até 19 empregados na indústria e até 9 empregados no comércio e no setor de serviços, enquanto pequena empresa emprega de 20 a 99 pessoas na indústria e entre 10 a 49 no comércio e serviços. A média empresa emprega de 100 a 499 pessoas na indústria e de 50 a 99 no comércio e serviços. Por fim, a grande empresa ocupa, em média, acima de 500 pessoas na indústria e acima de 100 pessoas no comércio e no setor de serviços (SEBRAE, 2017).

Um aspecto interessante a ser salientado nesses tipos de empresa é que normalmente a estratégia é elaborada pelo seu principal gestor, que invariavelmente é o proprietário. Outra característica muito peculiar dessas empresas é o fato de serem familiares, e que possuem no seu quadro de funcionários membros desta mesma família. Além disso, muitas vezes a empresa carece dos modernos recursos e técnicas de administração e planejamento financeiro. Normalmente essas empresas possuem o seu capital formado por apenas um elemento ou por um diminuto grupo, além disso, a sua operacionalidade geralmente é local (GOMES, 2014).

Outro aspecto muito comum no Brasil além das empresas familiares é a presença do empresário individual, este indivíduo possui a obrigação de registro nas juntas comerciais de sua respectiva sede, antes de iniciar suas atividades, através de requerimento que possua as informações estabelecidas por lei. Um aspecto relevante característico desse tipo de empresa é o fato da responsabilidade do empresário individual não possuir limites, onde os seus créditos perante fornecedores e aos bancos está mais dependente do seu patrimônio individual do que ao capital investido na empresa (SAMPAIO, 2016).

### 3.2 O PAPEL DO CONTADOR NAS MICRO E PEQUENAS NO BRASIL

A profissão contábil está regulamentada pelo Decreto-Lei nº 9.295/46 que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Contabilidade e as duas categorias: contador e técnico em contabilidade.

O contador é um profissional de nível superior, portador do diploma de bacharel em Ciências Contábeis, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade. A ausência do registro do diploma no CRC, além do impedimento do exercício da profissão, não lhe dá o título de contador, sendo considerado somente o título de bacharel em Ciências Contábeis (FORTES, 2005, p. 23).

Como as organizações estão inseridas em um ambiente que está em constante mutação e que exige relatórios dos mais diversos modelos, o campo de atuação do profissional da contabilidade só vem a crescer. Ott (2004) descreve que o vínculo da contabilidade com o ambiente empresarial em que ela está inserida demonstra que ela está subordinada e influenciada pelo mesmo. Na medida em que

o ambiente empresarial evolui, a contabilidade acompanha esta evolução, contrariando a ideia de que a contabilidade tem apenas caráter fiscal e legal.

Marion (2016), enfatiza que o Profissional Contábil tem hoje uma posição bem definida na economia global, um campo de trabalho bastante amplo e diversificado e objetivos bem claros de onde ele quer chegar. Para o mesmo autor, a contabilidade consiste na coleta, apresentação e interpretação dos dados das transações, e é uma importante ferramenta para os negócios, podendo informar ao empresário o lucro obtido, como também o desenvolvimento da empresa. Desta forma, o mercado em geral passou a se interessar por essas informações contábeis, como governo, credores, investidores, sindicatos trabalhistas, e principalmente os administradores das empresas.

A adaptação das micro e pequenas empresas para os novos padrões do mercado exige capacidade de inovação, flexibilidade, rapidez, qualidade, produtividade, dentre outros requisitos, o que torna cada vez mais importante e estratégico, o papel que a Contabilidade Gerencial exerce na vida de uma empresa, mostrando ao contador maior competitividade para enfrentar os desafios do mercado, ajudando-o a atingir suas metas, possibilitando uma visão das operações regulares da empresa, de modo a melhorar os controles, organizar e planejar mais eficaz e eficientemente, sempre com o pensamento à frente com a estratégia de atuação no mercado (SAMPAIO, 2016).

Desde seu surgimento a contabilidade é decorrente da necessidade do homem em contar e controlar seus bens, foi o mínimo de gestão da época. Com a evolução dos seres humanos a contabilidade se desenvolveu acompanhando suas necessidades, assim aprimorando suas técnicas. Laureano (2016) afirma que a contabilidade moderna vai além de mensurar o patrimônio e calcular o resultado das entidades. Segundo a autora, a contabilidade propicia uma base de dados que permite que seus usuários obtenham informações que auxiliem no processo decisório.

De acordo com Iudícibus (2019), a utilização da contabilidade dentro da empresa proporciona diversas informações que ajudam os gestores das empresas a tomarem decisões relativas à produção, vendas, orçamentos, planejamento, etc. Os gerentes de empresas industriais e das empresas de serviços, com um ambiente muito mais competitivo necessitam de informações gerenciais e relevantes sobre os

seus custos efetivos, para ajudarem seus engenheiros e projetarem produtos que podem ser fabricados eficientemente, avisar onde são necessárias as melhorias em qualidade, eficiência e rapidez nas operações de produção, orientar as decisões sobre mix de produto, escolher entre fornecedores alternativos, negociar com clientes sobre preços alternativos, especificações do produto, qualidade, entrega e serviços. Independente do porte ou do ramo do negócio que a empresa vem exercendo, a contabilidade é um importante instrumento de auxílio aos gerentes proprietários. No caso das micro e pequenas empresas (MPEs), que vivenciam elevadas taxas de mortalidade, a contabilidade muitas vezes é negligenciada, evidenciando deficiência administrativa (SILVA, 2015).

Para Villa (2015), as empresas que conseguem visualizar e utilizar de forma inteligente as informações geradas pela contabilidade nos primeiros anos de suas atividades criam características comuns de práticas gerenciais que vão sustentar o negócio, como o aproveitamento de oportunidades, antecipação de acontecimentos e busca intensa por informações que auxiliem na tomada de decisão. Os pequenos negócios só terão sucesso em suas atividades se contarem com o apoio das informações que irão auxiliar no processo de planejamento e gestão para que os gestores tenham condições de tomar decisões com segurança. Para que as informações geradas às MPEs possam ser úteis à sua gestão, devem apresentar como características básicas a compreensão e possibilidade de utilização pelos usuários e capacidade de influenciar na tomada de decisão das micro e pequenas empresas.

Para Sá (2016), a má administração é sempre a causa relevante, defluindo da falta de preparo dos empreendedores, pois, muitos destes quase sempre bem entendem da técnica de produção, mas, não possuem formação para a gestão (tais coisas são distintas) e os males já começam no próprio planejamento dos negócios. Essas declarações feitas por Marion e Sá comprovam-se na pesquisa realizada pelo Sebrae/ SP (2008, p.60) que apontou as principais causas da mortalidade das empresas, associando-as às deficiências na gestão empresarial como aperfeiçoamento de produto, fluxo de caixa, propaganda e divulgação, gestão de custos e busca de apoio/auxílio. Uma atividade empresarial, por menor que seja, requer controles mais eficazes, voltados não apenas para os fatos passados, mas principalmente para perspectivas futuras.

Silva (2015), descreve a contabilidade, na pessoa do contador, tem como função auxiliar na gestão empresarial fornecendo informações úteis à tomada de decisão. Mas infelizmente o que se observa na maioria das vezes, é que a contabilidade nas MEPs tem sido distorcida, pois é voltada exclusivamente para satisfazer as exigências da legislação fiscal e trabalhista, o que leva os gestores das pequenas empresas a não utilizarem as informações contábeis como mecanismo de promoção de uma gestão empresarial eficiente.

Segundo Alves (2014), tendo por objetivo principal da contabilidade o controle e acompanhamento das atividades econômicas empresariais através da coleta, classificação, apresentação e interpretação das informações e dados econômicos, operacionais e financeiros a fim de permitir a cada grupo principal de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer as tendências futuras. Oliveira, Müller e Nakamura (2000) apresentam a importância da contabilidade ao explanarem que além de gerar informações, a contabilidade permite explicar fenômenos patrimoniais, construir modelos de prosperidade, efetuar análises, controlar e também prever e projetar exercícios seguintes, entre tantas outras funções.

Numa pesquisa realizada na cidade de Iporã do Oeste – SC, os autores Cavalcante e Schneiders (2018), identificaram que os micro e pequenos empresários da cidade gostariam de receber de seus contadores os relatórios de planejamento e controle, fluxo de caixa e orçamento, controle de estoque, margem de contribuição e ponto do equilíbrio, formação do preço de venda, controle de custos e finanças, assessoria fiscal para subsidiar suas decisões e para conseguir estabelecer planejamento e estratégias para o futuro com as informações que recebem. Por isso, consideram muito importante a participação do contador como consultor ou assessor para auxiliar na gerência.

### 3.3 NÚMERO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NAS CINCO REGIÕES DO BRASIL

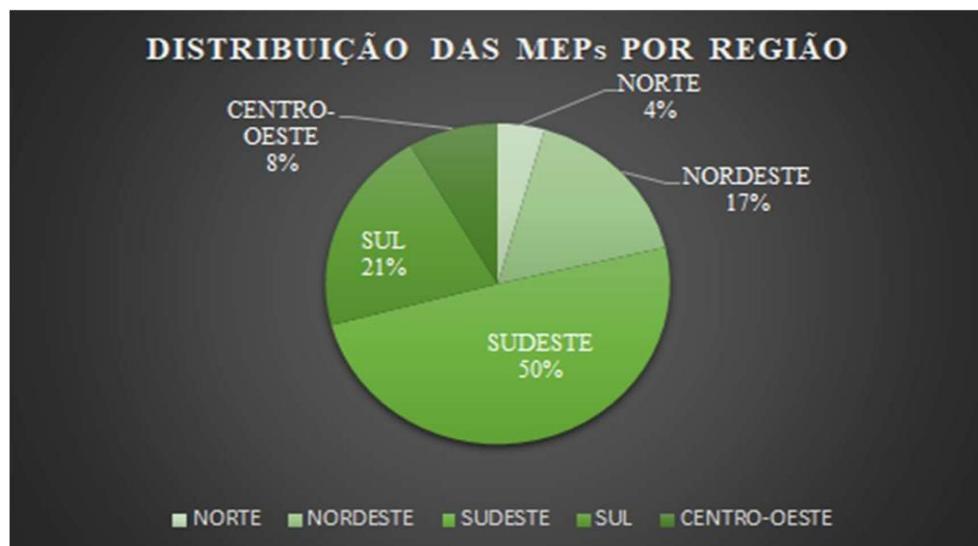
O Brasil é um país de forte empreendedorismo. Muitos brasileiros têm ideias de negócios e buscam concretizar através da abertura de suas próprias empresas. Essas pequenas 33 empresas são os que geram empregos e renda de forma popular, pois comportam desde pessoas com alto nível de escolaridade a pessoas

com nenhuma instrução.

De acordo com o SEBRAE (2014), o empreendedorismo cresceu bastante no Brasil nos últimos anos, sendo de fundamental importância não só a quantidade de empresas, mas a participação delas na economia.

O número de MEPs cresceu em grande escala no Brasil, em dados retirados do anuário do SEBRAE é exposto que nos anos de 2006 até 2016 existiu um aumento de 1.1 milhão de pequenos negócios no país, representando cerca de 21,9% de novas empresas e consequentemente uma elevação de 5 milhões de novos empregos. O anuário mostra também que as demissões foram bem menores em relação às médias e grandes empresas. Pequenas Empresas e Grandes Negócios (2018).

As micro e pequenas empresas são na verdade a representatividade da livre iniciativa e da democracia, tornando-se responsáveis pela grande maioria dos trabalhos formais e por grande parte das empresas do país (MONTEIRO, 2010).



**Gráfico 1** - Distribuição de MEPs por região no ano de 2015.

**Fonte:** SEBRAE a partir dos dados da Receita Federal (2018).

De acordo com o Gráfico 1, em uma pesquisa realizada em 2018 pelo SEBRAE, buscou estudar as projeções das micro e pequenas empresas, e identificou que a região Sudeste do país é a que comporta o maior número totalizando (50%), sendo seguida pela região Sul (21%), Nordeste (17%), Centro-Oeste (8%) e a região Norte (4%) que comportando a menor quantidade de empresa. No estado do Rio Grande

do Norte no ano de 2015 existiam 46.288 micros e pequenas empresas com projeção até 2022, de 60.384 empresas.

Um novo estudo denominado, “Participação das MPE na economia nacional e regional”, realizada também pelo SEBRAE e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em relação ao ano de 2017, expõem que as micro e pequenas empresas têm 30% de participação no Produto Interno Bruto (PIB) do país, às atividades de comércio e serviços são as que mais contribuem, juntas somam 23%. Em relação a geração de empregos formais, a importância é muito alta para as bases econômicas, concentrado 66% de trabalhadores ocupados (SEBRAE, 2020).

As empresas buscam o desenvolvimento durante o tempo, mas cerca de 25% a 30% dos empreendedores não passam do primeiro ano de vida e de 40% a 45% conseguem se manter somente nos 5 primeiros anos. Os principais motivos para o fechamento precoce das empresas são a falta de um planejamento estratégico, a ausência do plano de negócio, o descontrole financeiro, o desconhecimento de mercado e a conflito entre os sócios (JORNAL CONTÁBIL, 2019).

Para Machado e Espinha (2015), dentre as causas do fechamento das empresas no Brasil podem ser citadas o dimensionamento do capital inicial, a necessidades setoriais básicas, além de causas relacionadas ao empreendedor, à empresa e ao ambiente. Os autores ainda enfatizam, a partir de estudos do GEM (2014), que por ser um país com elevado número de empreendedores, o Brasil por necessidade torna-se mais vulnerável à continuidade desses empreendimentos em comparação aos negócios que foram abertos por empreendedores por oportunidade.

O mesmo estudo destaca que os empreendedores por necessidade são aqueles que decidem investir em negócio próprio motivado pela falta de emprego, encontrando no empreendedorismo uma forma de obter renda e contornar problemas financeiros, enquanto que o empreendedor por oportunidade identifica chances reais de uma boa oportunidade. De maneira geral, são empreendedores com maior nível de escolaridade com desejo de independência profissional e aumento de renda.

Estudos realizados por Leite Filho *et al.* (2016), sob o ponto de vista de contadores a respeito do fechamento das empresas, corroboram com pesquisas realizadas pelo SEBRAE (2014) que apontam a ausência de planejamento, a gestão e o comportamento empreendedor dentre as principais causas do fechamento dos

negócios. Porém, como afirmam Machado e Espinha (2005, p. 62), “a análise de estudos sobre o fracasso e mortalidade de empresas contribui para demonstrar que o estudo desse tema pode colaborar diretamente para a sobrevivência das Micros e Pequenas empresas.”

A partir da publicação “*Causa Mortis*”, elaborada pelo SEBRAE (2014), a seguir são apresentadas as principais causas do fechamento dos negócios, conforme evidenciado no Quadro 1.

ITENS	PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES
<b>1- Planejamento Prévio</b>	O planejamento apresenta algumas deficiências, quanto aos itens relacionados à sua ação no mercado: número de clientes e seus hábitos, número de concorrentes e fornecedores e suas práticas.
<b>2- Gestão empresarial</b>	Diversos itens de gestão empresarial podem ser aperfeiçoados: investimento na capacitação dos sócios e mão de obra, atualização quanto à tecnologia do setor, inovação de processos e procedimentos, acompanhamento da evolução de receitas e despesas e busca de novos mercados (análise dos concorrentes e aperfeiçoamento de produtos).
<b>3- Comportamento Empreendedor</b>	Aprimoramento de características empreendedoras: busca de informações, planejamento e monitoramento, antecipação aos fatos, estabelecimento de objetivos e metas e contato com clientes e parceiros.
<b>4- Políticas de Apoio</b>	Necessidade de ampliação da cobertura de ações que melhorem o ambiente empreendedor: vendas para o governo, acesso ao crédito e acesso a inovações.
<b>5- Conjuntura Econômica</b>	Crescimento da economia, estabilidade de preços e recuperação da renda precisam ser mantidos.

**Quadro 1 – Principais causas da mortalidade das empresas.**

**Fonte:** SEBRAE (2018).

Conforme o Quadro 1, a ordem dessas causas principais da mortalidade das empresas não expressa hierarquia da importância, mas sim a lógica de criação de uma empresa. O empreendedor tende a ser mais bem-sucedido se seus conhecimentos e habilidades e atitudes são desenvolvidos, ao longo de sua formação educacional/cultural, antes de abrir sua empresa. Características como um

bom planejamento prévio, gestão empresarial, comportamento empreendedor, políticas de apoio e a conjuntura econômica, são itens primordiais e necessários para evitar a "Causa Mortis" de uma empresa.

De acordo com SEBRAE (2018), no Brasil a taxa de mortalidade das MPEs constituídas em 2009 com até dois anos de atividade foi de 28%, em 2010 27%, em 2011 26,5% e em 2012 23,5%. É importante salientar que, segundo o SEBRAE a redução na taxa de mortalidade das MPEs nos anos apresentados foi influenciada pela expansão na criação de MEI, que partem de 0% em 2009 para 63% das empresas criadas em 2012 (ultrapassando a marca de 8 milhões em 2019). Estima-se então, que aproximadamente 1 em cada 4 empresas constituídas fecham antes de completar 2 anos de funcionamento.

Considerando a importância das MPEs na economia brasileira, o encerramento prematuro de suas atividades tem sido uma das preocupações da sociedade. Conforme evidenciado por Chiavenato (2008, p. 15) "nos novos negócios, a mortalidade prematura é elevadíssima, pois os riscos são inúmeros e os perigos não faltam". Portanto, é relevante obter informações que possibilitem identificar possíveis causas da elevada taxa de mortalidade dos novos negócios, a fim de que se tomem ações coordenadas e efetivas por parte dos empresários e a partir de então, possa impedir que venham prejudicá-lo no futuro (CHIAVENATO, 2008). Segundo Matias e Lopes Júnior (2002) as MPEs apresentam como ponto fraco a falha na administração, representando 90% do total de fracassos, sendo um dos principais fatores da mortalidade precoce, pois a administração desses negócios normalmente se concentra nas mãos de pessoas que desconhecem os princípios de gestão de uma entidade. Corroborando com a ideia anterior, Oliveira (2004, p. 42) destaca limitações das MPEs "a pessoalidade, ou seja, a mistura entre a pessoa jurídica empresa e a pessoa física proprietário; mão-de-obra menos qualificada; decisões centralizadas; e ausência de controles e dados confiáveis".

Segundo uma pesquisa desenvolvida pelo SEBRAE (2014) os três principais fatores responsáveis pela mortalidade das empresas não estão relacionados ao ambiente onde a empresa atua, mas sim, a fatores ligados à ação do empreendedor. Corroborando com a pesquisa citada, Melo (2010) explica que entre os 10 principais erros que levam as MPEs à falência, estão: contratar qualquer familiar ou amigo, e



não as pessoas mais adequadas para a empresa; tomar decisões sem informações financeiras precisas; e, misturar as finanças da empresa com os pessoais.

De acordo com o estudo realizado por Batista *et al.* (2012) os empresários não buscam conhecer o impacto da carga tributária previamente, buscando reduzi-la com uso de sonegação fiscal, o que torna ainda mais complicado pois quando descoberto aumenta o valor dos tributos com juros e multas aplicados, complicando ainda mais a continuidade da empresa. O resultado também mostrou que a maioria dos empresários (83%), além de não conhecerem o mercado, não se preocupam em buscar orientação de profissionais da área de planejamento estratégico. Quando questionados à respeito do motivo especificamente que mais influenciou no fechamento da empresa, dos cinco motivos indicados no quesito, os três que receberam maior indicação foram: a dificuldade de financiamento bancário; a falta de capital de giro e a falta de cliente.

O estudo de Nascimento *et al.* (2013) confirma o que se constatou em outras regiões do país, fatores relacionados à gestão são os principais causadores da mortalidade precoce das MPEs. Dentre várias hipóteses, o referido estudo confirma “que quanto maior a falta de competência gerencial, maior a chance de falência de uma MPE” (NASCIMENTO *et al.*, 2013, p. 265), 80% dos contadores não consideravam que os empresários das MPEs gerenciavam de maneira competente seus negócios, tal fato pode ser explicado pela ausência de cursos de empreendedorismo por parte dos gestores das referidas empresas.

Já no estudo de Santini *et al.* (2015) que analisou os fatores de mortalidade em MPEs na região central do Rio Grande do Sul, os principais motivos apontados pelos empresários questionados foram: em primeiro lugar, a falta de clientes, representando 45,10%, seguida da falta de capital de giro, apresentando índice de 31,40% e em terceira posição, aparece a carga tributária elevada, com 29,50% de influência entre os fatores da mortalidade das MPEs. O estudo realizado por Couto *et al* (2017) constatou que os fatores relacionados ao ambiente externo (burocracia, tributos e impostos, competição, política, economia, fornecedores ou demanda dos clientes) são os principais causadores do encerramento precoce das MPEs da cidade de Bambuí/MG, seguidos pelos fatores relacionados ao negócio (dificuldade de acesso ao crédito, mão-de-obra qualificada, qualidade, inovação,

planejamento estratégico) e ao empreendedor (falta de experiência no ramo, profissionalização, conflitos com os sócios, brigas com a família).

Diversos fatores associados entre si são responsáveis pelo insucesso das MPEs. Os estudos anteriores existentes apontam alguns desses fatores, entre os mais citados estão: Ausência de planejamento tributário prévio, falta de planejamento estratégico ou plano de negócio, falta de capital de giro, dificuldade em conquistar e manter clientes, dificuldade na obtenção de financiamento bancário, falta de capacitação (baixo nível de escolaridade do empreendedor), falta de mão-de-obra qualificada, falta de conhecimento de mercado. Percebe-se que, de modo geral, que existe um consenso nos resultados de pesquisas anteriores referente os fatores associados à mortalidade precoce das MPEs em diferentes localidades do país.

Conforme trata o SEBRAE (2017), com relação ao desenvolvimento das MPEs dentro do mercado brasileiro, nos últimos anos houve um avanço dessas empresas no País, onde elas representam 27% (vinte e sete por cento) do PIB nacional, um resultado que tende a crescer no decorrer dos anos. Esses dados demonstram o quanto é importante incentivar esses negócios de menor porte, visto que eles juntos ajudam consideravelmente na economia brasileira.

#### **4 METODOLOGIA**

Quanto à abordagem, o trabalho é descrito como qualitativa. Segundo Fonseca (2002), a pesquisa qualitativa fornece uma narrativa da visão da realidade dos indivíduos, sendo altamente descriptiva.

O presente estudo é caracterizado como revisão bibliográfica, que é definida como um instrumento de obtenção, identificação, análise e síntese da literatura direcionada a um tema específico. Ela permite ainda, construir análise ampla da literatura, abordando inclusive, discussões sobre métodos e resultados das publicações (SEVERINO, 2007).

Foram utilizados nessa pesquisa por meio de uma revisão bibliográfica, através de artigos científicos, livros, e-books e plataformas digitais com critérios e técnicas contábeis, visando analisar a situação econômica das micro e pequenas empresas do Brasil.

Os critérios de inclusão dessa pesquisa foram de trabalhos publicados entre os anos de 1999 e 2021, com os seguintes descritores: micro e pequenas empresas, administração, crise. Dessa forma, procurou-se ampliar o âmbito da pesquisa, minimizando possíveis vieses nessa etapa do processo de elaboração da revisão bibliográfica. Como critérios de exclusão, foram utilizados estudos não relacionados ao tema, artigos publicados em duplicatas, artigos que não se encontravam disponíveis na íntegra e fora do período estipulado para a pesquisa.

Portanto, fazendo uso de um levantamento bibliográfico, esmiuçado no processo exploratório, após a análise e reflexão teórica, utilizando o software Word 2010, elabora-se as considerações finais deste estudo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho, os achados apontam que as Micro e Pequenas Empresas possuem grande importância em qualquer economia do mundo. Essas empresas são as únicas capazes de levar bens e produzir serviços, em qualquer lugar, e a todos os cidadãos, do mais próximo ao mais longínquo, a fim de atender suas necessidades individuais e coletivas.

As empresas necessitam estar cada vez mais informadas para acompanhar as constantes mudanças que estão ocorrendo no cenário econômico e político do país. Paralelo a isto, os gestores também precisam estar preparados para gerir o negócio e aliado a isso a Contabilidade é uma grande ferramenta, que fornece aos administradores dados relevantes para compreenderem a situação financeira da empresa e dar suporte para que tomem decisões mais corretas.

Considera-se que as MPEs passaram a ter, nos dias de hoje, um lugar de destaque na economia brasileira, com a participação na produção de bens industriais, na construção civil, prestação de serviços, no comércio e agronegócio têm um papel preponderante na geração de renda e empregos formais, contribuindo para o desenvolvimento econômico do País.

## REFERÊNCIAS

**ALVES, J. Informação contábil e tomada de decisão: um levantamento junto aos micros e pequenos empresários associados à CDL no município de**

**Afonso Cláudio-ES.** In: simpósio fucape de produção científica, 2., 2004, Vitória. Anais. Vitória: FUCAPE, 2014.

**BARRETO, L.** **Gestão estratégica nas empresas de pequeno e médio porte.** 5. ed. São Paulo, FGV, 2014.

**BATISTA, F.** et al. Uma investigação acerca da mortalidade das microempresas e empresas de pequeno porte da cidade de Sousa, PB. Reunir: **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade.** Campina Grande v. 2, n. 1, p. 56-71, 2012.

**CAVALCANTE, L. H. C. ; SCHNEIDERS, M. M. P.** A Contabilidade como geradora de informações na gestão de micro e pequenas empresas de Iporã do Oeste/SC. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n.172, julho/agosto 2018.

**CHIAVENATO, Idalberto.** **Empreendedorismo: Dando asas ao espírito empreendedor.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

**COUTO, M.** et al. Mortalidade Precoce das Micro e Pequenas 39 Empresas: estudo das principais causas de falência empresarial em Bambuí/MG. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 11, n. 3, p. 39-53, 2017.

**EXAME.** **6 números mostram o dramático impacto do coronavírus na economia.** 2020. Disponível em: <https://exame.com/economia/6-numeros-mostram-o-dramaticoimpacto-do-coronavirus-na-economia/>. Acesso em: 03 abril 2021.

**FARIA, J.; AZEVEDO, T., OLIVEIRA, M.** A utilização da contabilidade como ferramenta de apoio à gestão nas micro e pequenas empresas do ramo de comércio de material de construção de Feira de Santana/BA. **Revista da Micro e Pequena Empresa.** Campo Limpo Paulista. v.6, n.2, p.89-106, 2012

**G1. Pandemia pode levar 3,5 mil empresas à recuperação judicial e à falência, diz estudo.** 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/blog/ana-flor/post/2020/07/17/pandemia-pode-levar-35-mil-empresas-a-recuperacao-judicial-e-a-falencia-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 01 abril 2021.

**GOMES, F.** **Formação de estratégias organizacionais em pequenas empresas: um estudo regional.** 2004. 98f. Dissertação de Mestrado – Universidade de Taubaté, 2014.

**IBGE.** As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2014. Coordenação de Serviços e Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

**KRUEGER, N.** **Coronavírus:** O papel do contador e os efeitos da pandemia na sua empresa. Pronta serviços contábeis, 2020. Disponível em: <https://www.prontasc.com.br/coronavirus-o-papel-do-contador/>. Acesso em: 02 abril 2021.

LIMA NETO, C. C. **O Impacto do Simples na Geração de Emprego para o Setor Têxtil nas Microrregiões brasileiras no Período de 1995-2005.** Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Ceará, Curso de Pós-graduação em Economia, CAEN, Fortaleza, 2009.

MATIAS, Alberto Borges; LOPES JÚNIOR, Fábio. **Administração financeira nas empresas de pequeno porte.** São Paulo: Manole Ltda., 2002.

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios.** 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

NASCIMENTO, M **Fatores determinantes da mortalidade de micro e pequenas empresas da região metropolitana de Florianópolis sob a ótica do contador.** São Paulo, Person Prentice Hall, 2011.

OLIVEIRA, A. G.; MÜLLER, A. N.; NAKAMURA, W. T. A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas. **Revista FAE**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 1-12, set/dez. 2000.

SANTINI, S. et al. Fatores de mortalidade em micro e pequenas empresas: um estudo na região central do Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 8, n. 1, p. 145-169, 2015.

SANTOS, F.; VEIGA, W. **Contabilidade com Ênfase em Micro, Pequenas e Médias Empresas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SAMPAIO, G. **A contabilidade nas micros e pequenas empresas.** Monografia. 43., Rio de Janeiro, 2016.

SEBRAE. **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SEBRAE. **Causa Mortis: O Sucesso e o Fracasso da Empresas nos Primeiro 5 Anos de Vida. 2014.** Disponível em:  
[http://www.sebraesp.com.br/arquivos\\_site/biblioteca/EstudosPesquisas/mortalidade/causa\\_mortis\\_2014.pdf](http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/mortalidade/causa_mortis_2014.pdf) Acesso em: 05 abril, 2018.

SEBRAE. **Anuário do trabalho nos pequenos negócios.** 8ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SEBRAE. **Anuário do trabalho nos pequenos negócios: 2018.** 9.ed / Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo- SP: DIEESE, 2018.

SILVA, A. S. B.; et al. Crescimento econômico, emprego e micro e pequenas empresas: uma análise de suas relações e evoluções nas metrópoles brasileiras. XII

Encontro Nacional da **Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET)**.  
João Pessoa, 2011.

SILVA, L. I. S. Contabilidade: objeto, objetivos e funções. **Sitientibus**, n. 38, p.79-101, 2015.

VILLA, P. **O monólogo contábil: o uso da contabilidade gerencial em micro e pequenas empresas à luz do processo comunicacional segundo Bakhtin.** 118 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2015.

## GESTÃO DE VENDAS EM TEMPOS DE PANDEMIA – UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA PARAÍBA PLAST

Pedro Vicente dos Santos Júnior<sup>1</sup>  
Cleber Soares de Brito<sup>2</sup>

### RESUMO:

A Pandemia da Covid-19 veio acompanhada de várias mudanças e limitações na vida de toda a população mundial, e no Brasil não foi diferente. De início, não se sabia o que de fato iria acontecer e nem as áreas que iriam ser afetadas economicamente falando. Neste sentido, é de grande valia abordar as dificuldades e a forma de enfrentar os obstáculos impostos a esse período, tendo como base uma análise de uma distribuidora de descartáveis, limpeza e confeitaria localizada na cidade de João Pessoa – Paraíba, que buscou se reinventar durante esse período, atraindo clientes a partir de estratégias de mercado observadas para aquele momento. Com isso, o artigo vem indagar como se deu a gestão de vendas durante a pandemia. A metodologia utilizada foi bibliográfica e documental, explicativa, exploratória e com base nos dados coletados do estudo de caso. Os dados coletados foram extraídos do sistema da empresa, baseados nas decisões dos gestores, através de uma equipe de vendas voltada para atender a necessidade do cliente e a dificuldade repassada naquele momento. Dessa maneira, os resultados demonstram que a partir do momento que começou a pandemia houve uma queda no faturamento, mas logo depois que a empresa tomou medidas estratégicas juntamente com a sua equipe de vendas conseguiu ir vencendo os obstáculos, passando de fase por meio de parcerias com os seus clientes, como também, conquistando novos, conforme demonstrado no gráfico 3.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão de Vendas. Pandemia. Clientes. Estratégias.

### ABSTRACT:

The Covid-19 Pandemic fell like an avalanche in the lives of the entire world population, and in Brazil it was no different. At first, it was not known what would actually happen or the areas that would be affected economically speaking. In this sense, it is of great value to address the difficulties and how to face the obstacles imposed during this period, based on an analysis of a disposable distributor located in the city of João Pessoa - Paraíba, which sought to reinvent itself during this period, attracting customers based on market strategies observed for that moment. With that, the article asks how sales management took place during the pandemic. The methodology used was bibliographic and documentary, explanatory, exploratory and based on the data collected from the case study. In this way, the results demonstrate that from the moment the pandemic began, there was a drop in revenues, but soon after the company took strategic measures together with a committed sales team, to

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Contábeis no Centro Universitário UNIESP.

<sup>2</sup> Docente em Ciências Contábeis no Centro Universitário UNIESP.

be able to overcome the obstacles, passing the stage through partnerships with its customers, as well as winning new ones.

**KEYWORDS:** Sales Management. Pandemic. Customers. Strategies.

## 1 INTRODUÇÃO

Se reinventar sempre foi algo muito difícil desde os primórdios da Humanidade. No entanto, seguindo o avanço da cultura esse processo veio se intensificando no decorrer do tempo. Diante de tudo que é vivenciado no ambiente corporativo e comercial, o reinventar-se nunca se fez tão necessário para que possamos driblar os acontecimentos que por ventura venham à tona. Nesse momento, em que o mundo passa por uma pandemia sem precedentes, com a disseminação do SARSCOV-2 (Novo Coronavírus ou Covid-19), o desenvolvimento da economia sofreu grande impacto, impacto este que foi sentido em todas as áreas, inclusive na gestão de vendas das empresas de personalidade jurídica de direito privado.

Segundo Mazzucato (2020), estamos assistindo a uma crise de saúde induzida por uma pandemia que desencadeou rapidamente uma crise econômica com consequências ainda desconhecidas para a estabilidade financeira dos países, em um contexto de crise climática. Portanto, com essa situação declarada, o cenário econômico ficou instável, impactando na redução das vendas, no aumento das demissões, gerando queda no faturamento das empresas, podendo ainda levá-las à falência.

Como as consequências no sistema econômico são inevitáveis, o país, bem como, as empresas vem adotando medidas para minimizar esses efeitos. Para as empresas manterem uma boa participação no mercado, conseguindo driblar a atual realidade econômica e social, é necessário garantir um atendimento de qualidade, bem como estratégias de *marketing* e fidelização dos clientes, para garantir sucesso e continuar no mercado de trabalho. As empresas utilizam o *marketing* como forma de criar valor para os clientes e para se aproximar deles, é o chamado de *marketing* de relacionamento (RIBEIRO, 2015).

Diante do que foi exposto, este trabalho está focado na gestão de vendas, buscando perceber seu modelo de gestão antes e durante o período de pandemia. A

Empresa em avaliação é uma distribuidora de descartáveis, de nome Paraíba Plast, situada na cidade de João Pessoa - PB.

Portanto, essa pesquisa apresenta a seguinte questão: Como se deu a gestão de vendas durante o período de pandemia da empresa Paraíba Plast?

Sendo assim, pretende-se responder à indagação formulada atrelando o sentido de análise sobre a gestão das vendas, relacionamento com o cliente, como também a importância da Contabilidade integrada para dar apoio aos administradores, através dos seus profissionais, contribuindo como uma consultoria, indicando as melhores decisões gerenciais.

Entretanto, a originalidade da pesquisa se justifica porque no decorrer dos dias, muitos gestores demonstram dificuldade na gestão de suas vendas, não só pela pandemia, mas aquelas que fazem parte da rotina do profissional de vendas, que se tiver um auxílio a partir da análise que esse projeto vai realizar, poderá buscar maior assertividade em suas ações gerenciais.

O objetivo geral deste estudo é fazer uma análise da gestão de vendas ao longo dos últimos anos da empresa Paraíba Plast, comparando com o período de pandemia vivenciado.

Esse estudo se justifica, a partir da análise da gestão de vendas antes e durante o período de pandemia, buscando identificar estratégias mais assertivas, com o apoio da consultoria contábil, para os gestores de empresas poderem dar prosseguimento de forma eficiente e eficaz, aos seus modelos de gestão.

Nesta perspectiva, como procedimento metodológico, esta pesquisa será baseada num estudo bibliográfico da literatura pertinente ao tema e levantamento de dados, a partir do banco de dados da empresa, como também de seus softwares e aplicativos de gestão de vendas.

A estrutura deste artigo se dará da seguinte forma: introdução, seguindo pela fundamentação teórica onde mostraremos com mais clareza a gestão de vendas da Empresa Paraíba Plast, metodologia, discussão dos resultados, considerações finais e referências.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 A PANDEMIA DA COVID 19

Em fevereiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a Covid-19, doença infectocontagiosa causada pelo coronavírus, já era considerada uma pandemia. Segundo a OMS, pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença. O termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma determinada região ou país, se espalha por diferentes continentes com transmissão realizada de pessoa para pessoa (SCHUELER, 2020).

Com isso, as incertezas em todas as áreas deixa a população com uma incógnita, como se comportar diante desse novo cenário? De início, foram aparecendo estudos baseados na medicina, na medida que ia sendo descoberto qualquer notícia que fosse, a mídia se encarregava de repassar para a população. Para Lima, Buss e Paessousa (2020, p.1):

A pandemia magnifica as tensões dilacerantes da organização social do nosso tempo: globalizada nas trocas econômicas, mas enfraquecida como projeto político global, interconectada digitalmente, porém impregnada de desinformação, à beira de colapso ambiental, mas dominante mente não sustentável carente de ideais políticos, mas tão avessa à política e a projetos comuns. A pandemia nos coloca diante do espelho, que nos revela um mundo atravessado por muitas crises e carente de mudanças (LIMA, BUSS E PAESSOUSA, 2020, p. 1).

Então, conforme a situação em que o país se encontra de crise sanitária, a crise econômica também chegou cedo. Com a pandemia, os governadores estaduais implementaram inúmeros decretos a fim de amenizar a transmissão viral. Dentre os decretos, diligências em implementar o fechamento de estabelecimentos vistos como não essenciais foram efetuados. No início de 2020 as normas foram tão rígidas que só redes de alimentos, redes farmacêuticas e estabelecimentos que fornecessem todo e qualquer tipo de insumo essencial para sobrevivência, permaneceu de portas abertas (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2020).

Portanto, o cenário econômico teve que procurar se adaptar a essa nova situação, onde indústrias pararam de fabricar seus produtos, comércio fechando as portas e demitindo seus funcionários, dentre outras coisas. Nesse momento, as

mentes inovadoras pararam para analisar a situação vivida e tiveram que se adaptar as medidas implementadas pelo Governo.

Então, inovar torna-se imprescindível nesse cenário. Principalmente em um momento de crise como o atual tem um caráter estratégico, pois “a inovação depende, em grande parte, de nossa capacidade de encontrar novas maneiras de fazer as coisas, bom como de obter vantagem estratégica – dessa forma haverá novas oportunidades para ganhar e manter a vantagem (TIDD; BESSANT, 2015, p. 15).

## 2.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE VENDAS

O planejamento é uma ferramenta essencial dentro da organização, pois através dela são traçadas metas que a empresa deve alcançar e principalmente os meios mais eficazes para alcançar tais metas. O planejamento nada mais é do que o ato de traçar caminhos que levem a empresa ao seu melhor cenário (FIGUEIREDO, 2006). Contudo, é de fundamental importância ter uma equipe comprometida que compre a ideia e defenda sua aplicabilidade no cenário comercial para atingir novos mercados e objetivos. Segundo Oliveira (2012), o planejamento estratégico pode ser compreendido como um processo que envolve toda a organização na escolha de seu futuro, sendo necessário o envolvimento da alta gerência em sua definição e disseminação entre os colaboradores.

De acordo com Lacombe (2009) o ato de planejar auxilia a organização no momento de se dar uma direção aos propósitos da empresa, pois a sua utilização mostra aos gestores por quais caminhos a empresa percorreu e através disso concilia qual o melhor caminho que a empresa deve percorrer com os objetivos empresariais daqueles que a compõe.

Estratégia é um conceito com grande utilização acadêmica e empresarial, sendo um assunto muito amplo e diverso, apresentando grandes divergências, porém complementares entre si (PORTH, 2002). A estratégia que vai ser usada pela empresa deverá ser definida com antecedência para uma melhor análise da situação, o que muitas vezes, acaba acontecendo algo que não estava nos planos e o caminho a ser trilhado muda de direcionamento, como por exemplo, a pandemia da Covid 19.

E, por conseguinte ter uma evolução constante, mútua e duradoura fazendo-a se manter firme na defesa de seus valores e objetivos cada vez mais claros e gradativos. Esse planejamento leva em consideração o conhecimento do funcionamento da empresa, como também de todas as intervenções nos aspectos políticos, econômicos, sociais e tecnológicos, para mantê-la competitiva no mercado.

A empresa para formular o planejamento estratégico, além de avaliar o cenário ambiental, deve também analisar as oportunidades de forma que possa alocar recursos necessários para aproveitar todas as oportunidades existentes (COBRA, 2009). O planejamento estratégico é de fundamental importância, e tem participação direta de seus gestores no cumprimento do que se é proposto.

Deste modo, conforme Kotler e Armstrong (1993), o planejamento estratégico é o processo que tem, como propósito, o desenvolvimento e a manutenção de um ajuste dos objetivos, as potencialidades da empresa e as mudanças frente às oportunidades de mercado. Eles passam a ter oportunidade de enxergar qual o nível que a empresa se encontra de forma positiva e negativa, levando em consideração a demanda de fornecedores internos e externos podendo fazer um diagnóstico cada vez mais preciso onde se haja uma análise de dados e sejam criadas ações estratégicas e diretrizes que irá auxiliar diretamente no desempenho eficaz da ação.

Para Rezende (2015, p.21), a visão estratégica deverá estar voltada para quem compõe a empresa:

Mobilizam todo o seu meio ambiente interno e externo, quando os objetivos são exequíveis, quando existem consenso e trabalho coletivo compromissado, quando os colaboradores estão capacitados, quando os demais planos organizacionais existentes estão integrados e quando a gestão da organização assume, vivencia e mantém o planejamento estratégico juntamente com as pessoas que a compõem e com políticas organizacionais favoráveis.

Com os concorrentes e fornecedores cada vez mais ouriçados se faz necessário trabalhar cada vez mais distante da zona de conforto. A empresa tem que ter uma equipe cada vez mais flexível e comprometida, capaz de se antecipar com precisão, a necessidade do cliente e do mercado. Oferecendo não somente o produto mais um conjunto de fatores que faça ser diferente não só pelo preço e/ou pelo produto, visto que o concorrente poderá ser referência nesses dois quesitos e quando isso acontecer é preciso ter uma equipe que seja capaz de agregar ao

produto, o valor, com uma logística efetiva e disposta a atender sua necessidade no pós venda.

## 2.3 GESTÃO DE VENDAS

Para Corrêa (2006) a venda depende do esforço de um vendedor para mostrar ao possível cliente suas habilidades de negociação, demonstrando as funcionalidades do produto oferecido, para que seja possível fazer a transferência de posse do bem ou serviço comercializado ou até mesmo uma ideia, de maneira que ambas as partes não saiam prejudicadas.

A importância da gestão de vendas evidencia-se pela necessidade crescente de as empresas maximizarem a sua eficácia por via do controle dos custos da equipe de vendas e da rentabilização da sua atividade comercial (ZOLTNERS, SINHA e LORIMER, 2009).

A equipe comercial vem se desenvolvendo no decorrer do tempo, tendo uma gestão participativa, buscando enxergar oportunidades. Passando a atender um nicho de cliente que antes não era atendido, como é o caso das redes de supermercados.

Kotler e Armstrong (2007) citam os esforços das empresas em manter seus clientes importantes. Explicam que um cliente satisfeito se torna leal e traz outros clientes, compartilhando suas boas experiências com determinado produto ou empresa.

Os gestores de vendas têm como responsabilidade desenvolver a estratégia de vendas, devendo demonstrar uma rápida capacidade de resposta às necessidades dos clientes, adaptação aos desafios da concorrência. Devem também ter um papel ativo na elaboração da estratégia da empresa na abordagem a novos mercados e no lançamento de novos produtos (ZOLTNERS, 2009).

Desenvolvendo assim um trabalho mais direcionado, agregando uma logística de qualidade e um setor de compra cada vez mais participativo no que diz respeito ao giro de mercadoria e uma compra oportuna.

Segundo Ballou (2011), o nível de serviço na logística é a qualidade com que o fluxo dos bens e serviços é gerenciado pela empresa. Pode ser dado como o

resultado dos esforços logísticos da empresa, sendo o desempenho oferecido pelos fornecedores aos seus clientes na geração dos respectivos pedidos.

Criar relação com o cliente tem sido a chave para o desenvolvimento, esses laços tornam-se cada vez próximos, leais e pacientes. E dessa forma possam suprir de outras maneiras o atraso de entrega por parte das indústrias, nos dando prioridade de compra e oportunidades de desenvolver a mercadoria vendida. Um melhor acompanhamento dos indicadores de vendas, fez com que a equipe passasse a ter uma potencialização significativa no aumento das vendas expressado pelo faturamento e pela quantidade de clientes positivados no decorrer do tempo.

#### 2.4 A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA AUXILIAR NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

Contabilidade é a ciência social que estuda, analisa, interpreta e controla o patrimônio das entidades, acompanha os fatos ocorridos durante atividade do dia-a-dia e avalia a situação econômica financeira da organização, e através das informações, verifica a composição e variações da riqueza patrimonial. (OLIVEIRA; NAGATSUKA, 2000).

É o que corrobora Franco (1997):

A Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Com a globalização do mundo, a competitividade está cada dia mais acentuada, chegando a um patamar na sociedade, que a qualidade dos serviços prestados pelas empresas, deve buscar o aperfeiçoamento para que o produto ou serviço disponível seja aceito pelo mercado consumidor.

A contabilidade de custos é um dos ramos da contabilidade que faz parte da contabilidade gerencial, utilizada para auxiliar o controle e a tomada de decisão, atualmente desempenha papel importante como sistema de informações gerenciais, obtendo lugar de destaque nas empresas (BORNIA, 2009).

A contabilidade como ferramenta de gestão é de grande valia para a tomada de decisão, e tem sua participação direta no mercado. Ter de forma cada vez mais precisa o custo das mercadorias vendidas dos produtos, o custo das mercadorias e despesas, faz ser cada vez mais competitivos no mercado.

De acordo com Crepaldi (2009, p. 3):

A Contabilidade de Custos desenvolveu-se com a revolução Industrial, e teve que se adaptar à nova realidade econômica, com o surgimento das máquinas e a consequente produção em grande escala. O sistema de apuração de custos consistia em determinar os estoques no início do período, adicionando as compras do mesmo período e deduzindo o que ainda restaria no estoque. Resultava o custo das mercadorias vendidas.

Com isso, saber de que maneira e proporção, precisou crescer para conseguir um incentivo fiscal atrativo, é mais uma forma de se tornar alvo de negociações enxergadas pelo mercado e clientes de grande porte. Conseguindo assim visibilidade e respeito no mercado.

Para que seja possível administrar uma organização, as informações de custos têm papel relevante, pois atendem diversos usuários, e cada qual com propósitos diferentes de uso no âmbito do sistema da empresa, dentre os quais os mais comuns são: custear estoques para fins de apuração de resultado de acordo com a legislação societária, cálculo de formação de preço de venda e planejamento, controle e tomada de decisão (ALMEIDA & SANTOS, 2007).

A margem de lucro de uma empresa está ligada diretamente ao custo que essa empresa tem com sua operação, seja ela logística, transporte, manutenção, financeira ou comercial. Todas elas têm sua importância fundamental no montante, reduzindo os custos, consequentemente aumentará a rentabilidade da empresa.

Diante de mercados cada vez mais competitivos, as organizações precisam estar sempre à frente da concorrência para se manterem atuantes e, sobretudo, com resultados positivos, em que o lucro possa ser alcançado, maximizando a produção e minimizando os custos e a perda. Desse modo, o gestor necessita de informações que o auxiliem na tomada de decisão, sendo que uma das informações indispensáveis é o conhecimento dos custos e a formação do preço (NIERDELE, 2012).

A contabilidade de custos vem auxiliar a fazer estudos de forma racional dos gastos realizados em diversos setores da corporação. Assim, os gestores passam a

ter em mãos os valores provenientes de produção, serviço ou produto, e nesse sentido possa ter uma gestão eficiente.

“A contabilidade gerencial é o processo de identificar, mensurar, acumular, analisar, preparar, interpretar e comunicar informações que auxiliem os gestores a atingir objetivos organizacionais” de acordo com autores (HORNGREN; SUNDEM; STRATTION, 2004).

Segundo Iudicibus (2005):

(...) a contabilidade gerencial pode ser caracterizada superficialmente, como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira e de balanços etc., colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das unidades em seu processo decisório.

Juntamente com a contabilidade gerencial cada vez mais participativa com o auxílio de técnicas e procedimentos contábeis, englobando assim a contabilidade de custos, a análise das demonstrações contábeis e a contabilidade financeira, fornecem informações valiosas e fidedignas para o processo de tomada de decisão nas empresas, deixando os gestores cada vez mais preparados para oportunidades, os fazendo ficar repleto de decisões tempestivas e seguras.

O autor Santos (1995, p.4) afirmar que, a fixação de preços de venda dos produtos e serviços é uma questão que afeta diariamente a vida de uma empresa, independentemente de seu tamanho, da natureza de seus produtos ou do setor econômico de sua atuação. Esta dificuldade de formar preço de venda pode atingir toda uma cadeia produtiva, desde o fornecedor da matéria prima, passando pelo fabricante, distribuidores, varejistas até o consumidor final.

Dessa maneira, a contabilidade teve sua transcendência no processo de retomada das vendas, na medida em que houve o início da pandemia, o cenário econômico indefinido, o suporte dado foi baseado em como seria o repasse dos preços das mercadorias conforme elas vinham das indústrias. Com isso, o auxílio da contabilidade de custos nesse processo, foi sendo elaborado através de como iria se adequar a margem de lucro para que a rentabilidade da empresa se mantivesse naquele período de enfrentamento da Covid-19.

De acordo Callado e Callado (2011), a gestão dos custos é, pois, provedora de informações para que a empresa possa tomar as decisões mais corretas

possíveis, permitindo a identificação de gastos redutores da lucratividade. Sua análise adquire uma função estratégica dentro da empresa, possibilitando o conhecimento da situação geral da empresa (Thompson & 4 Strickland, 2012).

## 2.5 RELACIONAMENTO COM CLIENTES E A PANDEMIA DA COVID-19

No competitivo cenário organizacional, os vínculos entre organização e consumidores tornam-se imprescindíveis ao sucesso, bem como o conhecimento a respeito das preferências do mercado (HOFFMAN, 2000).

Para Keller (2009) a orientação para o relacionamento com o mercado sugere que todas as atividades estejam integradas de forma a passar uma mensagem consistente ao consumidor em todas as interações com a empresa.

De acordo com Borba (2004, p.89):

A fidelização de clientes integra o processo filosófico do marketing de relacionamento e, juntamente com o processo de parcerias estratégicas para a satisfação dessa clientela, constitui-se no eixo central da instrumentalização desse desafio de conquistar e manter clientes.

A satisfação dos clientes é um fator chave para que eles permaneçam na empresa. Além disso, devem-se considerar os custos. E custa de três a cinco vezes mais conseguir novos clientes do que manter os antigos (LAS CASAS, 2008, p.23-24).

O cliente e o atendimento dado a ele são de vital importância à existência, sobrevivência e sucesso de uma empresa. Em uma classificação geral, dois tipos de clientes, os atuais e os potenciais. Clientes atuais que são pessoas, empresas ou organizações que adquirem os bens ou serviços de forma regular, gerando o volume atual de vendas. A fonte de receita atual da empresa é propiciada pelos clientes atuais, que permitem a sua participação no mercado (THOMPSON, 2006).

O relacionamento sempre foi a base de todo negócio duradouro e promissor. De acordo com Kotler e Armstrong (2003), quando clientes estão satisfeitos, ficam menos sensíveis a preços, falam bem da empresa e de seus produtos para outras pessoas e permanecem fiéis por um longo tempo.

Dantas (2011, p. 15) reforça que outros clientes influenciam pois "geram opinião positiva ou negativa sobre o atendimento que recebem e podem significar a

diferença que gerará o sucesso ou fracasso da organização na prestação de serviço".

No entanto, com a chegada da pandemia isso tem se tornado ainda mais aparente e foi uma mudança de chave para o sucesso e fracasso das empresas. Essa situação atípica foi evidenciada por todos os brasileiros, não foi um problema apenas de algumas empresas de determinado segmento.

Sendo assim, "a empresa que se diferenciou para obter a lealdade do consumidor deverá estar mais bem posicionada em relação aos substitutos do que a concorrência." (PORTER, 2004, p. 39).

Em meio ao caos, deparou-se com inúmeras empresas recolhendo as mercadorias dos estabelecimentos dos clientes, porque os mesmos não tiveram condições de honrar os seus compromissos, apesar de nunca ter feito isso anteriormente.

Como toda ação possui a sua reação, o fechamento das lojas provocou uma diminuição extraordinária no setor financeiro das empresas. Muitos empresários já não sabiam mais o que fazer para tentar manter um pouco o funcionamento e consequentemente diminuir o índice de demissões. Afinal, se a empresa não gera dinheiro, não haverá como pagar os seus colaboradores, muito menos manter estoque de produtos (LIMA; FREITAS, 2020).

A empresa buscou ir na "contra mão", fazendo questão de ir a cada cliente inadimplente e ao invés de recolher mercadorias, resolveu-se conceder prazos flexíveis para pagamento e isenção de juros. Não enxergando isso por parte de nenhuma outra empresa, os clientes corresponderam a altura, dando prioridade no pagamento de boletos, fazendo com que pouco a pouco houvesse uma queda significativa na inadimplência, criando laços, relacionamentos e parcerias permanentes.

### **3 METODOLOGIA**

A presente pesquisa é caracterizada como bibliográfica, pois de acordo com Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de

fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema, e que vão servir de complementação para o assunto trabalhado.

A pesquisa do estudo é documental, com a intenção de interpretar as informações e extrair de documentos que são apresentados no sistema usado na empresa. O Winthor é um sistema de gestão integrado, indicado para clientes do ramo de atacadista distribuidor, capaz de integrar diversos setores da empresa, desde a entrada de mercadoria, até a venda. Além de auxiliar de forma significativa a parte gerencial, financeira e comercial. Levando em consideração inclusive projeções de vendas e outros diversos indicadores que seja considerado de grande valia para o ambiente corporativo. O estudo é voltado em apresentar os resultados fidedignos obtidos dos relatórios e dados avaliados através do sistema da organização estudada. O acesso aos dados foi autorizado pela gestão de empresa.

Por se tratar de um levantamento de informações a partir de um software, que faz parte da própria empresa, e ao consultar o Comitê de Ética da UNIESP, recebeu-se o retorno de que não se fez necessário remeter a pesquisa ao referido Comitê.

A empresa Paraíba Plast teve seu surgimento em meados de 2015, fruto do sonho de um dos diretores, com o intuito de seguir o ramo de descartáveis, produtos de confeitoria e limpeza. Apostando no bom espírito de vendedor agregado juntamente com a coragem, fez com que desse início às atividades muito mais pela coragem do que pela condição financeira. A empresa é composta por 35 funcionários, sendo que 17 deles são vendedores, divididos em área externa e também de *telemarketing*. Desse modo, os restantes dos funcionários estão divididos entre o setor financeiro, cobrança, comercial, compras, custos, diretoria e logística.

Ela tem como missão comercializar mercadorias com alto padrão de qualidade e segurança aos produtos, atendendo sempre em um cenário de parceria com clientes, fornecedores e colaboradores. Com valores voltados ao respeito e crescimento mútuo, entre clientes, colaboradores e concorrentes. Defendendo sempre os princípios morais e éticos que estabelecem o mercado e a boa conduta.

Com isso, como a grande parte das empresas, a pandemia veio repleta de incertezas, agregando um grande aumento no nível de inadimplência. Fazendo enxergar novas oportunidades de mercado, tomar decisões muito difíceis, e por vezes fora completamente do que o mercado adotou como correto no momento. No

entanto, foi necessário arriscar e buscar envolver os clientes com essa situação desesperadora acreditou-se então que o momento era de fazer vínculos, fortalecer as parcerias e criar oportunidades.

**Quadro 1:** Faturamento por Ano

FATURAMENTO		
2019	R\$ 5.680.787,35	(Janeiro a Dezembro)
2020	R\$ 11.105.629,00	(Janeiro a Dezembro)
2021	R\$ 5.288.096,95	(Janeiro a Abril)

**Fonte:** Elaboração dos autores, com base nas informações do Sistema Winthor

Os pontos abordados neste artigo serão analisados a partir dos dados obtidos do sistema, fazendo uma análise dos relatórios e extraíndo os dados do sistema, fundamentado no início da pandemia até o mês de Abril/2021, seguindo o quadro abaixo. Portanto, a positivação é um indicador de efetividade, bastante utilizado no acompanhamento da equipe de vendas sendo de fundamental importância, para auxiliar no alcance de resultados.

Sua principal função é indicar a quantidade de clientes distintos atendidos e com venda fechada em determinado período. Já o faturamento é considerado a soma de toda venda bruta de mercadorias e ou serviços feitas em determinado período de tempo, sendo responsável pela maior parte de fluxo de caixa da empresa, bem como base de cálculo para o pagamento de tributos.

E a margem de lucro é uma porcentagem considerada viável adicionada no custo totais dos produtos, disponibilizados para venda no mercado. De acordo com o quadro abaixo, segue os dados:

**Quadro 2:** Análise dos Indicadores

Indicadores	2019	2020	2021	Crescimento 19x20	Realizado 20x21
<b>Positivação</b>	1329	1643	1399	24%	85%
<b>Faturamento</b>	R\$ 5.680.787,35	R\$ 11.105.629,00	R\$ 5.288.096,00	95%	48%
<b>Margem de Lucro</b>	19,59 %	20,67%	19,39 %	6%	94%

**Fonte:** Elaboração dos autores, com base nas informações do Sistema Winthor

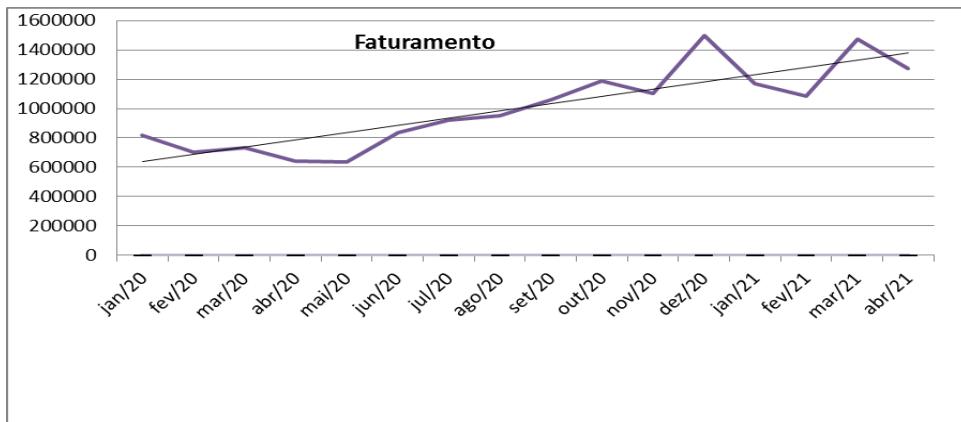
Sendo a finalidade desta pesquisa, com toda a situação econômica brasileira generalizada, a compra de produtos e serviços passa a ser uma necessidade da população, mas diante dos últimos acontecimentos, como por exemplo, o assunto abordado da Covid 19, os consumidores tiveram que observar todo o momento que estavam passando, para daí, ver o que for melhor para sua sobrevivência.

Não sendo diferente nas empresas, para ultrapassar as barreiras impostas pela economia, a base da mesma deve estar sólida por meio de um planejamento de vendas, capaz de ir além da tribulação. Tomando como base, a empresa que vai ser estudada, está inserida em um contexto que cresce significativamente, a venda de descartáveis. Mas, com isso, é um setor que gera uma grande competitividade, e exige uma gestão de vendas eficaz para poder se destacar no mercado. Sendo assim, neste presente estudo, vão ser abordados os aspectos para a eficiência da gestão de vendas.

#### **4 ESTUDO DE CASO: RESULTADO E DISCUSSÃO**

Nesta seção serão expostos os resultados da pesquisa realizada no sistema utilizado pela empresa, conforme mencionado na metodologia.

De acordo com o gráfico 1, mostra o faturamento médio da empresa no período de pandemia (janeiro/2020 a abril/2021), bem como suas oscilações. Como por exemplo, os meses de março a maio de 2020, quando atingiu o pico da pandemia do Coronavírus e houve uma queda nas vendas com enfretamento das mudanças do mercado, como, atraso nas entregas por parte dos fornecedores, pouca oferta e alta demanda, o fechamento em massa de comércios considerados não essenciais etc. Com isso, foi pensado em estratégias de mercado tanto de forma interna como externa através do setor comercial.

**Gráfico 1:** Faturamento Médio

**Fonte:** Elaboração dos autores, com base nas informações do Sistema Winthor

A empresa procurou se adaptar ao que o mercado estava oferecendo no momento de dificuldade, e para ultrapassar essas barreiras, seguiu fazendo com que a equipe fortalecesse o relacionamento com os clientes, a partir de acordos firmados com a isenção de juros, carência para efetuar o pagamento e prazos estendidos, e com isso, de acordo com eles, ocorreram situações que ocasionaram reflexos negativos entre os concorrentes, sendo incompreensíveis nesse momento, em que muitos deles estavam recolhendo mercadorias, que por ora, acabaram prejudicando os clientes.

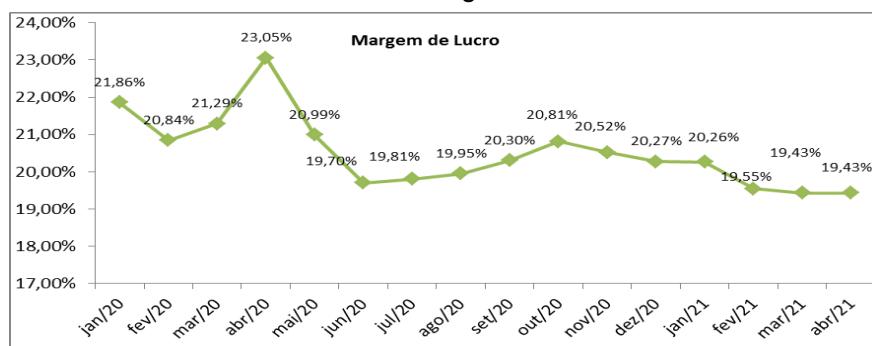
A partir do mês de Junho/2020, a empresa passou a ter um aumento de faturamento constante, fruto da conquista de espaço no mercado, advindo do planejamento feito no período da pandemia. O acréscimo no valor de custo dos produtos, influenciaram também no crescimento das receitas com as vendas devido a dificuldade de matéria prima, conforme sinalizado pelas industrias. No mês de Dezembro/2020, ultrapassou o valor de R\$ 1.400.00,00, o período sazonal, de certa forma justifica parte desse recorde por causa das festividades de fim de ano, as vendas crescem, os clientes se abastecem de muita mercadoria.

Com base no reflexo das vendas de Dezembro, os meses de Janeiro e Fevereiro, há uma pequena queda justificada pelo abastecimento do mercado, e dificuldade de recebimento de mercadorias por parte dos clientes, por ser um período considerado ideal para baixa de estoque, propiciando a fazer inventários rotativos. Portanto, é importante ressaltar que no mês de Março, a empresa atingiu o

resultado tão significativo quanto ao mês de Dezembro, em um período normal, ou seja, não atípico.

Analizando o gráfico 2, que mostra a margem de lucro no decorrer do tempo, quando atinge pico da pandemia (Março a Maio/2020), onde a maior dificuldade se deu pelo atraso da chegada das mercadorias por parte dos fornecedores. Com isso, as empresas que se disponibilizavam de estoque conseguiam atender os clientes e aumentar sua margem de lucro, visto que a dificuldade do mercado era ter a mercadoria independente do preço.

**Gráfico 2:** Margem de Lucro Mensal



**Fonte:** Elaboração dos autores, com base nas informações do Sistema Winthor

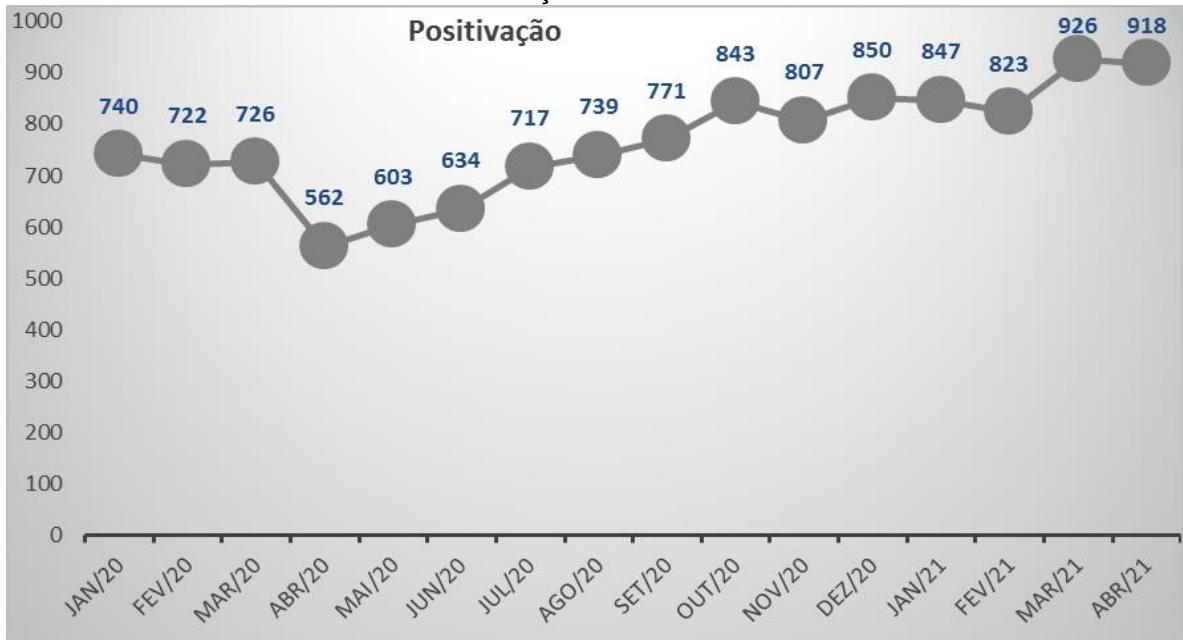
Como, por exemplo, nessa época, foi visto através dos estudos científicos que o álcool gel combatia o vírus e auxiliava na proteção. O álcool 70° INPM, por exemplo, tem ação biocida, podendo atuar como agente desnaturante, levando ao colapso das proteínas da membrana lipoprotéica do vírus a partir da sua interação com as mesmas (WANG et al., 2020; LIMA et al., 2020).

Portanto, a empresa teve uma venda crescente nesse sentido, tendo em vista, que tinha o produto em seu estoque. Importante ressaltar também a venda das máscaras cirúrgicas, que são utilizadas por clínicas, hospitais e dentro desses segmentos, e nesse tempo a venda aumentou, pois a procura ficou intensa para sua utilização pela população em geral.

Depois do pico da pandemia, houve uma estabilidade no mercado, as indústrias começaram a operar “normalmente”, se adaptando a situação vivenciada, com isso, a margem de lucro sofre uma pequena queda e em seguida mantém uma constância. A pequena queda de margem é considerada irrelevante quando comparado com o aumento significativo de vendas que a empresa teve logo após adaptar-se ao mercado do “novo normal” trazido pelo vírus.

O gráfico 3, vem expressar a quantidade de clientes que foram atendidos durante os meses em análise. Conforme observado nos gráficos anteriores, e não sendo diferente do quesito positivação, pode-se destacar que a margem decresce nos meses de Abril a Maio/2020, e é justificada pelas dificuldades das vendas que se dar pelo alto índice de clientes estocado de mercadorias, a insegurança e incertezas que assolavam o mercado.

**Gráfico 3:** Positivação de Clientes Atendidos



**Fonte:** Elaboração dos autores, com base nas informações do Sistema Winthor

Com isso, muitos clientes não foram positivados naquele período, isso implica dizer que a participação direta no aumento de vendas, conforme análise feita no gráfico 1 e enfatizada no gráfico. Sendo assim, evidencia-se que um ano após o início da pandemia, o mês de Março/2021, atingiu o máximo de clientes atendidos e consequentemente atingiu o faturamento mensal no valor de R\$ 1.500.000,00 aproximadamente, conforme o gráfico 1, fazendo com que a empresa obtivesse o seu segundo recorde de vendas, lembrando que o seu primeiro recorde foi no mês de Dezembro/2020. Sendo assim, colhendo resultados advindos de um momento extremamente negativo socialmente e economicamente falando.

Por conseguinte, o gráfico 4, vem demonstrar a participação de cada ramo de atividade no quesito inadimplência. Cabe dar ênfase a dois segmentos, o primeiro deles hospitais e consultórios representa 22% do valor geral, adquirindo produtos de limpeza, descartáveis, e com isso, servindo de alerta para a tomada de decisão,

podendo tomar medidas efetivas e preventivas para que seja recuperado e não aja um crescimento nesse sentido, terá que ter um controle de limite de crédito mais efetivo.

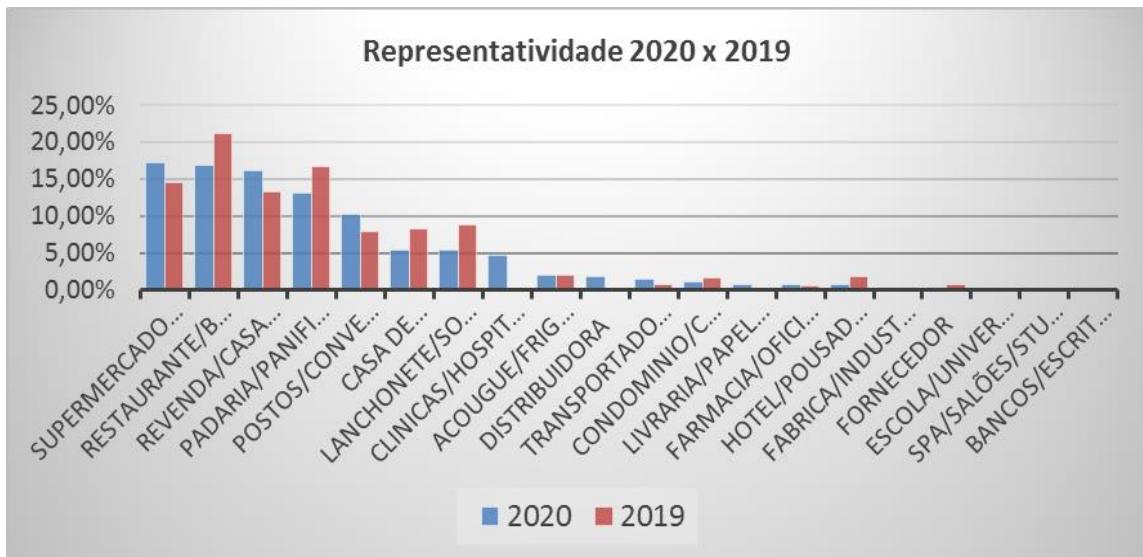
**Gráfico 4:** Inadimplência por Segmentos



**Fonte:** Elaboração dos autores, com base nas informações do Sistema Winthor

E o segundo deles supermercado/mercadinhos simboliza apenas 2% tendo um dos menores índices, adquirindo todos os tipos de produtos que são vendidos, descartáveis, confeitaria e limpeza. Isso justifica a atenção que foi dada a esse segmento no período de dificuldade tornando o ramo de atividade de maior representação no faturamento da empresa conforme observado no gráfico 5, logo abaixo.

Em seguida, o gráfico 5, enfatiza sobre representatividade dos segmentos que fazem parte da empresa e sua evolução nos anos de 2019 e 2020. No período antes da pandemia, o segmento predominante era de restaurantes e bares, ou seja, clientes que compravam para consumir os produtos vendidos pela empresa ou fazer uso dele. Com a chegada da pandemia esse segmento foi um dos mais afetados, devido ao fechamento de suas atividades.

**Gráfico 5:** Representatividade por Segmentos

**Fonte:** Elaboração dos autores, com base nas informações do Sistema Winthor

Diante da queda de sua maior referência, foi necessário reinventar-se e começar a dar voos maiores e dessa vez um pouco mais longe de sua realidade. Pois na pandemia, um dos setores considerados como essenciais para sobrevivência da população foi o do setor de supermercados, tendo em vista, o aumento do consumo por parte das pessoas. Apesar de já atender alguns clientes desse segmento, não era algo que a empresa tinha como prioridade e propriedade em atender, por se tratar de uma venda bem mais trabalhada.

No entanto foi conquistado esse espaço pouco a pouco, a cada novo cliente atendido a empresa ficava de certa forma mais conhecida, e os pilares fundamentais para isso, era algo que já predominava na organização, uma logística efetiva, um setor de compras flexível e antenado, uma equipe de vendas eficiente preocupada com toda a cadeia de venda e não somente com a tirada de pedido, e uma gestão participativa.

Com tamanha persistência o resultado não poderia ser outro, em alguns meses a empresa passou a se tornar referência nesse segmento conquistando espaço, em outras regiões do estado e inclusive em algumas redes de supermercado de maior porte e de referência no estado.

**Quadro 3:** Ramos por Atividades

Ramo de Atividade	MÉDIA		
	Faturamento	Margem	Representatividade
SUPERMERCADO/MERCADINHO	172.941,88	19,77	17,18%
RESTAURANTE/BAR	169.825,42	21,19	16,87%
REVENDA/CASA DE FESTA	162.881,37	18,71	16,18%
PADARIA/PANIFICADORA	132.258,84	21,52	13,14%
POSTOS/CONVENIENCIAS/ACADEMIAS/LOJAS	103.262,35	21,90	10,26%
CASA DE BOLO/TORTAS/DOCERIA	55.573,11	19,11	5,52%
LANCHONETE/SORVETERIA	53.872,27	21,32	5,35%
CLINICAS/HOSPITAIS/CONSULTÓRIOS	48.276,04	19,24	4,79%
ACOUGUE/FRIGORÍFICO/HORTFRUTT	21.331,99	19,76	2,12%
DISTRIBUIDORA	18.023,04	16,23	1,79%
TRANSPORTADORA/DISTRIBUIDORA/ATACADOS	15.952,11	21,50	1,58%
CONDOMÍNIO/CLUBES/CONSTRUT/ASSOCIAÇÕES	11.599,68	22,24	1,15%
Livraria/PAPELARIA	8.767,59	18,58	0,87%
FARMACIA/OFICINA/DIVERSOS	8.469,61	22,27	0,84%
HOTEL/POUSADA/MOTEL	8.215,96	25,30	0,82%
FABRICA/INDUSTRIAS/FORNECEDORES	4.914,97	20,42	0,49%
FORNECEDOR	4.745,61	16,68	0,47%
ESCOLA/UNIVERSIDADE/CURSINHOS	2.938,80	20,26	0,29%
SPA/SALÕES/STUDIO DE BELEZA	2.158,96	19,09	0,21%
BANCOS/ESCRITÓRIOS	894,35	21,95	0,09%

**Fonte:** Elaboração dos autores, com base nas informações do Sistema Winthor

Sendo assim, a tabela acima mostra de forma bastante sucinta todos os ramos de atividade, bem como sua participação na organização em uma ordem crescente em termos de faturamento, e sua margem de lucro. As oscilações de lucro se caracterizam ainda pelas incertezas do mercado, deixando o mercado cada vez mais competitivo e acontecendo muitas vezes atendimento direto por parte das indústrias, não obedecendo assim a hierarquia que deveria ter o mercado.

Além disso, é de fácil percepção que a empresa se encontra em uma evolução constante, por ter ramos que ainda necessita de uma maior atenção e consequentemente um crescimento.

Dessa maneira, mostrou-se a relevância da contabilidade como ferramenta no processo de análise dos indicadores avaliados neste estudo, como a margem de lucro, e também o faturamento no período de Janeiro/2020 a Abril/2021. Pois foi a partir do processo de tomada de decisão que a empresa pôde ter mais segurança na formação dos preços de venda, e assim obter um resultado desejado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, essa pesquisa foi feita para analisar de que maneira a Empresa Paraíba Plast conseguiu gerir suas vendas e aumenta-las em um período de pandemia. Com isso, o presente trabalho buscou evidenciar como a Empresa Paraíba Plast conseguiu crescer e se desenvolver no período em análise de Janeiro/2020 até o mês de Abril/2021. Dando enfoque no período da pandemia do Covid-19, e com isso, sendo analisados a partir dos dados obtidos do sistema utilizado pela empresa, o Winthor, construindo gráficos e tabelas para uma melhor análise. Eles ajudaram a compreender o crescimento da mesma e como conseguiu se manter através da parceria com os clientes, por meio da logística e estratégias de mercado.

Para esse estudo foi utilizado a Empresa Paraíba Plast, uma distribuidora de descartáveis, confeitoria e limpeza localizada na cidade de João Pessoa – Paraíba, no início focado nas suas receitas de vendas em bares, restaurantes e padarias, e em seguida teve sua crescente com base no que a princípio era uma dificuldade e logo após se tornou a chave para o sucesso, quando houve uma maior exploração no ramo de supermercados. Com isso, mostrou-se o seu crescimento no período de pandemia, enfatizando o seu processo na gestão das vendas para obter mais clientes e assim, um reconhecimento maior no mercado.

O dado coletado com relação ao faturamento da organização mostrou-se que do ano de 2019 para 2020, o faturamento anual que era de R\$ 5.680.787,35, contido na página 7 deste artigo, dobrando no ano seguinte, passando a ser de R\$ 11.105.629,00 e que em apenas quatro meses do ano de 2021 já atingiu R\$ 5.288.096,95, quase o mesmo o valor de todo o ano de 2019.

Portanto, foi constatado que a empresa em questão manteve sua crescente de forma satisfatória, devido as realidades enxergadas pelo mercado. Fazendo uso dessa situação, para poder tomar medidas e decisões tempestivas de forma coerente e assertiva para poder expandir o negócio e conquistar novas oportunidades. Diante do que foi exposto faz-se perceber que a regra é não ter regra, e a melhor maneira se superar as dificuldades é pensar, e fazer uso de bons profissionais e ferramentas capazes de auxiliar na tomada de decisão precisa.

Como limitações de pesquisa, observou-se que se faz necessário, fazer uso de outros estudos e recursos para que se possa analisar e avaliar o desenvolvimento da organização em outros ambientes e setores. Fazendo-a induzir a trabalhar de forma ainda mais analítica, e que dessa maneira através do conhecimento, possa aprimorar, mapear e desenvolver os setores e ambientes internos, visto que essas crescentes implica diretamente na demanda dos setores, que auxiliam no aumento da demanda fruto do faturamento.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, L. B. de., Santos, A. R. . Práticas de contabilidade de custos: uma investigação nas indústrias Paranaenses. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, 2, 19–34. 2007.
- BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial: Transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 2011.
- BORBA, Valdir Ribeiro. **Marketing de relacionamento para organizações de saúde**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BORNIA, Antonio Cezar. **Análise Gerencial de Custos**: aplicação em empresas modernas. São Paulo: Atlas, 2009.
- Callado, A. A. C.; Callado, A. L. C. (2011). **Gestão de Custos no Agronegócio**. In: CALLADO, A. A. C. (Org.). Agronegócio. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- COBRA, Marcos. **Administração de Vendas**. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- CORRÊA, Tacianne Carla. Força de vendas: administração de vendas. Tijucas: Universidade do Vale do Itajaí, 2006. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Ticianne%20Carla%20Corr%C3%A3o.pdf>. Acesso em abril 2021.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE –CNS. **Lockdown versus distanciamento social**. 2020. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1164-lockdown-cnsdefende-distanciamento-social-mais-rigoroso>. Acessado em: 22 de jan. de 2021.
- CREPALDI, S. A. **Curso Básico de Contabilidade de Custos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- DANTAS, Edmundo Brandão. **Atendimento ao público nas organizações**. Editora Senac, Brasília – DF, 2011.

FERNANDES, I. G. M.; FIGUEIREDO, H. M.; COSTA JÚNIOR, H. L.; SANCHES, S.G.; BRASIL, A. "Planejamento estratégico: análise SWOT". **Revista Conexão Eletrônica das Faculdades Integradas de Três Lagoas**, vol. 8, n. 01, 2015.

FIGUEIREDO, Sandra. **O planejamento estratégico**. - 3. ed. 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2006.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 23<sup>a</sup> edição. São Paulo: Atlas, 1997

HOFFMAN, N. P. An examination of the "sustainable competitive advantage" concept: past, present, and future. **Academy of Marketing Science Review**, v. 2000, p. 1, 2000.

HORNGREN, Charles T.; SUNDEM, Gary L.; STRATTON, William O. **Contabilidade Gerencial**. 9. ed. Pearson: LTC, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 7<sup>a</sup> edição. São Paulo: Atlas, 2005.

KELLER, K. L. Building strong brands in a modern marketing communications environment. **Journal of Marketing Communications**, v. 15, n. 2-3, p. 139-155, 2009.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing**. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1993.

LACOMBE, Francisco. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Saraiva, 2009.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de Marketing**. São Paulo: Atlas S.A, 2006.

LIMA, N. T.; BUSS, P. M.; PAES-SOUSA, R. A pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária. **Cad. Saúde Pública**, 2020; 36(7): e00177020. Disponível: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict>. Acesso em: 20-jun-2021.

LIMA, A.V; FREITAS, E.A. A Pandemia e os impactos na economia brasileira. **Rev. Economia Empírica**. Vol. 1, n. 04, 2020.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZUCATTO, M. **Capitalism's Triple Crisis**. Project Syndicate, 2020. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/covid19-crises-of-capitalism-new-state-role-by-mariana-mazzucato-2020-03>. Acesso: 10 abr. 2021.

NIEDERLE, F. (2012). **Sistema de custos e análise de preços na padaria Bom Gosto.** Trabalho de Conclusão do Curso Ciências Contábeis). Universidade Regional do Noroeste do Estado Do Rio Grande do Sul, Unijuí, Três Passos, RS, Brasil.

PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PORTH, S.J. **Strategic management:** a cross-functional approach. New Jersey: Prentice Hall, 2002.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento Estratégico.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, L. M. de; NAGATSUKA, D. A. S. . **Introdução a contabilidade.** São Paulo: Futura, 2000. 214p.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento Estratégico: Público ou Privado.** São Paulo: Atlas, 2015.

RIBEIRO, Ana Beatriz Ferreira. **Estratégias usadas para fortalecimento de uma Marca:** estudo de caso da Farmácia Garrido. Monografia. São Luiz, 2015.

SCHUELER, P. O que é uma pandemia. Publicado em 23 de Março de 2020. Disponível: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>. Acesso em: 20- jun-2021.

SANTOS, Roberto Vatan dos. **Modelos de decisão para Gestão de Preço de Venda.** Dissertação de mestrado apresentada a FEA – USP. São Paulo, 1995.

THOMPSON, I. **Tipos de clientes.** PronegocioS.net, 2006. Disponível em: <<https://www.promonegocios.net/clientes/tipos-clientes.html>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

ZOLTNERS, SINHA, E LORIMER. **Sales Force Effectiveness: O Framework For.** Researchers And Practitioners, Abril/2009.

WANG, C.; HORBY, P. W.; HAYDEN, F. G.; GAO, G. F. A novel coronavírusoutbreak of global health concern. **The lancet**, v. 395, n. 10223, p. 470-473, 2020.

## A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A CONTABILIDADE GERENCIAL UTILIZADAS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO PELAS PEQUENAS E MICROEMPRESAS EM UM AMBIENTE DE PANDEMIA PELO COVID-19

Wellysson Menezes de Carvalho Dias<sup>1</sup>  
Ricardo da Silva Pereira<sup>2</sup>

### RESUMO:

As pequenas e microempresas são consideradas como empreendimentos de suma importância para o desenvolvimento da economia nacional por serem responsáveis pela geração de emprego e renda. Na pandemia da covid-19 que assolou o mundo desde o início do ano de 2020 fez com que os empresários precisassem se reinventar, assim como a grande massa desempregada também necessitou empreender para garantir a sua sobrevivência. Com a abertura de novas empresas e considerando que a maioria das pessoas se utilizou dos seus próprios conhecimentos sobre educação financeira, surgiu a necessidade também da utilização das técnicas da contabilidade gerencial para ajudar no processo de gestão desses empreendimentos. Sendo assim, este estudo tem como objetivo principal, identificar de que maneira a utilização da educação financeira e da contabilidade gerencial podem ajudar aos gestores das pequenas e microempresas em um contexto de pandemia do covid-19. Torna-se uma temática importante por deixar a sua contribuição para o sucesso da gestão das pequenas e microempresas de modo geral, onde é enfatizada a utilização da educação financeira e dos recursos oferecidos pela contabilidade gerencial para ajudar significativamente no processo de tomada de decisão pelos gestores visando alcançar os resultados esperados. Para realização desse estudo, foi utilizado como método científico a pesquisa bibliográfica descritiva, realizada em sites, livros, teses e artigos referentes ao assunto. Por fim, foi possível concluir que a educação financeira e as técnicas oferecidas pela contabilidade gerencial podem contribuir de forma significativa para o processo de gestão das pequenas e microempresas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação financeira, Contabilidade gerencial, Pandemia.

### ABSTRACT:

Small and micro-enterprises are considered as enterprises of paramount importance for the development of the national economy as they are responsible for generating employment and income. In the covid-19 pandemic that has ravaged the world since the beginning of 2020, entrepreneurs needed to reinvent themselves, just as the

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Uniesp. wellyssonpb@hotmail.com

<sup>2</sup> Ricardo da Silva Pereira, Graduado em Administração e Ciências Contábeis, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Especialização em Contabilidade pela UFPB. Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis e Gestão Financeira da UNIESP das disciplinas de Contabilidade e Análise de custos I E II, Gestão Financeira e Orçamentária e Controladoria Estratégica E-mail: ricardo.pereira.jp4@gmail.com

large unemployed mass also needed to undertake to guarantee their guarantee. With the opening of new companies and considering that most people use their own knowledge of financial education, there was also a need to use management accounting techniques to help in the management process of these ventures. Therefore, this study has as its main objective to identify how the use of financial education and management accounting can help managers of small and micro-enterprises in the context of the covid-19 pandemic. It becomes an important issue as it leaves its contribution to the success of the management of small and micro companies in general, where the use of financial education and resources offered by management accounting is emphasized to help in the decision-making process by managers Access achieve the expected results. To carry out this study, descriptive bibliographic research, carried out on websites, books, books and articles related to the subject, was used as a scientific method. Finally, it was possible to conclude that financial education and the techniques offered by management accounting can significantly contribute to the management process of small and micro companies.

**Keywords:** Financial education. Management accounting. Individual microentrepreneur. Pandemic.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da vida em sociedade, negociar é um ato que faz parte do cotidiano da maioria dos indivíduos. As figuras da compra/venda/troca são fundamentais para a economia de qualquer país. É considerando esta realidade que sabemos o quanto é essencial ter uma educação financeira. Saber realizar um planejamento financeiro deveria ser uma obrigatoriedade para todos os cidadãos, seja em sua vida pessoal ou profissional.

Acreditando na propriedade desta noção, muitos brasileiros se valem do conhecimento básico para abrir seus negócios e passar a ter o Registro Nacional da Pessoa Jurídica. Pois o conhecimento básico sobre a gestão de uma empresa é necessário para um resultado financeiro satisfatório.

Na pandemia da covid-19 que assola o mundo desde o início do ano de 2020, muitos processos foram passivos de mudanças. O fechamento geral das empresas que aconteceu no mundo inteiro gerou grande preocupação na economia dos países. Foi fundamental aprender novas formas de negociação, utilizando os meios possíveis para movimentar a economia.

No Brasil, um dos grandes acontecimentos no mundo dos negócios foi o crescimento considerável da abertura de micro e pequenas empresas, por novos Microempreendedores Individuais (MEIs). No entanto, para iniciar um novo negócio,

pode até ser suficiente um conhecimento básico, mas, saber fazer uso da contabilidade gerencial é fundamental para fazer com que a empresa consiga se estabilizar no mercado e crescer.

As pequenas e microempresas são de suma importância para economia nacional por se tratar uma de grande fonte de emprego e renda. No entanto, existe um fator que vem sendo bastante comentado e que está relacionado com a falta de um sistema de gestão eficiente e eficaz. Talvez isso, possa vir a contribuir com os indicadores que mostram o curto tempo de vida da maioria delas.

De acordo com James Giambalvo (2009), quase todos os gerentes precisam planejar e controlar suas operações e tomar diversas decisões. O objetivo da contabilidade gerencial é fornecer-lhes as informações necessárias para o planejamento, o controle e a tomada de decisão.

Nesse contexto, a assessoria de um profissional de contabilidade pode garantir que os dados da contabilidade não apenas financeira mas principalmente os gerenciais possam ser entregues aos gestores dessas empresas para que estes possam se beneficiar dos mesmos em seus processos decisórios, deixando de dar ênfase na experiência que acreditam que têm. Se assim for, os resultados podem sair aquém do esperado.

Considerando tais afirmações, surge assim o questionamento que move o presente trabalho: **de que maneira a utilização da educação financeira e da contabilidade gerencial podem ajudar aos gestores das pequenas e microempresas em um contexto de pandemia do covid-19?** Assim, o objetivo principal do trabalho é identificar de que maneira a utilização da educação financeira e da contabilidade gerencial podem ajudar aos gestores das pequenas e microempresas em um contexto de pandemia do covid-19. Segundo este norte, os objetivos específicos são: a. Apresentar a educação financeira e o planejamento das próprias finanças nas empresas de pequeno porte; b. Identificar a contabilidade gerencial como ponto importante na gestão de uma empresa; e, c. Mostrar a contribuição da contabilidade gerencial para as micro e pequenas empresas. Assim, esse estudo é importante para demonstrar o quanto o contador também pode contribuir com a gestão das pequenas e microempresas.

Para alcançar o que é proposto neste artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica descritiva, com base em artigos, teses, bibliografias que versassem

sobre o tema, onde foram encontrados autores como Frankenberg (1999), Gitman (2001) e Lucci et al. (2005). Além disso, algumas legislações brasileiras foram importantes para compreender o quanto é fundamental para o sucesso de uma empresa os conhecimentos financeiros (educação financeira) e a figura de um contador na gestão da mesma.

No que diz respeito à divisão deste artigo, tem-se uma primeira parte que fala sobre a educação financeira e seus conceitos e o planejamento financeiro como matérias importantes a serem conhecidos por todos os indivíduos. Na segunda parte, vê-se a contabilidade gerencial como mola propulsora nos negócios dos Microempreendedores Individuais (MEIs). Afinal, a partir de certo ponto, se o empresário desejar o crescimento e estabilidade no mercado de sua empresa, precisará contar com a ajuda de um profissional que possa unir o conhecimento à prática, garantindo os resultados positivos que o dono da empresa necessita. Na terceira e última parte, fala-se da contribuição da contabilidade gerencial para as micro e pequenas empresas, além dos impactos gerados nas empresas após a pandemia da covid-19 e as soluções contábeis para os empresários.

Este estudo se justifica pelo seu grau de importância na contribuição para o sucesso da gestão das pequenas e microempresas de modo geral, onde é enfatizada a utilização da educação financeira e dos recursos oferecidos pela contabilidade gerencial para ajudar significativamente no processo de tomada de decisão pelos gestores desse tipo de empreendimento, visando alcançar melhoria nos seus resultados. Além disso, mostrar aos gestores que eles também podem, por meio da educação financeira, utilizar as informações da contabilidade gerencial e não se limitar apenas às suas experiências, que podem comprometer os resultados dos seus empreendimentos. Por fim, servirá também como estímulo aos profissionais da contabilidade para que possam assessorar seus clientes não apenas no que diz respeito às finalidades básicas da contabilidade, mas também fornecer informações cruciais para o sucesso da gestão dessas empresas; além disso, o trabalho é um registro do que o mundo vive nos dias atuais, no que diz respeito à pandemia da covid-19.

Por fim, é importante afirmar que o presente trabalho pode ser de grande contribuição para estudos futuros a respeito do caminho que se percorre desde a educação financeira própria até a necessidade da contabilidade gerencial para as

finanças das micro e pequenas empresas, principalmente, passando pelo momento pandêmico que o mundo vive desde o início do ano de 2020.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Todo conhecimento é bem vindo na vida das pessoas. Conhecer a respeito das próprias finanças e da melhor forma de gastar dinheiro é o que move a educação financeira. Haja vista as sedutoras formas de consumir que o mercado oferece a todos, é interessante que o consumidor saiba a forma correta de agir em relação às suas finanças, não caindo nas redes de desorganização financeira e dívidas que muitos brasileiros que hoje se encontram, não apenas por motivos de desemprego, mas também por causa da forma inconsciente com que gastam suas economias.

De acordo com Borges (2013, p. 02),

A população brasileira, em sua grande maioria tem dificuldades para administrar suas dívidas (...). Motivos como a facilidade na obtenção de crédito e a desorganização financeira são fortes indícios que levam as pessoas a se endividarem. Esses problemas não dizem respeito apenas à baixa renda, mas também a problemas ligados à má administração dos recursos financeiros.

Como vimos acima, o número de brasileiros que não consegue administrar e controlar suas finanças pessoais de forma equilibrada é bastante alto. A falta de conhecimento da população em geral, independendo das condições financeiras de cada um, faz com que haja grande desorganização econômica e dívidas.

#### 2.1.1 Conceito e breve histórico da educação financeira

Para discutir a respeito do conceito do termo “educação financeira”, vejamos o que diz a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2005, p. 05):

O processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem estar financeiro.

De acordo com Jacob *et al* (2000, p.8), educação financeira tem um significado importante a ser entendido. Primeiro, ele divide a expressão nos dois termos, conceituando a palavra educação como sendo “conhecimento de termos, práticas, direitos, normas sociais, e atitudes necessárias ao entendimento e funcionamento destas tarefas financeiras vitais. Isto também inclui o fato de ser capaz de ler e aplicar habilidades matemáticas básicas para fazer escolhas financeiras sábias”.

No caso do sentido da palavra “financeira”, Jacob *et al* (2000, p.8) afirma que a mesma é: “a uma vasta escala de atividades relacionadas ao dinheiro nas nossas vidas diárias, desde o controle do cheque até o gerenciamento de um cartão de crédito, desde a preparação de um orçamento mensal até a tomada de um empréstimo, compra de um seguro, ou um investimento”.

A partir destas perspectivas, podemos entender a educação financeira basicamente como sendo uma rede de informações e conhecimento que dão poder às pessoas para administrarem suas finanças pessoais, afinal, a renda de cada pessoa não pode ser gasta de forma desenfreada e inconsciente (MATTA, 2007).

Três níveis de consequências podem ser elencados a partir da falta de educação financeira em uma sociedade. A primeira se trata do bem estar pessoal, a segunda do bem estar social, e a terceira de um alcance muito maior, relativo ao poder público. Sobre estes efeitos negativos do consumo desenfreado e irresponsável da população, Lucci *et al* (2005, p. 04) afirma:

A importância da educação financeira pode ser vista sob diversas perspectivas: sob a perspectiva de bem estar pessoal, jovens e adultos podem tomar decisões que comprometerão seu futuro; as consequências vão desde desorganização das contas domésticas até a inclusão do nome em sistemas como SPC/ SERASA (Serviço de Proteção ao Crédito), que prejudicam não só o consumo como, em muitos casos, na carreira profissional.



A partir do que fora dito, podemos entender a respeito da importância deste assunto, uma vez que não apenas compromete uma pessoa e a sua boa conduta perante o mercado de consumo, como também uma população devedora pode comprometer muito mais do que se pensa. No interior da Paraíba, por exemplo, podemos constatar junto a algumas instituições bancárias e financeiras que, se uma cidade é inadimplente, há grandes dificuldades da central de atendimento ao cliente da instituição libere determinadas quantias para empréstimos e investimentos.

Assim, sabemos que a educação financeira deve fazer parte do dia a dia da sociedade, e devem ter interesse na mesma tanto a população quanto o poder público, que pode vir a sofrer consequências sérias, caso o povo não consiga administrar e organizar a suas finanças pessoais. Administrar e controlar de forma incompetente as próprias economias gera pessoas totalmente entregues à vulnerabilidade de uma crise financeira. Por isso, é tão importante para o bom funcionamento do comércio, de uma sociedade e do governo ter consumidores conscientes do que estão fazendo com a própria renda.

No Brasil, nos últimos trinta anos, muita coisa mudou a respeito do consumo. De acordo com o que estudamos a respeito da história econômica do nosso país, podemos identificar três influências para as mudanças e adequações necessárias. Aquela forma do Estado ser como um pai para a sociedade precisou ser modificada, e então as pessoas também precisaram assumir uma nova postura a respeito das suas finanças e da segurança futura de cada indivíduo.

Vejamos, no quadro 1, de forma prática, como e por qual motivo ocorreram estas transformações:

#### **QUADRO 1:**

FORÇAS	ESTADO E SOCIEDADE	INDIVÍDUO
Globalização	Fim do paternalismo do Estado	Postura mais ativa na gestão das finanças pessoais
Tecnologia	Estabilização da moeda	Mais conscientização
Instituição	Políticas neoliberais	Necessidade de maior capacitação financeira

#### **Forças propulsoras**

**Fonte:** Savoia, Saito e Santana (2007).

Mais precisamente na década de 90 (noventa), no país, as mudanças começaram a ocorrer a partir da situação de globalização, fazendo com que o próprio governo modificasse sua forma de agir em relação ao cidadão e de prestar serviços à sociedade. Além disso, a moeda se estabilizou, ocasionando uma redução da inflação e dando a oportunidade de longo prazo aos consumidores. Por fim, as políticas públicas mudaram de uma forma tão intensa que houve uma necessidade de o povo ser mais ativo, consciente e responsável em relação às suas finanças pessoais e os seus gastos (SAVOIA, SAITO e SANTANA, 2007).

O governo, por algum tempo, viu no incentivo de gastos a forma de crescer o país, e isto ocasionou em grandes problemas financeiros. Vejamos o que dizem Savoia, Saito e Santana (2007, p. 01):

O crescimento desorientado do crédito produz a inadimplência. A partir daí, os empréstimos são interrompidos e a economia reduz a sua atividade. Como consequência dessas ações, surge um círculo vicioso de expansão e retração do crescimento.

Percebemos, portanto, que a evolução em termos de educação financeira precisou ser gradativa e geral, envolvendo cidadãos e poder público. O equilíbrio de ambos os lados é primordial para um país de economia saudável, em que há benefícios e crescimento para todos. Como afirmaram Savoia, Saito e Santana (2007, p. 01), “não há como negar que a educação financeira é fundamental na sociedade brasileira contemporânea, visto que influencia diretamente as decisões econômicas dos indivíduos (...)" sendo extremamente importante e “necessário ampliar a visão sobre o assunto e discutir os paradigmas que surgem da inserção da educação financeira no contexto político”.

Por estes motivos, há, de fato, a necessidade de se educar toda a população para lidar com as próprias finanças. Conhecer os caminhos financeiros, enquanto pessoa física, influencia diretamente no que a pessoa jurídica pode fazer em sua empresa, como, por exemplo o quanto é fundamental ter planejamento financeiro.

O governo brasileiro precisa investir em um maior preparo do seu povo para que haja consumo e investimento, mas não de forma inconsciente, e, sim, responsável, contribuindo com a economia do país.

## 2.1.2 Planejamento Financeiro

A respeito do planejamento financeiro, assim como a educação financeira, podemos afirmar que ele é fundamental para a organização das finanças de cada indivíduo. Afinal, é por meio dele que conseguimos entender e nos disciplinar a respeito de gastos, investimentos, poupanças e demais aspectos financeiros que rodeiam a vida das pessoas. É preciso entender que nós, detentores da renda, é que devemos comandar o nosso planejamento financeiro, e este deve ser reconhecido pela sua importância nas finanças de alguém.

Segundo leciona Frankenberg (1999, p. 31), “o planejamento financeiro pessoal significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para curto, médio ou longo prazo”. Além deste, Gitman (2001, p. 434) aponta o planejamento financeiro como: “um aspecto importante das operações nas empresas e famílias, pois ele mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações das empresas e das famílias para atingir seus objetivos”. Por fim, Ross, Westerfield e Jaffe (1995, p. 525) confirmam que “o planejamento financeiro formaliza o método pelo qual as metas financeiras tanto das empresas quanto das famílias devem ser alcançadas”.

A partir do que dizem todos os autores, é notória a participação essencial do planejamento financeiro para todas as pessoas, famílias e empresas, pois é por meio dele que virá a organização, o cumprimento de regras, o atingimento de metas e as devidas tomadas de decisões, garantindo o bem estar e a qualidade de vida que todos precisam futuramente em suas vidas.

É por meio do planejamento que é possível ao indivíduo descobrir quanto é o gasto mensal; cortar gastos desnecessários; poupar parte do dinheiro mensalmente; investir de forma responsável o pougado; formar reservas para possíveis emergências e assim conseguir enfrentar eventuais desconfortos financeiros; evitar compras à prazo.

Na hora de uma compra, o planejamento financeiro é fundamental por três motivos específicos: o primeiro diz respeito a forma correta de investir aproveitando de forma positiva um bem ou um serviço; a segunda tem que observar os aspectos da dívida assumida, para que não exceda o máximo que o consumidor deve arcar; a

terceira se trata de identificar de que forma dá para lucrar com o investimento feito (LEAL e NASCIMENTO, 2009).

De acordo com Borges (2013, p. 08),

No planejamento financeiro familiar e a forma de lidar com o dinheiro em casa são fundamentais, pois se os pais são exemplos para os filhos, se eles crescem em meio ao consumismo, quando adultos, terão dificuldades para se tornarem independentes financeiramente pelo fato de não respeitarem as limitações orçamentárias.

A falta de planejamento financeiro ou ele ser feito de forma errada e pouco eficaz acarreta para o indivíduo uma série de problemas, como, por exemplo, inadimplência, desorganização, dificuldades de passar por uma emergência econômica, entre outros. Silva *et al* (2018, p. 07) valoriza estas ferramentas afirmando que: “uma boa educação financeira pode evitar diversos problemas e dentre eles a inadimplência e o mau planejamento financeiro”.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005) viu a necessidade de dar dicas aos povos a respeito da educação financeira e de como devemos agir com nossos consumos e investimentos. O documento referente a estes ensinamentos é intitulado como “Princípios e Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira”. Vejamos as principais recomendações dadas pela entidade:

A educação financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares; Os programas de educação financeira devem focar as prioridades de cada país, isto, se adequarem à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e economia.

Podemos ver inúmeros aspectos na relação da OCDE acima, em todos eles estando presente a importância do planejamento financeiro, que intrínseco à educação financeira. É necessário utilizar programação nos gastos realizados, seja de um indivíduo, de uma família ou de uma empresa, por exemplo.

Para Borges (2013, p. 08),

Para execução do planejamento financeiro se faz necessário a utilização de planilhas financeiras, fluxos de caixa para que se torne possível identificar os gastos necessários e eliminar os excessivos de acordo com a renda obtida, é necessário o entendimento sobre a relação entre o dinheiro e as variáveis que influenciam o comportamento das pessoas, como *status*, poder e luxo.

Ou seja, é preciso que haja o conhecimento, por meio de interesse do indivíduo em aprender como se deve agir em relação às suas finanças pessoais. Algumas instituições no Brasil se preocupam em gerar conhecimento e tomaram algumas providências para levar educação financeira aos indivíduos e mostrar a eles a importância do planejamento financeira. Vejamos algumas no quadro 2:

#### **QUADRO 2:**

INSTITUIÇÕES	INCENTIVO
Banco Central do Brasil	Projeto Museu Vai à Escola, Projeto Museu Escola, Projeto BC e Universidades
Comissões de Valores Mobiliários	Promove palestras e disponibiliza cartilhas gratuitas de educação ao investidor, além de esclarecer dúvidas dos indivíduos quanto a investimentos
Bolsa de Valores de São Paulo	Possui o programa educacional Bovespa, promove visitas monitoradas à Bolsa; realiza palestras e orientações à população, por meio dos projetos Educar e Bovespa Vai até Você etc
Federação Brasileira de Bancos	Oferece informações sobre o uso de produtos financeiros, como cartão, caixa automático, segurança e relacionamento com bancos
Serasa	Desenvolveu o Guia Serasa de orientação ao cidadão, que auxilia na gestão dos recursos financeiros e pode ser encontrado em seu site
Associação Nacional dos Bancos de Investimento	Difunde conceitos sobre investimento pessoal, estimulando a formação do investidor no Brasil, e incentiva a produção de estudos acadêmicos sobre o mercado de capitais brasileiro etc
Banco Itaú (inst. financeira)	Banco Itaú, que disponibiliza o Guia do crédito consciente, orientando os indivíduos no uso apropriado de empréstimos e financiamentos etc
Expomoney (mídia e eventos)	oferece palestras gratuitas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, abordando assuntos, como: planejamento financeiro, previdência, fundos de investimento, ações, economia doméstica, entre outros

#### **Educação financeira no Brasil**

**Fonte:** Savoia, Saito e Santana (2007).

## **2.2 CONTABILIDADE GERENCIAL**

Como é sabido, a contabilidade gerencial em muito tem a contribuir com a gestão de uma empresa. No caso das micro e pequenas, é interessante afirmar que também há muito o que se aproveitar da contabilidade. Esta é uma questão bem

aceita para aqueles que já conhecem os serviços profissionais de um contador, contudo, sabe-se que este público de micro e pequenos empresários começam suas atividades no mercado de maneira desamparado, considerando apenas os seus próprios conhecimentos a respeito de planejamento financeiro e finanças pessoais.

O ato de iniciar, de forma desassistida, uma empresa pode vir a acarretar problemas financeiros para a própria instituição e, consequentemente, para o empresário. Questões como a mistura das finanças pessoais com as finanças empresariais afeta diretamente o desenvolvimento satisfatório do estabelecimento comercial, fazendo com que a contabilidade gerencial seja essencial para o desenvolvimento sadio da empresa.

### **2.2.1 Da educação financeira à necessidade da contabilidade gerencial**

O conceito mais utilizado de empresa é, de acordo com Fabretti (2003, p. 36):

Empresa é a unidade econômica organizada, que combinando capital e trabalho, produz ou faz circular bens ou presta serviços com finalidade de lucro. Adquire personalidade jurídica pela inscrição de seus atos constitutivos nos órgãos de registro próprio, adquirindo dessa forma capacidade jurídica para assumir direitos e obrigações. A empresa deve ter sua sede, ou seja, deve um domicílio, local onde exercerá seus direitos e responderá por suas obrigações.

Sempre que um indivíduo se propõe a iniciar uma atividade comercial, alguns conhecimentos básicos são necessários para que ele consiga conduzir de maneira correta a sua empresa. A educação financeira e a forma como este sujeito opera o seu planejamento financeiro são fundamentais para que ele consiga atuar no mercado.

De acordo com Machado (2012, p. 4):

A maioria dos empresários que iniciam suas atividades comerciais no Brasil não possui conhecimento algum em gestão empresarial. Seu ingresso no mercado se dá motivado pela experiência, onde alguns indivíduos já exercem uma atividade comercial de forma irregular pertinente a compra e venda de um produto qualquer e com o passar do tempo e as economias adquiridas o indivíduo tem a visão de expandir seu negócio, adquirir novos produtos e aumentar a lucratividade.

Observando o que diz o autor, é possível observar que muitas das pessoas que entendem bem as suas próprias finanças acreditam que sabem como gerir sua empresa, mas esta não é uma realidade absoluta.

Dentro do enquadramento tributário, por exemplo, o empresário precisa ter conhecimento sobre o Simples Nacional (criado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006), o lucro presumido (Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido), o lucro real; além disso, saber calcular o preço de venda ideal, o fluxo de caixa gerencial, a análise de balanços e demonstrações (MACHADO, 2012). Assim, todos esses pontos fazem parte do cotidiano de uma empresa.

Um grande exemplo de empresários que precisaram se reinventar é a situação pandêmica em que vivemos desde o início do ano de 2020. No momento em que vivemos, configurado por uma pandemia que assolou o mundo no início do ano de 2020 e continua em 2021, é necessário observar que um vírus, conhecido como coronavírus (Sars-Cov-2) e causador da covid-19, está espalhado nos mais diversos lugares. Isso fez muitas coisas mudarem no Brasil e em diversos países.

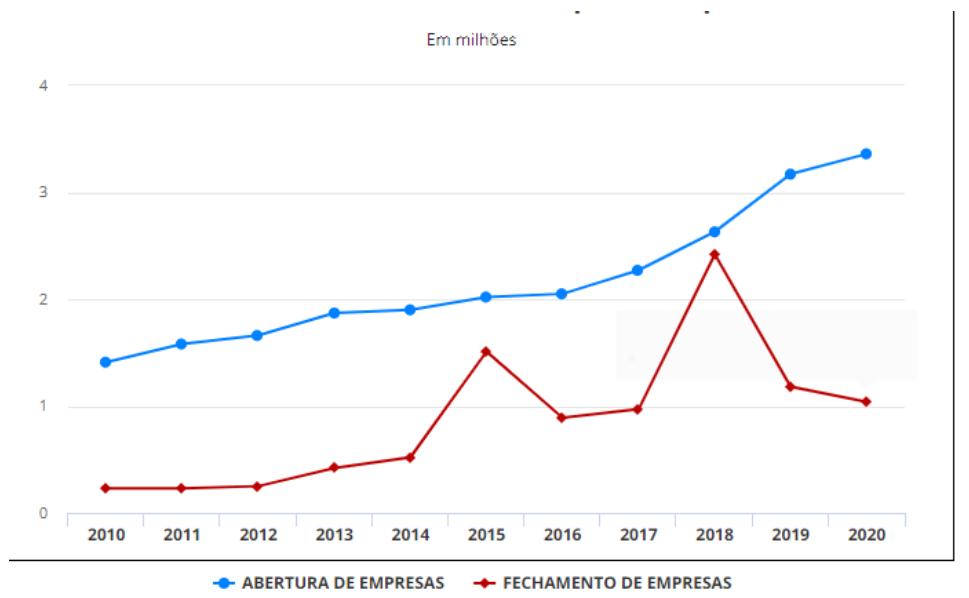
Empresas que já existiam faliram, pessoas perderam seus empregos e, enquanto tudo se complicava, surgiu a necessidade de se reinventar. No Brasil, a pandemia fez com que o país tivesse um recorde de novos empreendedores (MARTELLO, 2021).

Segundo Martello (2021, s.p.),

O Ministério da Economia informou nesta terça-feira (2) que 3,359 milhões de empresas foram abertas no Brasil no ano passado e 1,044 milhão foram fechadas. Assim, o país registrou um saldo positivo de 2,315 milhões de novos negócios abertos no período. Segundo o governo, o número de empresas abertas no ano passado foi o maior desde início da série histórica, em 2010.

Em concordância com o que fora dito pelo autor, vejamos os números, em milhões, na imagem abaixo.

**FIGURA 1:**



#### Abertura e fechamento de empresas no país

Fonte: Ministério da Economia (2021).

Assim, de acordo com os dados grafados na figura 1, é possível perceber a dinamicidade do ambiente de negócios e comércio no nosso país. Principalmente, considerando que, atualmente, o comércio que acontece por meio de internet e redes sociais consegue alavancar bastante o mercado de todo o mundo.

Mais uma figura que se desenvolveu nos últimos anos é o Microempreendedor Individual (MEI). Neste sentido, Martello (2021, s.p.) leciona que: “de acordo com dados do Ministério da Economia, o país possuía, no fim do ano passado, 19,9 milhões de empresas abertas no país, das quais 11,2 milhões eram de microempreendedores individuais (MEIs) – 56,6% do total”.

Assim, podemos perceber uma curva mais acentuada no último ano no que diz respeito à abertura de empresas, como confirma Martello (2021, s.p.):

Mais de 2,6 milhões de MEIs foram abertos em 2020, o que reforça a importância dos pequenos negócios para o país, além de eles serem um dos pilares da retomada após a Covid-19. A abertura de MEIs cresceu 8,4% quando se compara com 2019, e supera a taxa de abertura total de empresas, que cresceu 6% [no ano passado]. A abertura de MEIs tem elevado a taxa total de empresas abertas.

Retomar o comércio, ainda em meio a uma pandemia, é um desafio muito grande, mas que tem sido vencido pelos brasileiros. Isto porque o governo

conseguiu incentivar o povo com medidas auxiliares e fez com que a economia conseguisse voltar a funcionar proativa, como os empreendedores necessitam.

Considerando este novo cenário acontecendo no Brasil, é preciso atentar para o fato de que, para progredir no mercado, a empresa chegará a um ponto crucial em que: ou buscará ajuda profissional de um contador para tocar seus negócios ou estará fadado ao acaso e, até mesmo, possível falência.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para alcançar todos os objetivos anteriormente elencados, foi necessário percorrer um caminho metodológico. Assim, segundo o que leciona Lakatos e Marconi (1987), o tipo de pesquisa escolhida foi a bibliográfica, pois, o texto escrito será de acordo com materiais disponíveis em livros, teses, artigos científicos e legislações acerca do tema. Afinal, ainda de acordo com Cervo, Bervian e da Silva (2007, p. 61), a pesquisa escolhida “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”.

É importante afirmar, ainda, que a pesquisa bibliográfica se caracteriza como descritiva, pois, para Cervo, Bervian e da Silva (2007, p. 79), é este o tipo de pesquisa quando se registra, analisa e junta fatos ou fenômenos, sem fazer nenhum tipo de manipulação deles.

### **4 ANÁLISE, DISCUSSÃO E RESULTADO DA PESQUISA**

#### **4.1 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E A CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE**

A princípio, é importante entender como se caracteriza uma micro e pequena empresa. Assim, considera-se o que diz Ferreira (2017, p. 23):

De acordo com a Lei Geral nº 123/2006 e alterações consideram como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte a sociedade empresária ou simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário devidamente registrado no registro de empresas mercantis ou no registro civil, aquelas com receita bruta anual de até R\$ 360.000,00 ou entre R\$ 360.000,00 e R\$ 3.600.000,00.

Além destas especificações, vejamos o que diz o quadro abaixo a respeito da quantidade de empregados que este tipo específico de empresas pode conter:

### **QUADRO 3:**

SETOR DE ATUAÇÃO	PORTE DA EMPRESA	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS
Indústria	Micro Pequena Média Grande	Até 19 De 20 a 99 De 100 a 499 Mais de 500
Comércio e serviços	Micro Pequena Média Grande	Até 9 De 10 a 49 De 50 a 99 Mais de 100

#### **Quantitativo de empregados a partir do porte da empresa**

**Fonte:** Sebrae (2021).

Além destas características, as micro e pequenas empresas precisam obedecer a legislação que as rege, a Lei Complementar nº 123/2006. Na lei, constam as obrigações tributárias, o tratamento dado a este tipo determinado de empresas e o favorecimento, além de disposições gerais (BRASIL, 2006). O artigo 1º da referente lei preconiza:

I- à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias; II- ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias; III- ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão. IV- ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do art. 146, in fine, da Constituição Federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

No que diz respeito às obrigações tributárias destas empresas, é preciso apontar as principais, quais sejam: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; Contribuição para o PIS; Contribuição para a Seguridade Social - INSS, a cargo da pessoa jurídica (dependendo da atividade exercida, algumas empresas devem recolher a contribuição em separado) (BRASIL, 2006).

Como é perceptível, muitas questões jurídicas e financeiras envolvem as micro e pequenas empresas. Por este motivo, é essencial o acompanhamento profissional de um contador, a fim de garantir à empresa a estabilidade no mercado,

a forma correta de se portar perante à legislação e as soluções contábeis para todas as situações em que a instituição necessitar.

#### **4.1.1 Pandemia da Covid-19 e seus impactos na economia**

Quando se fala em pandemia da covid-19, é possível identificar o Brasil em um dos países onde a doença mais se disseminou, causando um grande número de recuperados, mas também um gritante número de mortes. Considerando esta realidade, é evidente que a economia brasileira restaria prejudicada.

Segundo o que afirmam Fagundes, Felício e Sciarretta (2021, s.p.) em artigo online:

Na esteira da “maior crise sanitária da nossa época”, como chamou a Organização Mundial de Saúde (OMS), a economia brasileira mais uma vez não andou — ou melhor, foi para trás. A estimativa mais recente de analistas consultados pelo Banco Central é que o PIB (Produto Interno Bruto) tenha encolhido 4,3% no ano passado (...). E o cenário chegou a ser ainda pior. No fim do primeiro semestre falava-se que o PIB brasileiro iria encolher algo em torno de 6,5% em 2020. Os mais pessimistas na época apostavam em contração de 11%. E a economia teve retração de 9,7% no segundo trimestre em relação aos três meses anteriores.

Somente no segundo semestre foi possível perceber alguma reação positiva da economia do país, após os efeitos positivos da injeção dada pelo Governo Federal, por meio do auxílio emergencial. “Esse benefício ajudou a movimentar a economia em um momento em que ela sentia os reflexos do isolamento social, com pessoas perdendo emprego e outras pouco dispostas a gastar com um cenário de incertezas pela frente” (Fagundes, Felício e Sciarretta, 2021, s.p.).

Os impactos da pandemia foram reais e duros para as empresas que já existiam, havendo muitas em processo de falência pela impossibilidade de trabalhar de maneira presencial. Mas, ao mesmo passo, muitas empresas surgiram para movimentar um novo modelo de mercado totalmente remoto, com vendas online, atendimento via chats ou redes sociais e serviços de entrega.

#### **4.1.2 O contador e a sua contribuição para as pequenas e microempresas**

Partindo da realidade exposta anteriormente a respeito das dificuldades vividas, tanto pelas novas quanto pelas mais antigas pequenas e microempresas, é

preciso apontar a importância dos serviços prestados por um contador a fim de auxiliar positivamente os empresários.

Tendo em vista que a contabilidade é uma ciência que tem o intuito de auxiliar no controle de patrimônios, é preciso apontar o que diz Machado (2012, p. 3):

A contabilidade gerencial se caracteriza com um enfoque especial da contabilidade financeira, de custos, análise de balanços etc. colocados num grau de detalhes mais analíticos facilitando o trabalho dos gerentes no processo decisório das entidades, já que os mesmos têm em mãos procedimentos técnicos e relatórios feitos sob medida para cada situação.

A contador é essencial numa situação como a que se vive desde o ano de 2020, tanto para as empresas que já existiam no mercado e precisaram enfrentar a pandemia se reinventando quanto para as novas empresas dos indivíduos que se aventuraram no mundo dos negócios como saída para o desemprego e busca de novas fontes de renda.

Entre algumas das atitudes de um profissional da contabilidade, estão: atuar nos relatórios financeiros; realizar demonstrações financeiras para os gestores, auxiliar nas questões tributárias; realizar cálculos de venda ideal; analisar o fluxo de caixa gerencial; analisar os balanços e as demonstrações; entre outros.

Tendo em vista que a situação da pandemia é bastante específica, é importante afirmar que o contador pode: oferecer assessoria ou consultoria, analisar capital de giro e planilha de fluxo de caixa, apontar empréstimos emergenciais com juros que valham a pena, apontar o momento certo de cortar os custos, apoiar na parte da legislação e até mesmo mostrar ao cliente que “pensar fora da caixa” é necessário nos negócios, como, por exemplo: considerar as vendas pela internet, ter um entregador, mudar ou aumentar os seus serviços (MARQUES, 2020).

Concluindo, os serviços do contador no gerenciamento, planejamento e organização de uma micro e pequena empresa são fundamentais para que a mesma se sustente no mercado com sucesso e satisfação econômica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pequenas e microempresas são consideradas como empreendimentos de suma importância para o desenvolvimento da economia nacional por serem

responsáveis pela geração de emprego e renda. Isto ficou ainda mais comprovado após a pandemia da covid-19, onde o fechamento dos estabelecimentos comerciais como uma das medidas encontradas para amenizar o contágio por meio de contato social, contribuiu com o aumento nos indicadores de desemprego no país. Diante de tal fato e buscou-se no empreendedorismo a sobrevivência desses trabalhadores em novas pequenas e microempresas.

Sendo assim, este estudo teve como objetivo principal, identificar de que maneira a utilização da educação financeira e da contabilidade gerencial podem ajudar aos gestores das pequenas e microempresas em um contexto de pandemia do covid-19. Observou-se que esse contexto abalou diretamente, a economia brasileira que após o incentivo do Governo Federal por meio do auxílio emergencial, começou a se mostrar dinâmica novamente. Foi nesse cenário que foi possível perceber o alto número de novas micro e pequenas empresas, abertas por novos Microempreendedores Individuais.

Como resultado desse estudo foi observado que o conhecimento a respeito de planejamento financeiro derivado da própria educação financeira de cada empreendedor pode ser suficiente até determinado estágio de crescimento da empresa. A partir de determinado momento do crescimento da empresa, torna-se é indispensável a assessoria de um profissional de contabilidade para oferecer além dos serviços comuns, um diferencial embasado nas técnicas da contabilidade gerencial para que a empresa se mantenha organizada, com seus planejamentos e estratégias em dia e contribuindo com o desenvolvimento da gestão da empresa.

Neste sentido, segundo Henrique (2008, p. 64) é possível perceber que o contador é essencial para as micro e pequenas empresas, pois somente este profissional é capaz de oferecer:

Balanço Patrimonial Simplificado que possibilitará uma visão da empresa em seus diferentes aspectos. Demonstração de Resultados Simplificados, onde através deste o gestor poderá acompanhar a geração de resultados na empresa. Elaboração de Índices Financeiros e Econômicos através das do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado, que possibilitará tirar informações sobre as mais diversas situações da empresa. Demonstração de Fluxo de Caixa Simplificado, através desta demonstração o pequeno empresário poderá manter um maior controle de suas entradas e saídas de recursos financeiros, o que será de grande valia para projeções futuras e para a própria gestão financeira no curto prazo.

Assim, observando todos os conhecimentos até então adquiridos pela pesquisa e pelas informações dadas pelo autor supracitado, é importante apontar a essencialidade dos serviços de um profissional da contabilidade, com soluções contábeis prontas para dar apoio ao cliente empresário.

Por fim, é importante afirmar que a metodologia escolhida foi fundamental para alcançar o objetivo geral do trabalho, tornando possível identificar a importância educação financeira e da contabilidade gerencial para as micro e pequenas empresas, especialmente no momento pandêmico.

## REFERÊNCIAS

**BRASIL. Decreto 7.397 de 22 de dezembro de 2010.** Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. **Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).** Avaliação de Impacto do Projeto de Educação Financeira nas Escolas em 2010. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm)>. Acesso em: 02 abr. 2021.

BORGES, Paulo Roberto Santana. 2013. **A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PESSOAL NAS DECISÕES ECONÔMICAS DOS INDIVÍDUOS.** UNESPAR/FECILCAM. Disponível em: Acesso em: [http://www.fecilcam.br/nupem/anais\\_viii\\_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/04-Pborgestralhocompleto.pdf](http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/04-Pborgestralhocompleto.pdf) 18 mar. 2021.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Prática tributária da micro, pequena e média empresa,** São Paulo: Atlas, 2003.

FAGUNDES, Álvaro; FELÍCIO, César; SCIARRETTA, Toni. **Marcas da pandemia.** São Paulo: 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/coronavirus/a-economia-na-pandemia/> Acesso em 09 abr. 2021.

FERREIRA, Renata Soraya de Gouveia. **OS FATORES QUE DETERMINAM O DESEMPENHO DO CONTADOR COMO CONSULTOR DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO – PARAÍBA NO ANO 2017.** 2017. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/16147/1/PDF%20-%20Renata%20Soraya%20de%20Gouveia%20Ferreira.pdf> Acesso em: 09 abr. 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANKENBERG, Louis. **Seu Futuro Financeiro.** Rio de Janeiro: Ed. Campus. 1999.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira: Essencial:** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

HENRIQUE, Marco Antonio. **A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA.** Taubaté, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.engwhere.com.br/empreiteiros/A-Importancia-da-Contabilidade-Gerencial-para-Micro-e-Pequena-Empresa.pdf> Acesso em: 08 abr. 2021.

JACOB, Katy et al. **Tools for survival:** An analysis of financial literacy programs for lowerincome families. Chicago: Woodstok Institute, Jan/2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: editora Atlas, 1987.

LEAL, Cícero Pereira; NASCIMENTO, José Antônio Rodrigues do. **Planejamento Financeiro Pessoal.** Artigo. Faculdade Anhanguera, Brasília. 2008.

LUCCI, C. R.; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; DOS SANTOS, S. C.. **A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos.** Ensino de Administração. 2005. Disponível em: Acesso em: [http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado\\_seMead/trabAlhosPDF/266.pdf](http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_seMead/trabAlhosPDF/266.pdf) 17 mar. 2021.

MACHADO, Hugo Ferreira. **A CONTABILIDADE GERENCIAL COMO UMA FERRAMENTA RELEVANTE PARA AUXILIAR A TOMADA DE DECISÃO NAS EMPRESAS INICIANTES NO MERCADO EM BARREIRAS.** Semana acadêmica, 2012. Disponível em: [https://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/artigo\\_7\\_0.pdf](https://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/artigo_7_0.pdf) Acesso em 09 abr. 2021.

MARQUES, Mano. **7 dicas para o contador ajudar o cliente.** 2020. Disponível em: <https://blog.fortestecnologia.com.br/gestao-contabil/dicas-para-contador-ajudar-o-cliente/> Acesso em: 09 abr. 2021.

MARTELLO, Alexandre. **Em meio à pandemia, Brasil abriu 2,3 milhões de empresas a mais do que fechou em 2020, diz ministério.** Portal G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/02/02/brasil-registra-saldo-positivo-de-23-milhoes-empresas-abertas-em-2020-diz-ministerio-da-economia.ghtml> Acesso em: 09 abr. 2021.

MATTA, R. O. B. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal:** o programa de educação financeira do banco central do Brasil e os universitários do

Distrito Federal. 2007. 214 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico).

**Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness.** July 2005. Disponível em: [https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf). Acesso em: 17 mar. 2021.

ROSS, Stephen A; WESTERFIELD, Randolph W; e JAFFE, Jeffrey F. **Administração Financeira.** São Paulo: Atlas, 1995.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil.** Rev. Adm. Pública vol.41 no.6 Rio de Janeiro Nov./Dec. 2007. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122007000600006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000600006)  
Acesso em 18 mar. 2021.

SILVA, Rafaela de Lima; OLIVEIRA, José Alisson de; SILVA, Maria Aparecida de Albuquerque; NASCIMENTO, Gerusa Barros do. 2018. Congresso Nacional de Educação – V. **EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO INFLUENCIADORA DE DECISÕES.** Disponível em:  
[http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV117\\_MD\\_1\\_SA17\\_ID8685\\_09092018014851.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD_1_SA17_ID8685_09092018014851.pdf) Acesso em: 16 mar. 2021.

